

1930, a Paraíba

o incosciente político da revolução:
a narrativa como ato socialmente simbólico

rios, assanhados com as suas provocações. Quanto mais Lameira, calculadamente, procurava dissuadir a Villôa do seu empreendimento, mais este por teatral ironia se obstinava no seu desígnio. Villôa jogava entre si o desfecho daquele jogo, já se preparando para a situação que lhe adviria da provável iminência de um desgovernado tilere. Não tardou a Villôa ao encontro da sua refofada e, ao mesmo tempo, aguardado sucesso. Villôa foi passeava nas ruas mais publicas e a sua audácia de irresponsável, quando se lhe deparou Sotero, revestido de uma serenidade tragica, que era um seguro indice da sua tremenda resolução.

Em face do inimigo terrível, que se creara com o seu inqualificavel abuso de autoridade, Villôa empalideceu, acovardado. Sotero não lhe deu tempo de reflectir nem falar. Disse-lhe quem era — “eu sou Sotero Veiga” — e despejou-lhe a carga mortal. Ainda o chauffeur da victima feriu ao aggreder, que tambem, desmaiado. Villôa, já tocado pela força da morte, murmurou, arrependido da sua temeridade:

— Vejam como se mata um homem! e caiu, moribundo, nos braços amigos que o amparavam.

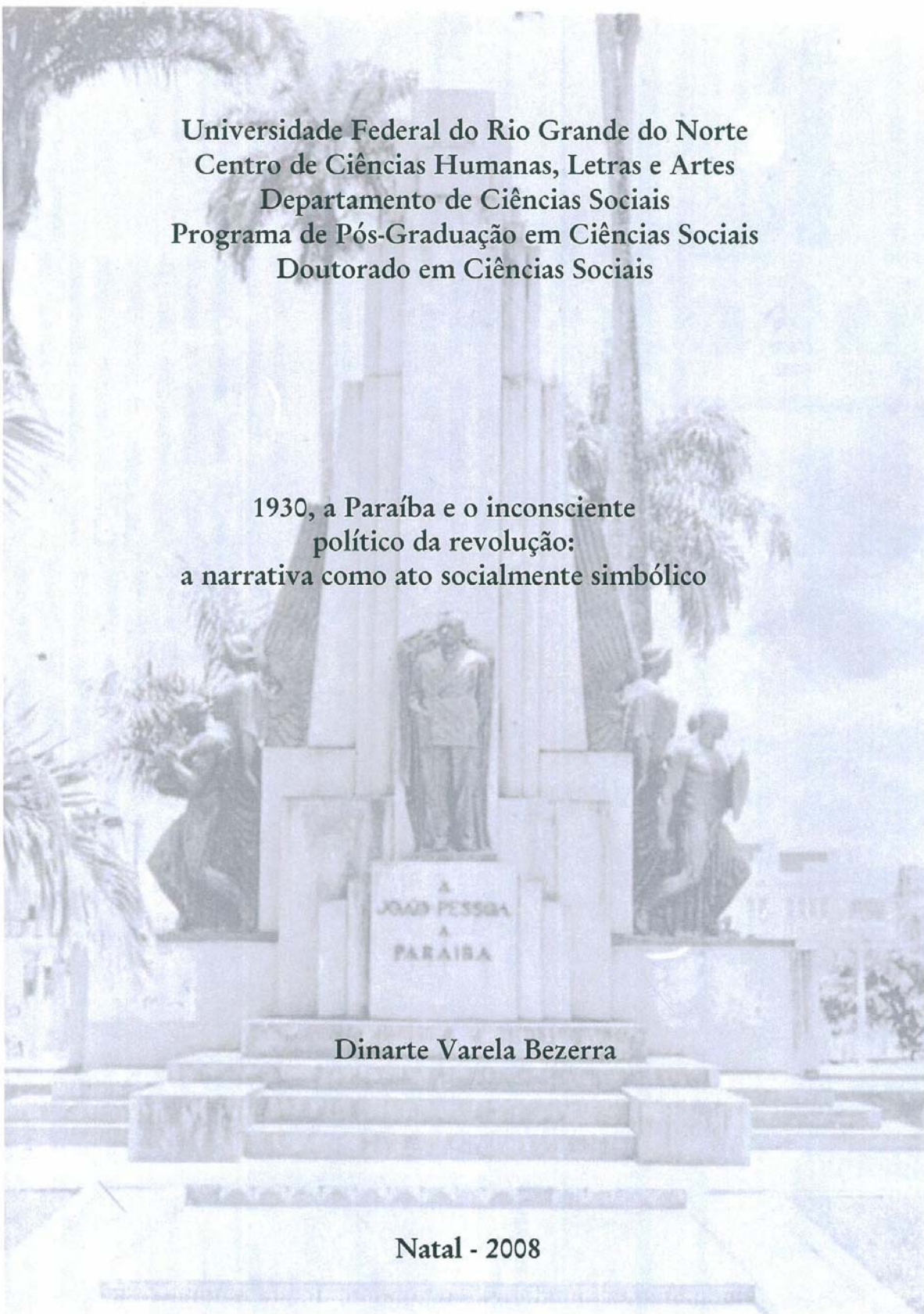


Dinarte Varela Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutorado em Ciências Sociais

2008

A photograph of a large, modernist monument in Paraíba, Brazil. The monument features a central column with a statue of a man at the top, flanked by two large, abstract sculptures. The base is inscribed with 'A JOÃO PESSOA A PARAIBA'. The monument is set against a backdrop of palm trees and a clear sky.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Doutorado em Ciências Sociais

1930, a Paraíba e o inconsciente
político da revolução:
a narrativa como ato socialmente simbólico

Dinarte Varela Bezerra

Natal - 2008

B574m BEZERRA, Dinarte Varela.

1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução:
a narrativa como ato socialmente simbólico/Dinarte
Varela Bezerra/ Natal, 2008.225p.

Orientador: José Antonio Spinelli Lindoso.

Tese (doutorado) – UFRN/CCHLA

1. Sociologia da Cultura. 2. Sociedade Paraibana – narrativa
3. Revolução de 30 – Paraíba. I. Título.

UFPB/BC

CDU 3160.7(043)

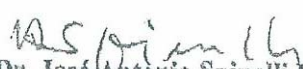
1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico

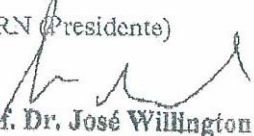
Dinarte Varela Bezerra

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Doutor José Antonio Spinelli Lindoso.

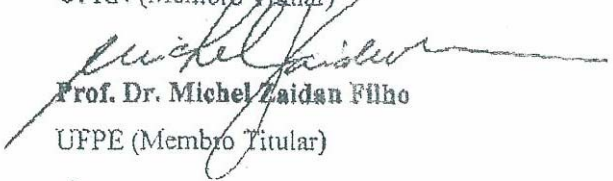
Natal - 2008

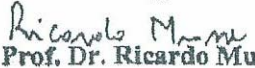
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso
UFRN (Presidente)


Prof. Dr. José Willington Germano
UFRN (Membro Titular)


Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira
UFRN (Membro Titular)


Prof. Dr. Michel Zaidan Filho
UFPE (Membro Titular)


Prof. Dr. Ricardo Musse
USP (Membro Titular)

Para Margarete e Beatriz
meus grandes e e-ternos amores.
E para dona Josefa (*in memoriam*).

Por que só a Revolução de 30, na Paraíba, permanece sob tratamento puramente literário e continua sendo contada na estreita faixa do maniqueísmo representado pelos dois extremos: o **monstro** amarrado no poste para ser apedrejado e o **santo**, intocável, dentro de uma redoma de vidro.

José Joffily

Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a tem a aparência de mentira.

José Américo de Almeida

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

Sim, ainda, a Revolução de 30.....10

CAPÍTULO I

A Revolução de 30 e os artefatos culturais.....23

CAPÍTULO II

1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como
ato socialmente simbólico.....42

2.1. Resoluções romanescas.....81

2.2. Resoluções dramatúrgicas.....112

2.3. Resoluções filmicas.....118

CAPÍTULO III

A pedra do reino e o inconsciente político da revolução.....124

3.1. *A pedra do reino* e os modos de produção textual:
a ideologia da forma.....128

3.2. A tematização do bem e do mal.....147

3.3. Realismo e desejo: Quaderna e a questão do desejo.....165

CAPÍTULO IV

O nome da cidade: Parahyba, capital João Pessoa, Paraíba, capital...?.....183

Considerações finais.....207

Referências.....213

RESUMO

Este trabalho argumenta em defesa do inconsciente político da Revolução de 1930, tese que, necessariamente, passa pela relação que sociedade paraibana mantém com esse seu passado e como este passado através da narrativização alcança na atualidade a liberação de uma verdade reprimida e oculta. E mais, como a parcialidade ideológica gerou o ressentimento político sob a forma do pensar dos adversários na perspectiva do bem e do mal, revelando a contradição social insolúvel da revolução. Esse processo abrange as variadas formas de narrativas, dos produtos da cultura de massa à produção literária, e sob a perspectiva metodológica apontada por Fredric Jameson, todos os textos literários ou culturais podem e devem ser lidos como resoluções simbólicas de verdadeiras contradições políticas e sociais. No caso da Paraíba, teremos resoluções que visam a verdade sobre: os motivos que causaram a morte de João Pessoa, a adulteração e publicidade da correspondência amorosa entre João Dantas e Anayde Beiriz, o oficialmente declarado suicídio de João Dantas – o homem que assassinou João Pessoa; acontecimentos esses que relacionam a Paraíba à Revolução de 1930.

Palavras-chave: narrativa, inconsciente político, Revolução de 30

ABSTRACT

This work is an attempt to show that the ideological conflict that has been developed by the hegemony of the 1930 Revolution historical events in Paraíba, conceptually turned into an insoluble social contradiction. It occurred due to imaginary or formal resolutions of the literature that ended up by altering the epistemological rules of the relation between fiction and reality. The present work is based on „The unconscious politics: a narrative as a socially symbolic act“, book in which all the literary or cultural texts can and should be read as symbolic resolutions to insoluble social contradictions. From string to contemporary literature this phenomenon has been registered by the several ways of textual production turning the 1930 Revolution into one of the main elements which guides the political scene of Paraíba. The ideological groups still centered on the political resentment and committed to a political conflict forged the existence of two historical truths: one which suits the „liberais“, the winners, and another which suits the „perrepistas“, losers of the 1930 conflict.

This work argues in favour of the unconscious politics of the 1930 Revolution. This thesis considers necessarily the relation that the Paraibana society maintains with its past and how this past reaches in the present the liberation of a hidden and repressed truth through its narrativization.

Beyond that, how the ideological partiality generated the political resentment through the way of thinking of the rivals under the perspective of the good and evil reveals its insoluble social contradiction. Process which comprehends varied narrative forms of the mass culture products and literary production, as in the methodological perspective pointed by Fredric Jameson that all literary or cultural texts can and shall be read as symbolic resolutions of true political and social contradictions. In the case of Paraíba we will have resolutions that search for the reasons which caused the death of João Pessoa: forgery and publicity of love letters, dispute over the official version of suicide committed by João Dantas, the man who assassinated João Pessoa.

Keywords: narrative, unconscious politics, 1930 Revolution.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a algumas pessoas e instituições que tornaram possível este trabalho:

Ao Professor José Antonio Spinelli, que, com paciência, soube lidar com minha ansiedade e conduzir a orientação do trabalho.

Ao professores João Emanuel Evangelista e Willington Germano, que acompanharam a evolução deste trabalho desde a disciplina Seminário de Tese ao exame de qualificação, por suas observações e contribuições pertinentes.

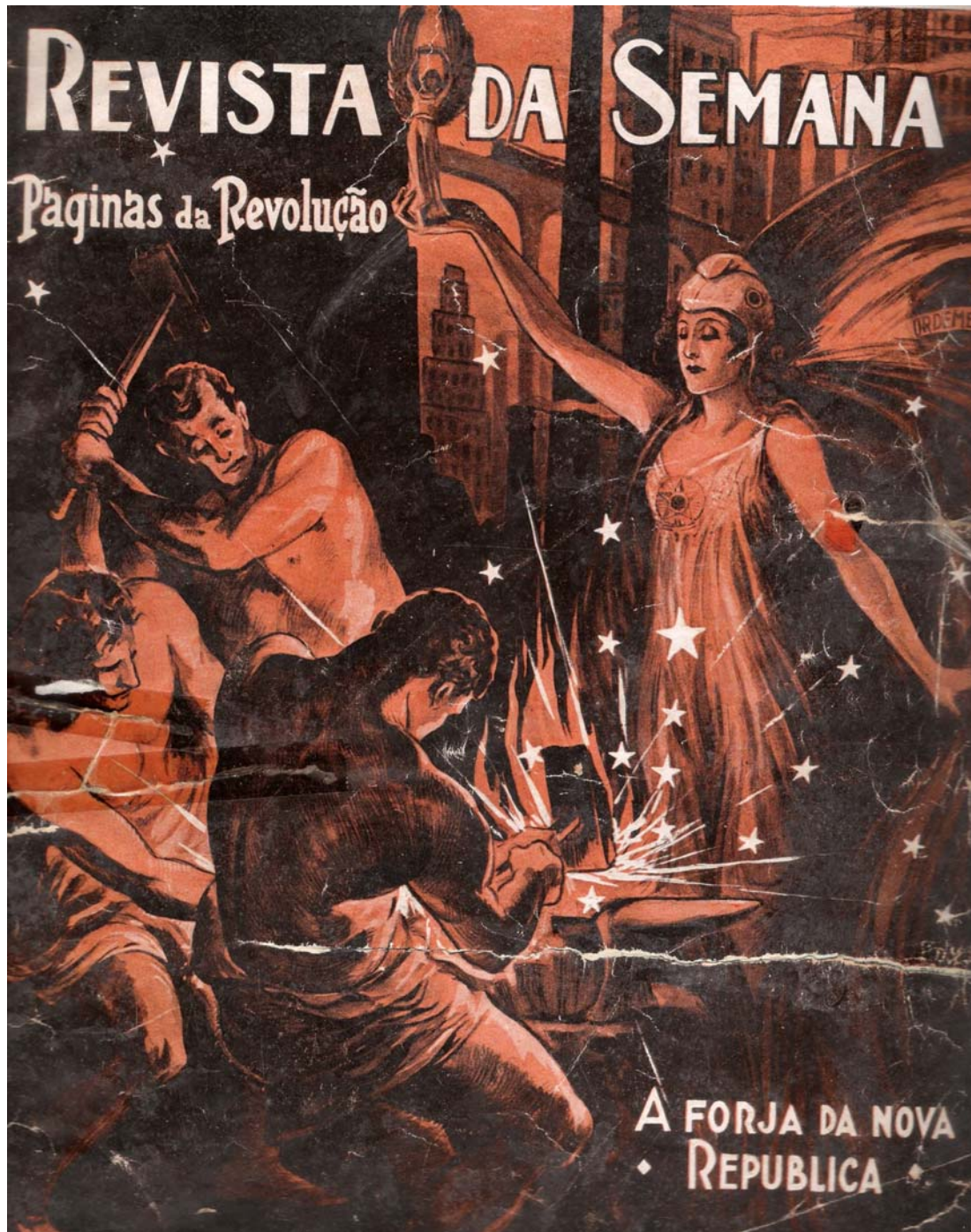
A Ricardo e Ana, José David, Lula Mousinho, Zé Luis, Derval, Galdino, Josinaldo Malaquias, José Flávio, Cida e Jaldes, Jozenaldo, Fabiana, Geraldo, Otânio, Maria Célia, Graça Amaro, Alômia, Edmilson, Raí, Glória, Bertrand, Silvana e Ricardo Araújo, Henrique França, Marcelo Sobral e aos bibliotecários do setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central da UFPB, amigos, colegas e conhecidos incentivadores desta minha peleja.

A todos os colegas do Departamento de Comunicação Social e Turismo da UFPB, pelo bom ambiente acadêmico e luta por um departamento melhor.

A CAPES, por ter cedido uma bolsa do extinto programa PICDT, sem a qual a pesquisa teria sido muito mais difícil.

A Beatriz e Margarete pelo amor e gratidão de uma vida em comum.

INTRODUÇÃO



Outubro/Novembro de 1930

Sim, ainda, a Revolução de 30

INTRODUÇÃO: Sim, ainda, a Revolução de 30.

O conteúdo já é concreto, na medida em que é, essencialmente, experiência social e histórica, e podemos dizer que nossa operação interpretativa ou hermenêutica o que o escultor disse de sua pedra, que bastava remover todas as porções excrescentes para que a estátua surgisse, já latente no bloco de mármore.

Fredric Jameson

A Revolução de 30 é uma fonte inexaurível de narrativas. Quando se pensa que nada mais se poderia dizer diante do muito que já foi dito, alguma coisa ainda resta, como uma lacuna que solicita uma última palavra para ser preenchida, tal qual o inconsciente que necessita da linguagem para se expressar como pensamento. É através da interpretação política dessas narrativas que o inconsciente é liberado, e funda-se a hipótese do nosso trabalho: a Revolução de 30 como uma contradição social insolúvel.

A produção das narrativas referentes à Revolução de 30, na Paraíba, é bastante singular. Ela se funda numa cadeia de informações (significantes) que permanecem em constante conflito com o conteúdo (significado), gerando o sintoma de uma contradição que ao passar dos anos foi se reproduzindo e se constituiu em um sistema de valores que, mediado pelas narrativas que a linguagem contempla como representação do mundo, sejam elas jornalística, literária, dramaturgical ou cinematográfica, rompe o silêncio e comunica à sociedade uma realidade que permanecia reprimida e oculta. A realidade reprimida e oculta que as narrativas ficcionais, através de suas resoluções imaginárias, trazem à superfície do texto questionando o saber sobre a Revolução de 30, atitude que serve de campo fértil a contradição que se apresenta e se reproduz em diversas obras, autores e épocas diferentes, expressando, assim, um saber em contraposição aos discursos históricos e historiográficos que consagraram a verdade da Revolução de 30 como um domínio da

memória a serviço dos vencedores. É esta relação que contradição entre a realidade e a ficção que mantém o embate ideológico sempre revigorado e vivificante como elemento norteador do imaginário, e a Revolução de 30, indubitavelmente, continua a empolgar o debate político na Paraíba. Ao contrário do que já se havia afirmado, a Revolução de 30 ainda não acabou. Ela sobrevive no debate que vem sendo travado sobre o nome da capital paraibana, troca simbólica que alinha a Paraíba ao movimento da Aliança Liberal e, em seguida, à revolução. Revolução¹ que sobrevive pela relação que a sociedade mantém com seus artefatos culturais e pelo ressentimento que diversos agentes sociais manifestam em suas mensagens hostis, que se apresentam como contradição nos discursos ideológicos, fomentando o debate sobre a verdade que seus discursos encerram no processo de formação hegemônico na política e na cultura.

São por estas frestas que a hipótese de nosso trabalho se inscreve ao demonstrar, mais do que argumentar, como a Revolução de 30 tornou-se ao longo dos anos em uma *contradição social insolúvel*. Esse conceito será construído segundo as recomendações que compõem o *inconsciente político*, modelo interpretativo proposto por Fredric Jameson no livro do mesmo título e que inspira o aporte teórico metodológico da nossa tese.

A interpretação política das narrativas, articulada por Fredric Jameson como ato socialmente simbólico, constitui o modelo teórico para uma nova hermenêutica: o *inconsciente político*. O método é concebido como uma tomada de posição teórica e política em oposição às abordagens pós-estruturalistas dominantes nas universidades estadunidenses. Na argumentação de Jameson, o *inconsciente político* não é uma teoria de apoio aos métodos já existentes, como o psicanalítico, o mítico-crítico, o estilístico, o ético ou estrutural, mas sim aquele “horizonte absoluto de toda

¹ O que aconteceu em 1930, não foi uma revolução no sentido político do termo, mas uma convenção na troca da facção de classe na administração do Estado.

leitura e de toda interpretação,”² postura que Jameson justifica ao afirmar: “nada existe que não seja social e histórico – na verdade, de que tudo é, “em última análise,” político.”³ Ele instaura a estratégia interpretativa do *inconsciente político* e pressupõe o processo interpretativo e sua forma de apropriação do objeto:

nunca realmente abordamos um texto de imediato, em todo seu frescor como coisa em-si mesma. Em vez disso, os textos se nos apresentam como o “sempre-já-lido”; nós os apreendemos por meio de camadas sedimentadas de interpretação prévias, ou – se o texto é absolutamente novo – por meio de hábitos de leitura sedimentado e categorias desenvolvidas pelas tradições interpretativas de que somos herdeiros.⁴

O ato interpretativo, na perspectiva crítica de Jameson, exige a decifração alegórica, e nele o texto interpretado é re-escrito por um determinado código mestre presente a sua própria textualidade, com a finalidade de agrupar o que existe de ideológico no objeto. Uma vez interpretado, ele pode denunciar as formas de opressão de um sistema cultural dominante. Produzem-se, assim, explicações e conhecimento acerca da realidade social no seu contexto histórico-cultural, conferindo visibilidade à prática interpretativa, pois é somente “quando trazemos para a superfície do texto a realidade reprimida e oculta dessa história fundamental, que a doutrina de um inconsciente político encontra sua função e sua necessidade.”⁵

A narrativa ocupa o ponto principal na teoria do *inconsciente político*, pois é em torno dela que Jameson reestruturou a problemática da ideologia, do inconsciente, do desejo, da representação, da história e da produção cultural, por considerá-la responsável pela principal atividade ou instância central da mente humana⁶. O resultado é o estabelecimento da linguagem como ato essencialmente

² JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p. 15.

³ *Ibidem*, p.18.

⁴ *Ibidem*, p.9.

⁵ *Ibidem*, p.18.

⁶ *Ibidem*, p.13.

simbólico, ideologicamente explicitando a relação dos textos com a produção material da realidade e com os valores ideológicos que lhe conferem representação na vida dos indivíduos e sua relação imaginária com o real. Mesmo que a noção de real se insurja contra a representação, é pela simbolização da linguagem que a história é representada. A resolução para esta problemática, na proposição teórica de Jameson, está na reformulação crítica do conceito de causalidade expressiva, atribuída a Louis Althusser, segundo o qual a História como causa ausente é um processo sem sujeito e sem *telos*:

A devastadora negatividade da fórmula althusseriana é enganosa à medida que pode prontamente ser assimilada aos temas polêmicos de uma legião de pós-estruturalismos e pós-marxismos contemporâneos, para os quais a História, aqui tomada no mau sentido – a referência a um “contexto” ou a um “campo”, um certo mundo real externo, a referência, em outras palavras, ao próprio tão criticado “referente” –, é simplesmente mais um texto entre outros, algo encontrado nos manuais de história e na apresentação das seqüências históricas tão amiúde chamadas de “história linear”. O que a própria insistência de Althusser na História como causa ausente deixa claro, mas que está ausente da fórmula canônica, é que ele nem de longe chega à conclusão tão em voga de que, se a História é um texto, o referente não existe. Portanto, propomos a seguinte formulação revisada: que a História não é um texto, ou uma narrativa, mestra ou não, mas que como causa ausente, é-nos acessível apenas sob a forma textual, e que nossa abordagem dela e do próprio Real passa necessariamente por sua textualização prévia, sua narrativização no inconsciente político⁷.

É na mente do indivíduo que o real, como instância da representação imaginária ou simbólica, é estruturado como linguagem homóloga ao próprio inconsciente que está sempre pronto para processar as mensagens desejadas ou permitidas pelo significante a tomar a forma textual, simbólica.

A atividade hermenêutica do *inconsciente político* pode ser adotada em horizontes semânticos distintos para a interpretação dos textos literários ou culturais percebidos como reajuste ou *performance* da consciência, processo onde a linguagem tem a função de mediação nos confrontos políticos que visam superar a contradição que

⁷*Ibidem*, p.31.

os discursos ideológicos apresentam em três horizontes metodológicos convergentes que organizam o *inconsciente político*:

três molduras concêntricas, que marcam uma ampliação do sentido do campo social de um texto por meio das noções, em primeiro lugar, de história política, no sentido estrito do evento pontual e de uma sequência semelhante a uma crônica dos acontecimentos ao longo do tempo, e, em seguida, da sociedade, no sentido agora já menos diacrônico e sujeito ao tempo de uma tensão e de uma luta constitutivas entre as classes sociais, e, por fim, da História agora concebida em seu mais amplo sentido de sequência de modos de produção e da sucessão e destino das várias formações sociais humanas, da vida pré-histórica a qualquer tipo de História futura que nos aguarde.⁸

O sentido fundamental de um texto, no argumento acima, observa Anderson, possui uma hierarquia “que vai do fundamental ao superficial: econômico → social → político.”⁹ E Jameson começa com a caracterização deste último horizonte semântico ou interpretativo, chamando a atenção para o fato de que é somente nele, o estritamente político:

que a história é reduzida a uma série de eventos pontuais e de crises ao longo do tempo, à agitação diacrônica do ano-a-ano, os anais semelhantes a crônicas da ascensão e queda dos regimes políticos e dos modismos sociais, e a apaixonada imediatez das lutas entre os indivíduos históricos –, que o “texto”, ou objeto de estudo, tenderá a coincidir com a obra literária individual ou o artefato cultural.¹⁰

É neste horizonte que a história factual tomada como texto individual ou literário é interpretada como ato simbólico, concebida como resolução imaginária que busca resolver os conflitos reais da sociedade que perduram ao longo do tempo. Essa produção textual ou forma do ato estético é também considerada em “si mesmo ideológico e a produção da forma estética ou narrativa deve ser vista como um ato

⁸ *Ibidem*, p.68.

⁹ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p. 145.

¹⁰ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p.70.

ideológico em si próprio, com a função de inventar “soluções” imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis.” ¹¹

O conceito de contradição assume a forma da *aporia* ou de *antinomia*. Sendo esta última a que estabelece a categoria fundamental de contradição, Jameson recomenda o esquema semiótico de Greimas que utiliza a combinação das oposições binárias, que possuem entre si relações hierárquicas *entre contrários, contraditórios e de implicação*.¹² O uso desse esquema possibilita a organização do uso ideológico das oposições binárias ou antinomias. Esta articulação permite que uma consciência em seu limite ideológico possa ser descrita e sua atuação rastreada, marcando “os pontos conceituais além dos quais essa consciência não pode ir, e entre os quais está condenada a oscilar¹³.” Essa operação de mapeamento é denominada de fechamento ideológico, e direciona-se:

fortemente para o lado avesso ou impensé ou nondit, em suma, para o próprio inconsciente político do texto, de modo que os seus semas dispersos deste – quando reconstruídos segundo este modelo de fechamento ideológico – nos direcionam insistentemente ao poder informativo das forças ou contradições que o texto busca, em vão, controlar ou dominar (ou manipular...), totalmente. ¹⁴

Pode-se também articular conceitualmente este horizonte político pelos conflitos coletivos nos quais a burguesia apresentou-se como protagonista em oposição à oligarquia latifundiária ou ainda pela rivalidade das forças transnacionais do capitalismo e do comunismo, assim como os vários tipos de nacionalismo que ambas forças representam.

¹¹ *Idem*, p.72.

¹² GREIMAS, A. J. O jogo das restrições semióticas. In: *Sobre o sentido: ensaios de semiótica*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar | e outros | . Petrópolis: Vozes, 1975. pp.126-143.

¹³ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira São Paulo: Ática, 1992. p.43.

¹⁴ *Ibidem*, p.44.

É neste horizonte que o campo simbólico, com seus recursos textuais, sob a máscara das palavras, oculta suas alegorias, suas metáforas, para poder desnudar o *Outro* – que é o objeto de que se fala através de fábulas, sátiras, dramas, tragédias – e desafia a história e a denúncia como manipulação política na construção de uma realidade que por muito tempo manteve uma outra reprimida que, por sua vez, encontrou na ficção uma das formas privilegiadas trazer esta realidade reprimida à superfície do texto, fazendo da narrativa um ato socialmente simbólico na criação de novas possibilidades interpretativas. A abertura que é vetada à historiografia fechada e mortificada pelo cânone oficial.

É na perspectiva deste horizonte metodológico que as resoluções imaginárias para os acontecimentos políticos que desembocaram na Revolução de 30 serão articuladas como atos simbólicos. Essas resoluções consolidam a revolução como um dos acontecimentos mais significativos eventos do País no século XX e o mais importante já acontecido no “sublime torrão” paraibano, permanecendo a frequentar o seu imaginário. A afirmativa é bastante plausível, dada a vasta produção de narrativas que os artefatos culturais que nos contemplam com suas resoluções simbólicas sobre a Revolução de 30 na Paraíba. Muitos desses artefatos exprimem a verdade ficcional de forma tão realista – tal a intensidade e consistência das narrativas –, que as resoluções imaginárias acabam por rivalizar com a verdade da história, numa relação que fomenta o surgimento da contradição social da revolução; o confronto entre as verdades originadas pelas narrativas de ficção (literatura, cinema e dramaturgia) e a história é um embate que organiza esforços entre historiadores, escritores, críticos literários, jornalistas com a função de distinguir o que é a verdade na ficção e a verdade na história, recolocando nos trilhos a *verdade verdadeira* da história oficial.

No conjunto das verdades em conflito, encontram-se os motivos para a morte de João Pessoa, do assalto à residência de João Dantas, da publicação de sua correspondência particular no jornal *A União*. Desconfia-se que as cartas dando conhecimento de posse de dinheiro público pela família Dantas foram forjadas ou adulteradas, assim como, principalmente as cartas amorosas atribuídas a João Dantas e Anayde Beiriz, afixadas na Delegacia de Polícia. Tem-se ainda a conflituosa versão de suicídio do homem que matou João Pessoa, João Dantas, na Penitenciária do Recife. Conflitos que permanecem como alvo de resoluções simbólicas pelos artefatos culturais, para em seguida ganhar, pela crítica, o debate político sobre o que foi verdade e o que permanece como não-verdade. Essas resoluções encontram-se articuladas no segundo capítulo, *1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: as resoluções imaginárias*, abrangendo os subitens 2.1, as resoluções romanescas, 2.2, resoluções dramatúrgicas e 2.3, as resoluções filmicas.

A narrativa como ato socialmente simbólico corresponde a uma ação física que deixou de ser concretizada no mundo real e que se realiza plenamente na esfera da ficção, visando uma determinada realidade, através de resoluções imaginárias. No nosso caso, as resoluções imaginárias têm como preocupação fundamental o destino da Paraíba sob o signo da revolução, abordagem que deve ser apreendida como uma ação ideológica, cuja mensagem deve atingir um objetivo específico: a contradição.

Através do segundo horizonte – o social –, o texto literário, ou cultural, apreendido como discurso coletivo, ou de classe, é transformado em expressão de pouco mais que uma *parole* individual ou enunciado ideológico tomado como a menor unidade inteligível proferido em atenção ao antagonismo das classes ou grupos sociais em oposição. Essa unidade mínima discursiva Jameson chamou de *ideologema*, conceito que corresponde a uma:

formação anfíbia, cuja característica estrutural essencial pode ser descrita como uma possibilidade de se manifestar como uma pseudo-ideia- um sistema conceitual ou de crença, um valor abstrato, uma opinião ou um preconceito ou como uma protonarrativa, uma espécie de fantasia de classe essencial em relação aos “personagens coletivos” que são as classes em oposição”¹⁵

Nesta perspectiva, Jameson enfatiza o dialógico, processo que permite a reabilitação das culturas marginalizadas ou não hegemônicas ao desvelar que a existência de uma cultura genuína só existe no campo da ideologia e na universalização dos sistemas conceituais. Elaboração que tende, neste diálogo de classes, a perpetuar apenas uma voz, a voz da classe ou do segmento hegemônico. A organização do discurso hegemônico dá forma ao elástico conceito de *ideologema*.

A apreensão dos *ideologemas*, afirma Jameson, pode assumir a aparência de um sistema filosófico ou de texto cultural. Como analista, Jameson iniciou o inventário desses *ideologemas* ao identificar: “aquele ideologema fundamental do século XIX que ele nomeou de a “teoria” do ressentimento e ao desmascarar a ética binária entre o bem e o mal como uma das formas fundamentais do pensamento ideológico da cultura ocidental”.¹⁶ É o pensamento simbólico que expressa como aquele sujeito diferente de mim pode ser pensado como o mal por colocar em risco a minha existência. O trabalho de identificação dos *ideologemas* permanece em aberto, e a tarefa de identificá-los e registrá-los, caso ainda não tenham sido identificados, cabe aos analistas dos estudos culturais.

Sob esta perspectiva, abordamos na primeira parte do capítulo dois, as antinomias verdade/mentira no processo de construção do conhecimento sobre a Revolução de 30 como parte constitutiva do saber historiográfico e ficcional. Tal conflito mobiliza a sociedade em busca de soluções, que acaba, porém, por repetir as

¹⁵ *Ibidem*, p.80.

¹⁶ *Ibidem*, p.80.

mensagens ideológicas dos discursos que reproduzem o sintoma da contradição, ou seja, a verdade da ficção como um sistema de valores que objetiva furar o bloqueio do saber dominante na política e cultura.

Ainda no capítulo dois, abordamos, como reflexo do espelho do ressentido, o uso ético da antinomia do bem e do mal na demarcação ideológica das identidades que representam os grupos envolvidos nos conflitos de 30. E, no subitem 3.2, *A tematização do bem e do mal*, do capítulo três, veremos como o bem e o mal são utilizados no sistema literário de Suassuna ao explorar a representação dos liberais e perrepista através da cultura popular.

Com o terceiro horizonte, nomeado por Jameson como – *ideologia da forma* –, a História é concebida como a sucessão dos vários modos de produção nas diversas formações sociais. Esse horizonte é caracterizado de forma absoluta, totalizadora e transcendente aos demais horizontes:

é antes a unidade abrangente de um único código que elas têm que compartilhar e que assim caracteriza a unidade mais ampla do sistema social. Este novo objeto – código, sistema de signos ou de produção de signos e códigos – torna-se assim um índice de uma entidade a ser estudada, que transcende em muito os anteriores, referentes ao estritamente político (o ato simbólico), ao social (o discurso de classe e o ideologema), e a este objeto que propusemos designar como o “histórico”, no sentido mais amplo da palavra. Aqui, a unidade organizadora será o que a tradição marxista chama de modo de produção¹⁷.

¹⁷ *Ibidem*, p.81.

Jameson parte do pressuposto de que o desenvolvimento histórico-social dá-se de modo sincrônico, de forma que vários modos de produção coexistem sob o domínio de um deles. O texto literário ou cultural pode ser interpretado mediante “as mensagens específicas emitidas pelos vários sistemas de signos que coexistem em um dado processo artístico, bem como na formação social geral.”¹⁸

A *ideologia da forma* é determinada na apreensão da “contradição determinante das mensagens específicas emitidas pelos vários sistemas de signos que coexistem em um dado processo artístico, bem como na formação social geral.”¹⁹ A contradição neste horizonte é apreensível como um campo de forças em que a dinâmica de distintos sistemas de signos é registrada em um mesmo processo textual, e como lembra nos lembra Jameson: “o que chamamos de um “modo de produção” não é um modelo producionista, e isto sempre vale dizer.”²⁰

No capítulo três, *O inconsciente político e o romance A pedra do reino*, que essa orientação metodológica, a *ideologia da forma*, será abordada ao seguirmos a historicização do gênero romanesco como forma narrativa. Processo didático e paradigmático que faz do romance do paraibano um gênero único e inclassificável que navega entre os gêneros da cultura erudita e o romanesco popular de pura diversão e distração dos contadores de casos. O romance de Suassuna possui uma força extraordinária de produção textual que chega a ser compulsiva. É incrível como a narrativa de forma não linear livremente se associa a uma lógica interna produzindo novo sentido a cada ida e vinda de seu caleidoscópio narrativo. Ao piscar dos olhos, pode-se perceber um Suassuna tão arcaico quanto moderno. Arcaico por simular uma

¹⁸ *Ibidem*, p.90.

¹⁹ *Ibidem*, p.90.

²⁰ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, p.402.

instituição narrativa antiga, genuína como forma de relação social com um narrador que conta sua história a ouvintes cara a cara, relação sobrevivente das sociedades arcaicas que não dominavam o código da escrita. Prática que resiste em nossa sociedade, apenas como registro da memória popular²¹. Relação que vem se deteriorando com o avanço da mercantilização da literatura e da cultura que resultou no livro impresso que não carece mais da presença do contador de história. Portanto, a experiência com o romance tornou-se um ato individual, realçando o moderno na reorganização textual que gera uma estética e um ato genuinamente histórico com discussões acerca do capitalismo.

No primeiro capítulo, temos a recepção dos artefatos culturais e a relação que eles mantêm com a sociedade que a retratam. No último capítulo, a discussão sobre o nome da cidade – João Pessoa – volta à cena como um código ideológico que serve para manter a Revolução de 30 sempre em debate e a imaginação em pleno fervor. Por isso, sim, ainda, a Revolução de 1930.

²¹ Como relata Altamar Pimentel em *Presença do romancista peninsular no Brasil*: “Tia Beta possui o dom do fascínio. Encantou-nos com sua sabença de romances, xácaras, contos populares e tanta coisa mais que dos seus 71 anos guardou. Com ela salvou-se acervo inestimável de cultura do povo, que ela transmite com uma alegria apaixonante.” *Jornal da Paraíba*. Campina Grande, 17 Jun. 2001. Vida e arte. P.4.

Edição de hoje
12 páginas

A União

DIRECTOR INTERNO:
DE JESUS GOMES
ANNO XXXIX

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO
PARAHYBA — Quarta-feira, 23 de julho de 1930

REVELANDO A ALMA TORTUOSA DOS CONSPIRADORES CONTRA A ORDEM E A DIGNIDADE DE NOSSA TERRA

Os sensacionais documentos apprehendidos pela
polícia na residência do sr. João Dantas

toria
as de
interi
Z. A
ver f
Quar
os es
O
sco. E
luto.
de
co. -
to m
O
Dant
diar
cois
de
f. 110

O governo auctoriza-nos a estampar
alguns dos documentos encontrados,
e é o que vamos fazer, chamando a
atenção dos parahybanos para tão
frizantes demonstrações de duplici-
dade, das miserias e traições dos
vis adversarios da ordem em nossa
terra.

“A União” 23.07.1930

Capítulo I

A Revolução de 1930 e os artefatos culturais

As palavras vivem séculos; as atitudes também. No entanto, quando as palavras designam atitudes, os séculos se tornam mais complexos.

Mário Benedetti

As sociedades constroem suas narrativas pela importância dos acontecimentos que as consagram no desenvolvimento histórico-cultural, conferindo-lhes identidade. A capital paraibana – João Pessoa – é o registro de um campo semântico que fundou uma época que não reconhece seu lugar no passado.

A Revolução de 1930 está sempre no presente com a representação de seus nomes e seus símbolos cívicos, seus monumentos, seus edifícios, suas praças, como uma escritura da Revolução de 30, pois o espaço como produto social reflete as ideologias, e, como tal, a capital paraibana, que sempre esteve à mercê das reestruturações políticas, nos relata seus acontecimentos histórico-políticos e econômico-sociais, como exercício do poder humano.

Mudanças espaciais foram desencadeadas no processo apologético em torno de João Pessoa, a capital será renomeada com seu nome oficialmente a 04 de setembro de 1930. A praça comendador Felizardo Toscano de Brito também foi rebatizada com o nome de João Pessoa e, no centro dela, um monumento ao “mártir” da revolução, construído de corpo inteiro em bronze e granito, de autoria de Umberto Cozzo.

O processo de narrativização da Revolução de 30 na Paraíba nos relata a história de uma guerra civil: a revolta de Princesa e o assassinato de João Pessoa,

presidente (governador) do Estado da Paraíba (1928-1930). Acontecimentos que para muitos serviram como estopim para a deflagração da Revolução de 30, e este último acontecimento permanece como o mais importantes do século passado, por envolver de forma especial a Paraíba, colocando-a no cenário nacional, e está encalacrado na memória e na produção cultural paraibana.

A Revolta de Princesa visava a intervenção federal no governo da Paraíba, atitude que pode ser compreendida como manobra política do coronel José Pereira e seus aliados, os Pessoa de Queiroz, parentes de João Pessoa. Estes construíram um vasto império mercantil, como representantes dos interesses de várias multinacionais, que abrangia a importação de farinha de trigo, os negócios do ramo da indústria automobilística ao ramo do petróleo, com o próprio José Pereira representante da *Esso* na cidade de Princesa. Os Pessoa de Queiroz controlavam, pelo porto do Recife, a exportação da produção primária do Nordeste como o açúcar, peles e algodão. Império que começaria a ruir com a reforma tributária de João Pessoa. Foi no contexto do conflito armado entre a milícia particular do coronel José Pereira e a Polícia Militar paraibana que ocorreu o assassinato de João Pessoa, a 26 de julho de 1930, por João Dantas, aliado de José Pereira, na cidade do Recife.

Alega-se como justificativa para este crime a série de reportagens divulgadas pelo jornal *A União*, órgão oficial do governo, no período de 22 a 26 de julho de 1930, com seguinte título: “Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade de nossa terra.” E como subtítulo: “A policia apreendeu armas e sensacionaes documentos na residencia do sr. João Dantas. Uma reportagem impressionante”²². Os documentos apreendidos na invasão da residência de João Dantas implicaram a sua família em desvio de verbas federais e, particularmente, João

²²Mantemos a grafia de época.

Dantas e Anayde Beiriz no mais famoso escândalo político e sexual na Paraíba, devido a “um caderninho, o qual jamais poderá ser revelado de público por encerrar tendências mais vis de um doente sexual.”²³ A resposta imediata, tida como vingança, foi o assassinato de João Pessoa por João Dantas.

Matérias tidas como impressionantes, ainda hoje freqüentam as páginas da imprensa paraibana em calorosos debates para se saber se existiram ou não, entre os “sensacionais documentos”, as cartas amorosas do homem que matou João Pessoa trocada com a Anayde Beiriz, então, sua noiva.

Outros jornais coadjuvantes, mas não menos importantes com atuação na Paraíba, em 1930, fazem parte da promoção das idéias revolucionárias. Entre eles estão o *Jornal do Norte* – político e noticioso –, de propriedade de Café Filho, que veio a Paraíba para promover a campanha da Aliança Liberal²⁴, e ficou até a eclosão do movimento de 30; outro, o *Correio da Manhã* – jornal de livre opinião –, que tinha como redator-chefe Aderbal Piragibe e *O Liberal*, todos estes seguindo a orientação da Aliança Liberal. Dos jornais perrepistas, apenas se sabe da existência do jornal *O Norte*, que foi empastelado por não fazer a defesa das mudanças políticas pretendidas por João Pessoa, e outro em Campina Grande. Em pesquisa, não encontramos nenhum exemplar daquela época, diferentemente dos jornais liberais, encontrados com facilidade.

Logo após a morte de João Pessoa, os jornais liberais se empenharam em pregar a derrubada dos governos de Washington Luiz e de Álvaro de Carvalho, vice de João Pessoa, que assumira o governo da Paraíba e que, não querendo se juntar aos

²³Comentários de Ademar Vidal em *João Pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro:Graal, 1978.p.248. Mas em *O incrível João Pessoa*, edição de 1931, a página 242, Adhemar Vidal comenta sobre os documentos: “Alguns foram publicados. Outros jamais poderão ser revelados de publico porque encerram as tendências mais vis de um lúbrico e de um doente mental.”

²⁴ Coligação política que concorreu à presidência da república em chapa encabeçada por Getúlio Vargas com João Pessoa na vice-presidência, perdendo as eleições para Júlio Prestes e Vital Soares. Depois do assassinato de João Pessoa, a Aliança Liberal é rearticulada com o objetivo de tomar o poder pela força. Vitoriosa, ficou conhecida como Revolução de 30.

revolucionários, tornou-se um sujeito indesejado à frente de uma maioria que conspirava a revolução. Como veremos mais adiante, Álvaro de Carvalho irá resistir a sancionar os projetos que tratavam da mudança do nome da capital paraibana e da bandeira do Estado. Essas mudanças são articuladas pelo *Jornal do Norte* e o *Correio da Manhã*.

O *Jornal do Norte* mobiliza a juventude em concurso para estudantes, com a seguinte pergunta: “O que foi para a Mocidade o governo do dr. João Pessoa?” Concurso este, no início, dirigido apenas às moças da Escola Normal e do Colégio Nossa Senhora da Neves, sendo logo reivindicada a participação dos rapazes do Lyceu Paraibano. Entretanto, quem ganhou o concurso foi a normalista Izabel de Almeida Albuquerque, com a resposta que conseguiu resumir o absoluto sentimento dos paraibanos: “Foi tudo, porque não há religião sem Deus nem pátria sem João Pessoa”. Este sentimento religioso é mobilizador e ostensivo.

A presença das mulheres paraibanas é marcante. Elas se empenham nas campanhas em apoio à mudança do nome da capital, formando “uma prestimosa comissão de senhoras e senhoritas da nossa mais alta sociedade que está promovendo o movimento nesse sentido.”²⁵ Contribuem ainda para a mudança da Bandeira e Hino do Estado, na arrecadação de dinheiro para ereção de monumentos e na veneração de João Pessoa junto ao Altar da Pátria, monumento no qual todos os Estados estão representados em homenagem ao morto. Comovida, uma grande parte dos jornais no país acentua com grande repercussão a dolorosa morte do “apostolo, heroe e martyr” João Pessoa, mas é no jornal *Correio da Manhã*, através das matérias especiais do jornalista e Deputado Federal Raphael Côrrea de Oliveira²⁶, que encontramos o uso

²⁵ *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1930.

²⁶ O jornalista e Deputado Federal Raphael Côrrea de Oliveira, quatro dias após a morte de João Pessoa, publica artigo enaltecendo-lhe o caráter e, com oportunismo, prega a Revolução Liberal: “João Pessoa

político da morte de João Pessoa, relacionando-a às questões de caráter nacional, do porto de Cabedelo (PB) ao Distrito Federal (RJ). A responsabilidade sobre a morte de João Pessoa é atribuída ao presidente Washington Luiz²⁷, como pregou o deputado Lindolfo Collor da Tribuna da Câmara dos Deputados para espanto do plenário: “Presidente da República, que fizeste do presidente da Paraíba?”

Estava aí configurada a importância de João Pessoa, transformar-se em bandeira para a revolução, a oportunidade que faltava para se justificar a tomada do poder:

Até hoje, por razões ideológicas dos vencedores de 1930, ou por motivos locais e de interesse próprio, João Pessoa tem sido elevado a fator fundamental de um processo renovador intenso na Paraíba, além de ser apresentado como elemento determinante da Revolução de outubro. Num e noutro caso, apressadamente, não podemos acentuar demasiadamente e nem menosprezar a sua presença, mas, encará-la objetivamente dentro de cada um dos casos. Seu papel na Revolução de 30 é epidérmico, [...] ponderável é o fato do qual participa involuntariamente: seu assassinato e a posterior repercussão. Sua morte é devido a razões pessoais, mas é denunciada como produto da política anti-Aliança Liberal, o que galvaniza novamente o processo conspiratório, processo que estava em declínio....Mas no caso particular, além destes recursos, legais e de força, são usados outros instrumentos, que muitas vezes chegam até a vilania pessoal, como é o caso de João Pessoa, quando publica cartas amorosas e íntimas de João Dantas - para espanto geral, no próprio Diário Oficial. É este incidente que provoca o assassinato do Governador e que servirá de pretexto para a Revolução de outubro, pois, propositadamente, procura-se confundir a morte de João Pessoa com a política federal de Washington Luis.²⁸

caiu invencível, ele só, dentro da tempestade que devasta a dignidade brasileira. Bela figura de tragédia, homem - expoente das energias mais vivas de uma época - perfil singular de lutador consciente e sereno ele morre redimindo o Brasil do aviltamento a que o reduziram os ladrões, os bêbados e os devassos que se apoderaram da República. O exemplo desse sacrifício repontará amanhã em frutos da Revolução vitoriosa, o sol da liberdade iluminando a paz de um povo que ressurgiu do banho de sangue.” Originalmente publicado no *Diário da Tarde* em 30.07.1930 e republicado pelo jornal *A União* sessenta e sete anos depois, por ocasião do retorno dos restos mortais de João Pessoa e de sua esposa à Paraíba, em 26 de julho de 1997, conservando o título original do artigo: *A hiena e seu último cadáver*. Vide também, Barbosa Lima Sobrinho em *A verdade sobre a Revolução de outubro - 1930*. São Paulo: Alfa - Omega, 1983, p.127.

²⁷ “Não! O criminoso está no Catete!” Manchete do jornal *Correio da Manhã*, edição de 02 de agosto de 1930.

²⁸ CARONE, Edgar. João Pessoa - Objetividade histórica em torno de um fenômeno apologético. *Horizonte*. João Pessoa, Ano 3, n.8, p. 296-301, jul./set.1978.

Da Parahyba ao Rio de Janeiro, João Pessoa morto torna-se ator de um grande espetáculo, para o qual foi compulsoriamente convidado para representar o papel de “redemptor do Brasil”, “o inolvidável”, “o grande e bravo João Pessoa”, “o santo civil paraibano”, “o apóstolo, profeta e messias”, que chegou ao ponto de “doar a vida em holocausto à nação²⁹”, numa espécie de suicídio altruísta que o consagrou como mártir das liberdades democráticas no Brasil. O corpo de João Pessoa, ao chegar na capital da República, será recebido por discursos emotivos e objetivos na conquista das massas:

– No esquife que aí vedes, não está o corpo de um grande cidadão, mas o cadáver da Nação! João Pessoa (...) tu és o pendão vermelho da nossa revolta! (...) Mirai este esquife! Morrei por este homem que por vós morreu! (...) Vós, gaúchos e mineiros, vinde cumprir a vossa promessa! O povo está disposto a morrer pela liberdade! (...) Ajoelhe-se a multidão para deixar passar o cadáver deste cristo do civismo. E que se erga, depois, para ajustar contas com os judas que o traíram e punir os que o executaram! O presidente da Paraíba é transformado em mártir da revolução.³⁰

João Pessoa foi transformado em mártir da revolução, e na Paraíba esta realidade permanece sob a cultura oficial. João Pessoa, mais do que mártir, foi santificado na tradição de formação dos heróis republicanos, perspectiva anunciada pelos relatos bibliográficos que começaram imediatamente após seu assassinato. Os primeiros relatos surgem sob a pena de Ademar Vidal, secretário no Governo João Pessoa, que publicou, ainda em 1930, *O incrível João Pessoa*, no qual relata o empenho do governo no crescimento econômico do Estado, o processo eleitoral, a morte de João Pessoa e sua participação no episódio do assalto à casa de Dantas, estopim para o último acontecimento. Nos anos seguintes, sob a perspectiva apologética, Vidal escreve *Do grande presidente* (1931)³¹ e *1930: história de João Pessoa e da revolução na Paraíba*

²⁹ Qualidades empregadas pelos jornais *A União*, *Jornal do Norte* e *Correio da Manhã* em várias edições.

³⁰ Discurso de Maurício de Lacerda, citado por Domingos Meirelles, em *1930: os órfãos da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.532.

³¹ O número entre parênteses corresponde ao ano de publicação.

(1933) ³². Livros que serviram de publicidade para a revolução e construção de João Pessoa como herói e mártir. Em 1978, ano em que se comemorou o centenário de nascimento de João Pessoa, os títulos acima são agrupados em uma única obra: *João Pessoa e a Revolução de 30*, publicado pela editora Graal.

Em *A campanha de Princesa*, 1930 (1944), livro reportagem de João Lelis, correspondente do jornal *A União* no front sertanejo, a cronologia da guerra civil paraibana é narrada em seu dia-a-dia. Costuma-se dizer, exagero à parte, que este livro está para a revolução de 30 na Paraíba como o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, está para a Guerra de Canudos.

Publicada sob o selo do centenário de nascimento de João Pessoa, temos a organização do historiador José Octávio de Arruda Mello, obra intitulada *João Pessoa Perante a história: textos básicos e estudos críticos*, organização significativa e indispensável devido à vasta referência textual de caráter histórico e ficcional. Mas, não obstante a visão anti-maniqueísta e de conjunto do organizador, algumas obras de ficção que tratam da revolução sob a perspectiva dos vencidos, ou identificadas aos perrepias, como *Fretana* (1936), de Carlos Dias Fernandes, *...a Seara de Caim*, de Rosalina Coelho Lisboa (1952), *A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (1971) e *História do rei degolado: ao sol da onça Caetana* (1977), ambos de Ariano Suassuna, não foram selecionadas para compor a coletânea de textos.

Contribuindo para a historiografia de 1930, José Octávio de Arruda Mello ainda nos traz *A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30*, onde, sob a perspectiva do desempenho político de João Pessoa à frente do governo da Paraíba, o autor antevê a centralização do Estado brasileiro sob a Revolução de 30. Obra vastamente documentada fornece-nos elementos para a

³² Livros publicados pela Imprensa Oficial.

compreensão da Revolução de 30 na Paraíba. E ainda temos, sob a coordenação de Mello, o livro *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30: exposições e debates do II Seminário Paraibano de Cultura Brasileira* (1979).

A livre expressão, para os defensores da Aliança Liberal na justificativa de seus atos na tomada do poder republicano, era ampla, geral e irrestrita, suas publicações eram editadas pelas gráficas da imprensa oficial, enquanto aos perrepistas – seus adversários –, restava o silêncio, ou, quando tinham suas obras publicadas, acabavam sendo recolhidas pelo Estado, tornando-se clandestinas, como aconteceu com o livro que justifica *Porque João Dantas assassinou João Pessoa*, de Joaquim Moreira Caldas, publicado em 1936, no qual a versão para os “suicídios” do assassino de João Pessoa, João Dantas, e seu cunhado Augusto Caldas é desacreditada pelo registro fotográfico de Louis Piereck. Livro que só chegou à segunda edição em agosto de 2005 e a respeito do qual cronista Wellington Aguiar diz só haver injúrias e calúnias, principalmente ao inimigo dos Dantas, João Pessoa³³. Diferentemente do livro de Virgílio de Mello Franco, *Outubro, 1930* (1931), que em menos de um ano alcançou sua quarta edição e que já se apresenta como registro vigilante em preservar a verdade dos acontecimentos em defesa dos liberais.

A revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930), dissertação de Inês Caminha Lopes Rodrigues, publicação de 1978, constitui-se em uma obra fundamental para compreender particularmente a revolta de Princesa e a problemática coronelística na cultura paraibana.

Uma obra que nos chama a atenção é *Agora, a verdade sobre os fatos de 1930*, de autoria de Manuel Duarte Dantas, publicado em 1979, “sob a inspiração” da comissão do Centenário de nascimento de João Pessoa. O autor aproveita-se das

³³ AGUIAR, Wellington. O herói João Pessoa. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02. Ago. 2007. Caderno2. p.7.

resoluções simbólicas dos romances sobre 30 para consubstanciar sua opinião em defesa dos “vencidos”, sobretudo os romances não selecionados no livro *João Pessoa perante a história*, como *Fretana*, ...*A Seara de Caim*. Constitui-se, ainda, como fonte para a argumentação de Manuel Duarte Dantas, o romance: *Tempo de Vingança* (1970), de Virgínius da Gama e Melo, considerado por Arruda Melo como alinhado ideologicamente ao perrepismo.

Outro escritor que fez uso da ficção literária na justificativa de seus argumentos é Joaquim Inojosa, em *A República de Princesa (José Pereira X João Pessoa - 1930)*, obra publicada em 1980, onde afirma que, em se tratando da morte de João Dantas, nem o romance d’*A pedra do reino*³⁴ aceitou a lenda do suicídio propagada pelos membros da Aliança Liberal, e em nota contesta José Joffily em *Revolta e revolução: cinquenta anos depois* (1979), afirmando que não passa de ficção a versão de que teria sido Anayde Beiriz, noiva de João Dantas, a pessoa que entregou o bisturi para que ele se matasse. Aliás, o escritor José Joffily utiliza-se de obra de ficção para ilustrar seus argumentos históricos. À página 209, em *Revolta e revolução*, cita o romance de Rosalina Coelho Lisboa, ...*A Seara de Caim*, para mostrar a conjuntura caótica que a Paraíba mergulhou nos idos de 1930. E recomenda cautela aos futuros leitores das memórias de José Américo de Almeida porque, afirma Joffily, elas estão recheadas de pedantismo e de efeitos literários. Inojosa, ao rebater a narrativa histórica de Joffily, ultrapassa a tênue linha aristotélica que separa as narrativas dos historiadores, que contam aquilo que foi, para acreditar na narrativa dos poetas, que conta a história que poderia ter sido, desvalorizando a literatura do memorialista Joffily. Nesta situação, ambas as narrativas – historiográfica e ficcional – trazem a aura e o vestígio da verdade.

³⁴ Doravante, simplesmente *A pedra do reino*.

Esta situação é provocada pelas resoluções simbólicas das narrativas ficcionais para fatos históricos que permanecem causando controvérsias. Como *A mansão da Praça Bela Vista* (1972), de Carmem Coelho de Miranda Freire, que, na visão de José Octávio de Arruda Mello, é “romance demais para ser História e História demais para ser romance”.³⁵ Seria um híbrido na relação contraditória existente entre a história e ficção.

O chamado da terra (1975), de Fernando Silveira, é outro romance que traz resoluções acerca da morte de João Dantas e, implicitamente, responsabiliza os revolucionários pela morte do perrepista. Neste romance, o sertão nordestino, sob a promessa do programa liberal revolucionário, será transformado em um paraíso terrestre.

Baruque (1980) é o romance autobiográfico de Osias Gomes, que substituiu Celso Mariz na direção do jornal do governo paraibano *A União*. É sob sua direção que este jornal publicará as cartas de João Dantas, supostamente tratando de desvios de verbas federais. Entretanto, Osias Gomes, simplesmente nada comenta a respeito desse episódio. Contudo, sua opinião pode ser encontrada nos prefácios de algumas obras como *Campanha de Princesa* (1930), livro reportagem de João Lélis, publicado em 1940, que trata da guerra civil paraibana, e o romance *A mansão da Praça Bela Vista*.

Em 1976, W.J.Solha publica, pelo jornal *Correio da Paraíba*, *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia: ensaio com estrutura de romance policial ou vice-versa*. Este romance, tomado como um ensaio psicanalítico, busca, no romance de José Américo de Almeida de 1928, *A bagaceira*, estabelecer relações com a revolução de 30. Em *Shake-up* (1992), José Américo aparece como personagem

³⁵ MELO, José Octávio de Arruda, *João Pessoa Perante a História*. João Pessoa: *A União*, 1978, p.25.

misturada a três outras personagens Shakespeareanas: Brutus, Macbeth e Hamlet, e admite o autor, que a reputação do intelectual José Américo de Almeida sairia arranhada no processo de 30.

Mais recentemente, outros romances foram publicados. O primeiro, *Concerto para paixão e desatino*: romance de uma Revolução brasileira (2003), de Moacir Japiassu, tendo como personagem principal José Américo de Almeida no enfrentamento ético sobre a morte na revolução. O segundo, de autoria de Aldo Lopes de Araújo, *O dia dos cachorros* (2005), narra a resistência ao cerco de Princesa, posta de dentro para fora da guerra civil paraibana. Ainda, *1930: a história de uma guerra* (2005), de Sebastião Lucena, é uma obra que claramente faz a defesa dos perrepistas paraibanos.

E quando menos se espera, surgem³⁶ dois romances, *Boa terra de ódios* (2007), de Paulo Fernando Craveiro, que inicia a trama de seu romance com a morte de João Pessoa e a transforma em marco das resoluções na vida das personagens que vai e volta reaparecem, seja na morte dos amantes, do possível amante ou do marido infiel pela esposa, na Confeitaria Glória. A morte assombra as personagens do romance, como a memória da revolução costuma assustar os viventes paraibanos. E, ainda nesse mesmo ano de 2007, surge *Roliúde*, de Homero Fonseca, que apresenta a escatológica *História de presepada e heroísmo na Revolução de 30*, contada por Bibiu, narrador das peripécias.

O topônimo da capital paraibana, João Pessoa, em um futuro distante, torna-se um enigma devido a ausência de referências históricas e conhecimento sobre o homem que lhe dá o nome. Essa é a temática do conto A imaginação dos antigos, de

³⁶ E mais recentemente foram publicados os seguintes livros relacionados ao tema: *1930: seis versões e uma revolução – História oral da política paraibana (1889-1940)*, de Eduardo Raposo e *Discurso e memória em Ariano Suassuna, de Guaraciaba Michelletti*.

autoria de Arturo Gouveia, no livro *O mal absoluto* (1996). Em *Sonho de feliz cidade* (2007), João Pessoa é tomada como tema de concurso público sob a responsabilidade da empresa *Sebo Cultural*, a organização de textos é uma reflexão sob os diversos aspectos políticos e culturais da cidade.

As biografias vêm ocupando um lugar de destaque no mercado editorial paraibano, principalmente aquelas que possuem algo de não autorizado como *João Pessoa: uma biografia* (2000) e, em seguida, *João Dantas: uma biografia* (2002), ambas de autoria de Fernando Melo; a primeira, em segunda edição esgotada, e a segunda, em primeira edição, também esgotada. A biografia de João Pessoa sofreu grande embate por parte do historiador Wellington Aguiar, pelos “erros” e “lapsos” na interpretação que se propõe a *perpetuar mentiras*, principalmente no que diz respeito à condução da política paraibana; e a biografia de João Dantas, além da capa desta obra insinuar que existe um busto dele em praça pública ser um acinte à história, contém elogios demais ao homem que matou João Pessoa:

*O livro do jornalista Fernando Melo sobre o advogado João Dantas é um trabalho válido para se conhecer mais sobre a identidade, até então obscura, do assassino do presidente João Pessoa. Mas daí transformar em herói quem disparou três tiros, à queima roupa, num homem sentado – e desarmado – enquanto conversava com amigos numa confeitaria é um verdadeiro disparate*³⁷.

Em resposta, como havia prometido, Wellington Aguiar publica *João Pessoa: o reformador* (2005), para desfazer, segundo ele, as mentiras históricas, contadas por Fernando Melo, que lançou várias suspeitas sobre o mito João Pessoa: enriquecimento ilícito, desmandos administrativos e autoritarismo exacerbado nas decisões, rompendo com os interesses privados dos coronéis na administração pública.

Bem biografado é José Américo de Almeida. Dois títulos foram publicados sobre o autor de *A bagaceira*; o primeiro, de autoria de José Rafael de

³⁷ JUREMA, Abelardo. Biografia. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 25. Jul.2002. Caderno2. p.6.

Meneses, *José Américo, um homem do bem comum* (1967), e o segundo, *José Américo de Almeida: a saga de uma vida* (1987) de Joacil de Brito Pereira. Além das publicações: *Memórias de José Américo: o ano do nego* (1968) e *Eu e eles* (1970), do próprio José Américo. Ainda, o longo depoimento dado por ele a Aspásia Camargo, Eduardo Raposo e Sergio Flaksman, em *O nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida* (1984).

Encontramos também na Literatura de Cordel, *José Américo: ministro das secas e pai da Bagaceira* e *D. Ariano Suassuna, senhor das iluminogravuras*, biografias de autoria de Manoel Monteiro. E *João Dantas e Anayde Beiriz: vidas diferentes, destinos iguais* (1985), relato biográfico concedido a Maria de Lourdes Luna por José Américo de Almeida.

A publicação do livro organizado pelo médico e jornalista Marcus Aranha, *Anayde Beiriz, a panthera dos olhos dormentes* (2005), trata de resgatar a memória da protagonista de grandes paixões, através da correspondência trocada com o ex-noivo Heriberto Paiva. A preocupação desta organização é mostrar a existência de Anayde Beiriz antes de 1930, contudo, a preocupação maior ainda é o encontro deste livro com a verdade. No entanto, sem confirmar com dogmatismo esse encontro, argumentou o coordenador da obra: “finalmente, talvez seja o surgimento da verdade.”

³⁸ Este compromisso com a verdade se mantém em *Mulheres Símbolos* (2007), obra de Joacil de Britto Pereira, que traça perfis biográficos de mulheres que marcaram a cena política e cultural paraibana como Anayde Beiriz, Carmem Coelho de Miranda Freire, Rita Villar Suassuna e Rosalina Coelho Lisboa, todas estas marcadas pela vivência da revolução, entre outras mulheres de grande expressão na cultura brasileira.

³⁸ ARANHA, Marcus. Outra face de Anayde Beiriz. *Jornal da Paraíba*, 13 Fev.2005. Vida e arte, p.5.

A Revolução de 30 também é representada na dramaturgia. O primeiro texto a abordar o tema foi *Um sábado em 30* (1964), de autoria de Luiz Marinho, encenada sob a direção de Waldemar Oliveira. Ainda na década de sessenta, Paulo Pontes, escreveu *Parai-bê-a-bá*, espetáculo teatral no qual narra o processo civilizatório da conquista paraibana e demonstra a resistência dos paraibanos na luta contra o governo do presidente Washington Luís e a articulação política da revolução através de seus códigos secretos. No final da década de 70, Carmem Coelho de Miranda Freire adapta o próprio romance, *A Mansão da Praça Bela Vista* para teatro com o título *Cifrado 110*, que, em 1998, é remontada sob a direção de Tarcísio Pereira, agora com o título mudado para *João Pessoa e a Revolução de 30*, mantendo a mesma perspectiva ideológica do romance.

Em 1980, a comédia também se faz presente em *O dia em que deu elefante*, de Marcos Tavares e, em meados da mesma década, *Domingo Zeppelin*, de Marcos Vinicius, obra que tem como temática a necessidade de dinheiro para a conspiração da chamada Revolução de 30. Em 1992, Paulo Vieira escreve *Anayde*, a peça de maior sucesso sobre o tema, na qual a protagonista é resgatada “como pivô de um crime passionai que abalou a República de 30”³⁹, drama inspirado nas obras de José Joffily, *Revolta e Revolução: cinquenta anos depois* (1979) e *Anayde: paixão e morte na Revolução de 30* (1980).

O cinema paraibano de expressão documentarista inaugurou a temática da Revolução de 30 com *O Homem de Areia* (1980), de Vladimir Carvalho, trazendo relatos de José Américo de Almeida sobre a revolução e sua vida política depois dela. O documentário conta com depoimentos de seus adversários na trama de 30, inclusive de Ariano Suassuna como representante das famílias Dantas e Suassuana, no qual inocenta

³⁹ Costa, João. Fernando resgata heroína: Anayde exorciza fantasma da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02. Ago.1992. Caderno3. p.4.

José Américo de Almeida como um dos interessados na morte de João Suassuna, seu pai, deputado e antecessor de João Pessoa no governo da Paraíba. Além do depoimento de Aloísio Pereira, representante da família Pereira. Sobre a violação da residência de João Dantas, Suassuna considerou um ato de ignomínia, “uma baixeza fora do comum e a publicação das cartas dele, o doutor José Américo nada teve haver com isso.” E responsabiliza João Pessoa pelas publicações das cartas no jornal do Governo, *A União*.

E mais recentemente, *O senhor do castelo* (2007), direção de Marcus Vilar, em comemoração aos 80 anos de Ariano Suassuna, no qual podemos encontrar parte do seu depoimento já registrado em *O Homem de Areia* e o retorno à cidade de Taperoá, contando sua infância e sua participação nas cavalhadas.

Na bitola super-8, Jomard Muniz de Brito, pelo Núcleo de Cinema Indireto, produziu os filmes *Esperando João* e *Paraíba Masculina X Feminina Neutra*, nos quais poemas de Anayde Beiriz e de outros poetas sobre Anayde Beiriz servem de narrativa. O próprio diretor das películas fala a respeito das múltiplas Anaydes:

*Sete personagens à espera de um amor ou pelo menos, um expectador. Anayde/Glória: a prisão familiar implodindo angústias. Anayde/Juanito: a alegria picante ou o chorinho luxuriante. Anayde/Neta-Paulo: entrecruzamento de solidão com revolta. Anayde/Lu: a poesia e seus desejos perversos: seria a escravidão da política maior do que a escravidão do amor? Anayde/Perequete: entre a dor e o delírio, a decepção e a violência, a tragédia do erotismo político. Anayde/Conceição: a voz da narradora enquanto consciência possível de todos os impasses. Sete Anaydes: fragmentos de um roteiro amoroso.*⁴⁰

Outra película a tratar do tema é *Parahyba, Mulher Macho*(1984), de Tizuka Yamasaki, obra que mais tarde iria ser acusada de propagar *mentiras históricas*, quando, na verdade, a cineasta registra parte do imaginário que a memória paraibana resguardou da trágica personagem, Anayde Beiriz – às vezes “endeusada” e muitas outras vezes aviltada.

⁴⁰ Depoimentos de Jomard Muniz de Brito para Wills Leal em *O discurso cinematográfico dos paraibanos: a história do cinema na/da Paraíba*. João Pessoa: *A União*, 1989. p.255.

Na música temos o registro de Domingos de Azevedo Ribeiro, que em 1978 publica *João Pessoa e a música*, uma coletânea dos hinos que animaram os comícios liberais e depois embalaram a revolução. E não podemos esquecer o famoso baião de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, *Paraíba*, feito sob encomenda para a campanha de Argemiro de Figueiredo ao governo do Estado em 1950, com referências à revolução e ao Estado da Paraíba em 1930, a condição de mulher guerreira, macho, como anunciou, anos mais tarde, o título da película assinada por Tizuka Yamasaki. Outras canções dedicadas a João Pessoa, Getúlio Vargas, João Dantas, e até à mulher do Coronel José Pereira, podem ser observadas no apanhado do *Cancioneiro da Paraíba* (1993), organização de Idelette Fonseca dos santos e Maria de Fátima B. de M. Batista.

Na Literatura de Cordel, Luiz Nunes publica *A Morte de João Pessoa e a Revolução de 30* (1978). Mais uma vez a violação da correspondência particular de João Dantas é dada como motivo para assassinato de João Pessoa. Mas este não inaugura a temática da revolução no cordel, muito provavelmente os anônimos *A grande guerra de Princesa*: sua independência por José Pereira e *a Revolução de Princesa* informavam o povo sobre a guerra de 1930. Outro sem data de publicação é o *Poema épico de 30*, de Leonel Coelho. E mais outro cordel que não registra data de publicação é *A verdade de 1930*, do poeta, jornalista e diretor teatral João Dantas, um homônimo do outro João, que assassinou João Pessoa. E por último, *Anayde*, a história de uma mulher que foi na vida ultrajada (2008), de Piedade Farias, publicação do *Coletivo Cultural Anayde Beiriz*, que organiza o *Movimento Paraíba Capital Parahyba*, que reivindica a mudança do nome da cidade.

Como podemos constatar, a Revolução de 30 tornou-se, por excelência, tema dos artefatos culturais paraibanos, encalacrando-se na produção cultural; da literatura de cordel ao romance pós-moderno; da produção cinematográfica documental

à ficção comercial e experimental em película super-8 e, na dramaturgia, percorre da comédia à tragédia, abrangendo, assim, diversos sistemas de signos na produção textual, uns sobreviventes de culturas arcaicas e outros antecipatórios. Entretanto, podemos adiantar que o motivo para o tratamento literário e ou ficcional que se vem dando à Revolução de 30 na Paraíba é motivado pela necessidade que se tem em resolver as questões que ficaram em aberto. Como elas não foram resolvidas na realidade, a sociedade se pôs a imaginar resoluções que visam superar esta realidade que foi se reproduzindo e se constituindo em contradição. Inclusive, pela forma de se pensar os agentes desta história, com cada grupo pensando o adversário como o *lado do mal* e a si próprio como o *lado do bem*, revela o processo dos discursos ideológicos em suas unidades mínimas ou *ideologemas*, que, por sua vez, tendem a revelar outra formação de contradição social insolúvel que envolve os grupos sociais na disputa política pela reivindicação da verdade.

A produção simbólica foi o mecanismo político encontrado para romper o silêncio imposto aos vencidos –, liberando a versão de uma realidade que estava sendo reprimida e abafada pela oficina da cultura oficial na fabricação do conhecimento histórico e político da Revolução de 30 na Paraíba –, cujas resoluções imaginárias no embate político pela hegemonia da revolução ganham *status* de verdade. Pouco importa então a argumentação de que a ficção é um produto da imaginação, uma alteridade arrebatada da realidade, que não é a verdade da realidade do mundo, pois ela serve de argumento ideológico na contra argumentação do mundo estruturado pelos vencedores.

Os artefatos culturais paraibanos trazem em seu conteúdo resoluções imaginadas que podem e devem ser interpretadas como atos simbólicos para questões que permanecem sem respostas plausíveis, como os motivos que levaram João Dantas a assassinar João Pessoa, a morte de João Dantas na Penitenciária do Recife –, se houve

suicídio ou assassinato –, a participação de José Américo de Almeida na conspiração de 1930, que permanecem como objeto de discussão na sociedade e encontram nas narrativas resoluções para essas questões que ainda hoje continuam a dividir a sociedade.

As respostas para tais questões revelam o inconsciente político como instância do oculto e do reprimido da Revolução de 30 na Paraíba. Resoluções marcadas por profunda significação e conteúdo político, daí o motivo da Revolução de 1930 continuar recebendo o tratamento literário como questionamento de uma realidade que permaneceu reprimida e oculta por muito tempo, a qual o inconsciente político tende a liberar. Entretanto, a interpretação da verdade da obra ficcional foi rompida e ganhou *status* de verdade do mundo real, memória e documento, mimesis do inconsciente que volta a sofrer repressão e ocultação no embate ideológico a respeito da realidade vivida e experimentada na Paraíba, conflito que projeta os sintomas de uma contradição social insolúvel. A tarefa do inconsciente político requer a exploração das veredas que conduzem à interpretação política dos artefatos culturais como ato socialmente simbólico, desvelando a força motriz das narrativas e suas implicações sociais e históricas, a qual transformou a Revolução de 30 neste rico e inesgotável filão narrativo.

Capítulo II



O cavaleiro Diabólico, ilustração do romance *A pedra do reino*, p.160

1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico

2.1 – Resoluções romanescas

2.2 – Resoluções dramatúrgicas

2.3 – Resoluções filmicas

Capítulo II

1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico

As grandes coisas exigem silêncio ou que delas falemos com
grandeza: com grandeza significa: com cinismo e inocência.

Nietzsche

A Revolução de 1930 apresenta a singularidade de uma realidade indomável cuja história política foi transformada em narrativas que se repetem e parecem não ter fim. Seus agentes históricos espectrais rondam a sociedade, como se, num momento inesperado, fossem revelar suas consciências como feridas que sangram rasgadas pelo tempo, que nem as mortes fizeram sarar. Ao contrário do que se espera da distância do tempo, essas narrativas se mostram nitidamente vivas em discursos calorosos, apaixonados, querelantes, beligerantes e contraditórios, refazendo-se e impregnando a imprensa paraibana, os romances, os trabalhos acadêmicos e outros relatos na produção do conhecimento, como se buscassem furar um bloqueio ideológico arraigado por uma outra práxis narrativa que tenta desesperadamente reprimir a realidade histórica que brotou da conjuntura de 1930 e por muito tempo permaneceu abafada e reclama por ser ouvida, revelando, por fim, o seu inconsciente político.

A argumentação em defesa da existência do inconsciente político da Revolução de 1930 passa pela demonstração da relação que a sociedade paraibana mantém com o seu passado e como este passado alcança na atualidade a categoria de uma contradição social. Processo esse que abrange as variadas formas de narrativas e suas resoluções imaginárias, tomadas como atos simbólicos, atitudes ideológica que visam superar a contradição existente entre o que a historiografia registra como verdade

factual e sua “substituição” pela verdade imaginária das narrativas de ficção, atitude que as conduzem como ato simbólico.

A narrativização da Revolução de 30 pelo inconsciente político encontra na literatura uma de suas formas mais apuradas. É por meio das narrativas ficcionais que a relação com o passado histórico retorna como conteúdo reprimido, aparentando algo não intencional:

Comecei então a tentar escrever aquele romance que depois se chamou *A pedra do reino*. Eu fiz várias versões e uma delas eu dei para minha irmã ler. Ela olhou para mim e disse: “Ariano, você já percebeu que a morte do padrinho de Quaderna é a morte de João Dantas?” Isso eu não tinha percebido, era uma coisa que veio do meu subconsciente. João Dantas foi assassinado, cortaram a cabeça dele no terceiro andar da casa de cultura. O padrinho de Quaderna morre num ambiente fechado, elevado, até hoje ninguém sabe direito como foi. João Dantas também. Até hoje muita gente fala que ele se suicidou, tem gente que diz que foi assassinato. Eu nem tinha percebido quando eu vi sem querer, os Quadernas eram os Suassuna e os Garcia Barreto eram os Dantas. Depois que descobri isso, eu acentuei isso, mas ainda deixando no campo da ficção, e o Romance d’ *A pedra do reino* saiu desse jeito⁴¹.

O romance de Ariano Suassuna é uma obra que está visceralmente ligada aos desdobramentos da Revolução de 30, assim como a vida do autor marcada pela morte de seu pai, o deputado federal João Suassuna, assassinado na cidade do Rio de Janeiro, antiga Capital da República, em 09 de outubro de 1930, data que encalhou na memória do filho para sempre, dia no qual concluiu a primeira parte da trilogia do romance de título tão imenso e grandioso quanto a obra documental. Falamos do romance *A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*, que tem como objetivo a reconstrução do universo psíquico do escritor, promover a catarse através do discurso ficcional que se desvela como potência de uma verdade, traz o sentido do testemunho a respeito dos acontecimentos históricos, relacionando-os aos males deles provenientes:

⁴¹ LACERDA, Daniela. Cavalgadas de Ariano ao Sol da Literatura. *Jornal do Commercio*, Recife, 15.Jun.1997. Especial. p.5, c.9.

A Pedra do Reino, por exemplo, que, conforme falei antes, me ajudou a aceitar melhor o assassinato do meu pai. Eu não disse: “Vou escrever um livro para poder perdoar os assassinos do meu pai.” [...] Certo, passei por muitos problemas na infância, mas muita gente também passou nem por isso se tornou escritor. Acredito que todos aqueles acontecimentos contribuíram para eu ser escritor. [...] Quando fui escrever *A Pedra do Reino*, eu estava querendo escrever um livro, um romance que expressasse meu universo interior, no qual eu me realizasse só isso.⁴²

O objeto histórico transforma-se em matéria prima simbólica como exigência do inconsciente político ou uma “incursão no subterrâneo” de seu inconsciente que funde autor e personagem, realidade e ficção, com a finalidade de expor a vida como conteúdo de suas resoluções imaginárias, sem deixar margens para dúvidas do que trata a obra:

– Eu já disse a Vossa Excelência que, talvez, meu depoimento só possa ser entendido, em todas as suas implicações, por aqueles que, como nós Garcia-Barretos e Quadernas, estivermos, em 1930, “do lado do Mal, da mentira, da injustiça e da vilania”, segundo a visão do genial Osias Gomes. Talvez, alias, Sr. Corregedor, meu depoimento se dirija somente a mim mesmo e a minha família, àqueles que foram atingidos, como eu, pela morte de meu Pai e pela degolação de meu Padrinho. E mais ainda, Sr. Corregedor: talvez tudo que eu diga, tudo que estou tentando alinhar aqui aos poucos, tenha validade somente para mim mesmo. Talvez tudo isso seja somente uma busca desesperada que eu empreendo sobre minha identidade, tentando dar algum sentido à sangrenta desordem que, desde minha infância, envolveu e despedaçou minha vida⁴³.

É no encontro do sujeito com a arte que a vida redimensiona o sentido da existência para tratar do destino do sujeito na compreensão dos fenômenos político-sociais. Particularmente, na Paraíba, a Revolução de 30, podemos dizer que foi uma luta fratricida, resultante das contradições dos blocos oligárquicos no poder, como diz interpretação de José Joffily: “A luta de 1930, na Paraíba, não foi, portanto um conflito

⁴² Ariano Suassuna em *Cadernos de Literatura Brasileira*. Instituto Moreira Salles. Nº. 10. 2000. p.41.

⁴³ SUASSUNA, Ariano. *Histórias d'o rei degolado nas caatingas do sertão: ao sol da onça Caetana*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1977. p. 85.

entre ricos e pobres, entre opressores e oprimidos, entre latifundiários e camponeses. Nada disso. Foi uma luta entre dois grupos oligárquicos.”⁴⁴

Sobre essa questão, a narrativa suassuniana registra opinião equivalente ao do historiador da seguinte da seguinte maneira:

Aqui na Paraíba, para desgraça nossa, a Revolução se misturou às bárbaras vinditas familiares sertanejas, unindo-se os ódios ancestrais e as divisões de sangue a tudo o que o Poder tem de fatídico e perigoso!⁴⁵

Fala-se de grupos que possuíam interesses políticos e econômicos divergentes no que dizia respeito às reformas política e tributária postas em execução no governo de João Pessoa. A primeira excluiu a indicação de João Suassuna ao cargo de deputado federal na chapa do Partido Republicano da Paraíba. A retirada do nome de Suassuna deu-se a título de renovação política do Partido, mas o critério de renovação não foi aplicado ao parente de João Pessoa, Carlos Pessoa, mantido candidato a reeleição, motivando o processo dissidente entre os partidários de José Pereira e João Pessoa, e João Suassuna acabou por ser eleito pela oposição. A reforma tributária proposta por João Pessoa visava a centralização do comércio na capital paraibana com a entrada e saída de mercadorias no Estado pelo porto de Cabedelo:

Desde longa data, quase todo o comércio do sertão da Paraíba, onde o poder aquisitivo era superior ao do litoral, abastecia-se nas firmas atacadistas de Recife, cujo porto assegurava o intercâmbio com fornecedores nacionais e estrangeiros. Inconformado com essa dependência, em detrimento do Tesouro Estadual e dos comerciantes

⁴⁴ JOFFILY, José. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p.143. Existe também interpretação heterodoxa: de Iremar Bronzeado “[...] *parte da hiperbolização propagandística de um fato histórico menor – o levante de 30 – sedicioso, inconstitucional, de bastada legitimidade, responsável, ao fim e ao cabo, pelo advento da nefasta noite ideológica da ditadura Vargas, porta de entrada para o estatismo autoritário, na assimilação troncha do nazifascismo europeu. Este, de cambulhada vertente leninista do marxismo intelectualóide, deu como resultado esse caldo de cultura oligofrênico, indigesto e retrógado do terceiromudismo ressentido, que dominado pela ideologia da aldeia tribal, ameaça deixar o Brasil fora do incontornável circuito global do progresso e da produção. Essa foi a herança do putsch de 30.*” *O Norte*, João Pessoa, 16 Abr.1997.Opinião. p.3.

⁴⁵SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 200.

paraibanos, João Pessoa promoveu o reaparelhamento do porto de Cabedelo e adotou uma política tributária que deslocava para a capital paraibana a fonte de abastecimento de todos os produtos manufaturados e primários. Além da deterioração dos termos de intercâmbio comercial – matérias-primas de baixo preço trocadas por produtos industrializados cada vez mais caros – eram estes superonerados pelos intermediários importadores de Recife. Além da queda o coice. E João Pessoa resolvera libertar sua terra dessa dependência – que se chamaria hoje de “terceiro mundo” – dentro da própria pátria⁴⁶.

Segundo Inojosa, a reforma tributária paraibana tinha o propósito de forçar as firmas que mantinham relações comerciais com os sertanejos a abrir filiais na capital, em detrimento do comércio realizado no sertão com as famílias Pereira e Pessoas de Queiroz. Reforma que sofreu represálias, e a mais conhecida resultou no ato unilateral de independência do município de Princesa em Território Livre, seguida da Guerra Civil paraibana.

Um jogo de ação e reação com conspirações, assassinatos e, por fim, a revolução que conduziu as forças urbanas à vitória como um novo poder político em oposição às oligarquias. Acontecimentos que não serão esquecidos e se transformarão em mágoas e ressentimentos. Sentimentos negativos cuja transformação em resoluções imaginárias permitem a catarse, cuja função subjetiva tranquiliza o sujeito, recompondo-lhe sua estruturação psíquica, como bem observação Cyro de Andrade Lima, citado por Ariano Suassuna em nota ao seu romance *História d'o rei degolado*:

A pedra do reino – nunca me pareceu uma simples história, um relato, como Germana disse a respeito do outro romance. Tudo aquilo sempre me pareceu uma espécie de sonho ou pesadelo – ou melhor, uma espécie de tentativa que Ariano vem fazendo para mergulhar no seu próprio subconsciente e exprimir, sob uma forma poética, o universo dilacerado dele.⁴⁷

⁴⁶ JOFFILY, José. *Revolta e revolução*: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 230-231.

⁴⁷ SUASSUNA, Ariano. *Histórias d'o Rei Degolado nas Caatingas do Sertão*: ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. p. 133.

A realidade criada pelo inconsciente nos oferece pela literatura as alternativas às realidades do mundo como resoluções imaginárias, produtos das resoluções simbólicas ou subtexto que, visando à realidade da história, libera a verdade reprimida dentro da ficção. Problemática que deveria ficar circunscrita e resolvida no âmbito da própria narrativa ficcional ou da arte, mas que extrapola a realidade da ficção, e às vezes a verdade da ficção é apreendida na compreensão da verdade histórica da revolução, como recomenda Manuel Duarte Dantas:

leiam a “SEARA DE CAIM”, da exma. sra. D. Rosalina Coelho Lisboa Larragoite e verão como era a política do sr. Epitácio Pessoa”⁴⁸, “Brasileiros dignos e honestos, leiam “Fretana”, de Carlos Dias Fernandes; (...) “Tempo de vingança”, de Virgínius da Gama e Melo e se edifiquem sobre essa ridícula e acanhada Revolução de 1930 (Destaque do autor) ⁴⁹.

Os artefatos culturais possuem uma continuidade narrativa que os qualifica como atos socialmente simbólicos ao incitar os possíveis leitores a tomar conhecimentos da “verdade” de 30, por sua verossimilhança com o real, tanto pelo lado perrepista, quanto pelo lado liberal, como se afirmassem que a verdade da narrativa ficcional fosse tão ou mais verdadeira que a narrativa historiográfica - afinal a ficção serve como libelo para o escritor poder escrever sobre a verdade mentindo.

Na peça *Anayde*, por exemplo, espetáculo dirigido por Fernando Teixeira, as resoluções imaginárias, na interpretação da crítica especializada, são realçadas, enfatiza substancialmente o vínculo da dramaturgia com esse passado histórico reprimido, que sempre volta à superfície da realidade, como se isto estivesse sendo feito pela primeira vez, num ato original:

Acho que os revolucionários propostos por Paulo Vieira em *Anayde* atuam como testemunhas e como o coro grego que anunciam a tragédia - dando, inclusive, as informações históricas - como quem

⁴⁸ DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, a verdade sobre os fatos de 1930*. João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura; Diretoria Geral de Cultura, 1979. p.59.

⁴⁹ *Ibidem*, p.199.

mandou arrombar a casa de João Dantas e expor suas cartas íntimas, diz o crítico teatral Everaldo Vasconcelos.⁵⁰

Os artefatos culturais trazem como subtexto informações históricas que mantêm relação fortemente ativa com o fato histórico, mas seu conteúdo deve ser interpretado como atos simbólico que não pode mudar a realidade histórica. Entretanto, a relação entre o que é real e o que é ficção está sempre por romper a fronteira sutil da palavra, e expõe a crise de representação que o real vem sofrendo ao se tomar as resoluções imaginárias como verdade histórica:

A Literatura, ao transpor o real para a ficção, vale-se da prerrogativa de fantasiar, de contar os fatos com sensacionalismo. A encenação romanceada, no cinema e no teatro, aceita e compreendida pelos intelectuais, não conta com o mesmo entendimento por parte dos mais jovens e pela comunidade menos esclarecida. O filme *PARAHYBA MULHER MACHO*, da cineasta Tisuka Yamasaki, e a peça *ANAYDE BEIRIZ*, de Ednaldo do Egito (sic) têm seu valor como arte, porém não retratam as personalidades de João Dantas e sua Noiva. Não tenho compromisso com a história e nem elementos para polemizar a respeito do que tem sido divulgado pela mídia. A tarefa fica para os nossos memorialistas, que os temos da melhor qualidade. Desejo, tão somente, depois de alguma reflexão, oferecer um depoimento, calcado no que me foi, por José Américo, relatado com muita emoção (Destaques da autora).⁵¹

O inconsciente político manifesta-se também pelo que se tenta desesperadamente reprimir: o compromisso político com a história oficial, além da incerteza que as narrativas ficcionais lançam sobre a verdade hegemônica do pensamento dominante, produziram deformações na esfera da cognição e na (re)produção do conhecimento, gerando dúvidas sobre o que pode ser verdadeiro ou não, tanto na narrativa historiográfica quanto na ficcional. Contudo, a falta de entendimento sobre o significado das resoluções imaginárias trazidas pelos produtos culturais como fantasia, imaginação, ou superdimensionamento dos fatos, não procede

⁵⁰ João Costa, Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1995. Caderno3. p.2.

⁵¹ LUNA, Lourdes. João Dantas-Anayde Beiriz: vidas diferentes, destinos iguais. *O Norte*, João Pessoa, 01 ago.1993. Reportagem. p.4.

necessariamente das “comunidades menos esclarecidas” ou do “povo”. Pelo contrário, a iniciativa em não definir o status de ficção das obras é justamente de quem a autora afirmar ter o entendimento de que a literatura não precisa ser submetida a teste de verdade por se saber “fantasiosa”. Infelizmente não é o que se constata no comentário W.J. Solha, sobre o conteúdo de seu romance *Shake-up*:

No meu livro eu pego algumas coisas shakespereanas e misturo com o que aconteceu em 1930 de forma natural. Por exemplo, o Macbeth de Shakespeare começa com o personagem sufocando uma rebelião contra o rei que irá assassinar. E José Américo o que faz? Ele vai sufocar uma rebelião de Princesa e depois tramar uma conspiração para assassinar João Pessoa [...] E a figura do cultuado intelectual e escritor José Américo de Almeida sai com alguns arranhões.⁵²

A ficção na compreensão de W.J. Solha soa tão natural quanto a História que reivindica para si a pretensão de dizer a verdade⁵³. Essa ambigüidade percorre todas as veredas da realidade imaginada como ato simbólico no desejo de romper a fronteira da ficção na defesa da realidade histórica. Com isso, as resoluções imaginadas acabam criando embaraço para o exercício da crítica literária, que, amiúde, acaba explicitando a

⁵² AZEVEDO, Carlos. A escrita pós-moderna de Solha. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 out.1995. Caderno2, p.1.

⁵³ “Há cerca de duzentos anos, a ideia de que a verdade era feita e não descoberta começou a dominar a imaginação européia. A Revolução Francesa mostrara que todo vocabulário das relações sociais e todo espectro das instituições sociais podiam ser substituídos quase de um dia para o outro [...] Mais ou menos pela mesma altura, os poetas românticos mostravam o que acontecem quando a arte é pensada já não como imitação mas sim como autocriação do artista. Os poetas reclamavam para a arte o mesmo lugar na cultura que tradicionalmente ocupado pela religião e pela filosofia, o mesmo lugar que o Iluminismo tinha reclamado para a ciência. O precedente estabelecido pelos românticos deu inicialmente plausibilidade à sua pretensão. O papel efectivo dos romances, dos poemas, dos quadros, das estátuas e dos edificios nos movimentos sociais conferiram-lhe ainda maior plausibilidade De então para cá essas duas tendências reuniram as suas forças e alcançaram uma hegemonia cultural. Para maior parte dos intelectuais contemporâneos, as questões dos fins, por oposição aos meios – questões acerca do modo de dar sentido à vida de cada um ou a comunidade de cada um – são questões para a arte ou para a política, ou para ambas e não para a religião, para a filosofia ou para a ciência.” Richard Rorty em *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Presença. 1992. p.23. Idéia sobre a verdade e a função da arte que é bastante semelhante a idéia de Hannah Arendt desenvolvida *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p.287. Diz: “A época moderna, que acredita não ser a verdade nem dada nem revelada, mas produzida pela mente humana.” Em Fredric Jameson no *Inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.p.64: “toda literatura tem que ser lida como uma meditação simbólica sobre o destino da comunidade.” A arte produzida sobre a Revolução de 30, de forma especial, na Paraíba vem cumprindo esta função de dar sentido à vida de alguns escritores ao debater o destino da comunidade paraibana sob o signo da Revolução de 30.

relação ambígua da arte com a cultura demarca os limites da imaginação literária na recriação do fato histórico:

A história conta o que é, a poesia, o que poderia ser, diz Aristóteles. Pois bem, com *Shake-up*, Solha não faz história, faz poesia. Sua versão se tece dentro dos parâmetros livres da literariedade, recambiando a matéria histórica num procedimento pessoal e criativo onde o grave se torna risível, a tragédia, comédia.⁵⁴

Observe-se como a resolução imaginada por um determinado artefato cultural pode cumprir uma função ideológica específica em desmascarar uma estrutura de poder que detém a posse da verdade:

– É que até hoje, Sr. Corregedor, todas as palavras que têm sido escritas sobre a Guerra Sertaneja, principalmente na parte da Revolução de 30, são também palavras de parcialidade e paixão; diferentes da minha porque partidas **do outro lado**, mas, de qualquer modo de parcialidade e paixão! E com outra diferença das minhas: como Vossa Excelência acaba de ver, eu começo por confessar minha paixão e parcialidade. Os do **lado de lá** começam por atribuir a si mesmos a mais perfeita das imparcialidades e **posse da verdade histórica**. Não entendo como não lhes ocorre esta dúvida, tão humana, de que bem podem eles estar enceguecidos pelo sofrimento, ou pelo ressentimento, e confundindo assim, sem querer, o que eles apenas **sentem** como a verdade. Ora, Sr. Corregedor, quando se vai fazer um julgamento, são necessários, para julgar os Réus, um Juiz, um Advogado e um Acusador. Nos livros saídos até hoje sobre “o inesquecível ano de 1930”, esses escritores do **outro lado** querem nos colocar como Réus sem direito a defesa; e querem ser, eles mesmos, ao mesmo tempo Acusadores e Juizes. Agora, sendo minhas palavras registradas neste Depoimento que estou dando, pela primeira vez, vai soar a voz de nosso lado. Por mais parcial e amargamente ressentido que seja meu depoimento, terá ele a vantagem de obrigar os outros a aceitar o que eles tentaram evitar até agora. Deste momento em diante, passo a falar como defensor de meus mortos. Os do **outro lado**, serão os Acusadores (Destaques do autor).⁵⁵

A realidade da ficção que se destaca na observação como verdade no comentário de que até então: “Não existe, presentemente, nenhum livro escrito sobre os

⁵⁴ BARBOSA FILHO, Hildeberto. Solha não faz história, faz poesia. *O Norte*, João Pessoa, 16 mar.1997. Show, p.6.

⁵⁵ SUASSUNA, Ariano. *História d'o rei degolado nas caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 84.

acontecimentos de 30 na Paraíba, por um perrepeista e muito menos por um escritor independente.”⁵⁶ O que temos visto algumas vezes são os escritores do outro lado, tecendo comentários e divulgando a verdade dominante sobre personagens perrepeistas que o narrador apresenta-se para fazer a defesa⁵⁷. Mas como se costuma justificar citações longas pela necessidade, no nosso caso, ela tornou-se necessária por denunciar a estratégia da escrita dominante, relacionando as antinomias da Revolução à sua contradição fundamental: a construção e a posse absoluta da verdade por parte dos liberais. E ainda, sob o *bem* e o *mal*, na perspectiva articulada por Jameson resulta na *teoria do ressentimento* ou no exercício de uma ética de exclusão. A contradição é apreendida por essas unidades mínimas e paradigmáticas do discurso ideológico: bem/mal, verdade/mentira, conceitualmente chamadas de *ideologemas*. Pares que projetam a contradição primordial da revolução, revelando o traço de uma totalidade social que delimita o julgamento relacional de sujeitos e grupos sociais em oposição a outros. Um sujeito, ou um grupo social, não é inerentemente mal, mentiroso ou injusto, não necessariamente por sê-lo, mas sim por representar uma ameaça à existência do *Outro*, e por pensar diferentemente deste *Outro*. Pensamento que funciona e atua como um código através destas unidades mínimas que faz da Revolução de 1930 na Paraíba, um eterno retorno:

diz o genial Osias Gomes que, naquele ano terrível de 1930, ele e seus amigos não precisavam perguntar “onde estava a Justiça” ou “onde

⁵⁶ Editorial *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 12 fev. 1972. Claro que em 1972 já existiam alguns livros em defesa dos perrepeistas paraibanos, como por exemplo, o livro de Caldas, Gastão Cardoso, Ribeiro Coutinho e os romances de Dias Fernandes, Coelho Lisboa e Suassuna.

⁵⁷ AGUIAR, Wellington. Anayde sem corpo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 01 mar.2005. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Quem era João Dantas. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 jun.2005. Caderno2, p.6.

LUNA, Lourdinha. João Dantas, Anayde Beiriz, vidas diferentes, destinos iguais. *O Norte*, João Pessoa, 01 ago.1993. Caderno2, p.4.

LUNA, Lourdinha. João Dantas, Anayde Beiriz, vidas diferentes, destinos iguais. *O Norte*, João Pessoa, 22 ago.1993. Caderno2, p.4.

LUNA, Lourdinha. Anayde Beiriz. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 fev. 2005. Opinião, p.6.

LUNA, Lourdinha. Ainda Anayde Beiriz. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 mar.2005. Opinião, p.6.

estava a verdade, porque todos eles, “dominados pela fascinação consciente” do Presidente João Pessoa – “cidadão incomparável cujos inimigos não puderam vencer nem pela morte” – sabiam que era do lado dele que estavam a Justiça, a “verdade” e o Bem. Entendo, portanto, Sr. Corregedor, que para as pessoas que pensam como o genial Osias Gomes, nós, Garcia-Barrettos e Quadernas, estávamos em 1930, do lado da injustiça, da mentira, da covardia e do mal; em suma, do lado de todos aqueles que, de acordo com as palavras do próprio Osias Gomes, tiveram suas atitudes marcadas pelo “ferrete da traição e da vilania”. [...] fascinado como era pelas figuras de meu Pai e meu Padrinho, era do lado deles que eu julgava estarem a Verdade, a Justiça e o Bem. O lado de Osias Gomes e da família Pessoa era, portanto, o lado do Mal: era “o outro lado”, o lado dos que mataram e malsinaram meus mortos.⁵⁸

As resoluções imaginárias funcionam como uma reação, uma réplica, um subtexto relacionado à realidade concreta, com a produção da narrativa considerada como um ato simbólico, elas não devem modificar a realidade, mas reproduzir a contradição, ou seja, explorar ao máximo o uso da linguagem ao modelar o discurso ideológico pelas oposições binárias e projetar a contradição social:

como uma “solução” imaginária para essa contradição real, uma resposta simbólica à inquietante questão como meu inimigo pode ser pensado como o mal (ou seja, como um ser diferente de mim e marcado por uma diferença absoluta, quanto aquilo que é responsável por ele ser assim caracterizado é simplesmente a identidade de sua conduta com a minha – pontos de honra, desafios, testes de força – que ele reflete como uma imagem no espelho⁵⁹.

Impossível resolver a questão do reflexo ideológico. Somente pela linguagem, o discurso ideológico será resgatado, reproduzido a contradição social em sistemas de valores moldados à necessidade de cada grupo, pressionando o adversário com seu sistema de valores na (re)produção do conhecimento e na forma relacional de pensar, como na justificativa da conduta dos revolucionários ao explicitar suas

⁵⁸ SUASSUNA, Ariano. *História d'o rei degolado nas caatingas do sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 82-83.

⁵⁹ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p. 119.

diferenças com o inimigo, impulsionados para a luta na defesa do que julga ser o bem e a liberdade:

A campanha da Aliança Liberal foi um episódio similar ao da independência, ao da libertação dos escravos e maior do que o da República. Pela sua extensão e profundidade, não foi um movimento político, mas **uma crise de opinião**, uma reacção nacional, uma transformação social. Só os cegos não viram na sombra da luta o madrugar de uma nova jornada. A ignorância e cupidez dos governos, nos municípios, nos Estados, na União, tinham alluido os alicerces da vontade popular, **afastando a cooperação dos bons, impondo o predomínio dos maus** (Destaques nossos).⁶⁰

Os bons fizeram a revolução e esmagaram os maus, separaram o joio do trigo. Mas pouco tempo depois, a benevolência dos revolucionários subordinaria a sociedade a uma realidade mais violenta, autoritária e sombria: o Estado Novo. Mas perceba-se que a justificativa de Oswaldo Aranha para a revolução manifesta-se como um valor abstrato, uma opinião, um sistema de crença que esvazia o significado político de luta de classes pelo poder de Estado. Por isso, podemos pensar que a interrogação literária do personagem Arésio Garcia-Barreto é uma resposta simbólica com a função de desmistificar o discurso ideológico como justificativa para a tomada do poder político, essa entidade abstrata que se manifesta, no caso da Revolução de 30, na formalização do Estado como força na organização social:

Por que seria eu obrigado a procurar ser bom? Por que seria eu forçado a contrariar meu sangue, impedindo-me de ser cruel, de desejar o Poder [...] Eu tenho ódio a esses hipócritas que se dizem partidários do bem e da justiça, da verdade e da bondade, e no entanto se envilecem no conforto, envilecendo também os filhos, que se habituem a adotar a humildade por covardia, a bondade por fraqueza, e o amor à pobreza por incapacidade de assaltar o poder e o dinheiro!⁶¹

⁶⁰ ARANHA, Oswaldo. *A' guisa de prefacio* In: FRANCO, Virgílio A. de Mello. Outubro, 1930. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. p.15.

⁶¹ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976, p.538.

As resoluções imaginárias na arte e na literatura são a resposta à realidade de 30, como contradição do enredo e da práxis social na busca dos sujeitos por resoluções objetivas para problemas ideológicos e de identidade na disputa pelo poder entre os liberais e perrepistas, facções de classe que se engalfinharam pelo controle do Estado. Disputa essa que excluiu aquele que pensa diferente do rebanho.

As resoluções imaginárias criam possibilidades no discurso político, como por exemplo, o ressentimento, essa espécie de ímã no jogo do inconsciente que vai, volta, tudo vê, tudo sabe da ação e reação do *Outro* ressentido:

Há uns três anos, saiu uma matéria na revista Veja sobre a Paraíba. Uma matéria paga pelo Governo do Estado. Não tem nenhuma referência a mim. A princípio achei que seria porque só estaria fazendo referência aos mortos. Mas não. Depois pensei que colocariam apenas os que não saíram do Estado, mas não. José Lins do Rêgo viveu a vida todinha fora da Paraíba e ninguém nunca ligou, e estava lá presente. Tinha referência a Sivuca. Todas as referências muito justas. Mas acho que eu era a única pessoa que não estava mencionada. Há um livro, *A literatura na Paraíba: ontem e hoje*, onde há uma série de estudos sobre artistas da Paraíba e não tem nenhuma referência a mim. Estão todos lá, menos eu.⁶²

A ausência do ressentido Ariano Suassuna é o reflexo da memória do *Outro* que alimenta e justifica suas queixas na tentativa de “apagá-lo”, excluí-lo da história cultural paraibana, já que representa um signo perrepista, um indivíduo que possui toda carga ideológica da velha ordem republicana. A atitude ressentida é identificada com a postura de pequenos gestos no cotidiano.

Outro exemplo, dessa vez partindo do escritor quando foi indicado para disputar o título de “Paraibano do Século XX”: Ariano Suassuna renunciou à sua

⁶² SUASSUNA, Ariano. *O socialismo continua sendo a utopia neste final de século. Correio da Paraíba, João Pessoa, 22 mar.1992. Caderno 3. p.5.* No livro citado pelo escritor, *A literatura na Paraíba: ontem e hoje*. Publicação da Fundação Casa de José Américo, 1989, tem da organizadora da obra, Idelete Fonseca dos Santos e estudiosa da obra de Suassuna, o seguinte trabalho: *Roteiro para a leitura do romance d'A pedra do reino de Ariano Suassuna*. 89-103 pp. Muito provavelmente o escritor quisesse se referir a obra *João Pessoa perante a história*, organizada por José Octávio, mas como o ressentido não ousa dizer o nome do seu ressentimento, daí uma referência trocada.

candidatura em favor do poeta Augusto dos Anjos, uma atitude que foi vista como “um gesto de grandeza em nome do poeta maior⁶³” por uns, mas considerada por outros como um ato político para derrotar o inimigo histórico da família Suassuna, João Pessoa, outro candidato de expressão ao título de paraibano do século. Sobre o fato, comentaram: “Os partidários do teatrólogo Ariano Suassuna, liderados pelo próprio Ariano que veio a João Pessoa, recomendaram o voto útil em Augusto dos Anjos, cuja liderança João Pessoa ameaça de muito perto.” ⁶⁴

A vingança do ressentido se dá através da ficção e de pequenas intervenções políticas no cotidiano. A vitória de Augusto dos Anjos ao título de “Paraibano do Século XX” muito provavelmente se deu pelo apoio do escritor Suassuna ao poeta. No entanto, é na literatura que os ressentidos usam sua força de expressão, sobressaindo-se numa recriação da realidade histórica da Revolução de 30, na Paraíba, que perdura no tempo. Podemos ainda constatar que não é somente em Ariano Suassuna, mas também em Carlos Dias Fernandes, as resoluções imaginárias são de puro ressentimento. Em relação ao autor de *Fretana*, opina o senhor Wellington Aguiar:

Um dos primeiros atos de João Pessoa ao assumir a presidência do Estado foi determinar a suspensão definitiva do pagamento que era feito, mensalmente, ao jornalista Carlos Dias Fernandes. Este se achava, desde 1925, morando no Rio de Janeiro, mas continuava recebendo, como se aqui estivesse, a gratificação correspondente ao cargo de diretor de A União, que havia exercido. Dias Fernandes ficou uma fera. Jamais perdoou João Pessoa. Mais tarde, ao escrever o livro *Fretana*, atacou cheio de ressentimento o governante paraibano. Mesmo João Pessoa já morto, ainda assim o foliculário não teve coragem, em suas venenosas páginas, de dar-lhe o nome verdadeiro. Trocou-o por outro que inventou. ⁶⁵

⁶³ COSTA, William. Um gesto de grandeza em nome do poeta maior. *A União*. João Pessoa, 27 mar. 2001. Social. Dois, p. 15.

⁶⁴ BOTELHO, Hélia. Ariano. *A União*. João Pessoa, 25 mar. 2001. Social. Dois, p. 20.

⁶⁵ AGUIAR, Wellington guiar. A Velha Paraíba nas Páginas dos Jornais. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 16. Jul. 1996.

Realmente, no romance de Carlos Dias Fernandes, encontramos resoluções desabonadoras ao já consagrado herói e mito João Pessoa, mas o grande personagem a sair arranhado é José Américo de Almeida. É possível, mas não deve ter sido este o motivo para que na segunda edição do romance *Fretana*, sob a tutela da Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, o capítulo que trata da alegoria política tenha sofrido um pequeno erro na enumeração das páginas e o vocabulário do escritor tenha sido atualizado. Trata-se, decerto, de uma deuterose da cultura sobrevivente de 1930 na tentativa de obstruir a interpretação, mesmo que ficcional, de quem sobreviveu à “pequenina e doida” Paraíba. Entretanto, as resoluções imaginárias do romance de Carlos Dias Fernandes ainda surtem seus efeitos, e um grande defensor do “inolvidável” João Pessoa, ataca o escritor, que, já morto, não pode se defender e o senhor Wellington Aguiar comete a mesma injustiça que denunciou. E mais uma vez, a narrativa romanesca não recebeu o *status* de ficção. Podemos desconfiar que alguma verdade deva existir nas páginas “venenosas do mau jornalista”?

Um dos acontecimentos que povoam o imaginário paraibano é quanto o assalto realizado pela polícia paraibana à residência de João Dantas, acontecimento tido como responsável pelo assassinato de João Pessoa e que permanece sendo interrogado ao longo do tempo sem perspectiva de resposta, constituindo assim um desafio à História, registro que continua provocando polêmica:

O assalto à casa de João Dantas e os fatos entrelaçados causaram a tragédia da Confeitaria Glória. Faz 67 anos e permanecem as interrogações: quem determinou a invasão? Quem na polvorosa escolheu as cartas para divulgação? Quem as levou ao jornal? Quem falsificou os seus textos? Quem autorizou as publicações? Percebe-se que foram vários infratores, impondo-se identificá-los para que, ao menos, recebam de por si a repulsa da história.⁶⁶

⁶⁶ MADRUGA, Newton. Assalto à casa de João Dantas. *O Norte*, João Pessoa, 24 Jul, 1997. Opinião, p.2. Três anos antes as questões elencadas pelo jornalista apresentavam-se em menor número em outro artigo, *Rixa fatal*, no mesmo jornal e página: “Faz 64 anos e permanecem as indagações: quem se apoderou das cartas do assalto? Quem falsificou seus textos, quem autorizou a divulgação? Fatos esses que agravaram o

Quem seriam os responsáveis pela invasão à residência de João Dantas? Os próprios auxiliares do governo João Pessoa, como José Américo de Almeida, que foi conspirador em 30 e depois ministro, governador, senador e quase candidato à presidência da república, caso Getúlio Vargas não tivesse golpeado a democrática Revolução Liberal, instaurando o Estado Novo em 1937? Ou seria Osias Gomes, o jornalista, diretor do jornal *A União*, que sabia como ninguém interpretar a vontade de João Pessoa? Ou até mesmo o próprio João Pessoa, a quem todos estavam subordinados? Mas quem falsificou o texto das cartas, transformando o que poderia ser “ridículas cartas de amor” em rumoroso escândalo sexual, adulteração que permanece a inspirar o imaginário da sociedade? Segundo Mello, a invasão, a pedido de Ademar Vidal, realizada pelo Delegado Manuel Morais, não foi um ato fortuito, mas resultado do acirramento da guerra civil de Princesa e da obsessão de João Dantas em criar uma segunda frente de luta partindo de Natal para ocupar a capital paraibana que estava desguarnecida, liquidando o governo paraibano, na tentativa de causar a intervenção federal desejada pelos revoltosos. Se o objetivo era impedir a expansão geográfica da guerra civil e salvaguardar o Governo paraibano, a ação surtiu efeito, mas a continuidade da ação com a publicação da correspondência do revoltado Dantas, liquidou o governante. Este último acontecimento, na opinião de Mello, não se sustenta como explicação para o assassinato de João Pessoa:

Por meio da utilização desses elementos chega-se a compreensão mais adequada do desenlace de vinte e seis de julho que por meio da pretensa publicação das cartas íntimas por *A União*, e a existência (?) de diário secreto de Dantas para cuja leitura na delegacia o órgão oficial remetia a população, na única nota íntima e passionai da longa serie de reportagens de julho de 1930.

clímax da rixa para a tragédia do dia 26 de julho de 1930. Os mandantes à invasão à casa dos Dantas, ocultaram-se até hoje no anonimato.”

Pela conjugação dos aspectos acima alinhados torna-se frágil a tentativa de limitar-se o assassinato de João Pessoa a um caso **peçoal** ou (sic) **passional**: por ventura disputava a mesma mulher?⁶⁷

Todos os acontecimentos estão interligados como causa e efeito: João Pessoa deseja sobrepor os interesses públicos aos interesses privados dos oligarcas. Estes armam a reação e conspiram contra o Governo João Pessoa, iniciando a guerra civil. A família Dantas é perseguida pelo Governo, alguns parentes são presos, suas propriedades depredadas. Dantas intensifica articulação em levar a guerra civil a capital. Por ordem de Ademar Vidal, a residência de João Dantas é depredada, suas correspondências são publicadas em A União, e cartas ou anotações, por ferir a moral pública, são expostas na Delegacia de Polícia, para quem quiser ver. Dantas mata João Pessoa, a quem responsabilizou por tal afronta. O movimento da Aliança Liberal ressurgue como revolução, Dantas é assassinado. Vitoriosa, a revolução, Vargas assume o governo do país e dele só sairá depois da II Guerra Mundial. Causa e efeito. Ação e reação. Não podemos quantificar quantas notas deverão ser publicadas na imprensa para ofender a honra de alguém. Para Dantas foram muitas, e todas elas com objetivos políticos, inclusive a morte de João Pessoa. Com ela, a guerra em Princesa teve fim, e muitos a consideram o marco glorioso da revolução de 30. Como deixar de considerar a atitude humana um ato político, sabendo que tudo que existe é social e histórico – como afirma Jameson –, que tudo é, em última análise, na verdade, político.⁶⁸ Inclusive a negação sobre as anotações amorosas feitas por Dantas, como ajuíza Mello:

Como ninguém até hoje confessou haver lido ou visto esse diário, que não teria passado, quando muito, de uma caderneta de notas, a professora Terezinha Pordeus, pesquisando o assunto concluiu por

⁶⁷ MELLO, Jose Octávio de Arruda. A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa: UFPB, 1992. p.346.

⁶⁸ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992. p. 18.

sua inexistência, creditando-o à exaltação que propende à criação de mitos nos momentos de maior fermentação social⁶⁹.

Como saber que tal diário não passaria, quando muito, de uma caderneta de notas, se tais anotações nunca existiram? Entre polêmicas e questionamentos, encontram-se os que contestam a existência das cartas amorosas, de tórrida paixão, Anayde Beiriz e João Dantas, como Maria de Lourdes Luna, ex-secretária de José Américo de Almeida, que, em entrevista ao jornalista Severino Ramos, afirmou taxativa:

Essas cartas nunca existiram. Nunca. Absolutamente não existiram. Sabe que cartas foram essas? Segundo José Américo e os historiadores **mais isentos**, eram cartas dos constituintes de João Dantas. Tratavam de natureza profissional [...] Não eram cartas de amor.⁷⁰ (grifos nossos).

Quem seriam esses sujeitos mais isentos, em se tratado de questões ideológicas? Paradoxalmente, contrariando a opinião dos historiadores mais “isentos”, Wellington Aguiar, um dos mais ferrenhos defensores de João Pessoa e da história política da Revolução de 30 na Paraíba, protesta a versão da inexistência das cartas amorosas, mesmo afirmando nunca terem sido publicadas:

junto aos documentos encontrados em um cofre no escritório de João Dantas havia “cartas íntimas” que não foram publicadas n’ A UNIÃO por conterem fatos imorais. “Mesmo assim, os jornais publicaram que as cartas íntimas estavam à disposição do povo paraibano na Delegacia”.⁷¹

⁶⁹ MELLO, Jose Octávio de Arruda. *A revolução estatizada*: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa: UFPB, 1992. p.379-380. Nota de fim de página nº 10.

⁷⁰ Biu Ramos entrevista Lourdinha: As cartas de João Dantas nunca existiram. *O Norte*, João Pessoa, 07 Jan., 1996. Especial, p.7, c1.

⁷¹ Declaração de Wellington Aguiar a Augusto Magalhães em reportagem intitulada: Remexendo na História. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 jan., 1996. Caderno Dois, p.1.

Entretanto, em outra oportunidade, Wellington Aguiar, sem qualquer justificativa plausível, afirma que tais cartas nunca existiram, contrapondo-se ao seu discurso anterior. Torna-se então, um historiador “isento”, em defesa do depoimento de José Américo de Almeida dado à sua secretária particular. Como se fosse possível escrever a História sem ideologias, o historiador nega sua anterior afirmativa da existência das “cartas íntimas”, acusando o filme *Parahyba Mulher-Macho* de inventar essa não-verdade, como se antes da obra de ficção, já não existisse esta conturbada discussão sobre a invenção da verdade histórica:

A verdade é que se criou no Brasil uma mentira histórica [...] A mentira histórica é a coisa mais difícil de combater. É o caso de se dizer que estas cartas de Anayde Beiriz, que nunca teve seu nome citado, uma vez sequer, naquelas publicações. Nenhuma vez. Foi uma mentira histórica que tomou asas graças ao filme de dona Tisuka Yamasaki, que, apesar de ter sido um filme de ficção, contém absurdos que não se admitem.⁷²

Compartilhando da primeira versão defendida por Wellington Aguiar para este episódio das cartas, outro historiador, José Joffily, testemunha ocular dos acontecimentos de 1930, em tom de autocrítica por se deixar fanatizar pela política traçada pela Aliança Liberal, comenta o seguinte:

Poucos sabem que o advogado João Dantas assassinou o presidente, **sozinho**, à luz do dia, em lugar público, em represália pela campanha de difamação sofrida pela imprensa oficiosa. Arrombado pela polícia o apartamento de João Dantas e apreendido seu arquivo particular foi tudo publicado com exceção (por imperativo de decoro) de papéis que ficaram em exposição na Delegacia de Polícia da Capital. Bem me lembro, quando, a caminho do Colégio Pio X onde estava concluindo o ginásio, entrei numa fila, com outros estudantes, para ler sonetos extravagantes e páginas confidenciais do diário do feroz advogado. Fanatizados pela Aliança Liberal, todos nós achávamos muito natural aquela violência policial (Grifo do autor.).⁷³

⁷² Biu Ramos entrevista Wellington: É difícil desfazer uma mentira histórica. *O Norte*, João Pessoa, 28 jul. 1996. Especial, p.7.

⁷³ JOFFILY, José. *Fatos e versões*. Londrina: Gráfica Londrina, 1976, p. 7-9.

Neste depoimento de Joffily, a coerção ideológica da prática política naturaliza a violência praticada contra a família Dantas⁷⁴, e dada como certa a existência das “cartas” ou “notas” amorais.⁷⁵ O que teria motivado a exposição desses papéis na Delegacia de Polícia? Esta questão sobre a existência ou não de tais cartas de João Dantas com “a narrativa de actos amoraes pelo mesmo praticado” vem sendo debatida desde a publicação do livro *Porque João Dantas Assassinou João Pessoa*, de Joaquim Moreira Caldas, em 1936. Acontece que, desde 1934, vem se negando a existência destas cartas, conforme o registro da declaração de Adhemar Vidal por Caldas:

Antes de prosseguirmos, façamos uma estação neste ponto para pormos a calva a mostra dessa armadilha de que compunha a mantilha que na Parahyba vivia atacando a dignidade de João Dantas, não escolhendo meios nem processos, sendo todos elles aproveitados e utilizados. Hoje, o ex-chefe da policia do Sr. João Pessôa, sr. Adhemar Vidal, um dos redactores da folha injuriosa, “A UNIÃO”, vem declarar que, “as taes notas redigidas pelo próprio punho do espião com a narrativa de actos amoraes e que ficaram na policia à disposição de quem quizesse ver, “nunca existiram” (“A Imprensa”- 22 de maio de 1934). Quererão, caros leitores melhor libello contra essa gente que tanto malsinava João Dantas?⁷⁶

A existência das cartas amorosas de João Dantas não foi uma “invenção” do filme de Tizuka Yamazaki, *Parahyba, mulher mancho*, como anuncia Wellington Aguiar. Confrontando os que nunca viram ou leram, ou que leram mas continuam a negar a existência das narrativas amorais dos atos praticados por João Dantas, José

⁷⁴ “Eu acho que João Pessoa sabia da ordem para publicar. E eu teria feito a mesma coisa, que era para acabar moralmente com os adversários.” Esta é a opinião de Wellington Aguiar em entrevista concedida a Biu Ramos. Vide nota 56.

⁷⁵ Outro testemunho, que podemos tomar como verdadeiro, sobre o episódio sobre a apreensão e existência destas cartas “amorais” de João Dantas, é o depoimento de Álvaro de Carvalho, que assumiu o governo da Paraíba com a morte de João Pessoa, no livro *Nas vésperas da revolução*, 1978. p.147, ele afirma: “(...)a apreensão de cartas de sua família e de um diário de suas aventuras amorosas, feita á revelia de João Pessoa, “por amigos officiosos do governo”, conforme ele próprio mo disse, sem que lhe perguntasse(...) as cartas foram publicadas por ordem do Presidente e o “Diário” ficou exposto na redação d’A União, então órgão oficial, e aí, andou de mão, em mão, para mostrar o estofo moral do “bandido” que o redigira.Tive-o em mão e lhe apreciei as minúcias, indignas de um Casanova, por excesso de realismo.”

⁷⁶ CALDAS, Joaquim Moreira. *Porque João Dantas Assassinou João Pessoa*. Rio de Janeiro: Artes Graphicas, s/d, p. 72. Ou, mais recentemente, vide a segunda edição pela Manufatura, 2005. p.81.

Américo de Almeida mostra a verdade inconveniente: “um dia violaram o domicílio de João Dantas e os seus arquivos, e deram publicidade a umas cartas amorosas muito indiscretas. Isso acirrou muito os ânimos: ele teve que deixar a Paraíba e foi residir em Recife.”⁷⁷ E logo em seguida denuncia o “amigo oficioso do governo” responsável por este erro: “foi Ademar Vidal. Muita gente me atribuía essa responsabilidade porque eu era secretário de segurança. Mas hoje todos já sabem que foi ele.”⁷⁸ Estas afirmações de José Américo de Almeida põem por terra o conhecimento professado pelos defensores de que tais cartas, anotações e escritos amorais nunca existiram e que não deram publicidade a eles. No entanto, essa postura do revolucionário está condenada ao fracasso por não estar coadunada à lógica da deformação sistemática que sofreu e vem sofrendo a realidade histórica da Revolução de 30 na Paraíba. Aliás esta afirmativa de José Américo de Almeida, confirmando a publicização da correspondência amorosa de Dantas e Beiriz, chega até a ser ocultada por quem diz escrever a história de 30 caucada na memória do revolucionário.

Com que objetivos se tenta a esconder a verdade que todos vêem, mas que poucos admitem? Seria não comprometer moralmente os revolucionários paraibanos como José Américo de Almeida, Ademar Vidal e Osias Gomes, entre outros, que se beneficiaram com o assassinato de João Pessoa, principalmente no uso político deste fato como processo para deflagrar a Revolução? Seria negar a justificativa do assassinato de João Pessoa por João Dantas como uma atitude moral de revide à invasão e divulgação de sua privacidade? Ou seria uma disputa pela estratégia de legitimação na construção da verdade com um valor absoluto que foi se dissolvendo, criando outras possibilidades, para outros horizontes interpretativos na compreensão do fenômeno que,

⁷⁷ Depoimento de José Américo de Almeida a Aspásia Camargo e outros em *O nordeste e a política*: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984. p. 161.

⁷⁸ *Idem*, p.163.

vai e volta, mobiliza o espírito paraibano e continua a dividir a sociedade com recursos retóricos para velhas questões.

O embate pela posse da verdade histórica ou a hegemonia dos acontecimentos históricos sobre a Revolução de 30 na Paraíba acabou gerando, entre os grupos envolvidos e defensores eventuais ideológicos no conflito, uma cultura particular na qual ficção e realidade se imbricam dialeticamente, formando um *continuum* no qual a revolução parece estar sendo vivida atemporalmente. Os debates se sucedem, versões são contestadas, as vozes que protestam contra a história oficializada são abafadas, marginalizadas e combatidas, resguardando a imagem dos paraibanos que fizeram a Revolução. A prática ideológica do conhecimento, neste caso, é coletiva. O pensamento está aparelhado por alguns trabalhadores culturais que se encarregam de responder com intensa satisfação intelectual às questões cognitivas de qualquer ordem. Todos estão atentos a qualquer opinião que venha a divergir do receituário que tenta se firmar como hegemônico e mantêm um eterno monitoramento acerca desses fatos históricos, como, por exemplo, na manifestação de Maria de Lourdes Luna, que não aceita a leitura feita por Celso Furtado, em entrevista à revista *Playboy*, sobre a existência das tais cartas. O economista afirma que “O crime que vitimou João Pessoa foi por vingança [...] Um dia João Dantas teve sua casa invadida, retiraram papéis privados dele e publicaram cartas que escreveu para uma amante.” Maria de Lourdes Luna rebate o economista nos seguintes termos:

Nada mais falso. O fato já foi provado exaustivamente. A correspondência lá encontrada era de seus constituintes e outros documentos ligados a sua atividade partidária e profissional. Que qualquer pessoa desinformada aceite uma versão fantasiada ainda se tolera, mas um cidadão do mundo, culto e cultuado por muitos, insistir em numa afirmação revogada é estarrecedor.⁷⁹

⁷⁹ LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Mentiras Históricas. O Norte, João Pessoa, 21 Ab. 1999. Opinião. p2,*

A tentativa de revogar a história pela fantasia apresenta-se como persuasão retórica na tentativa de silenciar o oponente. Embasado na publicação do jornal *A União*, datada de 26 de julho de 1930, sob o título de *Perfeito tipo de degenerado*, temos confirmação de que a correspondência foi dada a conhecimento público:

No cofre de marca “torpedo” encontrado no quarto do bacharel João Dantas a policia achou notas redigidas pelo próprio punho do espião com a narrativa de actos amoraes pelo mesmo praticados. Taes notas não podem ser publicadas porque offendem ao decoro comum. Mas quem quizer vel-las o póde fazer na polícia.⁸⁰

Mesmo com reprodução dessa nota nos livros *João Pessoa, o reformador*, de Wellington Aguiar, e *A Revolução estatizada*, de José Octávio, nega-se a existência das cartas⁸¹, a estratégia de negação busca a adequação ideológica à visão dominante. Mas quando não se pode mais ocultar a realidade por argumentos racionais, afirma-se que o desaparecimento de toda documentação apreendida na ação policial foi proveniente do medo do delegado de plantão de uma assombração, um *poltergeist*, fenômeno típico literário do realismo mágico:

De repente, veio-lhe a idéia de como ocupar o resto do expediente. Abriu o cofre e retirou o remanescente ali guardado após a irrupção à casa de João Dantas. [...] Não terminou de rever a primeira carta, enviada por um constituinte do Rio Grande do Norte, quando um vento inesperado, furioso, soprando pelas fechaduras, adentrou o gabinete e, derrubando um tinteiro, entornou alguns papéis. As janelas, sem serem tocadas, batiam com violência e toda força fora inútil na tentativa de fechá-las. O quadro com a efígie de João Pessoa despencou-se sem ter quebrado a alça que o prendia a parede, nem o vidro e a moldura [...] Ao tentar desesperadamente pegar as folhas espalhadas pelo chão, estas alçaram vôo em direção teto. Eram textos voadores. [...] Acudiu-lhe então de fazer uma promessa a Nossa Senhora do Desterro e imediatamente o que era inacessível foi descendo e se amontoando no assoalho [...] Traga-me uma lata vazia, disse apenas. Dentro dela o delegado atirou, despedaçado o arquivo macabro e, atendo fogo, livrou-se do compromisso com a Santa e a história da Paraíba perdeu elementos de grande valia para certificar

⁸⁰ Vide também em *João Pessoa, o reformador*, 2005.p.287.

⁸¹ Vide Barbosa Lima Sobrinho em *A verdade sobre a Revolução de outubro-1930*, capítulo XIII – O caso da Paraíba. 114 -129 pp. A existência das cartas também é confirmada.

uma fase agitada do seu passado. O que aconteceu foi natural ou sobrenatural?⁸²

É uma justificativa que nem a ficção ousara imaginar. No entanto, mais inverossímil do que torná-la “sobrenatural” é a tentativa de dizê-la revogada, como se pudessem determinar o que devemos ou não conhecer. Esta atitude é insustentável. Quando a realidade torna-se injustificável, só na literatura fantástica ou no sobrenatural podemos encontrar as explicações, já que ela não requer comprovações e retiramos de nossa responsabilidade o acontecido. O problema é que beiramos o irracionalismo na história da Revolução de 30. Tudo parece literatura, fantasia, como justificava de Anayde Beiriz às amigas chocadas com seus contos que narravam relacionamentos amorosos de moças com homens casados: “é só literatura. É só literatura.”⁸³ E tudo parece mesmo ser só literatura. Só que a literatura aparenta ser a verdade e o certo; a história, ficção, a verossimilhança. A verdade da ficção está à espera de razão?

O sistema de antinomias da Revolução de 30 como expressão sintomática de sua contradição social manifesta-se pelas oposições binárias que caracterizam a construção do conhecimento como *verdade* única e definitiva, assim como, no itinerário do *ressentimento* no uso ideológico das oposições binárias do *bem* e do *mal*, que a disputa gnosiológica vai engendrar no pensamento ou na linguagem como estratégia de legitimação da ação dos homens. O uso ideológico dessas ‘unidades mínimas’ na articulação das lutas ideológicas atua como um código que mantém a Revolução de 30 numa função mobilizadora da sociedade para atitudes de hostilidade e coerção para com aqueles que agem e ousam pensar diferentemente uns dos outros. A consequência deste

⁸² LUNA, Lourdinha. João Dantas – Anayde Beiriz, vidas diferentes, destinos iguais. *O Norte*, João Pessoa, 22 Ago.1993. Reportagem. p.4.

⁸³ Vitória Chianca em depoimento a João Costa, publicado em Fernando resgata heroína Anayde, e exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1992. Caderno3. p.2.

conflito de opiniões gerou o reconhecimento de duas verdades, uma atrelada aos defensores da Aliança Liberal e outra em defesa dos perrepistas paraibanos. A contradição gerada por sistemas de antinomias tem por consequência a (re)produção de sua problemática sem nunca chegar a uma solução final. A contradição sobrevive pela parcialidade e paixão geradas pelo atores sociais na demarcação e delimitação de suas identidades enquanto grupos sociais antagônicos e dogmáticos, na argumentação em defesa de seu quinhão ideológico, sua doxa e sua aceitabilidade racional.

Seguiremos o itinerário da construção destas verdades, que desemboca na existência de outra verdade, antagônica ao sistema dominante. Mas qual a necessidade deste reconhecimento? A narrativa ficcional teria alguma influência no reconhecimento desta nova verdade? A memória teria a função de salvaguardar a “verdade do fato histórico”? O ressentimento teria sido imprescindível para que a controvérsia sobre o ano de 1930 adentrasse ao século XXI como fiel depositário da memória que não deseja o esquecimento, mas sempre reativar a memória do adversário?

A apreensão da história como nós a conhecemos dá-se através de textos, essa produção simbólica através da qual as relações humanas são mediadas, objetivando as relações de poder que narram os acontecimento de acordo com a conveniência das classes sociais ou segmentos de classe, ocultando ou fazendo calar aqueles que atentam contra a dominação e reprodução de seus interesses. Com a vitória da Revolução de 30, os liberais buscam construir suas narrativas e, através delas, estabelecer a verdade, como se pode constatar na inquietação de Virgílio de Mello Franco que esclarece, em advertência ao leitor, o objetivo consciencioso de sua argumentação na prevenção de futuros problemas: “escrevendo e publicando este livro, outro fim não tive senão o de fornecer uma contribuição pessoal para que mais tarde não se falseie a História. Fiz bem? Fiz mal? O futuro dirá.”⁸⁴

⁸⁴ FRANCO, Virgílio A. de Mello. *Outubro, 1930*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Schmid, 1931. p.10.

Os possíveis “falseadores” da história de 30, na polidez e quase desinteressada atitude teleológica do autor de *Outubro, 1930*, podem ser todos os que contestem a sua contribuição e saber histórico da revolução. Adhemar Vidal, diferentemente de Virgílio de Mello Franco, de forma objetiva dá nome aos “falseadores”. Estes, segundo o autor do *O incrível João Pessoa*, eram os perrepiistas paraibanos que tinham como “arma favorita a mentira. Mentiam a granel. Desavergonhadamente.”⁸⁵ Entretanto, no entender de José Joffily, falta a Adhemar Vidal isenção por ele esar comprometido com a administração do governo João Pessoa (1928-1930)⁸⁶ e, acrescentamos, comprometido com o episódio que culminou com o assassinato de João Pessoa, a devassa à residência de João Dantas. Mesmo que anos depois Adhemar Vidal, em entrevista, tenha afirmado que um dos responsáveis pela morte de João Pessoa tenha sido José Américo de Almeida, “porque queria ser o líder nordestino perante o presidente do Brasil Washington Luís (*Sic*)”⁸⁷, a negação para esta afirmativa é dada pela leitura das obras do próprio Adhemar Vidal do período em que sua voz uníssona desejava silenciar o passado:

E não concordo por um motivo muito simples, porque a História contraria quase tudo que o jornalista escreveu [...] Lendo *O incrível João Pessoa e 1930 - História da Revolução na Paraíba e João Pessoa e a Revolução de 30*, este último publicado em 1978, todos eles do escritor Adhemar Vidal, não se encontra absolutamente nada sobre o assunto.⁸⁸

Não é a história que contraria a versão apontada pelo jornalista, mas a interpretação do próprio Adhemar Vidal que se refaz da tutela dominante do senhor e aponta a vontade de poder de José Américo de Almeida⁸⁹. A interpretação das obras por

⁸⁵ Vidal, Adhemar. *O incrível João Pessoa*. Rio de Janeiro: Universo, 1931. p.64. Ou em *João Pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 71.

⁸⁶ JOFFILY, José. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.p.67.

⁸⁷ JUNIOR, Franto. Paraíba, capital Paraíba. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1995. Show, p4.

⁸⁸ SALVIANO, Violeta de Brito Lyra. Verdade histórica. *O Norte*, João Pessoa, 10 ago.1995. Show, p4.

⁸⁹ Com polidez no fascículo 36 de *Paraíba, nomes do século*: Ariano suassuna, José Nunes profetizou , sem indicar interessado na morte de João Pessoa, que: “os acontecidos naquele nefasto ano de 1930, na Paraíba, ainda vão render pesquisas, pois a morte de João Pessoa não foi apenas por motivos políticos

parte da então presidente da Fundação Casa de José Américo, Violeta de Brito Lyra Salviano, toma o conhecimento histórico ou a concepção de verdade pelo caráter de antiguidade em uma leitura canônica, como se as obras produzidas pelos homens em justificativas de suas ações ou de outrem fossem inquestionáveis, o conhecimento estagnado e a história impossível de ser reexaminada e o erro reparado. Assim, a linguagem como constituição da verdade acaba por recorrer à crença metafísica de que a verdade é divina:

Faço minhas as palavras do jornalista: não devemos esconder a verdade. Nunca, Deus a ama fortemente. Não é ético, nem bonito, nem de bom tom acusar gravemente alguém que não pode mais se defender porque já se encontra do outro lado, com a VERDADE das VERDADES (Destaques da autora).⁹⁰

Respeito à memória dos mortos é o programa que sempre se exige quando os argumentos não rendem o suficiente convencimento em defesa daqueles sujeitos de boas qualidades, elevadas virtudes morais e caráter irretocável que fizeram a Revolução de 30. Mas tal atitude não se observa por parte dos defensores dos liberais de 30:

Os “iniciados” não aceitam a verdade científica segundo a qual o povo é quem faz a História. Daí a campanha de calúnias e agressões contra o historiador José Joffily que não foi respeitado nem depois de morto, porque enfrentou obscurantismo e disse a verdade.⁹¹

A verdade que José Joffily apresenta acerca da Revolução de 30 revela a existência de uma discrepância entre os fatos e a versão oficial; os interesses pessoais

como alguns historiadores oficiais buscam mostrar para as novas gerações, mas motivada por intriga palaciana de políticos sequiosos de poder.”

⁹⁰ SALVIANO, Violeta de Brito Lyra. Verdade histórica. *O Norte*, João Pessoa, 10 ago.1995. Show, p4.

⁹¹ BATISTA, Oduvaldo. Provincianismo. *O Norte*, João Pessoa, 22 ago.1995. Show, p.4.

sobreexcederam-se à verdade dos acontecimentos e, conseqüentemente, vem a necessidade de uma revisão⁹². Proposição que Joffily executa ao tomar posição contra o dogmatismo e a mistificação criados em torno de João Pessoa, avaliando a guerra de Princesa atrelada aos interesses dos sertanejos⁹³ contrariados pela reforma tributária iniciada por João Pessoa, revisando o conceito de revolução, a participação do povo neste episódio histórico, aceitando a versão de suicídio para a morte de João Dantas, mas reconhece que não está neutro nesta polaridade ideológica que não admite imparcialidade, e manifestando a certeza de que definitivo mesmo somente a permanência do debate e a verdade provisória. Daí a multiplicidade de versões, ou no mínimo duas versões sobre este determinado assunto, com cada uma defendendo interesses específicos das facções que representam a verdade como uma necessidade política.

A representação ideológica da verdade é de uma consciência bem informada. Ela abrange a filosofia, a religião, o mito, a moral e a apropriação do mundo em ruínas, abandonado pelo inimigo em fuga. Apropriação que, através das abstrações do pensamento, mistifica e oculta a elaboração da atividade mental e sua relação imaginária com o real:

quando me pesava a responsabilidade de dirigir “A União”, órgão oficial do Estado, no fragor da tormenta, e assim o dever de interpretar o pensamento do grande governo de João Pessoa. Trabalhávamos com alma. Não precisávamos perguntar a esse tempo, “onde está a justiça” como Sócrates a seus discípulos, nem “onde está a “verdade” como Pilatos a Jesus, porque estávamos dominados pela fascinação consciente deste vulto hercúleo, cujos inimigos não puderam vencer nem pela morte, antes fugiram em pânico diante de seu corpo inanimado. Identificados com o sonho que transfigurava o espírito desse cidadão incomparável – de tornar a Paraíba imensa e feliz – e, depois, com a selvagem bravura com que lhe defendeu a autonomia,

⁹² JOFFILY, José. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.33.

⁹³ Japiassu em seu romance *Concerto para paixão e desatino*, faz uma comparação de riqueza pela quantidade de automóveis que “Princesa estava apinhada deles. Havia bem uns vinte, quase o mesmo número da capital. E por quê? Por causa da riqueza do “Território Livre”, muito mais pernambucano que paraibano e, por tal razão, inimigo da política econômica de João Pessoa. O Porto do Recife estava cada vez mais próspero, inchado de mercadoria que iam e vinham, à vontade dos tubarões capitaneados pelos Pessoas de Queiroz, de quem Zé Pereira tornara-se amicíssimo. Cabedelo ao contrário, era ancoradouro de acanhado porte, a implorar reformas e verbas que o Governo Federal negava aos opositores.” p. 131. Realidade do porto paraibano que, tirando a oposição a oposição do Governo, continua a mesma.

nunca nos abateu um só momento de desânimo no exercício das mais duras funções.⁹⁴

Com quem está a verdade? O que é a verdade? Mas para que serve a verdade? Roteiros. Questionamentos; roteiros.

A verdade é João Pessoa morto, a verdade está possuída no corpo morto de João Pessoa. Mas, sendo causa, sobre que efeito servem esta verdade e esta morte?

A verdade pertence aos representantes da Aliança Liberal e não aos perreipistas. O velho regime acabou e novos totens foram erguidos na oficina da história. As engrenagens não param; a produção alcança um salto de qualidade na construção e justificativa de uma realidade mais feliz, que, sonhando com um grande futuro, é intocável. Seria um crime de lesa-pátria questionar a causalidade que proporcionou a concepção de verdade e justiça dos liberais da Aliança. Encontrar uma maneira para se opor ao monopólio da verdade sobre 1930 é intervir na realidade social. Uma das possibilidades de expressar ideologias é pela forma estética. A escolha do ato estético, é sabidamente, em si próprio ideológico. O ato estético foi a opção que muitos escolheram para responder às questões relacionadas à Revolução de 30. Entre eles, Ariano Suassuna, que a respeito de sua obra, vai logo informando: “Um escritor é um mentiroso: A pedra do reino, 630 páginas, nada do que tem lá é verdade. Tudo mentira!”

⁹⁵ E como ficção deve permanecer.

Ariano Suassuna expressa a obra de arte como mentira e não gosta do mentiroso que prejudica os outros ou que mente para exaltar suas ações; gosta de certo tipo de mentiroso, o que mente de forma gratuita, “o mentiroso que ama a mentira pela mentira, como obra de arte, com esse eu simpatizo. Porque ele, como é uma pessoa que

⁹⁴GOMES, Osias. A história deste livro. In: LÉLIS, João. *Revolta de Princesa (1930)*. João Pessoa. A União, 1940, p. 13.

⁹⁵ SUASSUNA, Ariano. *Aula magna*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1984. p.33.

como nós não se satisfaz com o real, cria um novo universo.”⁹⁶ O escritor, assim como o mentiroso insatisfeito com a realidade, não parte do nada. A produção ficcional tem como matéria prima o real que é transformado pelas abstrações do trabalho intelectual, em um mundo mais favorável ao criador, no qual o narrador de seu romance só diz o que ele pode provar ou o que viu acontecer⁹⁷. A ficção se coloca a serviço da verdade⁹⁸, como podemos constatar na resolução imaginada por Ariano Suassuna para responder conceitualmente a uma das questões colocadas por Osias Gomes⁹⁹:

“— E a verdade?” Disse Arésio.

“— Ah, a pergunta de Pilatos!” Disse Adalberto sem sorrir — “Chama-se verdade Arésio, uma afirmação com a qual mais de um homem concorda. Quanto maior o número desses homens, maior a importância dessa verdade. O resto é confusão e sonho dos idealistas! Assim como não existe verdade em si, também não existe falsidade em si. Uma Falsidade é somente um choque de verdades.”¹⁰⁰

A legitimidade da verdade por uma maioria é a legitimidade da dominação política sobre uma minoria, cuja negação é possibilitada pelo relativismo. A verdade parece ser uma escolha pessoal e possui um caráter pragmático e orgânico, a verdade é subordinada aos interesses de uma classe social ou a serviço dos grupos que a compõem em disputa pelo poder, um pensamento, um saber. Formulações interpretativas vão sendo elaboradas sobre o objeto, mas se mantêm em rota de colisão e efetivamente colidem. Outra observação sobre o diálogo das personagens no romance de Suassuna é quanto às formulações sobre o conceito de verdade que projeta a contradição —

⁹⁶ *Idem*, p.35-36.

⁹⁷ Vide às páginas 48, 140, 184 e 495 do romance *A pedra do reino*, de Ariano Suassuna.

⁹⁸ Gustavo Corção em *O Globo*, edição de 11 Dez.1971, interpretando o sentido ético do Romanceiro comenta: “(...) o Romanceiro, longe de ser uma cultura simplesmente menor, medida em côvados de progresso técnico (...) tem em comum com os mais altos momentos da história humana esta invariante procura da Verdade e do Bem. Suassuna certamente prefereria, a tão ostensivas pomposas categorias, os termos “genuíno” ou “autêntico” que são apelidos da Verdade; e não me contestara se eu dissesse que através de todas as desconcertantes refrações éticas o Romanceiro revela sempre a procura de um valor que é outro apelido do Bem.”

⁹⁹ Vide referência relativa a nota de número 46, página 31, na qual, de forma mais clara, esta questão é debatida pelas resoluções do romance *História d’o rei degolado*.

¹⁰⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 533-534.

ideologema – em prototeoria, uma opinião abstrata construída a partir da relação com a categoria modo de produção:

As afirmações do meu livro - entre as quais a mais importante talvez seja essa da verdade como coisa estabelecida socialmente pela maioria - são incontestáveis, porque o testemunho de todos os homens comprova que, no tempo da selvageria, havia um número de verdades infinitamente inferior ao de agora, com a Civilização e o seu desenvolvimento. E isso era de esperar: porque é a organização econômica total e absoluta que produz a organização das verdades parciais num todo indiscutível. Será da organização e da semelhança de todas as verdades num todo comum que decorrerá a paz entre todos. Essa, aliás, é a razão do sucesso sem precedentes que o Socialismo, todo baseado no fundo econômico, vem tendo na Rússia, por mais que você zombe dela!¹⁰¹

A estrutura econômica de uma dada formação social não só determina como a produção de bens materiais é executada como meio de subsistência, mas incorpora todas as dimensões da vida social em qualquer época ou circunstância da vida política e cultural de uma sociedade, como a produção do conhecimento desta formação social, até mesmo como necessidade da existência deste modo de produção em particular, condiciona a forma como a produção do saber é disseminada, de forma única, sem pluralismo de idéias, unificando interesses sob a ordem social desejada.

Quando pensamos que se trata da Revolução Russa, temos a Revolução de 1930 com a produção da verdade estabelecida pela maioria, resultante da identidade da representação ideológica que unifica as vontades ao criar condições para que o homem possa responder às suas necessidades, como uma convenção social para que a vida social torne-se possível com a eliminação dos adversários e suas idéias contrárias ao governo. Uma espécie, então, de contrato social ou pacto moral, mas não entre inimigos, e sim entre os iguais com o objetivo de ocultar realidades.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.534.

Os revolucionários de 1930 tramaram as atitudes do governante João Pessoa e como resultado obtiveram a sua morte, e, com efeito, descreveram-no superior aos outros homens, mas como mártir ainda não chegou a herói histórico. Contudo, o que se escondeu por trás das tantas virtudes e moral elevada do homem que, em holocausto, doou a vida à nação? É este altruísmo, senão a representação de uma história manchada de sangue por obrigações e vinganças que as boas coisas trazem para o progresso do homem. Daí a necessidade de não se ousar questionar ou não se responder às questões morais que foram determinantes para o assassinato de João Pessoa: a invasão à residência de João Dantas e a série de reportagem sobre os supostos documentos que comprovavam desvios de dinheiro público.

Claro que todos desejam a verdade, mas não suas conseqüências desagradáveis. E dentre as conseqüências está a possibilidade de ter que lidar com a mentira, negá-la, quase chegando à obsessão por esta mania de verdade: “O pesquisador Wellington Aguiar já catalogou 43 “erros” e “lapsos” na biografia de João Pessoa escrita pelo jornalista Fernando Melo. Aguiar promete esquadrihar todo o texto para evitar que equívocos sejam perpetuados.”¹⁰² Atitude de conhecedor da verdade, exerce sobre outras narrativas um poder que exige retificações, como se ele fosse a consciência representativa da história:

Ao detectar erro histórico, historiador Wellington Aguiar escreveu carta a Fernando Moraes, autor do livro “Chatô, o Rei do Brasil”. Eis a íntegra: Sei que é grande jornalista. No entanto, como conhecedor que sou da história da Paraíba, encontrei no excelente “Chatô, o Rei do Brasil” alguns erros. O pior deles está à página 218. A morte de João Pessoa não foi uma tragédia passional, como o senhor afirma. Pelos seguintes motivos: 1) A invasão do sobrado onde morava João Dantas, deu-se cerca de dois meses antes do conhecido crime, e não apenas quatro dias antes como se lê em seu livro. 2) Não havia ali qualquer carta de amor e muito menos de Anayde Beiriz e/ou de João Dantas. 3) Jamais foi encontrada nenhuma fotografia destes, muito menos “dos dois nus em poses eróticas”, como está em seu texto. O senhor por certo colheu tais inverdades no filme Parahyba mulher macho, de Tizuka Yamasaki, película comercial feita com o objetivo de ganhar

¹⁰² ANÍSIO, Ricardo. Polêmica. *Correio da Paraíba*, Paraíba, 13.jun. 2000. Caderno2. p.2, c1.

muito dinheiro. E que motivou um processo contra Tizuka, movido por dona Helena Beiriz, irmã de Anayde. O filme não merece dos historiadores o menor crédito...[...]Esperando que o destacado jornalista faça, por amor à verdade, as necessárias retificações na próxima impressão de Chatô, o Rei do Brasil, subscrevo-me com admiração pelo seu brilhante trabalho.¹⁰³

Questionamentos acerca da vida pública do ex-governador paraibano, sob quaisquer aspectos, recaem sobre o inquiridor como grande artilharia, sendo vetada qualquer participação que não seja para elogiar o desempenho do administrador extemporâneo, seu amor aos pobres e humildes, aos presidiários e a tantos outros desvalidos que dará a gênese do populismo no exercício da política. Entretanto, torna-se necessário trazer esta realidade reprimida para o debate, denunciando a repressão daquilo de que não se quer abrir mão, a supremacia sobre a (re)produção do conhecimento:

Na história da Revolução de 1930, os acontecimentos que envolveram a Paraíba e, em particular, o assassinato do presidente João Pessoa, ainda hoje são transmitidos em duas versões. Há a versão dos liberais e há a versão dos perrepistas. As novas gerações, que não participaram dos acontecimentos e sabem apenas o que lêem e o que ouvem, não têm condições de fazer um juízo imparcial e sereno. Para cada afirmativa de um liberal, há uma negativa de um perrepista. E vice-versa.¹⁰⁴

A disputa ideológica pela hegemonia da verdade histórica é tão visceral e dogmática que, visando desacreditar a versão não-oficial sobre 1930, acaba-se por desacreditar os registros da história oficial, feitos por quem fez a revolução. Afinal, a negatividade das versões, paradoxalmente, acaba por anular o juízo que se possamos fazer sobre a História. O choque de versões é necessariamente aquela retextualização prévia do inconsciente político, que torna a história somente acessível sob a forma

¹⁰³ Morte de João Pessoa: Aguiar detecta erro em “Chatô”. Carta publicada no jornal *Correio da Paraíba*, Paraíba, 12. nov.1995 Cultura & Lazer. p.7, c.1/4.

¹⁰⁴ Editorial. *A União*, João Pessoa, 26. jun.1997.

textual. E este choque de verdades é o *ideologema* fundamental da contradição que envolve o sujeito e o objeto cognoscível da Revolução de 30.

Essa disputa entrelaça o ressentimento histórico pelo encobrimento dos fatos, como, por exemplo, o não reconhecimento dos assassinatos de João Dantas e João Suassuna como vingança pelo assassinato de João Pessoa. E quanto às novas gerações não terem a capacidade de fazer juízo “imparcial e sereno”, isso é falacioso. O motivo para se negar o direito das gerações de interpretar os acontecimentos da Revolução de 30 é a impossibilidade de controlar o processo cognitivo e a produção de valores que não estejam comprometidos com os interesses do grupo dominante e a conseqüente consubstanciação dos pontos de vista dos adversários na relação de poder, como na interpretação de Marcus Odilon, considerada heterodoxa¹⁰⁵:

Há uma grande deformação histórica na figura política e humana do presidente assassinado. Tudo em João Pessoa foi acaso. Seu tio deu-lhe um lugar no Tribunal de Contas e mais tarde, um estado. Realizou uma obra de fachada que lhe rendeu fama de bom administrador [...] O “Négo”, que hoje ostenta a Bandeira da Paraíba, não é expressão sua. É frase que em seus lábios colocou o tio Eptácio. Sua rebelião contra o Presidente Washington Luiz foi apenas o resultado do cumprimento de vontade alheia. Os discursos, as atitudes melhores do governo, dizem ser de seu Secretário – José Américo. Sua morte puro acaso. Tem-se no Sul a impressão generalizada que João Pessoa morreu nas mãos de um sicário, braço armado pelos seus inimigos. Nada disso. É preciso conhecer a verdadeira versão deste crime político, um dos poucos das páginas da história do Brasil.¹⁰⁶

É quase impossível, numa disputa ideológica, não se ter a contestação do *outro lado* na produção do conhecimento, seja perrepista ou liberal. Afinal, a ideologia é relacional, e deverá existir o *Outro* lado desta relação para que possa existir o processo ideológico, e ser “imparcial e sereno” exige a camuflagem do posicionamento ideológico sobre as versões históricas existentes, seja a dominante ou a dominada, ou seja, as versões liberal e perrepista, respectivamente, para os fatos acontecidos ou

¹⁰⁵ Vide José Octávio em *João Perante a história*. João Pessoa: A União, 1978.p.205-207.

¹⁰⁶ COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *Poder, alegria dos homens*. Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) : A Imprensa, 1965. p.30-31.

inventados. O posicionamento, por mais imparcial e sereno que seja, acaba quase sempre por favorecer a versão dominante, portanto, difícil de aceitar a imparcialidade sob a máscara da neutralidade ideológica e ainda tentar coibir a manifestação das consciências, pois a manifestação sobre a Revolução de 30 e seus agentes não é uma tarefa de uma categoria específica de profissionais. Pelo contrário, esclarecer os pontos obscuros do passado histórico-cultural é tarefa da sociedade, assim como continua a ser tarefa da sociedade denunciar a opressão sob quaisquer aspectos ou estágio da vida social:

Estão repelindo o obscurantismo de certa igreja que não admite a “intromissão” de jornalistas, que não escritores, no debate sobre o “Bravo Filho do Sertão”. A Paraíba tem umas coisas engraçadas na área do jornalismo. Sem ninguém saber como nem por que, certos assuntos vão ficando privativos de determinados figuras, chegando ao cúmulo de se estranhar que um outro profissional, fora da igreja, ouse incursionar sobre assunto para o qual não esteja devidamente “autorizado”. Trocando em miúdos, se o tema em questão é História, o debate nas páginas de nossa imprensa só é permitido a certos “iniciados”. Se alguém tenta furar o bloqueio, as reações são imediatas e persistentes.¹⁰⁷

As reações tentam levar ao constrangimento quem questiona a versão dos Liberais, que vão logo avisando: “Na verdade, tudo não passa de blá, blá, blá. Conversa jogada fora. Perda de tempo. Um bom prato para os ociosos e os teóricos de ocasião. No entanto, mais uma vez, hão de voltar ao obscurantismo, o habitar dos pobres de espírito e de mentes estéreis.”¹⁰⁸ Ao contrário do que se possa afirmar dos “pobres de espíritos e das mentes estéreis” acima mencionados, o que se pretende é abafar as manifestações de fantasias e desejos imaginários que os sujeitos possam construir sobre a sociedade e a história da Paraíba que emerge de 1930, independente das versões estabelecidas. Corroborando com o pensamento sobre as mentes estéreis desenvolvido por Oswaldo Jurema, está o historiador José Octávio cuja opinião é a de que:

¹⁰⁷ BATISTA, Oduvaldo. Provincianismo. *O Norte*. João Pessoa, 22 ago.1995. Show. p4.

¹⁰⁸ JUREMA, Oswaldo. Balaio de jias. *O Norte*. João Pessoa, 16 Mar.1997. Opinião. p2.

Isso de ficar discutindo se João Dantas suicidou-se ou foi assassinado¹⁰⁹, se João Pessoa estava ou não armado¹¹⁰ na Confeitaria Glória, se a poetisa Anaíde Beiriz era noiva, namorada ou amante de João Dantas, e, ainda o número de passos que medeavam entre a sede do Governo e o escritório de João Dantas, é absolutamente irrelevante e corresponde a um tipo de debate que, não levando a nada, não mais possui razão de ser. Com sua habitual veemência, Wellington Aguiar fulminou essas questiúnculas evocando o grande historiador inglês Maccauley e lembrando que tal constitui “o lixo da história”, isto é, o acidental, o circunstancial¹¹¹, o que só pode ser colocado pelos que não possuindo a História, compreensão mais alta, se deixam embair pelas aparentes novidades de suas “pesquisas” como se estivessem descobrindo a pólvora.¹¹²

O posicionamento teórico é reflexo de uma tomada de decisão ideológica e política dos agentes sociais, ele determina a função de cada um deles, regulamentando a coerção que se pode exercer sobre o objeto no confronto entre as forças antagônicas na investigação, divulgação e apropriação das informações¹¹³, visando influenciar a vida da comunidade através de suas interpretações dirigidas e de ocultação.

¹⁰⁹ O fato é que não mais se questiona, mas se tem certeza de seu assassinato: “Um fato, porém, permanece obscuro, cercado por um manto de mistério que nem o mais ousado inquiridor resolveu desafiar: qual foi a verdadeira participação de José Américo no assassinato de João Pessoa e na morte de Dantas, sangrado como um animal na cadeia pública de Recife? (...) Seja como for falta alguém em trinta. As peças não se encaixam o jogo não se completa. Seria esse alguém José Américo?” Questionou Marcos Tavares em artigo, Falta alguém em trinta. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 26. JUL. 2003. Cidades. p.3.

¹¹⁰Essas questões de somenos sempre acabam voltando, como no artigo de Marcus Aranha, Heróis paraibanos: “*Sinceramente, não sei se é herói o sujeito que leva três tiros de revólver, com uma pistola automática no bolso traseiro das calças, sem lançar mão dela para se defender.*” *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 29 Jul. 2007. Caderno A.p.9.

¹¹¹Circunstancial como um possível roubo de um chapéu de manilha, que, tendo por suspeito o adversário de João Pessoa, torna-se de grande valor histórico: “O caro José Gayoso me confirmou o roubo de João Dantas, em novembro de 2003[...] Disse-me que o elegante chapéu era de estimação de seu pai [...] sabe-se que depois João Dantas tentou desmentir o fato, mas ele é verdadeiro. Daí por que narrei a história na edição de 18-11-2003, em minha coluna nesta folha [...] E no livro “João Pessoa, o Reformador”, recordei tudo à página 292.” Wellington Aguiar em Quem foi João Dantas? *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 09 Ago.2007. Caderno2. p.6.

¹¹² OCTÁVIO, José. Em torno da Revolução de 30. *O Norte*. João Pessoa, 24 Out.1980. Segundo Caderno. p.2.

¹¹³ Wellington Aguiar em debate com Lourdes Luna em Remexendo na História: o “assanhamento” de Anayde, *Correio da Paraíba*, edição de 28 de janeiro de 1996, desacredita a oralidade como fonte histórica: “Com o intuito de prevalecer a verdade esclarecemos: 1) A História não é feita de conversas de vizinhos e comadres, como pensa D.Lourdes, mesmo porque a chamada tradição oral é algo precário que não se deve invocar como prova definitiva do que se afirma.” Porém, a tradição oral possui validade para o que ele afirma para comprovar o “assanhamento” de Anayde Beiriz e João Dantas: “Aluizio Costa, ainda vivo, filho do professor Sizenando Costa, conta, para quem quiser ouvir, nas salas da sede central do Cabo Branco, que estava na Bica com alguns colegas da época quando viram João Dantas agarrado com

É a partir desse “lixo” que historiadores mais isentos irão produzir a riqueza histórica paraibana; é com ele que se vai deformar a realidade histórica e, de suas camadas mais profundas, forjar as mediações sociais; é com a produção em defesa desse lixo ideológico que alguns intelectuais no gozo do “intimismo à sombra do poder”¹¹⁴ irão se projetar e ocupar cargos públicos no âmbito da cultura local; é com base nele que as relações simbólicas com o real serão formuladas; É com esse lixo que o inconsciente político da Revolução de 30 irá ser preenchido e falará através dele, como um espectro, à sociedade sobre um conflito ideológico não acabado, mas em contínuo processo, tal qual a verdade que dele brota ao reintroduzir na ordem social a realidade transgredida. Enfim, é com esse mesmo lixo que se fará a riqueza histórica da Paraíba. Visto que a sociedade paraibana tornou-se incapaz de resolver suas contradições no real, o inconsciente político elabora e projeta através da linguagem¹¹⁵, sua superação, tornando-se produto e produtor dessa história. É com o espelhamento dessa produção de bens simbólicos, que temos as formas ideativas da prática cultural, a tentativa de mudar a consciência cognitiva que resultou da Revolução de 1930.

Anayde Beiriz. Quando notou que os meninos estavam olhando para o casal, num pulo de gato João Dantas pegou Aluizio e Franquinha pela gola e deu um trocado para eles irem embira, dizendo que aquilo não era coisa para menino ver.” *O Norte*, João Pessoa, 28 Jan. 1996. Especial. p.11. Só o falar ideológico é verdadeiro na tradição oral.

¹¹⁴ Ao comentar um livro de autoria de José Octávio, escreveu Wellington Aguiar: “escrito pelo historiador oficial José Octávio, assim conhecido nos meios universitários por escrever sempre elogiando os poderosos.” *Correio da Paraíba*. Notas da província – 1. João Pessoa, 03 Abr. 2008. Caderno2. p.6. O ideológico também se manifesta através da solidariedade de classe, como na confissão de Wellington Aguiar: “Fico triste ao ver alguém de origem pobre escrever contra João Pessoa.” *Correio da Paraíba*. Ignorância e coronelismo. João Pessoa, 03 Abr. 2008. Caderno2. p.6.

¹¹⁵ A defesa de um museu para alojar os espólios da Revolução de 30 é motivo para se reintroduzir questões impertinentes à sua história, como a idéia de que a história paraibana só gira em torno de 1930, que o museu represente apenas a facção vitoriosa, tornando-se o museu João Pessoa, como reivindicou o sobrinho neto de João Pessoa, Fernando Milanez (em AGUIAR, Wellington. *Museu. Correio da Paraíba*. João Pessoa, 05 Ago.2003. Caderno2. p3), e questões transgressoras, como os objetos que nele teremos, como: o revólver usado pelo pistoleiro Manoel Alves de Souza no assassinato do deputado João Suassuna, o bisturi com o qual assassinaram João Dantas e Augusto Caldas. Escreveu muito sutilmente Marcus Aranha no seu artigo Bendito museu, para o jornal *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 26 Ago.2007. Política. p.9. Acrescento, quem sabe se não teremos neste museu os escritos amorais de João Dantas. Quem sabe?

O inconsciente político, com sua função de resgatar a realidade reprimida pelas demandas da ocultação ideológica – seja no todo, nas particularidades ou na superfície desta realidade denominada Revolução de 30 –, transferiu para os artefatos culturais a incumbência de recriar a história dando feitiço de verdade às suas resoluções imaginárias de alto teor simbólico. A recepção da arte que trata destas resoluções simbólicas e o debate político mediado pela imprensa recrudescem as posições ideológicas na sociedade ao ponto de se colocar em dúvida as certezas históricas: “há quem diga que os Dantas, historicamente, têm razão¹¹⁶”. Como bem identifica Josinaldo Malaquias:

A Revolução de 1930 é um dos temas mais controvertidos que, no perpassar de 76 anos, continua, na Paraíba, sendo objeto das mais acirradas polêmicas nas quais duas correntes se digladiam. A primeira, de cunho saudosista, fanático e intolerante à crítica, mitifica a figura de João Pessoa como protagonista do citado fato histórico, numa propositura fundamentalista que choca o mais fervoroso discípulo de Alá. A segunda, açula a ira dos partidários do ex-presidente emitindo juízos e opiniões sobre a irrelevância deste que na opinião desses críticos, só é detentor de tanto heroísmo pela pena de biógrafos oficiais.¹¹⁷

O processo de narrativização do inconsciente político é retomado como uma busca de sentido que visa superar e, às vezes, aprofundar as contradições deixadas por esse passado que encontra nas resoluções simbólicas das narrativas em geral a função e necessidade de um inconsciente político da Revolução de 30, que, paulatinamente, vem questionando e mudando a mentalidade paraibana a respeito da história da Revolução de 30. Essa é a realidade que buscaremos demonstrar pela relação dos homens com a produção de narrativas e na sua relação com o espaço que representam: a cidade e seus símbolos, assim como os questionamentos que o

¹¹⁶ Wellington Aguiar citando e combatendo essa injúria no artigo. Rubens e a História. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 22 Fev. 2005. Caderno2. p.3.

¹¹⁷ MALAQUIAS, Josinaldo. Orfandade revolucionária. João Pessoa, 18 Mar. 2006. Caderno2. p6.

inconsciente político reclama das velhas e das novas gerações, visto que o texto simbólico faz a mediação dos interesses das forças sociais que utilizam a cultura como instrumento ideológico, reproduzindo na comunidade novos sujeitos desta relação obsessiva dos paraibanos com a Revolução de 1930.

2.1 – Resoluções romanescas

Se a ciência é um processo de *transformação*, a ideologia quando o inconsciente se fixa nela, é um processo de repetição.

Alain Badiou

As resoluções romanescas como narrativas manifestas do inconsciente político expressam com liberdade o que antes era considerado um tabu, um segredo para poucos sobre a conjuntura paraibana de 1930. As resoluções simbólicas das obras ficcionais aos poucos vêm minando o saber historiográfico ao comunicar à sociedade o que até então se escondia estruturado no discurso de verdade que a história consagrou. Questionamentos cada vez mais se fazem presente à sociedade, mantendo vivo o debate acerca da verdade dos acontecimentos. Como um saber oculto que as alegorias possuem ao expressar o mundo apropriado pela estética, acaba-se por desvelar a verdade, um saber constituinte das narrativas de ficção constantemente reprimido pelo saber constituído da historiografia. Conhecimento que se constrói imanente à história de 1930.

O primeiro romance a tratar da realidade da Revolução de 30 é *Fretana* (1936), de Carlos Dias Fernandes. Obedecendo às intenções de uma alegoria, o autor na ficção, se encarrega de mascarar o que deseja desvendar. Este jogo de esconde-mostra começa quando informa o processo que acabou por indicar João Pessoa ao cargo de presidente do Estado da Paraíba, por exclusiva vontade do tio Epitácio Pessoa. O Jaime

Villôa, personagem da ficção romanesca é, por analogia, o próprio João Pessoa/Jayme que é sinônimo de morte e Villôa, de vilão ou rima de Pessoa. O criticado processo eleitoral que escolheu Jayme para governar o Estado é o mesmo que colocou João Pessoa no Palácio da Redenção:

Microlandia pacata e rural experimentou dias terríveis de sobressalto e perplexidade no govêrno aziago de Jayme, sem compostura, sem preparo, sem capacidade moral para o mandato que lhe outorgou o tio e o eleitorado panurgico sancionou com a sua subserviência. Não houve amigo nem partidário leal e desprendido da família Villôa que não provasse decepções e injustiças daquelle ferrenho magistrado, sem commedimento, sem ternura, sem tolerância. Contra a geral expectativa do Partido sabujo que o elegeu, Jayme atrahiu à sua confiança a carcomido Lazaro Lameira, que sempre o desdenhara e o insultara nas suas diatribes do “Corsario”, que timbravam em assignalar como “ladrões os Villôas”¹¹⁸ que não eram assassinos.”¹¹⁹

A Capital paraibana em 1930, de característica rural e pacata, com o governo João Pessoa, a eleição presidencial e sua posterior morte, conheceu a violência como uma onda avassaladora, atingindo os perrepistas e suas propriedades, canaviais, jornais, além de acentuar a fuga dos perrepistas paraibanos.

A personagem Lazaro Lameira, que, na ficção de Carlos Dias Fernandes surge em meio às acusações à família Villôa, é José Américo de Almeida, que, como é sabido, sempre combateu a família Pessoa em defesa do tio, Monsenhor Walfredo Leal, destronado da política por Eptácio Pessoa. Contudo, José Américo de Almeida fora convidado para formar o secretariado do governo João Pessoa. Se o convite foi uma surpresa, outra maior foi a aceitação de participar do governo, justificada pela promessa do governador em “dar uma vassourada” na podridão acomodada pelo mandonismo dos

¹¹⁸ Marcus Aranha em Memórias de 30 divulga o “pagamento de mais de 28 contos de réis a diversas firmas de propriedade de parentes de João Pessoa, confirmando que ele praticava o nepotismo e a corrupção denunciada por Joaquim Moreira Caldas.” Correio da Paraíba. João Pessoa, 15 Jan. 2006. Caderno2. p. 5.

¹¹⁹ FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. Rio de Janeiro: Alba Oficina Gráfica, 1936.p. 210-211.

coronéis na política local,¹²⁰ atitude que o levaria à morte¹²¹ no terreno movediço que seria seu governo.

A premonição sentida pelo Presidente Konder, de Santa Catarina, será relembrada por Japiassu em *Concerto para paixão e desatino*:

Joca só falava em moralizar, destruir os corruptos, desarmar jagunços. Corina recordava um jantar em sua casa, no Rio de Janeiro, para festejar a vitória; Adolfo Konder, presidente de Santa Catarina, havia comentado, apreensivo: “João Pessoa precisa tomar cuidado, reprimir um pouco o temperamento; desse jeito, será deposto ou morto”. Ela lembrava muitíssimo bem disso. José Américo repetia advertências e deixou-a alarmada, certa vez, ao segredar-lhe: “Nosso presidente corre muito risco na Paraíba, ao não saber distinguir as relações particulares dos compromissos públicos. Num político, essas atitudes podem ser fatais”.¹²²

A literatura traz para a ficção a realidade histórica, reproduzindo os discursos reais, e, como visa, levanta novas possibilidades interpretativas. A narrativa de Carlos Dias Fernandes vê a participação de Lazaro Lameira/José Américo no Governo de João Pessoa a arquitetura de uma vingança política:

Urgindo-lhe alguém que lhe assessoriasse os dispausterios jurídicos e grammatigaeis, preferiu Jayme o adjutório de um adversario, para se forrar ao conselho dos intimos, que lhe conheciam a ignorância e a versatilidade. Mas resvalando nas mãos de dolorosas de Lameira, rolará nas mãos da morte, taes seriam as práticas de perfidia e maldade a que induziria esse pusilânime Torquemada, sequioso de vingança, estrábico de ambição. Lameira guardava comsigo as mágoas, recusas e humilhações que trouxera a derrota do tio, quando se atrevera este a enfrentar Protasio no prélio das urnas¹²³

¹²⁰ CAMARGO, Aspásia. RAPOSO, Eduardo, Raposo. FLAKSMAN, Sérgio. *O nordeste e a política*: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.115.

¹²¹ “Embora pertencente a família extremadamente “política”, João Pessoa seria apenas “a-político”, mas quase o “anti-político”, formando do quadro geral do País idéia sombria, achando “tudo podre”, a reclamar “vassourada em regra” de alto a baixo, tamanho o ardor “reformista” que, ouvindo-o, o Governador Vitor Konder, de Santa Catarina, ficara a matutar, de si para consigo: tentasse levar a cabo o programa de “renovação” acabaria “deposto ou morto...” PÓRTO, Costa. *Os tempos de Lima Cavalcanti*. Apud: Octávio, José. In: *João Pessoa perante a história*: textos básicos e estudos críticos. João Pessoa: A União, 1978, p.50. O que viu José Américo de Almeida foi pressentido pelo governador de catarinense.

¹²² JAPIASSU, Moacir. *Concerto para paixão e desatino*. São Paulo. Francis, 2003. p.162.

¹²³ FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. Rio de Janeiro: Alba Oficina Gráfica, 1936. p.211.

Carlos Dias Fernandes coloca a personagem de José Américo de Almeida como grande articulador político, manipulador e altamente consciencioso de sua função na administração do governo João Pessoa:

Chamando a si toda orientação e superintendência da política do Estado, Lameira era, em verdade, o chefe político do Estado, deixando ao fútil Villôa uma simples autonomia administrativa, ainda assim, muito influenciada pelas cautelosas conveniências do maquiavélico inspirador.¹²⁴

Instigado por José Américo de Almeida na vontade política de varrer a podridão da Paraíba, João Pessoa, inábil na condição política do episódio de renovação da Câmara Federal, acirrou a disputa interna partidária ignorando a representação política sertaneja aliada do coronel José Pereira. Esteio da oligarquia Pessoa no Estado, José Pereira se viu obrigado a lançar a candidatura independente de João Suassuna para deputado federal. O recrudescimento da tensão e a ruptura política com o governo João Pessoa estavam em marcha, mas não antes da tentativa de reconciliação com promessas que não seriam cumpridas:

Jayme, que não só faltou aos assumidos compromissos como desencadeou guerra de exterminio ao correlegionario sobranceiro aos dislates e destemperos das suas resoluções. Abriu-se, então, uma verdadeira luta de sangue entre o parédro municipal desconsiderado e o chefe do governo, sendo mister armar uma expedição contra o digno insurrecto, que apelou para as armas, no intuito de defender a sua hombridade e sua communa, das injunções cada vez mais ostensivas e propositadas do leviano governador¹²⁵.

O coronel José Pereira não reconhece mais a autoridade administrativa do governo João Pessoa e a cidade de Princesa torna-se independente, Território Livre. A dissidência política abre suas frentes: a guerra civil paraibana, a guerra tributária e a guerra na imprensa:

Accendera-se nessa intecorrencia uma viva polemica entre o jornal do governo e o advogado Sotero Veiga, descendente de duas das

¹²⁴ *Ibidem*, p.212.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 214.

prestigiosas famílias sertanejas, cujas deuteroses se honravam na sua cultura, na sua fidalga polidez, no seu pendor para as letras jornalísticas, que, sem prejuízo das líricas, logravam um accentuado fulgor nas exercitações de seus cálamo. Jayme Villôa era o acirrador satânico das diatribes, que appareciam nas acanalhadas columnas do órgão official.¹²⁶

O resultado deste embate na imprensa foi e continua sendo o motivo de muita discussão. Foi a partir dele que a morte aproximou-se de João Pessoa. A caracterização da personagem Sotero Veiga corresponde ao perfil de João Dantas, que havia deixado a Parahyba e se exilado em Recife devido às hostilidades de que vinha sendo alvo por parte do governo paraibano, como se lê no romance *Fretana*:

Este, colhido nos guantes de um ineluctavel ridículo, mandou imprimir aos doestos um tom personalíssimo, no qual foi envolvida a propria noiva do brioso contendor. Ainda não satisfeito da mesquinhez desse ultraje e como estivesse homisiado Sotero na capital visinha, ordenou Villôa o arrombamento do seu domicilio, onde se violou a sua secretária, dentro da qual se encontravam cartas intimas do brilhante causidico á eleita do seu amor, á futura companheira de seu destino.¹²⁷

A narrativa de Carlos Dias Fernandes confirma que a correspondência amorosa foi dada ao conhecimento público, ratificando a notícia divulgada pelo jornal *A União*: “A sacratissima correspondência foi dada em papulo á curiosidade pública, na redacção do jornal do govêrno, que não se pejou de chamar para ella a attenção dos leitores”.¹²⁸ Na verdade, a população não teve a curiosidade satisfeita na redação do jornal *A União*, mas na Delegacia de Polícia. Aqui, pode-se registrar um erro narrativo que, posteriormente, justificou a inexistência da correspondência..

Esta atitude do governo João Pessoa em expor a correspondência de João Dantas funcionou como ato vingativo, na intenção de ferir a honra moral do seu inimigo

¹²⁶ *Ibidem*, p. 215-216.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 214.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 216.

político. Ato este que teve como consequência o assassinato de João Pessoa, pois, se utilizando da mesma matriz vingativa, João Dantas obedeceu às regras de certo código de honra sertanejo, no qual a honra ultrajada gera dívida de sangue paga com a morte do ultrajador, reação presente nas sociedades rurais arcaicas, como no sertão nordestino:

E' de vêr a profunda, a revoltada indignação que essa vilania despertou no ánimo intrepido de Sotero, creado, desde o berço, no mais perseverante desvello pelos deveres da honra, pelos recatos da familia, e do lar. Quando lhe chegou ao Recife a nova acabrunhadora, escreveu Sotero a á sua gentil promettida, dizendo-lhe que haveria de lavar com sangue a clamoriedade daquela mácula.¹²⁹

O conteúdo das cartas de João Dantas é novamente resgatado pela ficção no romance *Concerto para paixão e desatino* (2003), de Moacir Japiassu, comprovando que tal assunto sempre encontra espaço no inconsciente político da sociedade – por mais que não se queira admitir sua existência –, e corretamente reproduzindo a verdade, já que as cartas não foram publicadas:

“Seu doutor, um primo meu, que mora em Recife, disse que leu as cartas da amante; o jornal publicou”, intrometeu-se, sob o olhar de reprovação da mulher. Libânio levantou o vozeirão: “É mentira do seu primo, amigo velho! A União não publicou porra nenhuma! E sabe por quê?” Por causa da putaria, da esculhambação, da fodelância que existe em cada linha das cartas! Quem leu, e eu li, ficou impressionado com o sem-vergonhismo da amante. E com o perdão da palavra, uma linguagem muito cabeluda, a senhora me perdoe a franqueza, dona!”¹³⁰

No romance de Japiassu, a fidelidade histórica é cultuada de maneira convincente, como se o autor fizesse pouca questão de que mais tarde seu romance fosse acusado de conter história demais para ser considerado um romance:

O secretario encontrou, ainda, um caderninho, “o qual jamais poderá ser revelado de público por encerrar tendências mais vis de um doente sexual”. Propalava-se ainda, e à sorrelfa, segundo o jornal, que o recheio da secreta obra eram cartas íntimas que

¹²⁹ *Ibidem*, p. 216.

¹³⁰ JAPIASSU, Moacir. *Concerto para paixão e desatino*: romance de uma Revolução brasileira. São Paulo: Francis, 2003. p.98.

o intrépido advogado havia trocado com uma professora, sua amante. Chama-se Anayde Beiriz, filha de um tipógrafo do próprio jornal. Adversário de João Pessoa, desde antes das eleições de março, sentindo-se perseguido, Dantas homiziara-se em Olinda, onde cevava o ódio em artigos contra o presidente da Paraíba, publicados no Jornal do Commercio, de Recife.¹³¹

No romance de Japiassu existe a preocupação com os motivos da morte de João Pessoa. Morrer pela ação furiosa de um amante louco, por causa de uma casa arrombada, não faz justiça à grande e importante figura de João Pessoa perante a história:

– Doutor, raciocine comigo: se João Dantas disse que matou por causa do arrombamento do escritório dele, que matou porque tentaram desmoralizá-lo, com o apoio de nosso irmão João Pessoa, ele apenas está escondendo os reais objetivos do assassinato. E tem ainda o mais grave de tudo: o senhor não acha que o presidente, a mais importante bandeira da revolução, ficaria mal perante o movimento, perante a história, como vítima de amante maluco? Não seria melhor para o país que se pretende melhorar que uma de suas mais ilustres figuras tivesse sido morta em meio à sórdida trama política de um regime falido? Responda doutor, responda com a sinceridade que todos nós reconhecemos no seu caráter.¹³²

Como se percebe, as possibilidades para o assassinato de João Pessoa são apresentadas ora como complô dos perrepistas, ora como conspiração dos revolucionários. Contudo, significativo no romance de Japiassu é o diálogo que a personagem José Américo mantém com Isaías, como se este fosse a própria consciência do revolucionário a falar sobre o lado obscuro da alma humana:

“Uma coisa me intriga”, disse, finalmente; “como é que um rapaz tão novo, responsável, culto, criado por um padre de excelente formação intelectual, é capaz de torturar um ser humano, uma pessoa que ele nem conhece? Isto é coisa que atrai minha curiosidade, não apenas como homem e secretário de Segurança Pública, mas principalmente, porque sou um escritor, costumo lidar com os desvãos da alma, você me entende. Me diga uma coisa: você se considera um sujeito perverso?

– Não, doutor, não me considero. Eu li um bocado de coisa lá no Oiteiro: história, filosofia, literatura. Devorei tudo que havia sobre a

¹³¹ *Ibidem*, p.86.

¹³² *Ibidem*, p311

Inquisição. Fiquei pensando: se todos esses padres, bispos, cardeais, matavam sem nenhuma piedade, e se é verdade que são íntimos de Deus, então...

– Mas em todo canto, em todos os setores da vida, existe gente boa e gente ruim, você não acha?

– Mas se eram, todos, homens da religião, da “revelação”, deviam ser “gente boa”, né mesmo? E o que aprontavam não era normal, o senhor sabe mais do que eu.[...] esse negócio de que os homens são iguais é conversa fiada; se tem gente de primeira categoria neste mundo, como o senhor, por exemplo, é também verdade que a maioria absoluta é tudo gente ruim, desclassificada. Essa canalha, o senhor me desculpe falar assim, essa canalha não merece consideração; é tudo lixo da pior espécie.

– Esses “lixos” você até mataria, se pudesse...

– Mataria, sim senhor; ah, se mataria! É tudo gente que não vale nada, doutor, gente como este jornalista que tá preso aqui embaixo. Um sujeito sem dignidade!

José Américo suspirou. Há dias sentia-se um pouco tenso, e uma conversa como aquela piorava seu estado. Achava-se mergulhado até o pescoço num movimento para salvar o Brasil e, a esta altura, ter que pensar se o sacrifício valeria a pena... Pessoas de primeira categoria estariam a trabalhar para os “lixos” que falava Isaías!¹³³

Quando falamos que José Américo conversava com sua consciência é por que o relato biográfico que a personagem de José Américo traça de Isaías é semelhante ao seu perfil biográfico; ex-seminarista, sobrinho de um homem religioso (Monsenhor Valfredo Leal, ex-governador da Paraíba - 1905/1908), com o qual morou algum tempo na capital paraibana. Mas o dilema ético-moral é a legitimidade de se poder matar em uma revolução, problema que pode ter atormentado o próprio revolucionário em 1930.

Outro romance que trata da invasão à casa de João Dantas e da sua correspondência é o recente *O dia dos cachorros* (2005), de autoria de Aldo Lopes. O narrador comenta sobre o episódio:

Eles reviraram tudo, meteram as mãos em gavetas, armários, estantes, até no cofre. Mas de tudo o que fora surrupiado – notas promissórias, jóias, cheques e algum dinheiro – nada lhe causou mais prejuízo do que o sumiço de duas coisas bem pessoais: um álbum de fotografias e um diário. O álbum não era um álbum qualquer, porque nos retratos ambos apareciam em trajes menores e por vezes sem trajes de espécie alguma, sem folhas de parreira ou um molambo qualquer que lhe cobrissem as vergonhas. Assim, nessas condições, eles foram vistos

¹³³ *Ibidem*, p.315

pelos corredores do Palácio, era o álbum passando de mão em mão pelos gabinetes.

Da mesma forma que o álbum, o diário não era um diário qualquer, sua folhas revelavam uma intimidade avassaladora. Nele, o bico-de-pena do jovem bacharel jorrava a impressão gala das noites azuis, noites de taças abundantes, de espartilhos, meias e corpos em desalinhos.¹³⁴

Acredita-se ainda que a invasão da casa de João Dantas tinha ainda por objetivo o resgate de notas promissórias com prazo de vencimento já ocorrido, além de verificar a existência de armas, um bom argumento para quem trava uma guerra e tem escassez de material para vencer a contenda.

No tocante à morte de João Pessoa por João Dantas, na ficção de Carlos Dias Fernandes, o assassino apresenta-se ao inimigo desconhecido para que o futuro morto saiba quem o está matando e porque vai morrer: “*Disse-lhe quem era – “eu sou Sotero Veiga” – e despejou-lhe a carga mortal.*”¹³⁵

Já no palco central dos desdobramentos do assassinato de João Pessoa, José Américo é o sujeito que comandará as homenagens a João Pessoa, como a mudança dos símbolos cívicos e o nome da cidade, atendendo assim aos interesses revolucionários. Na narrativa de Carlos Dias Fernandes, Frederico Pestana, o narrador de *Fretana*, esclarece que as homenagens prestadas a João Pessoa estavam escondendo os verdadeiros interessados na sua morte, que, paradoxalmente, seriam seus próprios correligionários, principalmente José Américo de Almeida :

Insinuou elle aos amigos da Assembléa, convocada extraordinariamente, em vista da subita successão presidencial, a mudança das armas do Estado, revogando, assim, os fastos da Historia, em descompassada homenagem á inexpressibilidade política do supposto “martyr das liberdades publicas” como entraram a pregoar Villôa os pescadores daquellas turvas aguas de prenuncio revolucionario, os quaes foram os verdadeiros algozes da pobre victima.¹³⁶

¹³⁴ ARAÚJO, Aldo Lopes. *O dia dos cachorros*. Recife: Bagaço, 2005.p.205.

¹³⁵FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. Rio de Janeiro: Oficinas Alba.1936 . p. 217.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 218.

Suspeita semelhante encontra-se em *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia, ensaio com estrutura de romance policial, ou vice-versa (1984)*, obra na qual o narrador é o próprio autor W. J. Solha , que diz que José Américo desejava a morte de João Pessoa:

Ministro – eu lhe disse – O senhor queria a morte de João Pessoa.
O velho se exaltou, os dentes cerrados, gritando:
Mas isso é uma inverdade histórica! Eu estava a **trezentos quilômetros daqui quando ele foi assassinado!** (Destaque do autor)
¹³⁷

Para esclarecer o interesse de José Américo na morte de João Pessoa, W.J. Solha reproduz o diálogo em que o primo de José Américo de Almeida, José Leal, mantivera com Getúlio Vargas no início da campanha da Aliança Liberal, recriando a resolução do romance de Carlos Dias Fernandes de que os algozes de João Pessoa foram seus correligionários. A solução encontrada por Solha é o registro da existência deste inconsciente, que busca reiterada vezes reafirmar sua posição ideológica nas construções ficcionais que visam a realidade:

“Getúlio queria saber se, NO CASO DE DESAPARECIMENTO DE JOÃO PESSOA, HAVIA ALGUÉM NA PARAÍBA CAPAZ DE SUBSTITUÍ-LO, MANTENDO A MESMA LINHA”.
- Há - respondeu José Leal.
- MAS QUEM? - Disse Getúlio
- UM PRIMO MEU, SECRETÁRIO DO GOVERNO.
- DERA O MEU NOME (Destaque do autor).¹³⁸

O interesse de Getúlio Vargas na morte de João Pessoa é motivo de reflexão do José Américo de Almeida personagem de Japiassu:

Getúlio era suficientemente astucioso para aproveitar-se do dinheiro de bandidos, tomar o Poder à frente de uma revolução popular e depois meter todos na cadeia. Os que o conheciam cevavam salutar

¹³⁷ SOLHA, W.J. *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia: ensaio com estrutura de romance policial ou vice-versa*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984. p.139. Este diálogo integra o relato memorial de José Américo de Almeida, publicado em *O ano do nego*, 1968.p.278.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 139.

desconfiança. Agora, ao andejar do pensamento habituado à literatura, ao romance, a ficção, enfim, José Américo via-o como mandante do assassinato de João Pessoa!

Donde o absurdo, o disparate? Afinal, que impressões teriam marcado Batista Luzardo, depois daquele encontro funesto com o presidente da Paraíba em Tambaú? José Américo não testemunhou tudo? Digamos que, na volta a Porto Alegre, Luzardo Batista tenha dito ao chefe: “Olha, não podemos contar com João Pessoa; ele me disse que prefere mil vezes Júlio Prestes a uma revolução”. Depois de mais uma baforada no charuto, Getúlio responderia: “Está bem, façamos a revolução sem ele...”. Isso nunca, jamais! Getúlio era muito homem para permanecer umas duas horas em absoluto silêncio e depois dizer ao correligionário: “Então, está na hora de nos livrarmos desse fardo; cuide disso. Depois chamaremos Assis Chateaubriand, que botará seus jornais em ação para transformar o cadáver de João Pessoa na bandeira da revolução.”¹³⁹

O objetivo era fazer da Paraíba o estopim da revolução, tramada por Juarez Távora e outros conspiradores, adiada por duas vezes. Enquanto isso, o nome da capital, bandeira do Estado são dados em homenagem àquele que mesmo morto ajudou a construir a nova ordem. E quando se pedia morte aos assassinos perrepetistas, José Américo discordava: “É a elite alinhada ao que as massas têm de pior, esses instintos de barbárie”. Analisou: “A Paraíba não precisa de vingança, mas de uma bandeira que o corpo do presidente pode e deve representar.”¹⁴⁰ Era a própria imaginação da personagem que tramava o real da ficção. Na realidade do mundo, João Pessoa assassinado, a imprensa seguiu o roteiro que a ficção denuncia como construção da realidade. João Pessoa foi transformado em mártir. Vitoriosa a revolução, José Américo é alçado aos cargos de interventor da Paraíba e ao cargo de governador-geral do norte, indicando e dando posse a outros interventores nos Estados do norte e nordeste¹⁴¹, e principalmente, instaurando a oligarquia mais longa da Paraíba, sob sua direção política.

¹³⁹ JAPIASSU, Moacir. *Concerto para paixão e desatino*. São Paulo. Francis, 2003. p. 262.

¹⁴⁰ *Idem*, p.204.

¹⁴¹ Sobre a intervenção revolucionária no Rio Grande do Norte vide *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/1935* de José Antonio Spinelli, UFRN, 1996.

Como não poderia deixar em branco o espaço dedicado à repetição do inconsciente político na trama, Solha, como investigador criminal, interroga os suspeitos na tentativa de averiguar as suspeitas e descobrir os responsáveis pela publicação das cartas apreendidas e o mandante do grave delito, ouvindo então o depoimento dos envolvidos. Uma testemunha do caso, Osias Gomes, diretor de *A União* em 1930, responsabiliza João Pessoa pela autorização das matérias publicadas no jornal do governo:

Fui à casa de Osias Gomes, diretor de “A União” na época, e ele me garantiu:

Eu recebi ordens do Presidente, que foi pessoalmente à redação recomendar-me a publicação das cartas. Inclusive eu o alertei do perigo, mas ele insistiu nesse ponto e nada pude fazer.¹⁴²

Em seguida, Solha interroga José Américo de Almeida, que transfere para Adhemar Vidal – Secretário de Segurança Pública na ocasião –, a responsabilidade pela invasão:

– Vou logo lhe dizer quem foi o culpado - declarou-me José Américo, nervoso com toda aquela conversa – Foi o Adhemar Vidal. Ele ocupava interinamente o cargo de Secretário da Segurança enquanto eu lutava a trezentos quilômetros daqui. Odiava João Dantas, que sempre lhe desferia piadas de seu jornal.¹⁴³

Adhemar Vidal, por sua vez, informa que mandou a polícia averiguar a suspeita de violação à residência de João Dantas. Verificado o acontecido, encontrando armas e documentação, apreendeu documentos por achar que ali se escondia um astucioso espião perrepeista, justificou.¹⁴⁴ A publicação das cartas dando notas de corrupção pela família Dantas só aconteceu dias depois. Por fim, Solha chega à conclusão de que a campanha promovida pela imprensa tinha um objetivo: jogar João Pessoa contra João Dantas, que, moralmente sem saída, seria o instrumento utilizado

¹⁴² SOLHA, W.J. *Zé Américo foi príncipe no trono da monarquia: ensaio com estrutura de romance policial ou vice-versa*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984. p. 144.

¹⁴³ *Ibidem*, p.144.

¹⁴⁴ VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.p.248.

para matar João Pessoa, acendendo o estopim da Revolução e, assim, abrindo o caminho de José Américo para o poder.

Em *Fretana*, é dito que os interessados na morte de João Pessoa foram seus correligionários, mas não há outros comentários sobre como se deu o complô dos partidários da Aliança Liberal e seus objetivos. W.J. Solha, que já inalou a podridão desta história vai além e esmiúça:

– Bem, eu acho que... bastaria provocar alguém para...eliminá-lo por nós, alguém de uma das famílias inimigas de César Cláudio – alguém dos Dantas ou Suassunas – dando preferência ao... João Dantas, evidentemente... que além de ser o mais... esquentado da raça, é cunhado do deputado federal João Suassuna...

– É – Cássio disse macio – Mas como?

– Bem... o João Dantas tem guardado no cofre do escritório dele, na Rua Direita, cartas da amásia e um diário em que ele conta tudo que já fez com ela.

Um dos vultos disse, alerta:

– Como você sabe?

– Serviço Secreto, Trebônio – e, a Cássio – Basta uma busca da polícia... que está nas minhas mãos agora.... para que tenhamos essas... cartas obscenas e esse diário imoral (junto com outros papéis que o incriminam como colaborador do Coronel Chicó Pereira)... e publicá-los na primeira página de “A União” amanhã mesmo.¹⁴⁵

E continua desta vez com a segunda parte do plano, narrando o que se espera como consequência desta ação:

Vou ser didático para ser bem claro: lembro aos nobres colegas que João Dantas – perseguido pelo Presidente – está homiziado em Recife... e que o Presidente vai viajar sozinho para lá amanhã, depois da sessão da assembléia, apesar de toda a minha insistência e da tia Alda de que não deve cutucar o Cão com vara curta indo a Pernambuco e ainda mais sem escolta, além de valhacouto de João Dantas, a “Venérea Brasileira é reduto dos Pessoa de Queiroz, que nos odeiam tanto que além de nos combaterem com o “Jornal do Commercio” , patrocinaram todo aquele exército de Princesa. Bem: aí estaríamos com a faca e o queijo nas mãos: escândalo feito, João Dantas enlouquecido e com razão (“A União” está com uma tiragem enorme no Recife, por causa desse vai-não- vai da Revolução) – e o Presidente desguarnecido por perto,

–...macho todo – disse Casca.

–...macho todo... quem não vê que a honra da amante insultada será lavada com sangue? E aí, o que teremos? : o candidato a Vice-Presidência da República – derrotado fraudulentamente a 1º de março

¹⁴⁵ SOLHA, J.W. *Shake-up*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p.67.

– agora assassinado por um dos maiores figurões do PRP! Resultado: Revolução!¹⁴⁶

Essas tramas ficcionais, independente do tempo e da orientação ideológicas de seus autores, revelam as resoluções imaginadas pelo inconsciente político da revolução, que repelem aquilo que a historiografia não está disposta a reavaliar. Daí a opção ideológica pela forma narrativa do romance, para poder ir mais longe e além das formas consagradas da narrativa dos historiadores da verdade implacável ao questionamento de qualquer ordem.

Enquanto isso, o debate sobre a validade da verdade na narrativa ficcional vai abrindo espaço, e muitos admitem a existência de duas verdades, mas qual é a verdadeira? A da historiografia ou da literatura? Existe uma opção correta? Se ambas se cruzam na explicação dos acontecimentos? Na verdade não devemos descartar as versões que as formas de produção do conhecimento trazem a respeito o assunto em pauta, já que o conhecimento representa uma consciência temporal e ideológica. Portanto, o uso que se faz das narrativas como meio para objetivar a realidade oculta do mundo dispensa o seu sentido historiográfico ou ficcional

Era claro que esse complot político tinha o propósito de levar, “COM INSIDIOSA BRANDURA”, o presidente João Pessoa para “as incontínuas e desvarios,” isto é, “impelí-lo” contra os adversários mais poderosos e mais violentos que lhe dessem destino. Impeliram-no contra o desembargador Heráclito Cavalcante, pondo-o em disponibilidade, o que não lhe deu fruto; depois, contra os JUIZES DE DIREITO-CHEFES POLÍTICOS, que também não reagiram; contra os seus poderosos e valentes primos Pessoas de Queiroz, que “insinuaram a José Pereira, o assassinio” do presidente, que igualmente não deu fruto...; enfim, apelaram para o “pundunoroso” Dr. João Duarte Dantas – “cabra macho”, Virgínius da Gama e Melo, “Tempo de Vingança”, “que como já enumerei, suportou misérias e acabou atirando na “pobre vítima”!

A finalidade?

Produzir a “emoção coletiva” que fizesse deflagrar a revolução militar (Destaques do autor).¹⁴⁷

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 67-68.

¹⁴⁷ DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, a verdade sobre os fatos de 1930*. Secretaria de Educação e Cultura do estado da Paraíba: João Pessoa, 1979. p.187.

A subjetividade da criação estética em analogia com o subtexto histórico dá-nos a verdade como acontecimento que extrapola a relação arte-verdade e verdade da arte como expressão do sujeito:

Tudo me levava a crer que João Dantas funcionara para José Américo de Almeida como Pirunga para Lúcio. Ou como o cavalo-de-campo, de vaquejada, que, espicaçado, não tem mais quem o segure, levando consigo Dagoberto, que monta mal, para o fundo de precipício. João Dantas me parecia ter sido, na verdade - usando a linguagem do candomblé – o “cavalo” de que outro espírito se servira, para destruir João Pessoa.¹⁴⁸

A morte de João Pessoa, em *Zé Américo foi princeso no trono da monarquia*, segue quase a mesma narrativa de outros romances:

ninguém reparou no vulto que veio dos fundos, do lado do elevador, até que ele parou diante do Presidente, apontou a arma e gritou:

– Eu sou João Dantas!

“João Pessoa, que não o conhecia de vista ou conhecia mal, recebeu o primeiro tiro no peito, quase Á QUEIMA-ROUPA, e cruzou os braços, sem proferir uma palavra. Foi derreando, escorregou da cadeira e deixou pender o corpo, até cair no chão. Ainda foi alvejado com um segundo tiro que lhe atravessou os pulsos. Nem teve tempo de olhar: foi tudo um segundo.”

E estava tudo acabado(Destaque do autor)¹⁴⁹

João Pessoa estava morto, mas o caminho de José Américo ao poder ainda permanecia obstruído por Álvaro de Carvalho, que assumiu a presidência da Paraíba, e por outros vice-presidentes. Para ir se livrando deles, era preciso tirar do caminho Álvaro de Carvalho, seu maior obstáculo. Este último, porém ao dificultar as homenagens a João Pessoa, ao se posicionar contrário à mudança do nome da capital –, que acabou aceitando por pressão política –, ao negar-se a aceitar a bandeira rubro-negra, vetando o projeto aprovado pela Assembléia Legislativa, enfureceu as massas e deu aos políticos o motivo para conspirar sua derrubada da Presidência da Paraíba, já

¹⁴⁸SOLHA, W.J. *Zé Américo foi pricenso no trono da monarquia*: ensaio com estrutura de romance policial ou vice-versa. Rio de Janeiro: Codecri, 1984. p.147

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.151.

que ele não aceitava as mudanças e nem tampouco o processo revolucionário da Aliança Liberal.

Em *Shake-up* (1996), segundo romance de W.J. Solha que trata literariamente da Revolução de 30, é aproveitado o ensaio *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia*. No romance pós-moderno de Solha, a bricolagem é o recorte para as resoluções sobre a morte de João Pessoa, que, em *Shake-up* é, a personagem César Cláudio Pessoa Duncan, assassinado por conspiração dos revolucionários de 30, semelhante à morte de César no senado romano, assassinado por seus pares:

Enquanto os outros se armam à frente de César Cláudio, Donato Metelo rodeia-o por trás, avança às pressas para sua nuca com as mãos em garra, segura-lhe a gola e puxa-a baixando-a, travando-lhe os braços. Aí arrasta-o para fora da trincheira da tribuna e Casca Macedo é fotografado vindo também pelas costas do Presidente e cravando-lhe a lâmina clavícula abaixo [...] César Cláudio mete a mão no interior do paletó, atrás da Lugan, sente o coldre **vazio!** Vira-se no momento em que, para espanto de sua alvíssima camisa, leva no peito o tiro da própria arma, que vê na mão de Távora! [...] O Tenente aponta, urgente, a arma dourada para a cabeça de César Cláudio, mas tem de esperar para o disparo, pois o Presidente é atacado simultaneamente pelos flancos e pela frente, sendo cortado nos braços, nas mãos e no rosto, num irromper de urros e zurros, as escleróticas arregaladas, facas espelhando, sangue a esguichar, narinas se dilatando, dentes rangendo, rasgando [...] vêm mais agressores à chacina, ele os vê chegando com chuços, navalhas, canivetes, peixeiras!(Destaque do autor) ¹⁵⁰

Seguindo o ritual trágico, o golpe de misericórdia será executado pelo próprio José Américo de Almeida, que na alegoria não pode ser outro senão Américo Bruto¹⁵¹, o secretário mais admirado por César Cláudio/João Pessoa:

É solene o momento em que Américo Bruto se aproxima dele com a ponta nua do punhal perfeito, envolve os ombros de César Cláudio com o braço esquerdo, endireita-lhe o corpo [...] e o esfaqueia várias vezes no baixo ventre. Várias vezes, várias vezes, várias vezes. (Um cavalo negro, sem olhos nem boca nem ouvidos corre pelo meio da treva). Baixando-se, Américo Bruto desencrava a faca do ventre da vítima num último puxão... e deixa César Cláudio tombar como um

¹⁵⁰SOLHA, J.W. *Shake-up*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p.109-110

¹⁵¹ Como anunciou o autor de *Shake-up* em entrevista intitulada *Solha mistura José Américo e Brutus em romance*, concedida a Klivia Nóbrega ao jornal. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 12 Abr. 1992. Caderno3. p.3.

quadrúpede no solo. Recua ao assistir ao volume, a forma da mão direita do tio se estirando, singrando sob o forro de seda do paletó revirado, e reaparece aberta [...] tremendo num ultimo espasmo... até que finalmente ela se afrouxa [...] e pende morta.¹⁵²

No texto de *Solha*, ficção e História se fundem e condensam as resoluções simbólicas sobre a morte de João Pessoa. As várias versões para a morte de João Pessoa são misturadas, do fato histórico às resoluções literárias. Na primeira versão, o assassino de João Pessoa é José Américo de Almeida/Américo Bruto, que tinha interesse na morte de João Pessoa, como informa o jornalista Franto Junior, reportando a entrevista de Ademar Vidal. A segunda possibilidade apresenta a necessidade política de seus correligionários – assim como em *Fretana* –, foram todos e nenhum, o coletivo não possui rosto. A terceira, o assassinato de João Pessoa pelo homem que disparou a carga mortífera, João Dantas:

irritando o povo e lhe tirando ainda mais o juízo entre tantas contra informações e loucuras: o Presidente fora assassinado pelo Américo Bruto - que era seu filho! – enquanto dormia! O Presidente fora massacrado por todos os deputados na Assembléia! O Presidente fora morto por João Dantas na Confeitaria Glória, em Recife!¹⁵³

O motivo para a morte de João Pessoa, em *Shake-up*, não difere das resoluções de outros romances, a não ser pela certeza de que César Cláudio Pessoa Duncan seria assassinado:

...numa armadilha insidiosa em que cairia dentro de poucas horas no Recife, para onde estaria corajosamente viajando agora, sozinho, e onde seria fatalmente assassinado por João Dantas... face a ignominiosa busca em seus escritórios, levada a efeito pela polícia política do Sr. Dr. Américo Brutus!... **e à inda mais vergonhosa publicação de suas cartas pessoais pelo jornal “A União”, sem qualquer consulta do presidente!** (Destaque nosso)¹⁵⁴

¹⁵², *SOLHA, J.W. Shake-up*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p. 111-12

¹⁵³ *Ibidem*, p. 144-5.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 138.

Ainda, em *Shake-up*, o que poderia ser um erro, torna-se acerto, já que o romance de W.J. Solha é um passeio pelo inconsciente estético da revolução, a bricolagem de resoluções de outros romances navega sem esgotar as possibilidades para a morte do presidente João Pessoa.

A versão em *A Mansão da Praça Bela Vista* (1972), de Carmen Coelho de Miranda Freire, difunde, seguindo a orientação da Aliança Liberal, a versão de conspiração perrepista para o assassinato de João Pessoa. Coloca a atitude de Dantas como um caso pessoal devido às reportagens publicadas em *A União*, além de colocar um novo elemento nesta intriga, um espião que informava ao coronel José Pereira sobre os planos do Governo, ressaltando as qualidades do governante:

- Luís, acredita que houve “complot”?
- Claro que sim, Isabel, João Dantas sozinho não poderia matá-lo.
- Pois, penso que não. Acho que foi um caso pessoal. João Dantas se viu desmoralizado! Você viu o que “*A União*” publicou? Esses amigos políticos... Havia, também, muita intriga dos falsos amigos de João Pessoa.
- Você leu sobre um dos que freqüentavam o Palácio e avisava Zé Pereira de tudo? O nome dele está por extenso n’ “*A União*”. É uma vergonha.
- Eu não aceito a idéia de “complot”.
- Você, Isabel, se não for perrepista, é PERRÉ!
- Ora, Luís, ninguém mais do que eu admirava João Pessoa, não vi ainda um homem com tantas qualidades reunidas. Mas... a verdade e a justiça era o que João Pessoa pregava!
- Luís deu uma gargalhada e despediu-se de Isabel.¹⁵⁵

Em *O chamado da terra* (1975), de Fernando Silveira, o complô é retratado como um boato:

Boatava-se, não sem insistência, que os perrepistas tramavam o assassinato de João Pessoa, assegurando-se que já alguém havia partido de Teixeira com a incumbência de fazê-lo...¹⁵⁶

¹⁵⁵ FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. *A mansão da Praça Bela Vista*. João Pessoa: A União, 1977, p. 107-8

¹⁵⁶ SILVEIRA, Fernando. *O chamado da terra: uma tragédia sertaneja*. João Pessoa: O Norte, 1975, p. 90

Esses romances reproduzem o boato do *Jornal do Norte*,¹⁵⁷ dirigido por Café Filho, segundo o qual um dos perrepistas acusado de conspirar a morte de João Pessoa, teria sido seu antecessor no governo da Paraíba, João Suassuna (1924-1928). Poucos acreditam a versão de complô perrepista anunciada pelos liberais¹⁵⁸, tal qual a versão suicídio para a morte do homem que assassinou João Pessoa, como jocosamente trata a interpretação de Japiassu para o romance *Concerto para paixão e desatino*: “essa história de que João Dantas e seu cunhado se mataram na cadeia é tão verdadeira quanto o Pavão Misterioso!”¹⁵⁹

O autor de *O Chamado da terra*, Fernando Silveira, dispõe em sua narrativa a discussão sobre o destino de João Dantas e Augusto Caldas sob a revolução em duas possibilidades. Na primeira, os presos deveriam ser julgados por juízes honestos e imparciais para responder por seu crime, conforme o direito de defesa; a segunda é que seja aplicada ao assassino de João Pessoa a lei do sertão dente por dente, olho por olho, morto por mortos. Por este comentário, um dele argumenta:

Segundo ouço dizer esta revolução tem uma finalidade: salvar o Brasil da falência moral e arrancá-lo das garras da tirania. Tirania? Não creio que exista [...] Se matarem esses homens, Alexandre, não haverá salvação. Ouça bem o que lhe digo: se isso acontecer, estaremos convencidos que esta revolução, afinal não terá sido senão uma farsa”!¹⁶⁰

¹⁵⁷ “Os Srs. J. Suassuna e Juvenal Lamartine estão seriamente implicados no complô que armou o braço de João Dantas. *Jornal do Norte*, Parahyba, 26 ago., 1930. Café Filho depois chegaria a presidência do Brasil, depois do suicídio de Vargas.

¹⁵⁸ “João Dantas era primo de minha mãe e quando ele assassinou João Pessoa disseram eu meu pai tinha sido o mandante e João Dantas apenas o executor. É uma história que hoje nem o pessoal do outro lado acredita. Existem depoimentos de muitas pessoas importantes, dentre elas o ministro José Américo de Almeida.” Informou Ariano Suassuna em entrevista a Biu Ramos. *O Norte*. João Pessoa, 21 Abr. 1996. Especial. p.9.

¹⁵⁹ JAPIASSU, Moacir. *Concerto para paixão e desatino*: romance de uma revolução brasileira. São Paulo: Francis, 2003. p.335.

¹⁶⁰ SILVEIRA, Fernando. *O chamado da terra*: uma tragédia sertaneja. João Pessoa: O Norte, 1975, p290-291.

Questionamentos quanto ao duplo suicídio são relatados de acordo com a cena encontrada na cela dos prisioneiros na Penitenciária do Recife:

Mas, porque caíra da cama? Por que aquela extravagante posição de “plantar bananeira” no trágico momento da morte? A impressão que se tem é de que ali foram jogados, já mortos. E por que somente de meias enquanto o outro de sapatos e meias? Teria sido tão mais simples que estivessem descalços e de pijamas! Porém, o que mais estarrece é o fato de haver sido João Dantas – conforme aquele Departamento – quem degolou Augusto Caldas.... Teria sido ele, realmente, forças suficientes para golpear o cunhado a quem amava e a quem proclamava inocente? Mesmo temendo uma possível represália da parte das “tropas revolucionárias paraibanas” que se haviam assenhoreado do Recife e da Detenção, haveria por certo no mais íntimo da consciência desse homem a convicção de que a inocência do cunhado seria provada e ele, finalmente, libertado...¹⁶¹

Ambos os homens teriam sido mortos? A hipótese dos assassinatos de João Dantas e seu cunhado Augusto Caldas, na Penitenciária do Recife, parte das imagens registradas por Louis Peirreck, que ironicamente cometeu suicídio tempo depois. Essas fotografias de Augusto Caldas e João Dantas por Pierreck aconteceram em duas oportunidades: a primeira cena com os presos trucidados, aparentando sinais de luta corporal; a segunda, com os mortos serenos e muito bem arrumados. A comparação entre as imagens sugere a hipótese de homicídio duplo, conforme podemos averiguar em livro de Joaquim Inojosa, *República de Princesa*. Esse episódio também narrado em *História d’o rei degolado*:

(...) passado um certo tempo, um fotógrafo confessou que tinha batido secretamente um retrato do corpo e publicou-o no jornal: estava todo machucado, cortado e sangrento, com um corte aberto na testa ao que parece por uma cacetada(...)Contavam depois que, na detenção, invadida pela Polícia paraibana, os Soldados, com suas fardas amarelas, diziam a João Dantas: – “Nós vamos levá-lo para a Paraíba, e lá você vai ser sangrado a canivete pelas mulheres e pelas moças da Escola Normal!” Ele, calmo e altivo, respondia somente: – “Paciência! Que é que eu posso fazer? Eu queria ver essa valentia de vocês era diante de mim solto e com um revólver na mão.”¹⁶²

¹⁶¹ *Idem*, p. 294.

¹⁶² SUASSUNA, Ariano. *História d’o rei degolado nas caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.122.

Os nomes dos supostos assassinos de João Dantas só seriam conhecidos do público pouco mais tarde. A revelação aconteceu na entrevista com o Coronel Manuel Arruda de Assis, realizada por Dorgival Terceiro Neto, publicada no jornal O Norte, em 1990. De acordo com a memória do Coronel, que marchou sobre a cidade do Recife em 1930, o assassinato de João Dantas aconteceu da seguinte maneira:

(O tenente) Ascendino (Feitosa) fitou João Dantas e disse “sabe que vai morrer bandido”? ‘Ele, incontinenti, sem titubear respondeu: - ‘Está com sede de sangue, pode saciar’. O Xadrez foi aberto. João Dantas reagiu. Luiz de Goes apontou a carótida do preso ao soldado João da Mancha, que meteu o bisturi.¹⁶³

Assim, as resoluções simbólicas trazidas pela literatura cumprem a função de materializar para a realidade do mundo o que a sociedade não conseguiu resolver. Como se trata de ficção, tudo permanece aparentemente intocável no real, pois mesmo que algumas das resoluções simbólicas passem da verossimilhança da ficção à verdade testemunhal, elas não se sustentam e continuam como um espectro a assombrar a sociedade paraibana. E todos aqueles que fizeram a vitória da Revolução de 30 continuam glorificados como heróis de nossa gente. Isso pelo lado liberal, porque pelo lado perrepista os heróis são os defensores do Território Livre de Princesa, como João Dantas e João Suassuna, mortos a mando da família Pessoa, na opinião do jornalista Marcus Aranha, heróis assassinados por vingança,¹⁶⁴ vítimas da guerra civil paraibana,

¹⁶³NETO, Dorgival Terceiro. *Gente de Ontem, Histórias de Sempre*. João Pessoa: Itacoatiara, 1991, p.89

¹⁶⁴“Em 30, também sangraram abundantemente João Suassuna e João Dantas. Heróis assassinados a mando de quem?” Perguntou Marcus Aranha em Heróis paraibanos. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 29 Jul.2007. Caderno A. p.9. Sobre a morte de João Suassuna, Ariano, ainda na entrevista concedida a Biu Ramos, esclareceu que o assassinato de seu pai, assim como o “suicídio” de João Dantas foi por vingança pela morte de João Pessoa. Como a vingança é de ordem pessoal, durante anos suspeito-se de Joaquim Pessoa, equívoco desfeito por Antonio Pessoa Filho ao confidenciar que o autor intelectual do crime foi Aristharco Pessoa, irmão de João Pessoa. Eis o mandante, respondendo a interrogação de Marcus Aranha. Vide Dorgival Terceiro Neto em artigo Viúva de João Suassuna reconstitui fatos de 1930 e sua longa caminhada. In: *Gente de ontem histórias de sempre*. João Pessoa: Itacoatiara, 1991. 31-48 pp.

a Guerra de Princesa. Personagens presentes na narrativa romanesca de Suassuna, cuja função purgativa recupera a memória de seus mortos, fazendo dos acontecimentos de 1930 assunto de sua narrativa. Como bem observou a diligente irmã do autor, Germana Suassuna, a morte de João Dantas é a morte do padrinho de Quaderna:

Foi só quando Germana me disse aquilo que eu me dei conta de que a morte do padrinho de Quaderna, aquela morte impossível de ser cometida, em quarto fechado, era a morte de João Dantas. Ele morreu aqui, na Detenção, que hoje é a Casa de Cultura. (...) João Dantas foi encontrado com a garganta cortada, na cela do terceiro andar da Detenção. Até hoje a gente tem certeza que ele foi assassinado e o outro lado diz que foi suicídio. Depois que Germana me falou aquilo, eu acentuei os detalhes para aproximar as duas mortes e fiz essa versão que vocês conhecem¹⁶⁵.

As indagações sobre a morte de João Dantas aparecem no Folheto IV –

O caso do fazendeiro degolado – no romance *A pedra do reino*:

Pergunto: e agora? Como é que meu Padrinho foi degolado num quarto de pesadas paredes sem janelas, cuja porta fora trancada por dentro, por ele mesmo? Como foi que os assassinos ali penetraram, sem ter por onde? Como foi que saíram, deixando o quarto trancado por dentro? Quem foram esses assassinos?¹⁶⁶

As resoluções simbólicas de Ariano Suassuna aproximam explicitamente a história de 1930 à realidade de sua ficção. Ao tratar os acontecimentos históricos como um subtexto de sua ficção, a história permanece ativa, trazendo à superfície do texto a realidade reprimida da morte de João Dantas, que não teria suportado as

A versão contada por Antonio Pessoa Filho é confirmada em *Raimundo Onofre*, o amigo do rei, autoria de Gilvan de Brito, Edições Trevo: João Pessoa, 2001. p.222.

¹⁶⁵ Ariano Suassuna, em Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Sales. Nº 10 – Novembro de 2000. p.28. Vide nota de número 32.

¹⁶⁶ SUASSUNA. Ariano. *A pedra do reino e o príncipe do sangue-do-vai-e-volta*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976, p.27.

humilhações, conforme o bilhete¹⁶⁷ deixado pelo “suicida” que se encontrava preso na Penitenciária do Recife e “aparecera” degolado tal qual o padrinho de Quaderna:

Vinha-me à lembrança a frase que meu Padrinho, Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto, pronunciava de vez em quando, em 1930, quando entrou em luta contra o Presidente João Pessoa, na “Guerra de Princesa”:

– Meu brio não suportará humilhações!

Mas meu Padrinho tinha terminado, poucos meses depois com a garganta cortada (...). Cheguei mesmo a murmurar para mim, formulando em voz baixa o meu programa:

– Meu brio suportará todas as humilhações que forem necessárias! (...) acabarei o inquérito, não preso e degolado como meu bisavô e meu Padrinho, mas sim vivo e solto, para contar a minha história e a história do rapaz do cavalo branco!¹⁶⁸

Em outras palavras, o voto de Quaderna segue o programa dos ressentidos que encontram no sofrimento a força necessária para afirmar que a vergonha é dos que humilham e vergonhoso seria rende-se à humilhação. Continuar vivo, mesmo com o brio ultrajado, tem objetivos, e um deles é desatar o “nó” da versão de “suicídio” para a morte de João Dantas-Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto, armada pelos revolucionários. Para tanto, basta puxar o fio de Ariadne. Uma das pontas é encontrada nas resoluções simbólicas do Folheto LI, *O crime indecifrável*, no qual o narrador, ao ser interrogado pelo Juiz corregedor, refuta todas as possibilidades para a morte do Padrinho, inclusive a versão que coincide com a versão oficial da morte de Dantas na Penitenciária do Recife:

– **Então, foi suicídio!**

– A natureza dos ferimentos afastava essa possibilidade, Sr. Corregedor: naquele lugar inacessível, meu tio, cunhado e Padrinho, Dom Pedro Sebastião, foi encontrado, ainda quente e sangrando, poucos momentos depois de **ter sido assassinado**. Tinha levado várias cacetadas na cabeça, estava degolado, com a **garganta cortada**, e terrivelmente esfaqueado em todo o corpo, sendo que o ferimento que

¹⁶⁷ A versão oficial para a morte de João Dantas é suicídio, conforme bilhete encontrado debaixo de seu travesseiro: “Mato-me de consciência serena e ânimo firme porque estou entregue a bandidos e meu brio não suporta humilhações. João Duarte Dantas. Detenção de Recife, em 6/10/30.”

¹⁶⁸SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino e o príncipe do sangue-do-vai-e-volta*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976, p194.

golfava mais sangue era naturalmente o da garganta. No entanto, ele estava só, e não havia, na torre, nenhum rastro, nenhum sinal dos assassinos! (Destaques nossos) ¹⁶⁹

Uma das pontas desconsidera a versão de suicídio, e na segunda, como aponta no Folheto LXIX – *A estranha aventura do cavalo concertante* –, em meio a uma assembléia, como geralmente acontece nos romances policiais, o desfecho para o caso do assassinato de João Dantas:

“– [...] na “Guerra de Doze”, fazia sua estréia nas lutas e insurreições sertanejas, o filho de um dos Chefes, João Duarte Dantas, aquele mesmo que depois, em 1930, mataria o Presidente João Pessoa, cometendo o magnicídio que deflagrou a Revolução de 1930! Sei que aqui, nesta ilustre Assembléia, existem pessoas inatacáveis, que foram correligionárias desses dois Chefes revoltados! Não me refiro aos presentes, que sempre estiveram ao lado da Lei e não aprovaram a Revolução de 1912!”

– “O senhor está enganado!” – disse o Coronel Joaquim Coura, imediatamente. – “O senhor falou aí, que foi, sempre correligionário dos Pessoas. Eu, ao contrário, fui sempre adversário deles. Aqui na Vila, segui sempre os Garcia-Barretos, desde muito moço, desde o Barão do Cariri, Pai do Nosso Chefe, Pedro Sebastião Garcia-Barreto, degolado em 1930 pelos agentes do Governo da Paraíba!” ¹⁷⁰

O artifício da ficção desvela, potencialmente, a verdade oculta sobre os autores da morte de João Dantas/Pedro Sebastião Garcia-Barreto, assassinado por agentes da Polícia Militar Paraibana a serviço do governo revolucionário da Paraíba, moralmente responsável pela vingança ¹⁷¹ revolucionária “exigida” pelo povo paraibano em honra do “invencível”, “grande” e “malogrado” presidente João Pessoa, que em tão

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 292-3

¹⁷⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino e o príncipe do sangue-do-vai-e-volta*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976, p. 433.

¹⁷¹ Como no romance de Cyro Martins, *Gaúchos no obelisco*: “Oswaldo Aranha pôde começar, lento, medindo as palavras, a frente larga impondo-se à multidão. Após salientar que o país vivia uma hora histórica e não desejando que a massa saísse desapontada dali, o tribuno exclamou: “Mais hoje, mais amanhã será vingada a morte de João Pessoa!” Delírio. O povo pedia armas.” (Porto Alegre, Movimento, 1984, p. pág. 34) A promessa de Oswaldo Aranha seria cumprida, os perrepostas paraibanos João Dantas, autor dos disparos que matou João Pessoa, e João Suassuna acusado de conspirar com esta morte, foram assassinados. Antes outro gaúcho já havia intuído: “Quando em 1930 o Congresso Nacional proclamou a vitória eleitoral do candidato de Washington Luís, Tibério Vacariano berrou na Praça de Antares: “Fomos esbulhados! Esses ladrões só nos podiam vencer em eleições fraudulentas! Agora só há um caminho: a revolução.” Érico Veríssimo, *Incidentes em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 40.

pouco tempo de governo fez mais pela Paraíba que muitos governantes com quatro ou quicá oito anos de mandato.

A morte mais dolorosa de todas que trata o escritor Suassuna em suas resoluções simbólicas, principalmente no romance *História d'o rei degolado*, é o assassinato do seu pai, João Suassuna, episódio que funde memória e ficção. É neste momento que o inconsciente político se faz presente e projeta a transgressão simbólica ao transferir a memória para a ficção, rompe o equilíbrio que rege a arte. Confessando seu “erro” na produção do romance, diz Suassuna:

O Rei Degolado seria a primeira parte do romance que iria continuar A pedra do reino, mas aí voltou a dolorosa carga biográfica. O tom do romance não é o tom do Quaderna falar. É um pouco de memória minha e um pouco de memória de meu pai... Tudo aquilo ali do meio pro fim, não era mais Quaderna. Era a infância de Ariano Suassuna. É um erro, do ponto de vista da ficção. É um erro por isso eu desisti. Foi um dos motivos de desistir de escrever os poemas de O Rei Degolado, foi porque eu vi que isso tava errado.¹⁷²

A passagem da verossimilhança para a realidade do mundo foi uma necessidade do inconsciente. Mais do que informar ou confessar aos possíveis leitores seu erro, o escritor confirma a suspeita de que sua narrativa busca mais do que o entretenimento. Ela se ergue como um monumento à verdade. Da memória irrompe o testemunho do privado para nos dar a dimensão do sofrimento do real:

Apavorados, corremos para a sala da frente, e, chegando lá, eu vi uma cena que nunca mais se apagará da minha memória, por mais que eu me esforce para isso; minha mãe, sustida por tia Filipa, era quem estava uivando daquela maneira, os gritos, os soluços e desespero não cabendo direito em sua garganta sufocada e no seu coração que foi ali de uma vez para sempre dilacerando [...] O que mais me abalou, porém, foi ver meu irmão Manuel, coitado, chorando e puxando seus pobres cabelos, num desespero adulto, horrível de ver, nele [...] – “Dinga, mataram o Pai da gente!” De fato, o homem chamado Miguel tinha matado meu Pai, no Rio, perto do Riacho do Elo. Os jornais do Governo falavam com hostilidade de *Justino Quaderna* [...] O dia de sua morte era prenúncio do outro, do terrível dia 24 de Agosto de 1930, quando a obra do ódio e da Morte Caetana se completou; e, no bolso de meu Pai, a Polícia encontrou uma carta em que ele se

¹⁷² SUASSUNA, Ariano. Cavalcadas de Ariano ao Sol da Literatura. Jornal do Commercio. Recife, 15 Jul.1997. Especial. p.4.

despedia de nós, uma carta terrível, digna e desesperada, que acompanha para sempre meu sangue, meu choro e tudo o que, para mim, existe de terrível e sagrado no mundo.¹⁷³

A memória resgata o passado para o presente. A história é recontada ao documentar as experiências, vividas no período revolucionário, que deixaram marcas profundas na memória do escritor, emoções que o aprisionam ao passado pela incapacidade de esquecer as circunstâncias e as causas que a conjuntura de violência quase jacobina impôs aos perrepistas paraibanos, ou ao grupo de poder que disputava o controle do Estado paraibano, dividido entre as oligarquias sertanejas, representadas por José Pereira, Dantas e Suassuna, e as oligarquias do litoral, representadas por João Pessoa:

Trinta não é somente um número; 30 é o nome de uma Revolução; o nome de ano glorioso, sangrento e terrível; um tempo no qual nós, sertanejos, não podemos passar sem ouvir de novo o estralejar das balas nos tiroteios, sem sentir de novo o gosto de sangue, do ódio e do sofrimento, assim como o terror das fugas noturnas e dos cercos implacáveis. Aqueles que ouvem o nome ‘Princesa’ e evocam, mesmo sem querer, tanto uma Mulher coroada, como – e mais ainda! – a épica Cidade sertaneja, encravada no alto de uma Serra áspera e pedregosa, Reino onde José Pereira, aliado a minha família, resistiu, vitorioso, a um cerco de oito meses, naquele mesmo ano de 30. Aqueles que não podem ouvir a palavra ‘Detenção’ sem evocar, imediatamente, a imagem de dois homens deitados, cobertos de sangue, com as mãos inertes e as gargantas cortadas. Aqueles que não podem ouvir as palavras ‘Riacho do Elo’ ou ‘Onça Malhada’, porque sabem que, na encruzilhada desses dois lugares, existe uma pedra ou uma parede, onde se encostou a mão ensangüentada de um sertanejo valente, ferido de morte pelas costas.¹⁷⁴

É na altivez que a voz do escritor se sobrepõe ao narrador Quaderna ao rememorar quando ele próprio e seus familiares encontraram a Moça Caetana, a visagem da morte, disfarçada em agentes da Polícia Militar:

minha Mãe reagiu e foi isso que nos salvou. Ela gritou para o bando de assassinos: – “Vocês pensam que eu ainda tenho alguma coisa a

¹⁷³ SUASSUNA, Ariano. *História d’o rei degolado nas Caatingas do Sertão*: romance armorial e novela romancel brasileira – Ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.123.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.80-81.

perder? Já mataram meu marido, já mataram meu irmão, com que é que eu me importo mais?” O Tenente assustado pela violência da reação dela, perguntou: – “Quem é a senhora? Com quem é que eu estou falando?” Tia Filipa quis tapar a boca de minha Mãe para que ela não revelasse nosso nome, mas Mamãe afastou violentamente a mão dela e gritou: – “Sou a viúva de Justino Quaderna, bando de assassinos! E puxem, todos, para fora de minha casa!” Houve um momento em que nós não sabíamos para onde ia pender o fio do destino, com toda aquela turba de gentinha embriagada e sedenta de sangue em nossa sala. De repente, o Oficial baixou a vista, envergonhado: fez uma espécie de continência ao extremo infortúnio daquela mulher que, poucos momentos antes, todos queriam matar, e, dando uma ordem seca aos soldados, saíram da nossa casa¹⁷⁵.

A memória¹⁷⁶ apropria-se da história pelo ficcionismo, libertando o que antes estava aprisionado na esfera do privado e do íntimo dos Suassuna. A reação é uma atitude dos injustiçados, a revolta dos ressentidos como aqueles que não têm nada a perder a não ser o direito à indignação e à revolta, porque tudo já lhes foi retirado, restando-lhes a denúncia dos males causados pelos vencedores; como uma ferida difícil de cicatrizar, o passado fica a espera para novamente entrar em cena com a dor¹⁷⁷ que a experiência política proporcionou em 1930, à espera do perdão. Mas perdoar seria um reconhecimento de fraqueza de quem já sofreu bastante, uma atitude pouco nobre para quem não se considera covarde. Perdoar os assassinos do Padrinho e do Pai é assuntado pelas resoluções imaginadas por Ariano Suassuna, e tal possibilidade surge no diálogo entre Quaderna e o marido de Maria Safira, Pedro Beato que o questiona acerca do perdão para os assassinos de seu pai e de seu padrinho, que sabemos ser, respectivamente, João Suassuna e João Dantas:

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.p.124-125.

¹⁷⁶ “O relato de Quaderna segue fielmente as lembranças do autor comenta Idelette Muzart Fonseca dos Santos: [...] Suassuna não efetua nenhuma adaptação do relato à idade do narrador: Quaderna com 33 anos no momento do assassinato de João Pessoa, pode dificilmente cantar, sem compreender, o hino de Princesa”. Esta referência diz respeito ao episódio narrado em *O rei degolado*: [...] para mostrar a essa gente quem somos nós e quem é seu Pai, vamos todos cantar o hino do Sertão, o Hino de Princesa! Eu estava assombrado, sem entender bem o que era aquilo, mas cantei com meus outros irmãos, a pleno pulmões[...] Suassuna deixa transparecer claramente o olhar do menino que era, e que conserva lembranças fragmentárias e confusas daqueles dias dramáticos. Vide *Em demanda da poética popular*: Ariano Suassuna e o movimento armorial. p.101.

¹⁷⁷ Falar sobre o pai traz sempre uma grande carga emocional, o escritor diz que tentou reconstruir a imagem mítica do pai para por no lugar do assassinado e nega-se a continuar o assunto na entrevista concedida ao *Jornal do Commercio* em 15 de junho de 1997, porque estava se sentido machucado demais.

– Me diga uma coisa, por exemplo: você já perdoou os assassinos de seu Pai? Já perdoou os assassinos de seu Padrinho?

– Sei não, Pedro! – respondi baixando a cabeça, porque nunca fizera a mim mesmo uma pergunta direta nesse sentido. – Perdoar é coisa dura, difícil e complicada! Uma vez vi meu amigo Eusébio Monturo dizer uma frase que me impressionou muito a esse respeito. Ele deu um tapa na cara de um inimigo, dizendo depois que tinha feito isso para poder perdoá-lo! Ele queria primeiro provar a si mesmo que não era por fraqueza e covardia que perdoava!¹⁷⁸

Como perdoar, se a dor ainda se faz presente por não se render ao código vingativo do sertão? Como perdoar sem se tornar um fraco, senão escrevendo sua dor como uma vingança, retornando o passado, reverenciando seus mortos e suas lutas, como no enaltecimento da proclamação do município de Princesa em Território Livre pelo coronel José Pereira Lima:

aquele mesmo Fidalgo sertanejo que em 1930, se rebelara contra o Governo, tornando-se Rei-guerrilheiro de Princesa, proclamando a independência do município com hino, selo, bandeira, constituição e tudo, subvertendo o Sertão da Paraíba à frente de seu exército de 2.000 homens de armas, numa guerrilha heróica que o governo do Presidente João Pessoa em vão tentou vencer com sua polícia.¹⁷⁹

A bandeira do Território Livre de Princesa é descrita pelo narrador d'*O dia dos cachorros*, autoria de Aldo Lopes, como “um retângulo amarelo com fundo azul e uma estrela de cauda em forma de arco-íris. Acima, nos cantos superiores do retângulo, havia uma flor algodão e outra de mandacaru.”¹⁸⁰ E, diferente da simbolização da rubro-negra, luto e sangue, a “bandeira de Princesa era outra coisa, bandeira luminosa, sensual, pulsava vida, luz e alegria.”¹⁸¹

¹⁷⁸ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 245.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.25.

¹⁸⁰ ARAÚJO, Aldo Lopes de. *O dia dos cachorros*. Recife: Bagaço, 2005. p.167.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 167.

Uma conclusão importante na narrativa suassuniana é a condensação que confirma: “Hoje eu sei perfeitamente que Princesa, Canudos, a Serra do Rodeador, A pedra do reino, tudo aquilo foi um sítio da molesta, um cerco danando, uma Tróia só”¹⁸², que por sua vez aponta para o assentimento de que fazemos parte de uma única e imensa história entre opressores ou dominantes, oprimidos ou dominados que compõem a história da luta de classes em todos os tempos e lugares. E 1930 foi apenas o prosseguimento desta história entre os grupos políticos que se lançaram em mais um conflito pelo controle do Estado, oprimindo um segmento de sua mesma classe que possuía objetivos diferentes na administração do Estado, que mais tarde iria oprimir com maior eficiência toda sociedade com a ditadura Vargas, conhecida como Estado Novo. Recrudescimento político que duraria até 1945.

Interessante é observar que somente sob o Estado Novo foi que o Estado de São Paulo prestou homenagem a João Pessoa, celebrada em placa: “Ao vulto imortal de João Pessoa, símbolo dos nobres princípios de brasilidade, a embaixada paulista rende o culto da juventude solícita ao ofertar o sangue em holocausto à felicidade da nação. S. Paulo 25/1/1939.”

No romance *Boa terra de ódios*, de Paulo Fernando Craveiro, a morte de João Pessoa é um ato de vingança motivado pelo assalto à residência de João Dantas, seu assassino e a publicação de suas cartas íntimas e poemas trocados com Anayde Beiriz, sua amante. A morte de João Pessoa foi “um assassinato límpido, documento com fé pública”.¹⁸³ João Dantas e Anayde Beiriz estão vingados. O ódio do matador deixa claro que a vingança foi executada por quem sofreu a injúria. A antevisão de sua

¹⁸² Pode-se ler a mesma sentença em SUASSUNA. Ariano. *História d’o rei degolado nas Caatingas do Sertão*: romance armorial e novela romanesca brasileira – Ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. “isso da *Iliada*, de *Canudos*, de *Doze*, de *Princesa*, de *trinta*, tudo isso é uma *Tróia só*” p. 115.

¹⁸³ CRAVEIRO, Paulo Fernando. *Boa terra de ódios*. Recife: Nossa Livraria, 2007. p.11.

morte física é a metáfora de sua ressurreição moral: “João Dantas toma e retoma o fôlego. Já se vê igualmente morto na memória de sua morte. Sexta-feira, 3 de outubro de 1930. Depois será um nome colocado em uma lápide. João. João que é ele e não o outro João.”¹⁸⁴

Voltando às resoluções, Em *Boa terra de ódios*, o uso político da morte de João Pessoa é relacionado ao uso político de outras duas mortes. A primeira morte remete ao nazismo:

Paulus recorda que o chefe de Propaganda do Partido Nacional Socialista, Josef Goebbels, aproveitara o momento de tensão nacional para transformar Wessel em mártir do nazismo. Do mesmo modo que a revolução brasileira tirara proveito da morte de João Pessoa para intensificar o movimento das ruas, Goebbels organizara um funeral público acompanhado por mais de trinta mil pessoas em Berlim¹⁸⁵.

A morte de João Pessoa reascendeu a chama conspiratória dos gaúchos e mineiros, o corpo embalsamado de João Pessoa em peregrinação pelo país clama em discurso pela revolução. Perdeu-se a eleição, mas não a possibilidade de tomar o poder pela força, força que emanou da morte, da tragédia que ainda hoje faz chorar os paraibanos a cada 26 de julho, dia que a memória consagra à revolução na Paraíba, homenagem ao seu morto mais ilustre.

A segunda morte é aquela que irá deflagrar a Primeira Grande Guerra: “Paulus torna a pensar em mortes [...] na morte de Franz Ferdinand e na morte de João Pessoa, assassinado na Confeitaria Glória do Recife, o político que foi o arquiduque Franz Ferdinand da Revolução de 1930.”¹⁸⁶

O assassinato e a objetividade no uso das mortes como ato político é uma atitude de classe mais comum do que se possa imaginar. Uns ganham o Estado,

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.12.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 153.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.226. Em 26 de julho de 1931, ao recordar um ano da morte de João Pessoa, em *A União*, Mauricio de Lacerda, sob o título de A saravejo Brasileira, comparou: “A Parahyba representou no caso brasileiro o papel de Servia no caso europeu. É das nações pequenas e torturadas que as grandes dominadoras recebem o golpe mortal no seu poderio.”

outros ganham ou perdem eleições por tentar ou assassinar o adversário. Passa o tempo, mas as formas de chegar ao poder permanecem tão antigas quanto a existência dos homens na terra, apesar de alguns avanços consideráveis da prática democrática burguesa em aperfeiçoar e tentar perpetuar sua dominação política ou de poder, inclusive no uso afirmativo da cultura.

Em *Roliúde*, de Homero Fonseca no capítulo “História de presepada e heroísmo na Revolução de 30”, o narrador, encarregado de entregar mensagem secreta que delatava o ataque dos revolucionários vindo de João Pessoa para a cidade do Recife, resolve esquecer a tarefa e cair na farra e no prazer:

A gente já estava na segunda garrafa de cana e no segundo pratinho de passarinha, quando a natureza fez um chamado urgente. Corri pro banheiro, e quando estava nos finalmente, vi que o gancho na parede onde se pendurava o papel de embrulho pra se fazer a higiene tava vazio. Era só o que faltava. Eu já ia me resignando com o estado de sujice, quando me lembrei da carta com a mensagem secreta no bolso. E, como se diz no quartel, dei-lhe destino. “Barco perdido, bem carregado.” Voltei pra farra com aquelas nobres companhias, dali saindo para uma pensão na Rua do Rangel, onde vadiiei a tarde toda com uma das damas e depois dormi feito pedra, sem ter idéia de que lá fora, nas rua, a revolução estava acontecendo...¹⁸⁷

Subjugado o Comando Militar do Recife pela força revolucionária, vitória da revolução, a imprensa, glorificando a atitude heróica do narrador, destaca:

Ao sabotar a entrega da referida correspondência urgente e ultraconfidencial, dando-lhe destino correto e justo, o obscuro soldado do 21º BC desempenhou papel fundamental para a consecução dos objetivos do glorioso movimento empalmado nacionalmente pelas mãos justas e aguerridas do grande comandante Getúlio Dornelles Vargas. O modesto soldado pernambucano merece, pela mais acendrada justiça, figurar no panteão dos heróis de 1930 ao lado dos artífices da vitoriosa Revolução. O nome deste Danton dos trópicos é Bibiu¹⁸⁸.

A lição que tiramos da intrépida aventura de Bibiu na Revolução de 30, é a seguinte: entre o que aconteceu e o que foi dado publicidade, existe uma grande

¹⁸⁷ FONSECA, Homero. *Roliúde*. Rio, de Janeiro: Record, 2007. p.82.

¹⁸⁸ *Idem*, p.84.

diferença, como se o fato não existisse, o que existe concretamente é apenas a interpretação política, de fato.

2.2 - Resoluções dramáticas

Na dramaturgia, a Revolução de 30 faz sua estréia no ano de outro golpe de Estado, 1964, com *Um sábado em 30*, texto de Luiz Marinho e direção de Waldemar de Oliveira. A preocupação maior é com o fim do movimento revolucionário e ansiedade pelo retorno do filho que luta em defesa dos liberais:

-- Essa revolução não chega ao fim do mês! Questão de dias... a nossa causa está ganha! Não vê lá pelo Rio Grande do Sul, como andam as coisas? O menino anda por aqueles mundos... Ele é matreiro... deve andar fazendo das suas por lá!...
– Não! Não creio! (...) Ele está prêso ou morto! ¹⁸⁹

Nessa peça, a morte de João Pessoa é dada como prenúncio da revolução, e uma das personagens vê a notícia de divulgação da viagem do presidente paraibano ao Recife como uma ironia da sorte: “... Por ironia da sorte, na mesma manhã do assassinato, a “UNIÃO” trazia publicado todo o programa da festa, a passeata, o itinerário, os oradores...”¹⁹⁰ Entretanto, a personagem não diz, por ironia, de quem foi a sorte, se do morto ou do matador.

A ação dos perrepistas em *Um sábado em 30* resume-se em bater nos membros do cordão encarnado de um pastoril por representar a cor vermelha dos liberais. Os liberais são representados com um caráter solidário até para com seus inimigos. Isso é visto quando um soldado perrepista desgarrado de seu pelotão, ferido, é tratado pela família liberal. A peça acaba com o retorno do filho como herói de guerra e prometendo para a mãe não mais se meter em aventuras épicas.

¹⁸⁹ MARINHO, Luiz (Org.). *Um sábado em 30*. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1968.p.37.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.51.

Paraibê-a-bá (1968), de Paulo Pontes, é um grande painel a respeito do Estado da Paraíba, uma espécie de “cultura e opulência da Paraíba”. A peça tem início com a narração da conquista pelos europeus, seus produtos de exportação, suas riquezas minerais. E também seus problemas econômicos e sociais, como, por exemplo, a crise da economia agro-exportadora e da sujeição do Estado às oscilações e necessidades do mercado externo, e a seca, transformando os pequenos fazendeiros em colonos e em contingente do êxodo.

Acerca da Revolução de 30, a peça *Paraibê-a-bá* explica a insurgência da Paraíba no processo eleitoral:

A adesão da Paraíba à coligação mineiro-gaúcha significa o meu desejo de cooperar na tarefa de regeneração dos processos políticos do país. Sei que este gesto de autonomia trará para o meu pequeno Estado muitas dificuldades, porquanto, vencedor ou vencido sua situação será de simples espectador, uma vez que são diminutas suas contribuições para o erário nacional.¹⁹¹

A atitude do governante paraibano em aderir à chapa da Aliança Liberal terá como consequência a declaração do município de Princesa em território livre da administração estadual e, em seu bojo, a guerra civil paraibana, pejorativamente denominada de a “Revolta de Princesa,” comandada pelo Coronel José Pereira de Lima, concluída com o assassinato de João Pessoa. Em *Parai-bê-a-bá* não se informa os motivos do assassinato, mas traz o laudo dos tiros desferidos por João Dantas:

O trajeto da bala fez-se da direita para a esquerda, de baixo para cima e de traz para adiante, atingindo João Pessoa na região glútea. Foi atirada por um revólver Colt. Tanto poderia ter sido atirada da mesma arma como por outras armas do mesmo calibre que estivessem carregadas com munição idêntica. Laudo de 26 de Julho de 1930. (PAUSA) – No dia três de outubro estava vitoriosa a Revolução Liberal e deposto Washington Luiz.¹⁹²

¹⁹¹PONTES, Paulo. *Paraibê-a-bá*. Mimeo. Teatro de Arena da Paraíba. João Pessoa, 1968. p. 58-59.

¹⁹²*Idem*, p.62.

A morte de João Pessoa foi imprescindível para a Aliança Liberal rearticular suas forças e conquistar o poder do Estado através de uma revolução que aos poucos se transformaria em um projeto pessoal de poder, conduzido por Getúlio Vargas até 1945.

O dia em que deu elefante (1985), de autoria de Marcus Tavares, premiada em primeiro lugar no concurso de textos teatrais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, tem sua ambientação em um restaurante de estação ferroviária, e seus personagens são membros de uma família que sofre com a repressão dos perrepidistas e dos liberais, apanhando de ambos os lados.

Domingo, Zeppelin, de autoria de Marcus Vinicius, é outra peça premiada, com o Prêmio Serviço Nacional de Teatro. Neste drama histórico os discursos inflamados do cônego Matias Freire são destacados na pregação revolucionária:

Paraibanos! Hoje é domingo... Zeppelin... Zeppelin, para quem não sabe! Mas hoje não vai ter missa, pois eu estou lá em condições de rezar missa!... Hoje eu vou falar e quero que vocês me escutem! Vocês mesmo viram tudo o que aconteceu agora por aqui! É esse o clima político do Brasil de hoje! **A violência destronou a razão e a arbitrariedade tomou o lugar da justiça!** Nossas leis estão sendo desobedecidas e desobedecidas por quem deveria ter a obrigação de defendê-las: por aqueles que estão instalados no poder, passando por defensores do povo!(PAUSA) Há pouco tempo, João Pessoa foi morto pelas balas da reação! E agora mais um inocente foi sacrificado, tudo em nome de um sistema que, não fosse pela violência que utiliza, já teria desmoronado, tão carcomido que está! (ZÉ OTÁVIO ENTRA EM CENA) E esse estado de coisas, paraibanos, só poderá mudar quando a voz do povo começar a ecoar de todo o Brasil, para que possa ser ouvida em todos os quadrantes em que essa república velha esteja deixando suas marcas!(Destaques nossos)¹⁹³

¹⁹³ VINICIUS, Marcus. Domingo, Zeppelin. *Apud* Octávio, José. *João Perante a história*. João Pessoa: A União, 1978.p.179-180.

No discurso, os *ideologemas* tende à reprodução na defesa da ação política. A República Velha já havia desmoronado, pouco faltava para a instauração de uma nova ordem republicana também surgida pela violência e pela arbitrariedade na pregação revolucionária de justiça para todos. É o momento dramático e da interpretação da realidade vivida pelas personagens.

Em *Anayde*, espetáculo de 1992, o objetivo não era necessariamente a história da Revolução de 30, mas resgatar a história amorosa de Anayde Beiriz e João Dantas durante os acontecimentos que desembocaram na Revolução, conforme declarou o autor, Paulo Vieira: “Não me interessou contar a História política, mas sim a história de um amor se debatendo com os conflitos políticos. Citações políticas não me agradam, pois quem conhece a história sabe, e quem não conhece não precisa conhecer.”¹⁹⁴ Tarefa talvez impossível, de informar que não era necessariamente preciso conhecer a história da Revolução de 30 para se assistir ao drama histórico. Entretanto, escrever essa história é um ato político, seja ficção ou documento. Mas é preciso esclarecer do que se trata. Calcada precisamente nesta preocupação, a atriz que encarnou Anayde Beiriz, Ana Luisa Camino enfatizou que “algumas pessoas se informam a respeito da vida de Anayde e vêm ao teatro conferir se o documentário está exato ou não. Não estou fazendo documento, mas ficção.”¹⁹⁵ Este sobreaviso surte pouco ou nenhum efeito sobre o público que deseja confrontar a “verdade ficcional” com a “verdade histórica”.

¹⁹⁴ Declaração de Paulo Vieira, dada ao jornalista João Costa, publicada em: Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1995. Caderno3. p.2.

¹⁹⁵ Declaração de Ana Luisa Camino, dada ao jornalista João Costa, publicada em: Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1995. Caderno3. p.2.

Na opinião do crítico Everaldo Vasconcelos, as resoluções simbólicas da peça *Anayde* informam quem mandou invadir a residência de João Dantas e quem mandou expor a correspondência trocada com Anayde Beiriz. O debate através da imprensa contou com a participação da ex-secretária de José Américo de Almeida que alertou sobre a confusão que os artefatos culturais fazem em torno da história. Contou também com a participação de José Joffily, que saiu em defesa do diretor e do autor de *Anayde*, e conseqüentemente de suas obras que deram sustentação histórica à peça:

Não foi fácil, há 10 anos atrás, resgatar a memória da intelectual paraibana Anayde Beiriz, então repudiada pela família cristã e tradicional da nossa terra¹⁹⁶. Logicamente os dois professores não se propuseram a realizar um documentário, procuraram, apenas como notáveis poetas sensibilizar o imaginário do povo de nossa terra. Talvez acreditando que toda lenda tem um fundo histórico, assim como toda história tem um fundo lendário.¹⁹⁷

A satanização de Anayde Beiriz pela moral sexual converteu-se em um imaginário espetacular. Familiares são convocados para opinar sobre as resoluções que tratam do seu relacionamento amoroso. Ialmita Grisi, sobrinha da intelectual paraibana, pondera:

A família sente de um jeito, as pessoas falam o que querem sobre uma pessoa que não conheceram de perto. Com o passar dos anos essa imagem vai ser muito deturpada. As pessoas colocam a idéia de sexo em demasia, hoje não seria nada demais é lógico, mas devemos mostrar a Anayde de 30.¹⁹⁸

¹⁹⁶ “parece que foi ontem, quando contava vinte e poucos anos de idade e já lecionava na Escola da Colônia de Pescadores de Cabedelo, que se iniciou o romance com João Dantas. Ambos solteiros e sem outros compromissos. Não se deixavam bloquear pelas injunções da mesquinha mentalidade que então reinava no seio da “melhor sociedade”, **society** que, malgrado todas as tragédias e transcorridos 50 anos, permanece em sua intolerante vigilância. É o caso daquela ilustre Senhora de reconhecidas virtudes cristãs, mas atacada da incurável cegueira do sectarismo que continua amaldiçoando o relacionamento do casal: **João Dantas não tinha noiva e sim amantes.**” Vide JOFFILY, José. *Revolta e Revolução*: 50 anos depois. 1979. p. 272.

¹⁹⁷ JOFFILY, José. Dois Notáveis Poetas *A União*, João Pessoa, 27 set.1992. Opinião. p2.

¹⁹⁸ Depoimento de Ialmita Grisi concedido a Chico Noronha em *Anayde* - há 62 anos ela morria. Hoje sua sobrinha quer passar a limpo a História, *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 22 out. 1992. Caderno3. p.4.

Um relato de quem conheceu a Anayde de 1930 foi deixado por Oswaldo Pessoa, em 1987, a revista *Retrospectiva*, opinião que difere do imaginário social paraibano:

Conheci sim senhor. Ela não era a pessoa que pintam. Era uma moça muito boa, aplicada, uma pessoa formidável. Eu só vim saber que ela namorava com João Dantas em 1930. Era muito retraída e não era uma prostituta de maneira nenhuma, mas sim uma moça decente, direita e boa.¹⁹⁹

Desta Anayde, “moça decente, direita e boa” pouco se tem notícia, mas o que se faz é comparar as personagens, a Anayde do filme de Tizuka Yamasaki com a Anayde idealizada para o teatro:

É notório que Anayde passou a frequentar o universo histórico da memória paraibana a partir de 1984, dada a preocupação de José Joffily Filho, produtor do Filme de Tizuka, Parahyba, Mulher Macho. Já o espetáculo *Anayde*, dirigido por Fernando Teixeira tenta mostrar uma mulher que luta pelo seu amor sem 'frivolidades'. É a história de uma mulher que descobre uma grande paixão que acaba em morte de um presidente de Estado, que ela envereda pela tragédia a ponto de entregar um bisturi para João Dantas na prisão para que ele se mate. Esse drama é o que conta para o elenco do Grupo Bigorna.²⁰⁰

Diferentemente do filme de Tizuka Yamasaki, no qual João Dantas é assassinado, na peça a morte de João Dantas é por suicídio, tal qual a versão sustentada por José Joffily em *Revolta e revolução*.

Outra resolução em *Anayde* diz respeito à visão dos anarquistas sobre a revolução, conferindo-lhe função de classe social:

Imagine que se conseguíssemos sublevar os cangaceiros de Zé Pereira para a nossa causa. Faríamos de Princesa o quartel-general do nosso exército: cangaceiros, agricultores, pescadores, e todos os infelizes explorados pelo capital, um exército de esfarrapados carregando gloriosamente a bandeira da anarquia, marchando heroicamente para o Catete, para derrubar a corrupção e a burguesia e implantar finalmente neste país a liberdade... imagine quando esse dia chegar, quando neste país já não houver fome e injustiças...²⁰¹

¹⁹⁹ Apud João Costa, em Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1992. Caderno3. p.2.

²⁰⁰ João Costa, Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasmas da Revolução de 30 num mês de maus presságios. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 ago.1992. Caderno3. p.2.

²⁰¹ Fala da personagem anarquista Rafael em *Anayde*, UFPB/PRAC/NTU. p.18.

A atuação da personagem João Dantas, no conflito, é denunciada como uma marionete, um burguês decadente, “um boneco, um João Redondo, um testa de ferro nas mãos dos capitalistas, dos latifundiários.”²⁰² E João Pessoa um deslumbrado com o poder que herdou do tio Eptácio Pessoa, na manutenção hegemônica do poder oligárquico no Estado da Paraíba. Um homem impulsivo, de caráter ditatorial, que desagradou a todos aqueles que dispunham de algum poder, seja político ou econômico, ou ambos, como o Deputado José Pereira, aliado da oligarquia Pessoa, que contrário a reforma financeira no Estado pretendida por João Pessoa, decretou a independência administrativa do município de Princesa, evento que ficou conhecido pejorativamente como a Revolta de Princesa, só acabada com a morte de João Pessoa por João Dantas.

2.3 – Resoluções filmicas

O filme *Parahyba, mulher macho* não teve boa acolhida na Paraíba por dois motivos. O primeiro, a erotização do romance entre os protagonistas Anayde Beiriz e João Dantas, ao retratar o imaginário social a respeito das personagens. Essa resolução imaginária resultou em processo judicial contra a diretora Tizuka Yamasaki, no qual familiares de Anayde Beiriz exigiram retratação pública devido às cenas de sexo que, segundo eles, denegriram a imagem da personagem histórica. O segundo, a opção que se fez para a morte de João Dantas: assassinato e não pela versão de suicídio na Penitenciária do Recife, diferentemente do que apregoa a narrativa histórica de José Jofilly, a qual o filme *Parahyba, mulher macho* está baseado.

²⁰² *Idem*, p.47.

O que se pode constatar nas críticas do filme de Tisuka Yamasaki é a ausência de uma compreensão de uma personagem além das provocações da sua sexualidade que expunha a libido para uma sociedade que fingia negar sua existência, cujos mecanismos libidinais serviram para investimentos ideológicos.

O filme revela uma Anayde Beiriz pouco conhecida, uma mulher em defesa do voto feminino e do voto secreto, defensora de novas formas de se governar.

Vejamos o diálogo em uma das cenas entre Anayde Beiriz e João Dantas:

Anayde Beiriz: ... é uma vergonha. Que país é o nosso que não tem voto secreto e nem voto feminino?[...] Vocês perrepistas ficam aí apavorados porque surge um governo com novos métodos. Não se preocupe, o povo desta terra vota nas pessoas e não nos partidos. [...] Ah, João, você não gosta de discutir política comigo? Por quê?[...] Você sabia que as tropas de João Pessoa estão partindo para Princesa para garantir as eleições?

João Dantas: Sim, só que não vai adiantar nada, o coronel Zé Pereira garante seu eleitorado em Princesa.

Anayde Beiriz: Com voto de cabestro ou com método de cangaceiros?

João Dantas: o que você entende de política para ficar dizendo mentiras. [...] Pois fique sabendo que algumas famílias mandam no sertão há mais de século e não é qualquer um que vai mudar muita coisa não.

Anayde Beiriz: Posso não entender de política. Não tenho brasão de família para defender, mas tenho opinião própria e não preciso de coronel nenhum para dizer o que eu tenho que fazer (Anayde é esbofeteada por João Dantas)... Moleque de recados do coronel Zé Pereira.

Não era somente o poder político secular das famílias sertanejas que estava sendo ameaçado. Na opinião da personagem João Dantas, o governo João Pessoa estava por arruinar a economia paraibana:

João Dantas: Anayde, eu não quero discutir isso com você. Mas procure entender pela última vez, os problemas econômicos e políticos que estão vivendo minha família e todos os sertanejos é uma questão de honra, é um compromisso de sangue. [...] Essa nova administração que você falou aí, tá causando a ruína de uma rica região que é o celeiro da Paraíba.

Anayde Beiriz: Celeiro da Paraíba ou de Pernambuco? Aliás, de dois ou três pernambucanos.

Por ironia, esses pernambucanos eram parentes de João Pessoa, empresários da firma J. Pessoa de Queiroz & Cia, que dominava todo o comércio com o sertão paraibano, e cujos interesses econômicos foram prejudicados pela reforma tributária proposta por João Pessoa, que rompeu processo de complementaridade da economia pernambucana. O apoio dos Pessoa de Queiroz ao coronel José Pereira dá-se pela manutenção do domínio de exportação das mercadorias do sertão paraibano por Pernambuco, e, convulsionando o interior da Paraíba a partir de Princesa, visa a pôr fim ao governo João Pessoa através de uma intervenção federal.

A informação da intervenção federal em *Parahyba, mulher macho* é dada pela personagem de José Américo de Almeida, que aproveita a oportunidade para convidar João Pessoa a fazer a revolução, reeditando a Aliança Liberal:

José Américo: Washington Luís já não esconde mais sua proteção aos revoltosos. A intervenção no Estado já uma certeza. Excelência, o país encontra-se num impasse que tende a uma saída radical. Apoiar os mineiros e gaúchos e lutar por uma Revolução nacional.

João Pessoa: prefiro dez guerras de Princesa a uma revolução.

A intervenção federal não chega a tempo de salvar João Pessoa, assassinado no Recife. A revolução que ele não desejou é realizada em seu nome e honra, tornando-se um exemplo na luta contra o poder político secular das oligarquias. Já Anayde Beiriz, na voz do narrador repentista do filme de Tisuka Yamasaki, antevê um futuro para a memória da personagem que se suicidou em 22 de outubro de 1930:

Dos terremotos que abalaram o país
se enxerga a luz da chama de Anayde Beiriz
das lições do passado fica um exemplo guardado
fica um rosto, fica um nome
é algo que permanece

que a memória não esquece
o pó da terra não come.

Anayde Beiriz também é um mito que povoa o imaginário paraibano, registrado em poemas como o de Vanildo Brito, *Pavana para Anayde Beiriz* que refaz o percurso histórico da exposição de sua correspondência com João Dantas à perseguição à sua memória pela sociedade:

I

Anayde Beiriz, o tempo é cego
e cegos seus escuros labirintos,
mas não desfez o itinerário certo
da verdade sepulta sob os mitos
da História. O teu martírio
retorna agora resgatado à Sorte:
salgado pranto redivivo
no sudário da morte.
(Não choremos, Amiga, que o silêncio
em breve será música no tempo).

II

Nós vemos-te Anayde quase impúbere
em torno à tua sina acorrentada,
seres ferida pelos ódios rudes
das multidões incendiárias;
vemos também teus íntimos segredos
que com tanto desvelo acalentaste,
devassados e expostos nos roteiros
maledicentes da cidade;
e vemos-te por fim, transfigurada
lutando a tua derradeira luta:
seres alvo do escárnio da canalha
sofrendo a dor de alheias culpas.
mas nós não vemos teus perseguidores
embuçados que estão nos descaminhos;
nem quem te fez provar o fel da morte

e maldizer o teu destino.
(Estanquemos o pranto, que o silêncio
Já floresceu nesta pavana antiga).

III

Anayde Beiriz, a mão do tempo
refez a tua face peregrina.
não mais te cala o frio esquecimento.
agora, és fábula menina.²⁰³

O esquecimento já não faz parte memória histórica e político-cultural da fabulosa personagem Anayde Beiriz que empresta seu nome à biblioteca, à escola pública municipal e ao diploma concedido pela Assembléia Legislativa da Paraíba às mulheres que prestaram reconhecidos serviços em favor da mulher paraibana. É a mão do tempo refazendo a verdade?

As demonstrações das resoluções simbólicas forjadas pelos bens culturais buscam liberar a realidade da Revolução de 30 que permanece reprimida. Os artefatos culturais, quando trazem essa realidade para a esfera da ficção como necessidade e função do inconsciente político, a verdade da narrativa ficcional acaba por confrontar a verdade da historiografia, instaurando, assim, a contradição fundamental desta história que se arrasta até a atualidade. As resoluções simbólicas se repetem porque estas questões²⁰⁴ carecem de soluções reais, mas que não são tomadas, fazendo-se necessária a intervenção do inconsciente político, esse instrumento que cada

²⁰³ Poema publicado no *Correio das Artes*. Ano LII, Nº. 18. Agosto de 2001. Suplemento literário do jornal *A União*.

²⁰⁴ “Anayde, que hoje se tenta fantasiar como uma Jezebel provinciana, era uma moça de sonhos, poetisa de poucos méritos, uma mulher de coração ardente que doou sem reparos a Dantas. Suas cartas íntimas, suas confissões amorosas, serviram de chacota a uma sociedade pequena, miúda, provinciana. Seu amor foi considerado pecaminoso e ela, recolhida a um convento de freiras, envenenou-se para fugir da vida. Augusto, preso com Dantas, foi surrado, humilhado e, por fim degolado com uma navalha. O cangaceiro Antonio Silvino ouviu e relatou os gritos injuriosos de Dantas contra seus matadores e os pedidos de clemência e piedade. Tudo em vão. Os dois foram trucidados pelo ódio liberal que trocou não só o nome de nossa Parahyba como cometeu esses dois crimes infames contra esses dois inocentes.” Marcos Tavares em *Os mortos esquecidos. Jornal da Paraíba*. Paraíba, 26 Jul. 2007. Cidades. p.3.

vez mais se faz presente na cultura paraibana como elemento questionador e subversivo dessa realidade.

Não é por acaso que no dia que se comemora o aniversário da morte de João Pessoa (26 de julho) já podemos ler em jornais paraibanos que existem outros mortos que não devem ser esquecidos, como Anayde Beiriz, Augusto Caldas e João Dantas, personagens de uma realidade trágica que os artefatos culturais vêm reabilitando. A narrativa dos artefatos culturais tornou-se importantes porque carregados de ideologias reabrem os enfoques da história da Revolução de 30 como um fenômeno não acabado, cuja verdade é um processo em andamento.

Capítulo 3

ROMANCE
DA
PEDRA DO REINO
E O
PRÍNCIPE DO SANGUE
DO
VAI-E-VOLTA

Romance-enigmático de crime e sangue, no qual aparece o misterioso Rapaz do Cavalo Branco. A emboscada do Lajedo sertanejo. Notícia da Pedra do Reino, com seu Castelo enigmático, cheio de sentidos ocultos! Primeiras indicações sobre os três irmãos sertanejos, Arésio, Silvestre e Sinésio! Como seu Pai foi morto por cruéis e desconhecidos assassinos, que degolaram o velho Rei e raptaram o mais moço dos jovens Príncipes, sepultando-o numa Masmorra onde ele penou durante dois anos! Caçadas e expedições heróicas nas serras do Sertão! Aparições assombratórias e proféticas! Intrigas, presepadas, combates e aventuras nas Catingas! Enigma, ódio, calúnia, amor, batalhas, sensualidade e morte!

*Ave Musa incandescente
do deserto do Sertão!
Forje, no Sol do meu Sangue,
o Trono do meu clarão:
cante as Pedras encantadas
e a Catedral Soterrada,
Castelo deste meu Chão!*

*Nobres Damas e Senhores
ouçam meu Canto espantoso:
a doida Desventura
de Sinésio, O Alumioso,
o Cetro e sua centelha
na Bandeira aurivermelha
do meu Sonho perigoso!*

A pedra do reino e o inconsciente político da revolução

3.1 – A pedra do reino e os modos de produção textual: a ideologia da forma

3.2 – A tematização do bem e do mal

3.3 – Realismo e desejo: Quaderna e a questão do desejo

Capítulo III

A pedra do reino e o inconsciente político da revolução

Sou um contador de histórias, e só sei
pensar em torno de acontecimentos concretos.
Ariano Suassuna

A perspectiva deste capítulo busca estabelecer o significado do uso ideológico dos gêneros literários e sua historicidade como conteúdo literário, estabelecendo corolário com o objeto “Revolução de 30” no romance *A pedra do reino*. O conceito de gênero aqui será mediado pela organização das mensagens que caracterizam os sistemas de signos em distintos modos de produção textual que coexistem na obra, alguns relativamente antigos e outros que lançam suas mensagens de emancipação à humanidade. Chamamos a atenção para o uso ideológico que as manifestações da cultura popular exercem no esquema literário de Suassuna, na organização do esquema alegórico e para a interpretação política que ele nos oferece ao articular as antinomias do bem e do mal.

A visão marxista da História, descrita por Fredric Jameson n’O *inconsciente político* como paradigma do romanesco²⁰⁵, faz com que tenhamos esperança de uma guinada do homem para a liberdade na realização de um futuro redentor. Ideal que nos informa que somos apenas um capítulo, uma nota de rodapé, um fragmento de uma única e grande narrativa histórica. Fragmentos que o romanesco

²⁰⁵ “se se objetar que o marxismo é um paradigma “cômico” ou “romanceado”, que vê a História pela perspectiva redentora de uma liberação máxima, devemos observar que as mais poderosas realizações da historiografia marxista – das próprias narrativas de Marx da Revolução de 1848 até estudo de Charles Bettlheim da experiência revolucionária soviética, passando pelos ricos e variados estudos canônicos da dinâmica da Revolução de 1879 – permanecem como visões da Necessidade histórica no sentido aqui implícito.” Vide JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.p.92-93.

captura em seu ritmo histórico como conteúdo e substância como uma liberação de anseios utópicos e meditação sobre a comunidade.

Os estudos de gênero, segundo Jameson, são justificados pela crítica literária marxista pela função que o gênero ocupa como mediador na análise “diacrônica da história das formas e da evolução da vida social²⁰⁶”, consubstanciando o destino da comunidade e a liberação dos vários discursos marginalizados que poderão, mais tarde, ser descritos como modos de gêneros.

Conceitualmente, os gêneros, diz Jameson: “são instituições literárias ou contratos sociais entre um escritor e um público específico, cuja função é especificar o uso correto de um determinado artefato cultural.”²⁰⁷ A interpretação correta das mensagens genéricas dos artefatos culturais é a apreensão de seus conteúdos em defesa de seus objetivos, sejam eles quais forem. Mas não é somente isso, não se trata de “apenas apreender algo do significado ideológico e do destino do romanesco como gênero, mas também, para além dessa perspectiva, começar a perceber o uso dialético da própria história literária dos gêneros.”²⁰⁸ Seguindo esta perspectiva, a partir da proposição teórica de Frye, Jameson historiciza o romanesco em sua redefinição conceitual como “satisfação de anseios ou fantasia utópica”, potencializador da transformação da realidade do mundo comum, e, por objetivo, tem a restauração de um Paraíso perdido ou a antecipação de um reino futuro, no qual a vida será eterna e livre das imperfeições como fome, doenças, exploração pelo trabalho. Contudo, essa possível transformação da realidade não se dará sem luta, este embate ocorrerá entre “os reinos superior e inferior, entre o céu e o inferno ou entre o angélico e o demoníaco ou

²⁰⁶JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.p.92-93.

p.106.

²⁰⁷ *Ibidem*, p.107.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 110.

diabólico”²⁰⁹, conteúdo que se ocupa a narrativa mágica ou fantástica, e necessariamente o herói assumirá as características de um Messias celestial e seu inimigo a imagem e semelhança de seu opositor, será o Diabo, o representante do mal, do mundo inferior, do Inferno, no conflito plurissecular do bem contra o mal, com um mundo tentando dominar o outro. Como, por exemplo, na promessa de Sinésio, o alumioso, o rapaz do cavalo branco, o ressuscitado que traria um Reino de glória, beleza, justiça e grandeza para os nordestinos. Tematização que se transforma em *ideologema* do *bem* e do *mal*, antinomia que no caso do romance *A pedra do reino* será representada pelo conflito entre o campo e a cidade, caracterizado como hegemonia do urbano sobre o rural, que serve como mensagem sócio-simbólica que nos informa que a mudança política é um processo social inacabado:

Um gênero é essencialmente uma mensagem sócio-simbólica, ou, em outros termos, que a forma é imanente e intrinsecamente uma ideologia em si mesma. Quando essas formas são reapropriadas e remodeladas em contextos sociais e culturais bastante diferentes, essa mensagem persiste e deve ser funcionalmente avaliada sob a nova forma²¹⁰.

A produção estética e sua forma narrativa é uma escolha ideológica, a variedade de gêneros em uma mesma estrutura textual deve manter ativa relação com o Real e a produção do conhecimento histórico e ideológico. Relação que denota o romance como “um ato simbólico que deve reunir ou harmonizar paradigmas narrativos heterogêneos, que possuem seu significado ideológico próprio, específico e contraditório.”²¹¹ O romance *A pedra do reino* é paradigmático no entrelaçamento de gêneros distintos coexistentes na obra. Estratégia que mantém a história imanente em

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 111.

²¹⁰ *Ibidem*, p.140.

²¹¹ *Ibidem*, p.143.

relação aos modos diacrônico e sincrônico em permanente diálogo, tencionando a obra para um “gênero” inventado como o próprio autor explica:

Não sei, então, se meu romance Quaderna, O Decifrador, depois de concluído, será um relato ou uma exigência, uma novela disforme e desagradável ou uma epopéia frustrada, um monstruoso, tedioso e pouco divertido romance picaresco ou uma novela de cavalaria, uma alegoria povoada de miragens ou, como disseram Cyro de Andrade Lima e Hermilo Borba Filho, uma espécie de Divina Comédia sertaneja povoada de mitos e pesadelos – uma “incursão no subterrâneo”. Não fui eu que escolhi nem sua forma nem seu tamanho, nem seu modo de narrá-lo: tudo isso me foi sendo imposto aos poucos pelo próprio universo da obra, de modo que, à falta de uma explicação melhor, dou essa – trata-se de uma lumiar, disforme e bruta como as enigmáticas lumiaras de pedra do sertão.²¹²

E se o romance do paraibano contemplar todas essas possibilidades, teremos a coexistência de vários modos de produção textual no romance de Suassuna, e analisá-lo sob a perspectiva metodológica da *ideologia da forma* não é enquadrá-lo conceitualmente, mas demonstrar a historicização dos gêneros na narrativa romanesca como conteúdo do próprio romance.

3.1 – *A pedra do reino* e os modos de produção textual: a ideologia da forma

O sujeito, a origem, é sempre mascarado pela linguagem, por sua própria representação, condenado também por ela a se tornar o (próprio) objeto de sua reprodução.

J. Goldstein

O romance *A maravilhosa desventura de Quaderna, o decifrador e a demanda novelosa do reino do sertão*, é uma trilogia. O primeiro volume é o romance

²¹²SUASSUNA, Ariano. Nota ao leitor. In: *Histórias d'o Rei Degolado nas Caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1977. p.135.

d'A pedra do reino. Este é um romance²¹³ falado, afirmação que se observa pelo método aplicado à narrativa do romance por Dom Pedro Dinis Quaderna, que se dirige aos brasileiros em confissão sobre os processos políticos que participou de forma direta ou não, e que só contou o que viu acontecer ou pode provar, tal qual como explica o método de Heródoto, no qual se preserva a experiência recente da história pelos sentidos da visão e audição. O romance de Suassuna é a memória lembrada pela fala, comunicada pela escrita, um memorial como o narrador nos diz sobre o romance: “é mais um Memorial que dirijo à Nação Brasileira, à guisa de defesa e apelo, no terrível processo em que me vejo envolvido.”²¹⁴ Muitos pensam que a oralidade é característica apenas de quem não domina o código da escrita ou das sociedades primitivas. Afirmam os medievalistas que, a partir do século XII, as obras escritas são elaborações eruditas da oralidade. A linguagem, seja ela oral ou escrita, surgiu da necessidade da relação entre os homens. Ela é um produto social, assim como os gêneros que até os séculos XVIII e XIX eram aristocráticos – como a tragédia, a novela de cavalaria e o romanceiro, ou popular – como a comédia, a novela picaresca e o romanceiro. O romance como gênero narrativo, como hoje se entende, é o gênero que ascendeu na cultura juntamente com a burguesia.

As canções de gesta, origem do romanesco, gênero restrito às cortes para diversão da aristocracia no século XVI, torna-se objeto do gosto do povo, incluindo os já consagrados temas das gestas militares e os poemas heróicos da classe dominante e os temas de amor.

Importado para o Brasil pelos colonizadores, os romances, já ao gosto popular, serão classificados em marítimos, novelescos, aventuras, históricos, mouriscos

²¹³ A propósito, o romance designa a manifestação do romanceiro popular, através da produção daqueles pequenos livros da chamada Literatura de Cordel, diferentemente do termo novel, em inglês.

²¹⁴ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1976.p.5.

e religiosos. Registros que permanecem sendo coletados pelos estudiosos da arte popular²¹⁵.

A relação entre o erudito e o popular na cultura é conflituosa pelos produtos desta última emanarem sintomas de uma ideologia conservadora, como os folhetos da literatura de cordel, que, calcada na tradição do romanceiro popular, acaba reproduzindo o sistema de signos dominantes de sociedades arcaicas com a representação de reis, princesas, barões e cavaleiros. E não a sua consciência de classe. Mas o inconsciente político acaba por projetar resoluções imaginárias embaraçosas para a classe exploradora, geralmente a “princesa”, a filha do poderoso acaba por se apaixonar pelo oprimido ou este acaba “desfolhando a folha dela”, como veremos mais adiante.

O folheto, ou a literatura de cordel, é um vestígio de um modo de produção textual proveniente de uma sociedade arcaica, mas que se encontra ainda em atividade, com seu sistema de signos e suas mensagens em plena reverberação no século XXI. Continua sendo emitido e continuará por muito mais tempo, para desgosto daqueles que desprezam e dizem ser a arte popular de mau gosto. Mas a oralidade continua a se apresentar com guardiã da memória e da consciência dos humildes:

As coisas e histórias velhas influem muito para o progresso da poesia: as histórias passadas recordam a memória imortal dos antístites e antepassados, revivendo na memória do Poeta, que depois se faz chegar ao ouvido do mais rude o toque da memória dos tempos idos!²¹⁶

No romance *A pedra do reino*, por ser um romanceiro no qual os gêneros se imbricam dialeticamente, do ponto de vista interpretativo já ideológico em si próprio, a literatura de cordel é tomada como ato simbólico predominante no sistema literário de

²¹⁵ Como informa o estudioso da cultura popular Altimar Pimentel em Presença do romance peninsular no Brasil. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande, 17 Jun. 2001. Cultura. p.4.

²¹⁶ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1976.p. 179.

Suasuauna, como objeto cultural. Fixa-se no romance como forma de produção textual e contradição, cujas mensagens genéricas se fazem notar através das referências às ilustrações dos folhetos de cordel, da divisão do livro em cinco livros, dos capítulos folhetos, e outros aspectos que se juntam a estes como conteúdos internos no romance, como o roubo de poemas e os folhetos anônimos de sensualidade²¹⁷. E, logo na página de rosto seguinte ao título, um resumo capaz de causar interesse ou “água na boca” dos possíveis leitores e, principalmente, compradores. Como, por exemplo, assim:

Romance-enigmático de crime e sangue, no qual aparece o misterioso Rapaz do Cavalo Branco. A emboscada do Lajedo sertanejo. Notícia d’A pedra do reino, com seu Castelo enigmático, cheio de sentidos ocultos! Primeiras indicações sobre os três irmãos sertanejos, Arésio, Silvestre e Sinésio! Como seu pai foi morto por cruéis e desconhecidos assassinos, que degolaram o velho Rei e raptaram o mais moço dos jovens Príncipes, sepultando-o numa Masmorra onde ele penou durante dois anos! Caçadas e expedições heróicas nas serras do Sertão! Aparições assombratícias e proféticas! Intrigas, presepadas, embates e aventuras nas Catingas! Enigma, ódio, calúnia, amor, batalhas, sensualidade e morte.²¹⁸

Eis o resumo erudito do romance *A pedra do reino* no estilo da literatura popular brasileira, o cordel medieval. Por isso, o romance de Suassuna pode e deve ser interpretado como instrumento que revitaliza este modo de produção de mensagens arcaicas na criação da realidade do mundo, cuja contradição não deve ser vista pela relação entre arte popular e erudita, mas pelo emprego dos gêneros como parte constitutiva do diálogo entre as classes e o romance como elemento deste discurso ideológico:

– É, Quaderna! – disse Clemente com frieza. – Nós já conhecemos a sua admiração embasbacada por José de Alencar, pelos cantadores que infestam nossas feiras, e por essas famílias sertanejas que vivem se matado entre si, envolvendo o Povo em suas vinditas e atrapalhando com isso a Revolução! Mas a Esquerda não aceita nada disso! **Não aceita os cantadores, porque eles deviam colocar a Arte deles a serviço do Povo**, desmistificando e denunciando a

²¹⁷ *Ibidem*, p.70-72.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 2.

sociedade feudal do Sertão e a miséria que o Povo sofre! No entanto, em vez disso, os Cantadores fazem o jogo dos senhores feudais sertanejos, poetizando a vida do Sertão e enchendo nossas estradas e Catingas de reis, condes e princesas, assim com milagres, assombrações, coisas mágicas, religiosos e obscurantistas da mais diversa natureza! [...] Olhe, Quaderna, vou comentar só um, como exemplo! Outro dia, eu li um desses horríveis “folhetos” [...] foi uma coisa mais alienada que já vi. Começava o Cantador dizendo que “no Reino do Pajeú”, em Pernambuco, morava “um honesto fazendeiro”. Chamar o fazendeiro de honesto já era ruim! Mas, além disso, o “honesto fazendeiro” era ainda, “pai de uma Princesa, que era alva como os lírios e honesta como a pureza”! Alva é dado como elogio! E, como já não bastasse, o desgraçado do Cantador aceita os padrões morais da classe dominante, e elogia a filha do opressor! Mas a coisa vai além! Sendo o tal “honesto fazendeiro” o “Rei do lugar” (imagine!), morava ali por perto “**um Negro cangaceiro**”, cujo costume era “**deflorar as donzelas**”. **Um dia, vendo a tal “Princesa” filha do “Rei fazendeiro”, o Negro resolve “desfolhar a folha dela”** Pois bem: com esse enredo armado, o peste do cantador toma o partido do fazendeiro e da moça, e volta toda sua antipatia contra o Cangaceiro negro, **ao lado do qual deveria estar, por solidariedade racial e por coerência na luta de classes!** Agora pergunto: o que é que a Esquerda pode fazer com cantadores como esse e com Cangaceiros aliados aos poderosos, Quaderna?(Destaques nossos)²¹⁹

A resposta para esta questão colocada por Clemente é que, antes de parecer um alinhamento à classe dominante, o folheto parece mais uma vingança simbólica à toda ordem de humilhação que o homem do povo é submetido pelo poder econômico. Mesmo que o autor do folheto dê razão ao fazendeiro, a vingança imaginária está consumada. No romance de Suassuna a resposta só será dada no emblemático Folheto LXXIX – O emissário do cordão encarnado, como ressentimento entre as classes com a vida incerta, correrias e perseguições:

Sabe que esse é o preço que terá de pagar para poder possuir mulheres com as quais, antes, não poderia nem sonhar, as filhas de gente poderosa, lindas e orgulhosas, que passeavam os olhos por ele sem aos menos o avistarem, como se ele não existisse, e que agora o vêem, com espanto, terror e perturbação, vestido com sua armadura de couro e com as insígnias de prata de sua realeza, aparecendo diante delas não mais como um ser ignorado e desprezado, mas como o temeroso Senhor de sua honra e seu destino, o Emissário de uma vida cruel, selvagem, errante e guerreira, fascinadora e terrificante²²⁰.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 215-216.

²²⁰ *Ibidem*, p.526.

A acusação de Clemente já foi vivida por Suassuna em debate com um grupo de intelectuais de esquerda no Recife. Para eles, sua literatura pregava o conformismo²²¹ por ter os cantadores populares, no repertório reis, princesas, e toda representação alegórica do sistema medieval, queriam provar que o escritor russo Dostoievski, por quem o autor tem admiração, era obscurantista e reacionário, assim como ele.

Suassuna apresenta sua defesa da cultura popular argumentando que sua produção constitui-se em uma poética libertária ao reinventar o mundo, processo tão legítimo quanto o realismo encontrado na literatura de Dostoievski. Mas a diferença em nossa visão encontra-se especificamente pela maneira que estas formas foram produzidas, cada uma simboliza uma forma especial de produção textual, uma pertence arcaicamente ao povo, outra pertence à cultura burguesa já dominante e a última forma sob o socialismo, antecipa o próximo modo de produção de textual:

Sustentava, como sustento, primeiro que é exatamente a liberdade poética de reinventar e recriar o mundo que faz o encanto e a força dos folhetos nordestinos, tão realistas por outro lado. Quanto a Dostoievski, eu mostrava como o romance é uma herança típica da cultura burguesa e como, apesar disso, na obra de Dostoievski (ou na de Gógol e de Tolstoi) pulsa o sangue do grande Povo russo, de um modo que os falsos romances populares e operários dirigidos e fracassados do realismo socialistas em vão tentaram alcançar.²²²

O importante é percebermos que o conceito de arte defendido já não é imitação da realidade, mas recriação, reinvenção do mundo, tão importante quanto as

²²¹ “No Recife, certa vez, alguns jovens escreveram uma série de artigos destinados por um lado, a acusar os Cantadores e poetas populares nordestinos por não serem suficientemente progressistas, por povoarem seus folhetos de Reis, de Princesas filhas de fazendeiros, Condes, barões e Cavaleiros; e por outro lado, a provar que Dostoievski era obscurantista e reacionário. A escolha era feita a dedo, para me fazer raiva, porque eles tinham conhecimento do meu entusiasmo pelo Romanceiro popular nordestino como pela obra de Dostoievski.” Ariano Suassuna em A arte popular no Brasil. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 Jul. 1995. Caderno C. p.10.

²²² SUASSUNA, Ariano. A arte popular no Brasil. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 Jul. 1995. Caderno C. p.10.

referências relativas ao desenvolvimento da vida social, política e intelectual, que, segundo Marx, é condicionando pelo modo de produção.

A realidade mágica, fantástica e realista da Literatura de Cordel pertence a um mundo que a civilização técnica não conseguiu desencantar de todos os seus mistérios. A relação entre cultura e civilização denuncia o estágio social da comunidade, em particular o caso do nordeste brasileiro²²³ como um espaço que convive com variados modos de produção que acabam por influenciar a reprodução da vida material, política e intelectual e, como reflexo, determinam a forma da produção artística. Estas formas arcaicas sobrevivem nos mais diferentes processos de criação cultural, mas não devem ser mera reprodução da realidade, mas recriação, reinvenção abstrata da realidade, como ilustra os produtores de cultura popular, os poetas e seus códigos narrativos que lhe dão identidade conceitual:

Existe o Poeta de loas²²⁴ e folhetos, e existe o cantador de repente. Existe o Poeta de estro, cavalgação e reinação, que é capaz de escrever os romances de amor e putaria²²⁵. Existe o Poeta de sangue, que escreve romances cangaceiros e cavalarianos.²²⁶ Existe o Poeta de ciência, que escreve os romances de exemplo²²⁷. Existe o Poeta de pacto e de estrada, que escreve romances de esperteza e quengadas²²⁸. Existe o Poeta de memória, que escreve os romances jornaleiros e passadistas e finalmente, existe o Poeta de planeta, que escreve os romances de visagens²²⁹, profecias e assombrações.²³⁰

²²³“Uma coisa é o tempo sociológico, outra coisa é tempo real, o tempo do calendário. Aqui no Brasil estamos vivendo, de acordo com o calendário, o fim do século XX. Mas se vocês pegarem a estrada pavimentada daqui pra Taperoá, no meio da estrada vocês ainda estão no século XX, por causa do pavimento. Mas se pararem o carro, furarem o pneu, e entrarem 40 ou 50 metros, vão encontrar o século XVIII ou XVII. O camponês brasileiro está vivendo como no século XVIII.” SUASSUNA, Ariano. *Aula magna*. Editora da UFPB: João Pessoa, 1994. p.38. A realidade das relações sociais na produção do século XVIII, como o trabalho escravo, ainda sobrevive na realidade brasileira do século XXI, mantido pelos fazendeiros desonestos que conservam este resquício de modo de produção antigo, politicamente legal até o Segundo Império dos Bragança no Brasil. Realidade que não está restrita ao Brasil, mas presente em várias regiões do mundo.

²²⁴ Vide *A pedra do reino* à página 362.

²²⁵ Vide *A pedra do reino* à página 56, o *Romance da filha do Imperador do Brasil*. E ainda às páginas 68-71.

²²⁶ Vide *A pedra do reino* a página 59 com o romance a História de Carlos Magno e os doze pares de França.

²²⁷ Vide *A pedra do reino* à página 63.

²²⁸ Vide *A pedra do reino* à página 72 com a história de João Malasarte.

²²⁹ Vide *A pedra do reino* às páginas 158-159.

²³⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1976.p.183-184.

Todos esses gêneros do romanceiro popular nordestino compõem o conteúdo da obra de Suassuna, *A pedra do reino*, que, didaticamente, coloca e decifra a historicidade dos gêneros explicitando, para uso do leitor através do (meta)comentário, que uma forma popular pode ser reescrita em forma erudita em sua evolução:

o **romance** já foi “uma forma de Poesia sem canto”. Depois, passou a designar as “narrativas em Prosa”. Mais tarde, ainda, os **romances** “aparecem sob forma de sátiras, de alegorias, de fabulários que se acompanhavam de cantos joviais e obscenos”. Modernamente, diz ela é “importante o romance inspirado pelos novos métodos de instrução criminal, o enredo para a pista do assassinato “se faz sempre pelo grande Decifrador” e a história termina sempre com “a Virtude recompensada e o Crime punido”.²³¹ (Destaques do autor)

A operação de historicizar o romance como forma teria a função ideológica de encobrir o alinhamento do romance com a causa perrepista. Contudo, por uma imposição da própria obra que toma os gêneros como necessidade do próprio conteúdo na *écriture* dos acontecimentos de 30, em todas as possibilidades que o gênero romance historicamente oferece:

– com a história da morte do meu Padrinho, eu poderei fazer um “romance de instrução criminal” pra homem nenhum botar defeito! A história tem todas as qualidades. Primeiro, é terrivelmente cruel. Ora, O Doutor Amorim diz que “a Tragédia e a Epopéia podem tirar seus heróis do seio dos grandes criminosos para, ao lado das suas atrocidades, fazer brilhar comoventes virtudes”.²³²

A relação entre os gêneros eruditos e populares correspondem à correlação de classe, enquanto a tragédia e epopéia servem ao padrinho-João Dantas, os gêneros da cultura popular servem à interpretação dos movimentos políticos do povo, como função de fixar o espaço e as imagens que reforçam a memória de sua descendência:

na pedra do reino, a parte das degolações e da batalha era um romance cangaceiro e cavalariano. Mas a primeira, começo de tudo, fora uma “quengada” de meu tio-avô, o primeiro Rei, João Antonio,

²³¹ *Ibidem*, p.181.

²³² *Ibidem*, p.181.

que armara um laço tão genial quanto os de João Malasarte, tendo como material, somente duas pedrinha um folheto com a profecia sobre El-Rei Dom Sebastião, e erguendo, sobre alicerces tão pobres, todas aquelas grandezas e monarquias.²³³

Prosseguindo com os gêneros, o narrador relaciona o passado histórico à história mais recente e relaciona-os com os acontecimentos d'A *pedra do reino*, relatados pela forma da cultura oficial de Antonio Áttico de Souza, a experiência social de Canudos, por Euclides da Cunha, incorporando-os à sua própria genealogia:

descobri que todos os Reis cujas vidas são narradas na História da Civilização tinham historiadores que escreviam sobre as vidas deles, umas espécies de Epopéias chamadas “Crônicas” e onde vinha a relação de tudo quanto era crime e safadeza que eles tinham praticado. Foi assim que fiquei de novo orgulhosíssimo, vendo que os Reis sertanejos, antepassados meus e de Sinésio, tinham tido Cronistas nas pessoas de seis geniais escritores brasileiros - Varnhagen, Pereira da Costa, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Antônio Áttico de Souza Leite, Euclides da Cunha e o Comendador Francisco Benício das Chagas!²³⁴

O mesmo procedimento se constata na história da civilização ou nas tragédias e dramas históricos de William Shakespeare.

E como o romance de Suassuna está sempre se refazendo e o debate acerca dos gêneros no romance *A pedra do reino* vai se construindo como objeto da narrativa romanesca, é através dos debates interpretativos entre seus preceptores que outros romances vão sendo trazidos à obra de Suassuna, constituindo a fortuna histórico-crítica do romance. O primeiro desse preceptores é Clemente Hará de Ravasco Anvérsio, negro, filósofo, bacharel em direito, historiador e comunista, de esquerda, que indica a Quaderna a leitura do romance *Os Cangaceiros* (1914) de Carlos Dias Fernandes:

²³³ *Ibidem*, p.75.

²³⁴ *Ibidem*, p. 376.

onde se traçam análises sociológicas magistrais sobre o fenômeno social do Cangaço, visto ali, como “injustiça do capital”. É toda uma humanidade sertaneja que desfila por ali: poderosos, humilhados, grandes, pequenos fazendeiros, Vaqueiros, soldados de polícia, Cangaceiros, almocreve...²³⁵

Ele é logo interrompido pelo segundo preceptor, Samuel Wandernes, branco, bacharel em direito, pesquisador heráldico e integralista, de direita, reverso na concepção ideológica, na visão e concepção de mundo de Clemente, que indica outra romance do mesmo autor, porém é logo rechaçado:

– Se os Cangaceiros é literatura de beira-de-estrada, A Renegada é literatura de alcova e safadeza da Zona da Mata, Samuel! Em A Renegada, a única coisa que me interessa é que se mostra, ali, o homossexualismo e certas formas de amor pervertido entre Emília Campos e seu marido, o velho e impotente Desembargador Palma! Isso me interessa por dois motivos. Primeiro, mostra as chagas causadas pelo ócio dos ricos e pelo mofo das alcovas burguesas! Depois porque os desviados sexuais são no fundo, revoltados contra a sociedade! (...) É verdade que um tanto inconseqüente, como também é inconseqüente a revolta do Cangaceiro! Mas, de qualquer maneira, tanto o Cangaceiro como o homossexual são, no fundo, dois agentes da Revolução!²³⁶

As referências à bestialidade, satiríase, frigidez, homossexualidade masculina, lesbianismo e incesto, na obra de Suassuana, colocam-na como precursora na representação da moderna psicopatologia no romance, a exemplo das interpretações de alcovas nos romances de Alencar, *Lucíola*, onde personagens possuía dupla personalidade, “a de anjo casto e a jumenta no cio”²³⁷, e *O Sertanejo*, com o amor indefinido de Arnaldo Louredo por Dona Flor. Além das próprias personagens de *A pedra do reino*.

O sátiro Quaderna, que teve sua iniciação sexual com as cabras da Tia, não poderia deixar passar em branco esta oportunidade de galhofa:

²³⁵ *Ibidem*, p.148.

²³⁶ *Ibidem*, p. 149.

²³⁷ *Ibidem*, p.412.

– Tá, Clemente, com essa eu não contava! – disse eu, espantado – Nunca pensei que dar o rabo fosse uma forma de guerrilha! Mas se você fosse fazer um romance, era assim que faria? Era seguindo Os Cangaceiros, de Carlos Dias Fernandes, e mostrando a revolta desses guerrilheiros, juntamente com uma porção de homossexuais revoltados no fundo?²³⁸

A pergunta de Quaderna esconde um segredo, ele deseja descobrir como os dois outros membros da Academia de Letras dos Emparedados do Sertão da Paraíba pretendem fazer a obra para conseguir o título de gênio da raça brasileira que todos eles escondem como desejo. O primeiro a exemplificar como seria esta obra é Clemente em contestação à idéia de Samuel de que a obra que iria revelar o gênio brasileiro deveria ter como conteúdo a conquista do Brasil pelos ibéricos e o progresso da cultura mediterrânea e a fé católica. A mesma que Clemente denuncia como decadente, de promover a propriedade privada e de pregar a superioridade da raça branca européia. Este romance, na concepção de Clemente, caso este “gênero frívolo” lhe interessasse, seria:

um romance social e filosófico-revolucionário, centralizando a ação em torno daquele que, para mim, foi o grande herói do Brasil, Zumbi, O Rei Negro da Republica Popular dos Palmares! O estabelecimento dessa República na pedregosa “Serra da Barriga” e seu assédio pelos Brancos, é um feito tão importante quanto “A Retida dos dez mil” ou como a “Guerra de Tróia”! Aliás, foi assim que o episódio ficou conhecido na História do Brasil, como a “A Tróia Negra dos Palmares”²³⁹

Sob o título *A Trágica desventura do Rei Zumbi dos Palmares*, o romance ²⁴⁰ é narrado, empolgando Quaderna de tal maneira que ele faz um romance versado e rimado. Samuel, que se mantém em acirrada concorrência com Clemente, anuncia sua idéia sobre o romance que escreveria, uma:

epopéia da conquista do Brasil, com os heróicos fidalgos brasileiros a perseguirem o sonho do El-Dourado místico! É como uma heróica

²³⁸ *Ibidem*, p.149.

²³⁹ *Ibidem*, p.150.

²⁴⁰ Vide Folheto XXXII, do romance *A pedra do reino*, página 151.

novela de cavalaria, em que a Cavaleiro do Brasil, buscasse nesta Nova-Tule da nossa Pátria, o Santo Cálice da Esmeralda, a Esfera Armilar de Ouro, o Santo Graal da nossa Raça! ²⁴¹

A discussão sobre gênero permeia todo o romance d'*A pedra do reino* na perspectiva narrativa de feitura do próprio romance, falando para o leitor de que “havia dois tipos de romance: o “versado e o rimado” ou em poesia: o “desversado e desrimado” ou em prosa”.²⁴² Para mais adiante conciliar o popular e o erudito, unindo em um só romance as duas formas apresentadas:

É por isso que eu não me abalara, ainda há pouco, quando os dois discutiam se a “Obra da Raça” deveria ser **em prosa ou em verso**: o romance conciliava tudo! Para tornar a coisa ainda mais segura, resolvi estremear, na minha narrativa em prosa, versos meus e de poetas brasileiros consagrados: assim, além de condensar, no meu livro, toda a Literatura brasileira, faria meu Castelo sertanejo a **única obra ao mesmo tempo em prosa e em verso**, uma obra completa modelar e de primeira classe![...] mas agora era a palavra autorizada de Carlos Dias Fernandes que garantia ser o romance a verdadeira Epopéia atual!(Destaques nossos)²⁴³

Esta relação se mantém com a elucidação do “*centro de enigma e sangue*” do enigmático assassinato de Dom Sebastião Garcia-Barreto, degolado em circunstância misteriosa, foco narrativo de Quaderna. E como sempre vale a pena lembrar, o assassinado aí referido, como já sabemos, trata-se de João Duarte Dantas, o magnicida. É através deste episódio que o romance será construído:

Depois, meu Padrinho foi degolado dentro dum quarto sem Janelas, cuja porta ele mesmo trancara por dentro. Assim, a morte dele tem todas as características do “grande Crime indecifrável” que a genial Albertina Bertha considera indispensável aos grandes “romances de instrução criminal.” ²⁴⁴

²⁴¹ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1976.p.163-164.

²⁴² *Ibidem*, p.56.

²⁴³ *Ibidem*, p.147.

²⁴⁴ *Ibidem*, p.181.

A proposição do conteúdo narrativo de Quaderna sofre contestações preconceituosas de classe tanto do representante da esquerda quanto do representante da direita integralista:

– Uma Epopéia! Era o que faltava! – zombou Samuel. – Vá ver que Quaderna anda pelos cantos é conspirando, para fazer uma! Sobre o quê, meu Deus? Será sobre essas bárbaras lutas sertanejas que andou metido? Não se meta nisso não, Quaderna! Não existe coisa de gosto pior do que aquelas estiradas homéricas, cheias de heróis cabeludos e cabreiros fedorentos, trocando golpes em cima de golpes, montados em cavalos empastados de suor e poeira, a ponto de a gente sentir, na leitura, a catiga insuportável de tudo!²⁴⁵

As personagens da epopéia de Quaderna reúnem os destroços da realidade feia do mundo, e da injustiça social que resultou nessa “turba de gentilha mameluca, faminta, rebelada, cruel, áspera e ensangüentada, impura mas não sem grandeza, que é o meu Povo de vaqueiros, Cantadores, beatos e Cangaceiros²⁴⁶.” São os heróis empoeirados das estradas sertanejas que chegam à mais alta literatura. A concepção de romance por Samuel realça aquela irônica situação do único gênero que ao ser narrado denuncia como está sendo feito, liberando intencionalmente o processo narrativo como tema de seu conteúdo. Realidade que pode ser observada pelo sarcástico comentário de Clemente, representante da esquerda, em profundo tom realista: “– E como charadista Quaderna nunca perdeu a esperança de ver o Sertão novamente posto em guerra por sua família, será essa “guerra” que trará “a obra” entre seus destroços!

„²⁴⁷

A guerra sertaneja a que se refere Clemente, e que trará a obra genial quadernesca, é composta pela variação histórica da Serra do Rodeador, em Pernambuco

²⁴⁵ *Ibidem*, p.146.

²⁴⁶ SUASSUNA, Ariano. *História d’o rei degolado nas caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 67.

²⁴⁷ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1976. p. 181.

(1819), e outros três episódios históricos acontecidos na Paraíba nos anos de 1912, 1926 e 1930. O primeiro episódio é a guerra de 1912, no período da chamada política de salvação do norte contra as oligarquias, “quando os Garcia-Barretos e outros chefes sertanejos importantes do antigo do tempo do Império, organizaram uma tropa de 1.200 homens armados e tomaram seis cidades, aqui no Sertão da Paraíba.”²⁴⁸ Episódio semelhante às incursões bárbaras com arruaceiros tomando as cidades e pondo as autoridades em fuga:

Está ainda em nossa memória a lembrança das cenas de saque, de sangue, de violência contra a vida e a propriedade, de assalto à honra e ao pudor, cenas levadas a cabo aqui, em nossa Vila, pela Coluna dos revoltosos daquele ano, [...]assaltando e tomando Monteiro, São Tomé, Taperoá, Patos, Soledade e Santa Luzia do Sabugi. Assaltaram, ainda, a sétima, a Vila Real de São João do Cariri, preparando, assim, a tomada de Campina Grande, quando o Exército interveio e os revolucionários de 1912 foram desbaratados. Lembrem-se de que essas coisas não são episódios isolados, pois, na “Guerra de Doze”, fazia sua estréia nas lutas e insurreições sertanejas, o filho de um dos Chefes, João Duarte Dantas, aquele mesmo que depois, em 1930, mataria o Presidente João Pessoa, cometendo o magnicídio que deflagrou a Revolução de 1930!²⁴⁹

A família Dantas, uma das famílias épicas que conquistaram o sertão paraibano, conforme *Crônica dos Garcia-Barretos*, e ainda metida em combates guerreiros. O segundo episódio trata do confronto da Coluna Prestes na cidade de Piancó, sertão da Paraíba, e a morte do organizador da resistência, Padre Aristides, em 1926. Sendo o sujeito que dá nome à Coluna o herói saído do povo:

em 1926, passou pelo Sertão da nossa pequenina e gloriosa Paraíba, ensangüentando o solo sagrado da nossa terra com o sangue dos mártires, dos Sacerdotes, das pessoas ordeiras e pacatas. Que o diga o sangue do Padre Aristides Ferreira Leite, degolado em Piancó pela “Coluna Prestes”, juntamente com outros heróicos defensores da honra sertaneja. Mas, naquele ano de 1926, o nefando Luís Carlos Prestes agitava o Brasil não ainda em nome do Comunismo, mas sim movido por um ideal de certa forma elogiável, aquele mesmo ideal que veio se corporificar e legitimar, depois, na gloriosa e vitoriosa Revolução de 1930²⁵⁰.

²⁴⁸*Ibidem*, p. 271.

²⁴⁹*Ibidem*, p.433.

²⁵⁰*Ibidem*, p.429.

E por último, 1930 com a Guerra de Princesa e a Revolução de 30. As observações de Samuel e Clemente tornam-se realidade na manifestação do desejo de Quaderna ao confessar que ele busca unir os movimentos da pedra do reino à guerra civil paraibana:

–Ah, quer dizer que o senhor reconhece, formalmente, que a insurreição de Princesa seria, para o senhor, um novo episódio da pedra do reino! E provavelmente, quando Sinésio apareceu por aqui, montado em seu cavalo branco, era tudo isso o que o senhor tinha em mente, procurando unir os Sertanejos para nova sedição contra as autoridades...

– Sr. Corregedor, o que eu queria mesmo, confesso, era ser Imperador do Sertão e do Brasil, para me tornar Gênio da Raça Brasileira. Agora, que para isso eu queria unir o movimento da pedra do reino com a Revolução de Princesa e a Demanda Novelosa que empreendemos com Sinésio, isso eu queria!²⁵¹

Esta escolha tem uma razão, o autor quer documentar os acontecimentos que ficaram à margem da história com seus heróis populares tratados como bandidos, como Zumbi, Antonio Conselheiro, Luis Carlos Prestes, todos perseguidos pelo poder estabelecido, incluindo nesta situação o coronel José Pereira, o rei guerrilheiro. Isso por terem partido em defesa dos interesses do povo, na visão do narrador, como a Coluna Prestes, a Aliança Nacional Libertadora. Ao tratar de sua epopéia e suas personagens Ariano Suassuna esclarece:

Essa Obra é fundamentalmente e antes de tudo uma epopéia [...] Uma epopéia que não se limitasse a examinar somente os Heróis saídos das famílias poderosas mas que estendesse o conceito de Herói e das famílias trágicas e épicas às famílias ilustres pertencentes à aristocracia do povo; e também uma Epopéia e Novela de Cavalaria que, examinando a sociedade a todos os níveis, partisse das casas-fortes da “Aristocracia do couro”, do sertão, para chegar até as mulheres, os almocreves e os tangerinos de gado das empoeiradas estradas sertanejas, isto é, que unisse aos outros, já referidos, o espírito realista, crítico e satírico das novelas picarescas²⁵².

²⁵¹ *Ibidem*, p.378.

²⁵² SUASSUNA, Ariano. Nota ao leitor. In: *História d'o rei degolado nas caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.129.

É por possuir o espírito realista que Suassuna põe os conflitos sociais em combates épicos, a exemplo da Guerra de Princesa, foco principal de sua narrativa, que desce aos detalhes em seus desdobramentos políticos, insinuando que a morte do padrinho e o desaparecimento do filho dele estão atrelados à perseguição política:

Dom Pedro Sebastião, aliado aos Dantas, da Serra do Teixeira, e ao Coronel José Pereira, Senhor da Vila da Princesa Isabel – centro principal da “Guerra de Princesa” – era uma das principais **colunas** sertanejas da rebelião contra o presidente João Pessoa! Começaram, então imediatamente, a correr boatos que atribuíam a morte do velho Rei e a desaparecimento de seu filho, Dom Sinésio, o Alumioso, a motivos políticos.²⁵³

O desaparecimento de Sinésio, o Alumioso, pode ser uma referência ao messianismo sebastianista, assim como ao exílio do Coronel José Pereira Lima pelo sertão nordestino, escondendo-se em cavernas e grutas da região, disfarçado de vendedor de redes para não chamar muito a atenção das polícias, mas sempre levantando suspeitas; dizia-se a seu respeito que se ele não fosse José Pereira era com certeza a alma dele. José Pereira ora aparecia instruindo os sertanejos baianos sobre como emboscar Lampião, caso este fosse atacar a cidade na qual eventualmente estava de passagem, ora, confundido com Luis Carlos Prestes, ora tido como preso. Depois dado como morto. E finalmente, em 1936, voltou a Princesa, anistiado.

José Pereira, na opinião de Dorgival Terceiro Neto, foi “capaz de tudo por sua terra e seu povo, com imenso sacrifício de seus haveres, perdendo quase tudo para não permitir que seu torrão natal não fosse violado.”²⁵⁴ Bem parecido com a personagem Sinésio, o Alumioso, sujeito da utopia e da justiça que irá “fazer a desgraça dos ricos e a felicidade dos pobres aqui do Sertão!”²⁵⁵ Como se transformasse o Sertão,

²⁵³ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976. p.295/6

²⁵⁴ TERCEIRO NETO, Dorgival. *Gente de ontem histórias de sempre*. João Pessoa: Itacoatiara, 1991. p.104. Também publicado pelo jornal *O Norte* em 08 de agosto de 1990.

²⁵⁵ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 487.

terra de escassez, em abundância, numa terra maravilhosa, à imagem de um certo país chamado São Saruê, mostra-nos uma das faces do sertão, o Paraíso. Desta maneira, a prisão de José Pereira representava mais que um prêmio para os revolucionários já instalados no poder, mas que não conseguiram derrotá-lo quando ele estava entronado no reino de Princesa:

o Presidente João Pessoa, primeiro, e depois de seu assassinato, os seus seguidores mais fanáticos - como o Interventor Antenor Navarro, por exemplo – sabiam que o Príncipe Aluminoso era uma vítima e refém precioso perante os Sertanejos rebelados da gloriosa “Guerra de Princesa”. Por isso, queriam conservá-lo prisioneiro, como elemento de intimidação e triunfo para a derrota dos partidários dele!²⁵⁶

O registro da história do Brasil pelos romances de Clemente e Samuel é a visão do Brasil real e do Brasil oficial, respectivamente, que se prolonga por todo o romance *A pedra do reino*, que na perspectiva de Suassuna representa a visão de mundo que a esquerda e a direita têm do Brasil datado no ano de 1938, tempo²⁵⁷ indicado no romance. No plano da obra, Quaderna identifica essa postura como um princípio. Clemente sendo de esquerda, sua obra só teria citações da esquerda. Samuel, sendo de direita, só traria também citações da direita, seriam ambas obras incompletas, pois estaria faltando o conflito das visões de mundo da esquerda e da direita. A obra de Quaderna seria completa, porque teria textos tanto da esquerda quanto da direita brasileiras.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 297.

²⁵⁷ O tempo é uma mera formalidade humana, “A Pedra saiu em 1971 e a ação se passa em 1938; pois bem: a certa altura no livro, um jovem padre, ligado ao arcebispo, é assassinado. Este era um drama vivido pelos jovens padres ligados a Dom Hélder Câmara, não tinha nada a ver com a década de 30. Então, aquilo não é um romance rural, a Taperoá que aparece ali não é só Taperoá, é Recife, qualquer cidade do mundo” Ariano Suassuna em entrevista aos Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Sales. Número 10, novembro de 2000.p.35. O episódio referido por Suassuna pode ser conferido n’*A pedra do reino*, página 259.

Por isso, como sua visão de mundo não é caolha, isto é, possuindo a visão das classes em conflito, a narrativa quadernesca é o “único gênero que permitia unir, num livro só, um enredo, ou urdidura fantástica do espírito”, uma “narração baseada no aventuroso e no quimérico” e um poema em verso, de assunto heróico.²⁵⁸ Sendo um gênero único, logo um gênero novo, transcende todos os outros, na opinião de Rachel de Queiroz, que, em prefácio d'*A pedra do reino*, disse que só a força do hábito em rotular “faz a gente insistir na tentativa de situar o livro dentro de um gênero – pois que então fique como romance.”²⁵⁹ E, por força da rotulagem, essa necessidade de conceituar as coisas, o tal gênero novo é um “Romance heróico-brasileiro, ibero-aventuresco, criminológico-dialético e tapuio-enigmático de galhofa e safadeza, de amor legendário e de cavalaria épico-sertaneja.”²⁶⁰ Um romance popular-erudito, satírico, cavalariano e picaresco. Mas para produzir este romance como um gênero novo, Quaderna busca na esfera intelectual a técnica já tentada por Paulo Honório²⁶¹, a divisão do trabalho, e, assim, resolver seus problemas relativos ao processo da escrita:

Mas por que o senhor diz que escreverá essa obra graças a mim?

[...]

– Assim que recebi a intimação de Vossa Excelência e soube que Margarida ia servir de secretária aqui, vi que minha grande oportunidade era essa! Como o inquérito é sobre a história de Dom Pedro Sebastião, o nosso Rei degolado do Cariri, eu darei meu depoimento em pé, andando pra lá pra cá na sala como estou fazendo agora sem incomodar o cotoco. Tirando, depois, certidão por certidão de cada depoimento, obterei, escrito, por Margarida, no fim, o material bruto da Epopéia. Daí em diante, o resto é fácil, e eu passarei a perna nos meus dois mestres e rivais, escrevendo a obra de gênio, decisiva para o Brasil, que eles não puderam nem poderão fazer.²⁶²

²⁵⁸ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 147.

²⁵⁹ QUEIROZ, Rachel de. Um romance picaresco? In: SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p.XI.

²⁶⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 342.

²⁶¹ Paulo Honório, narrador do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

²⁶² SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976, p. 277.

Um pergunta, outro responde e Margarida escreve as falas; o diálogo. E mais uma vez temos a oralidade como fonte tradicional do romance e esta se tornou uma forma de expressar sua visão de mundo, como se buscasse nesta forma uma oposição à cultura oficial. Ao ser decodificada para a escrita, a oralidade do romancista popular é assimilada pela cultura erudita, contudo a tradição oral sobrevive na tradição escrita e se abre em múltiplas possibilidades de intertextualidades. Relações que se entrecruzam na repetição da cultura popular, cultura erudita; cultura oficial, cujo resultado é um gênero novo que renasce do arcaico ao rememorar o passado político cultural. A origem é renovada e objetivamente transformada no romancista popular-erudito d' *A pedra do reino*, que deu como "resultado "romances" interessantes, com heroísmos, safadezas, batalhas, castelos amorosos e perigosos, amores legendários, gargalhadas, putarias e outras coisas divertidas e boas de ler. " ²⁶³ Mas toda essa diversidade esconde objetivos políticos. Um deles é o cumprimento da promessa do narrador em não morrer degolado como o bisavô e o padrinho, permanecendo vivo para contar sua história e a do rapaz do cavalo branco. Outro é a função de juiz que o narrador pede aos leitores que exerçam, mas somente aqueles:

que não tomaram diretamente parte na Tragédia-epopéica de 1930 – como Margarida, o senhor e os nobres Senhores e belas Damas, que, um dia, lerem minha Epopéia – estes sim, terão autoridade e força moral para serem os nossos Juizes. ²⁶⁴

O Suassuna biográfico tenta envolver o leitor. É a presença do autor implícito que, particularmente, pede algo estranho ao leitor, o julgamento do processo histórico. Isto serve para demarcar o processo ideológico que o romance *Quaderna, o decifrador* é portador: a Paraíba de 1930 e seu contexto político, a eleição presidencial

²⁶³ *Ibidem*, p.137.

²⁶⁴ SUASSUNA, Ariano. *História d'o rei degolado nas caatingas do Sertão: ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 84.

com João Pessoa candidato a vice-presidente, a dissidência político-sertaneja, a guerra de Princesa e assassinatos políticos. Tudo isso é característica de uma cultura particular de difícil esquecimento, como observou o jornalista João Lelis ao tentar justificar a cultura de ressentimento como subproduto de que este processo político é fiador:

Os lutadores, no sul, passada a refrega, passa o amúo, o ódio, a inimizade. Aqui no norte, não. A cousa fica remoendo, até que lá um dia por um pretexto de somenos, uma palavra até, a cousa estoura, de parte a parte, muitas vezes sob outros aspectos, mas sempre por causa das mesmas origens.²⁶⁵

E tudo volta a se repetir, a discussão sobre o nome da cidade, a bandeira, os erros históricos na interpretação inconveniente que põe sob suspeita a verdade dos homens, como se eles se envergonhassem das atitudes humanas na luta pelo poder político. E tudo se repete seguindo o roteiro do inconsciente político que une os acontecimentos históricos paraibanos à história brasileira, às narrativas ficcionais que assumem o desejo de verdade, contradição que se prolonga nesta história.

3.2 – A tematização do bem e do mal

A exploração da temática do *ideologema* do *bem* e do *mal*, caracterizado pela simbolização do conflito entre o campo e a cidade, demarca a consolidação do modo de produção capitalista e suas relações sociais. A Revolução de 1930 como mensagem sócio-simbólica que caracteriza a passagem da sociedade brasileira agrária para urbano industrial. Realidade que está sedimentada no pensamento de Suassuna:

Anos depois, eu pegava os jornais e lia que a Revolução de 30 tinha sido uma luta do Brasil arcaico, rural, representado pelo meu pai, contra o Brasil moderno, urbano, representado pelo João Pessoa. Ou Seja: o lado mau, o lado ruim, contra o lado bom – e meu pai, dentro desta idéia, era o mal. Para mim, então a invasão de Princesa pela polícia paraibana se transformou na invasão de Canudos pelos republicanos. Aí pensei: preciso reagir, tomar a posição contrária; o urbano é que é ruim, e não o rural. Eu não tinha visão suficiente para

²⁶⁵ LELIS, João, *A campanha de Princesa*. João Pessoa: A União, 1940. p.6.

notar que havia uma diferença que não permitia comparar a guerra de Princesa com a guerra de Canudos. Em Canudos, o Brasil urbano e privilegiado se lançou contra o arraial popular; no caso de Princesa, eram privilegiados da cidade contra privilegiados do campo. Quando percebi isso, entrei em crise.²⁶⁶

A organização do conflito rural-urbano no sistema literário de Suassuna apreende os grupos conflitantes, simbolizados pelo confronto entre as classes, representados por dois partidos: o “Partido fidalgo-popular, sertanejo e verde-azul dos Dantas de um lado, e o Partido negro-vermelho, republicano, positivista e burguês dos Pessoa do outro.”²⁶⁷

As cores dos partidos remetem ao processo histórico. As cores negro-vermelha dos Pessoa relacionam-se diretamente ao movimento da Aliança Liberal, registradas na bandeira do Estado da Paraíba, já as cores verde-azul dos Dantas registram o verde da bandeira anterior e o azul da cavalhada, do cordão cristão em luta contra o vermelho dos mouros. Quanto aos filiados aos partidos, percebe-se a oposição das classes. Pelo lado dos Pessoa, os comerciantes burgueses e as classes médias formadas por funcionários públicos; o partido dos Dantas, “verde-azul, é formado pelos Senhores - de- terra, unidos ao Povo que trabalha no campo.”²⁶⁸

Como gênero mágico, a tematização critica o estilo de vida burguesa em suas maldades em explorar e maltratar o povo, o que é maléfico, sobrenatural e satânico, transformando-se em conflito plurissecular entre Deus e o Diabo:

O fato é que Deus e o Demônio estão em toda parte – mas assumem faces diferentes de acordo com os lugares em que são invocados. Na cidade, exceto entre os pobres, Deus é um sopro tênue, abstrato e sentimental, que não convence mais ninguém, no qual ninguém mais acredita; e o Diabo é apenas um burguês gordo, corrompido e

²⁶⁶ Ariano Suassuna em entrevista aos Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Sales. Número 10, novembro de 2000.p.40.

²⁶⁷ SUASSUNA, Ariano. *História d’o rei degolado nas Caatingas do Sertão: romance armorial e novela romanesca brasileira* – Ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.15.

²⁶⁸ *Ibidem*, p.16.

corruptor, que bebe nos fins de semana para esquecer as maldades que cometeu nos outros dias.²⁶⁹

O sistema de injustiças sociais é aperfeiçoado cotidianamente pela burguesia corrupta que habita as cidades como demônios em manifestação de sua consciência que as transforma em inferno. O princípio da cidade é ser mau:

Já o demônio das cidades é o pai dos burgueses ricos e dos funcionários públicos de caráter mesquinho, vendidos, subornados e corrompidos, de má-consciência, degradado no mofo das repartições, no inferno promíscuo e equívoco, na vida noturna e dissipada dos salões e das ruas.²⁷⁰

Reverter a condição desfavorável de exploração e dominação requer práticas astuciosas do povo, como, por exemplo, as trapagens e espertezas de Pedro Malasarte, João Grilo e outros tipos populares. Exemplos que a cultura popular registra como resistência à produção e reprodução da vida social. O exemplo de uma experiência concreta, na apropriação do dinheiro excedente do burguês, é justificado por Quaderna, nos seguintes termos:

Dom Antonio Moraes era do lado do Diabo! Apesar disso, tranqüilizei Teodoro. Disse que ele podia, sem remorso, aceitar a encomenda de Gustavo Moraes, pois era até bom, para nós que algum dinheiro pertencente ao lado do Mal e do Diabo, passasse para uma pessoa que, como ele estava do lado do Bem e de Deus.²⁷¹

Teodoro está do lado do *bem* e de Deus por defender o lado de Quaderna e Sinésio contra o lado do *mal*, o lado de Arésio e do próprio Antonio Moraes, na disputa pelo espólio do velho rei, Dom Pedro Sebastião, que é objeto de desejo de quase todos os envolvidos, além da tentativa de descobrir o suposto tesouro enterrado, que compõe parte da herança deixada pelo pai de Sinésio e Arésio, Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto.

²⁶⁹ *Ibidem*, p.66.

²⁷⁰ *Ibidem*, p.67.

²⁷¹ *Ibidem*, p.383.

Se existe o Diabo da cidade, existe também o Diabo do Sertão que é a Besta-Fera, o demônio, a Besta Bruzacã, muito parecido com as causas climáticas que acicatham o povo sertanejo. Mas o Diabo do sertão, diferente dos Diabos das cidades, pertence a Deus, mesmo que a aparência espacial desse sertão não corresponda à imagem idealizada do Paraíso. Só as subjetividades do criador e da criatura justificam, como uma variação do antagonismo social que determina a realidade:

Pois bem: o sertão-desértico é do Deus terrível, as cidades são do Diabo gordo. As pessoas que vendo a nossa terra seca, áspera, pobre e pedregosa, cingida por muralhas brutais de granito, duvidam, por isso, que o sertão seja de Deus, não sabem nada acerca de Deus, que é muito maior e mais estranho do que se pensa. Deus é parecido com o Sertão, e é por isso que a Saga que ele escreveu – uma História dos homens – é tão sangrenta, risadeira, áspera, desumana e desembandeirada.²⁷²

A história que Deus escreveu para a humanidade é uma epopéia com muita ação, guerras, combates épicos, diásporas; retiradas homéricas, roteiro que o homem vem seguindo nos detalhes, aliás, como reconheceu o inquisidor Joaquim Cabeça-de-Porco:

a própria História não passa de uma narrativa sombria, enigmática e sangrenta, para usar as palavras que o senhor usou em relação à morte do velho Rei e a vida de seu sobrinho Sinésio, o rapaz do cavalo branco! Passe uma vista pela História do Brasil: são massacres, infortúnios, incestos, morticínios, guerras, calamidades e desgraças de todo tipo!²⁷³

Criador e criatura desenvolveram semelhante concepção de história, a diferença é que um escreve e o outro é a linha torta desta escrita, como o povo na relação de poder entre os partidos dos senhores-de-terra e da burguesia urbana, a que também pode ser visto pela antinomia esquerda-direita. Mas o “Deus terrível” e sertanejo não acolhe a passividade diante da vida, nem tampouco é indiferente ou

²⁷²*Ibidem*, p.66

²⁷³*Ibidem*, p. 620.

piedoso. O sertanejo, forte como a natureza que o cerca, rebela-se contra a opressão pelo roteiro de Deus e põe-se em revoltas, levantes e guerras:

Epopéia exige ações guerreiras, como, por exemplo, cercos, retiradas épicas e combates sangrentos. Ora, as pessoas da História brasileira e sertaneja que fazem essas coisas, segundo Clemente, **são sempre da Esquerda e do povo! A Direita das cidades, a “Burguesia urbana”** (para usar a expressão do genial Epanimodas Câmara), o que quer é viver tranqüilamente, roubando, na vida pacata e ordeira de quem já está bem instalado e só deseja mesmo é a ordem pra poder furtar mais á vontade²⁷⁴. Já a Esquerda, o povo, principalmente no Sertão, tem sido desordeiro como o Diabo! É verdade que Clemente não aceita essa parte que eu vou dizer agora, mas para mim, como Epopeieta o que mais me entusiasma **é que o Povo sertanejo, em suas desordens, tem se aliado sempre com os fidalgos fazendeiros contra a Burguesia.**²⁷⁵(Destaques nossos)

O confronto ideológico entre o campo e a cidade simboliza o declínio do poderio econômico das oligarquias sertanejas, e como consequência a transferência do poder político para as mãos dos “burgueses capitalistas e republicanos”²⁷⁶, planejadores e organizadores da cidade, “baseada, no progresso, no trabalho e na máquina”²⁷⁷. Mas o Deus-sertanejo não abandonou seu povo, e em seus devaneios visionários, Quaderna vê o Deus vingativo expulsando os capitalistas do sertão:

Cantemos ao Deus de Fogo do Sertão, porque ele manifestou gloriosamente seu poder, precipitando no Mar as máquinas e as empresas, os engenhos infernais dos Estrangeiros e traidores, castigando a força e o opróbrio dos Poderosos que nos oprimiam e

²⁷⁴ Sobre o roubo ordeiro e calvinista dos burgueses, Ariano Suassuna na *Licença ou moralidade da Farsa, em A farsa e a preguiça brasileira*, comenta: “Todos sabem que os brasileiros ingênuos que vão à Suíça, à Inglaterra, à Suécia, à Alemanha ou aos Estados Unidos voltam candidamente convencidos de que aquelas aparências puritanas de lá significam, mesmo honestidade, e não hipocrisia. Não têm olho-de-gavião para enxergar a grande roubalheira organizada, em que, por exemplo, a grande indústria faz, de propósito, peças frágeis que, no interior de fortes máquinas, quebram-se continuamente e continuamente têm que ser substituídas. Os nossos pequenos furtos latinos e mestiços não são nada, comparados com essa vasta ladroagem, que não fomos propriamente nós, Povos morenos do mundo, que planejamos e organizamos. Porque essa, sim, é a grande ladroeira, a que dá, verdadeiramente, lucros fabulosos. Os que a praticam, bem podem se dar ao luxo de, na Suíça, levar à Delegacia da esquina os pacotes que esquecemos, de, nos Estados Unidos, cantar salmos aos domingos, na Igreja, de organizar um Correio perfeito com o inglês etc.” In: SUASSUNA, Ariano. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. xiii. Hoje a burguesia já não quebra somente peças, quebra países em seu aperfeiçoado sistema financeiro.

²⁷⁵ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.282.

²⁷⁶ SUASSUNA, Ariano. *História d’o rei degolado nas caatingas do sertão*: romance armorial e novela romançal brasileira – Ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.p.62.

²⁷⁷ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.p.196.

exaltando o Sertão, com sua coragem, suas pedras, seus espinhos, seus cavalos e seus Cavaleiros!²⁷⁸

O sertão na obra de Suassuna aparece como espaço de contenção do capitalismo, com a Guerra de Princesa, logo transformada em “passo inicial, paraibano e sertanejo da Revolução de 30 – Revolução que iria imprimir ao Brasil os rumos em que ainda hoje ele se encontra.”²⁷⁹

O ambiente político que se encontrava o país era tenso. Os paulistas em 1932 iniciando sua guerra constitucionalista. A Revolução Comunista de 1935, por iniciativa da Aliança Nacional Libertadora, comandada por Luís Carlos Prestes, fracassara, com os comunistas sendo presos ou exilados. E a 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas dera um golpe de Estado, suspendendo as garantias constitucionais, instaurando severa censura e o Tribunal de Segurança Nacional. Por isso, a situação era de perseguições, ódios e ressentimentos, ambições e inveja.

Clemente, discordando dos rumos que o Brasil havia tomado, não muda de país, resolve seguir os passos libertários do coronel José Pereira, funda uma nova república: “Não aceitando eu, no Brasil, as instituições feudais e burguesas do regime político reacionário e medieval que nos domina, resolvi proclamar hoje, no meu terreno e na **minha** casa, a República Popular do Brasil.”²⁸⁰ (Destaque do autor)

A fundação da República Popular do Brasil, por Clemente, começa logo com a apropriação do território que ocupa a República, uma das propriedades do narrador. Era o comunismo chegando, diria Samuel.

Mas como se percebe nos discursos da narrativa suassuniana, o embate entre o rural e o urbano é a luta simbolizada pela dominância de um modo de produção sobre outro, do escrito sobre o oral, com a dominância do modo de produção burguês

²⁷⁸ *Idem*, p.461.

²⁷⁹ SUASSUNA, Ariano. *História d'o rei degolado nas Caatingas do Sertão*: romance armorial e novela romanesca brasileira – Ao sol da Onça Caetana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.11.

²⁸⁰ *Ibidem*, p.52.

que faz desmoronar o poderio das oligarquias sertanejas na economia e na política. É a vitória dos demônios gordos dos burgueses sobre o mundo secular sertanejo. O código escrito dos burgueses sobrepujando o oral das sociedades arcaicas. Mas é ao mesmo tempo uma relação de resistência política pela cultura popular.

Outra relação que se faz presente da antinomia do *bem* e do *mal* se dá através das manifestações dos folguedos populares, pela extensão ideológica como representação política que esse par pode exercer.

A dualidade entre o bem e mal e sua simbologia na cultura popular não se distancia do caráter religioso, como na Cavallhada que divide os competidores em dois partidos: o azul, de Nossa Senhora e o Encarnado, de Cristo, mas “Tia Filipa que era devota de Nossa Senhora da Conceição, era do Azul, me disse, logo, que não fosse nessa conversa não, porque o Cordão Encarnado era do Diabo.”²⁸¹ E o como o “Diabo é um revoltado do Partido Negro-Vermelho”²⁸², e encarnado é o vermelho da Aliança Liberal, e que está na bandeira e simboliza a presença dos Pessoa, dos burgueses republicanos, e funcionários públicos, logo, o mal está do lado dos Pessoa. Já o cordão azul, da divindade celeste de Nossa Senhora, é a cor do partido dos Dantas e dos sertanejos, portanto, só pode representar o lado do bem, o lado dos Dantas, Garcia-Barreto e Pereira.

A divisão do trabalho empreendida pelo narrador para escrever o romance bem que poderia ser entendida como uma artimanha – e na verdade não deixa de ser, ao colocar representantes da burguesia para trabalhar para ele. Mas pode ser percebido como aversão ao estilo de vida burguesa obsedada pelo trabalho em detrimento do não-trabalho, o ócio. O maravilhoso como antagonismo de classe fundamenta-se na realização crítica da sociedade pelo excesso, criando um mundo ao

²⁸¹ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.61.

²⁸² *Ibidem*, p.464.

contrário. Neste mundo às avessas podemos encontrar a fartura de alimentos ou o maravilhoso alimentar; o sexual e o ócio, contemplados como assuntos que a religião trata como pecados capitais, como dizemos hoje; a gula, a luxúria e a preguiça. Todos bem praticados e registrados em irreverentes versos dos clérigos medievais²⁸³.

O ócio maravilhoso no romance *A pedra do reino* apresenta-se como uma ideologia contra o trabalho, que nos devaneios de Quaderna assume restrições devido à sua descendência real:

Proibidos pelo consuetudinário-fidalgo da família, nenhum Quaderna tem patrão nenhum que exija de nós as obrigações e os trabalhos que têm os industriais, os comerciantes e outros desgraçados e danados Burgueses com vocação de burro de carga! Todos nós só temos profissões livres, ociosos e marginais de Fidalgos!²⁸⁴

Até mesmo quando a função do trabalho exige uma postura formal, o ócio permanece como destaque de sua atividade principal. Perceba que, em 1924, o político em prestigiosa ascensão, eleito para governar a Paraíba foi João Suassuna. Quaderna, ainda que recebendo salário pelo exercício de ser ocioso, considera a remuneração inapropriada por ser insuficiente para o Rei do Sete-Estrelo do Escorpião:

Mas em 1924, com a ascensão do prestígio político de meu Padrinho, terminei nomeado Bibliotecário, Tabelião e Coletor, o que me proporcionou um ócio remunerado de fidalgo de toga, ainda insuficiente, porém **já mais** consentâneo com meu sangue real²⁸⁵ (Destaque nosso).

A hostilidade ao trabalho permanece sob a coerência de rivalidade do mundo rural em conflito com o mundo urbano, rivalidade que vai extinguindo o modo de vida que Quaderna insiste em salvar, um mundo que ficou para trás:

²⁸³ Versos que podem ser conferidos em tradução, introdução e nota em livro de Maurice van Woensel, *Carmina Burana* [Canções de Beuern]. São Paulo: Ars Poetica, 1994. 215p.

²⁸⁴ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p 311.

²⁸⁵ *Ibidem*, p.129.

jamais consentir que nenhum de nós exercesse “qualquer profissão vil de Burguês”, com diz Samuel. Lembrei-me de que todos nós, filhos de meu Pai, éramos um pouco Vaqueiros, caçadores, Cantadores, etc. Podíamos, portanto, nos manter, todos, meio ociosos, meio criminosos, meio vagabundos e donos de nossas ventas, como todos os Fidalgos e Cavaleiros que se prezam! Era o único jeito de nos mantermos à altura da nossa linhagem, numa sociedade em que sobram poucas profissões-nobres, na estreita margem de atividades que a propriedade rural deixa²⁸⁶

A liberdade do homem em escolher uma finalidade para o seu trabalho parece ser uma das questões para o sentido da vida de Quaderna. Satisfação que encontra na interação da práxis da vida social objetiva e consciente de estar criando um valor de troca pelo seu trabalho, mas com a liberdade de continuar sendo dono de sua própria venda, um homem livre das regras do trabalho, que faz do trabalho um ato de resistência à cultura oficial:

Um dia, procurei o Comendador e sugeri a ele que introduzisse, no jornal, uma página literária, charadística e zodiacal[...]A única coisa que eu queria em troca disso, era a permissão de, trabalhando à noite, fora do expediente normal, eu e meus irmãos imprimirmos **folhetos e romances** que Lino Pedra-Verde venderia na feira, rachando o lucro. Vendo a possibilidade de melhorar o jornal sem gastar nada, o Comendador concordou imediatamente. Foi assim que começamos a trabalhar na Gazeta. Eu não estou, de fato, trabalhando para o Comendador, e sim para mim mesmo, porque a página é um suplemento separado e independente do jornal eu sou o Diretor soberano dela. Por seu lado, meus irmãos trabalham para mim e não para o Comendador É por isso que aumentei meu prestígio de intelectual e Acadêmico sem arranhar, sequer, meu privilégio de fidalgo!²⁸⁷(Destaque do autor)

O convencimento de produção de valores de uso interage na constituição de novas finalidades do trabalho na resistência e na práxis cultural. Nas apresentações das cavalhadas, o pagamento pelo espetáculo, em seu devaneio de fidalgo, Quaderna considera um tributo de classe à sua diversão:

²⁸⁶ *Ibidem*, p.311.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 311-313.

De fato, nós fazemos as Cavalhadas é somente para nos divertir ociosamente, fidalgamente, e para imprimir na imaginação do Povo taperoaense as nossas imagens gloriosas de Cavaleiros do Sertão. Agora, se a Prefeitura, por conta dela, ainda por cima resolve pagar nossa fidalga diversão, ótimo![...] dia 1º de junho de 1935, estavam os meus doze irmãos prediletos ganhando o dinheiro da Prefeitura. Não porém para trabalhar, com obrigações plebéias de burgueses, e sim para se divertirem numa Cavalhada ociosa, gloriosa e guerreira de Fidalgos-sertanejos, com bandeira e tudo!²⁸⁸

A organização e exibição da cavalhada fazem parte do ser do narrador, é seu modo de se opor à ordem estabelecida pelo trabalho duro, desumano e organizado para acumulação de capital. O seu desejo é o ócio, a diversão e o prazer, diferente da vida burguesa idealizada na virtude e puritanismo:

Ah, esses negociantes e usurários do mundo! Querem nos moldar à imagem deles, a nós, Povos morenos dos países quentes, nós, os ardentes, os que ainda temos a capacidade de ser felizes, de fruir a vida, num mundo em que isso vai ficando cada vez mais raro! Eu gostaria que eles nos deixassem fruir de nossa Vida, que eles consideram suja, e enfrentar a nossa Morte que eles consideram irracional! Ficassem para lá, com sua riqueza amontoadada por séculos de trabalho estúpido e tenaz, com seu poderio acumulado em máquinas e dinheiro, com seus ideais de puritanos de higiene e virtudes hábitos! Mas não eles precisam nos vender seus produtos, para acumular mais dinheiro!²⁸⁹

O pagamento seria uma espécie de cooptação, mas que não funciona, porque ele faria a cavalhada de qualquer maneira por representar o estilo de vida com o qual se identifica. Nada mal, afinal o que o narrador exterioriza é uma espécie de doação em memória do mundo que agoniza no tempo, no qual os fazendeiros nordestinos sertanejos se sentiam e eram tratados como reis, tal o poder absoluto que dispunham socialmente, ditando as relações produtivas semelhantes à servidão e às relações sociais de vassalagem, tal a concentração de renda em mãos de poucos e a pobreza para muitos. Realidade que propicia o surgimento e recebimento de narrativas

²⁸⁸ *Ibidem*, p.313.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 525.

fabulosas dos messianismos variados. O excesso pode ser sentido como a superação de um anseio em uma região de escassez como a nordestina, na qual a fome sempre foi sentida em vários estágios do desenvolvimento social. A propósito da seca de 1932 no sertão e da fome acentuada como consequência dela, Quaderna, ao narrar a acolhida e alimentação aos retirantes por seus familiares, ouve do inquisidor Joaquim Cabeça-de-Porco: “com má cara, disse lá do seu canto: – Omita, de seu depoimento, esses pormenores vergonhosos. O governo da Revolução, com o qual o senhor não simpatiza, já conseguiu debelar essas chagas que envergonham a Paraíba.” A culpa pela causa da fome quase é debitada na conta dos adversários do governo. Mas é possível sofrer a seca sem ter que passar fome se não fosse o capitalismo um sistema injusto e contraditório que degrada o meio ambiente e mata os trabalhadores pelo trabalho que oferece aos homens, como:

Aquele Caboclo, cassaco da cana-de-açúcar, sabe que o rio, contaminado, está cheio de doenças mortais que vão inchá-lo por fora e comer suas entranhas por dentro, entupindo seu coração de depósitos calcários de bichos estranhos ao sangue humano. Ele sabe de tudo isso, porque, todo dia, vê seus companheiros inchando e morrendo assim. Mas acha que, na sua vida miserável e sem perspectivas, primeiro só acha o que comer entrando no rio; e depois sabe que tem poucas alegrias iguais ao puro e selvagem prazer do banho de meio-dia, estando ele cansado e suado do calor do Sol. Aquele outro, que é Sertanejo, sabe que será morto, se escolher a vida livre das Catingas, as correrias do Cangaço. Mas sabe também, que, enfrentado essa vida incerta e essa morte certa, terá direito ao que nunca teve: **uma vida sem dono, uma vida de Senhor e sem trabalho escravo.** [...] Todos esses **são homens de Raça fidalga**, degredados e degredados numa vida de ignomínia, inferior a eles. Quem teria o direito de acusá-los e incriminá-los [...] Quem teria o direito de reprovar a escolha que eles fazem, condenando-os em nome dos ideais desses Povos tristes e duros de Burgueses (Destaques nossos).²⁹⁰

Nesta visão, o cangaço aparece como a revolta do servo contra o senhor, uma revolta contra as injustiças do trabalho burguês, contra a ordem capitalista, contra a

²⁹⁰ *Ibidem*, p.526.

opressão à liberdade do homem. Mas para Clemente é um incentivo ao ócio – a preguiça –, uma ameaça ao desenvolvimento industrial do Brasil: “enquanto vocês vivem com esses sonhos de “fidalgos ociosos e maltrapilhos”, as nações industriais vão passando à nossa frente, dominando-nos!”²⁹¹ Diante da produção, o ócio é um perigo para qualquer tipo de sociedade, porque o ócio é um anseio utópico de liberdade que tem no país imaginário de São Saruê²⁹² ou da Cocanha, o exemplo de uma sociedade livre que mete medo por ser:

potencialmente problemática por desconhecer qualquer forma de autoridade. Para o clero, católico ou protestante, aquela terra sensual e irreligiosa exemplificava o lado negativo da natureza humana. Para a burguesia dinâmica e ambiciosa, aquele país de vadios e preguiçosos poderia exercer uma influência nefasta aos espíritos simples de artesão e camponeses [...] as rebeliões tinham certos atrativos da Cocanha: os saques possibilitavam aos excluídos a abundância sempre sonhada; rompimento dos laços servis no campo e empregatícios na cidade significava ociosidade e liberdade, também muito desejadas²⁹³.

Os versos sobre o país imaginário *Cocanha* é literatura subversiva na aurora da modernidade, resoluções como um guia para a liberdade do homem, contestação da ordem política, religiosa e comportamental que tenta livrar o homem de todo peso e condicionamento social, uma sociedade anárquica, uma contra ideologia à ordem vigente e à opressão. Agora imaginem uma religião que prega justamente isso, os prazeres da Cocanha não depois da morte, mas em vida do fiel. Ela existe, é A Igreja Católico-Sertaneja que, na visão de Quaderna, é uma religião completa, com função ideológica de totalidade:

o judaísmo e o cristianismo dos santos, mártires e profetas, levam ao Céu, mas são religiões severas e incômodas como o Diabo! O Maometanismo, pelo contrário, é uma religião deleitosa: permite que

²⁹¹ *Ibidem*, p.177.

²⁹² Cordel de SANTOS, Manoel Camilo dos. *Viagem a São Saruê*, s.l. [Campina Grande], A Estrela da Poesia, s/d[1947].

²⁹³ FRANCO JUNIOR, Hilário. *Cocanha: várias faces de uma utopia*. Cotia: Ateliê 1998. p.11.

a gente mate os inimigos e tenha muitas mulheres, que coma e beba o que quiser. Em compensação, é danada para levar ao inferno! A Igreja Católico-Sertaneja é a única religião do mundo que é bastante “judaica e cristã” para levar ao Céu e, ao mesmo tempo, bastante “moura” para nos permitir, aqui logo, os maiores e melhores prazeres que podemos gozar neste mundo velho de meu Deus!²⁹⁴

Resumindo, o programa do catolicismo-sertanejo é garantia do “bom comer, bom beber e o bom fuder.”²⁹⁵ O bom comer, antes de parecer gula, revela sua posição de classe, é comida em quantidade e variedade: “a sala de café, que veio farto, com muito leite, cuscuz com manteiga, tapioca salgada, inhame, macaxeira, queijo de coalho e de fazenda”²⁹⁶, e à noite, a ceia com “canja de rolinhas, pato assado, carne-de-sol com farofa, jerimum com leite, e, coroando tudo, uma umbuzada,”²⁹⁷ e nada de trabalho como convém ao ócio fidalgo de Quaderna, seu desejo é entregar-se à “gula, ao vinho, às mulheres e aos combates guerreiros”²⁹⁸.

No maravilhoso sexual não existem regras para o prazer, n’A *pedra do reino*, de tudo se tem um pouco; bestialismo: “eu, à medida que me punha taludo e me iniciava com as cabras de minha tia.” Seja na iniciação sexual de Quaderna ou na denúncia que ele faz:

um dia, de tarde, fui chegando lá, eu ouvi uma voz dizendo assim, entre as bananeiras e o muro: –“Ah, minha filha, se você não tivesse o pé redondo, agora eu lhe dava um par de sapatos!” Cheguei perto, e, quando vi, era Marculino Arapuá que estava fudendo uma burra minha!²⁹⁹

E caso acontecido com Dona Carmem Gutierrez, conforme conta:

²⁹⁴ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.453.

²⁹⁵ *Ibidem*, p.447-8.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 82.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 88.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 445.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 286.

Quando eu me virei, o cachorro tinha se agarrado em minha cintura com as patas dianteiras. As patas traseiras estavam no chão, e o senhor não imagina situação embaraçosa em que fiquei quando de repente, ele começou a fazer, com as ancas, uns movimentos estranhos em direção às minhas pernas e aos meus quadris! Ficou assim um bom pedaço de tempo, sem me soltar mas também sem me morder com aquela posição e aqueles movimentos estranhos![...] quando ele me soltou meu primeiro pensamento foi: “Atrevido desse jeito esse cachorro não pode ser daqui.”³⁰⁰

O comendador Monteiro, outro personagem do romance, comenta a respeito do caso: “agora é um fim de mundo, minha senhora Dona Carmem, e os cachorros de hoje em dia não respeitam mais ninguém, são todos influenciados pelo comunismo!”³⁰¹ Na visão do comendador o comunismo é o apocalipse. E receituário ideológico para todos os males e justificativas.

O maravilhoso encontra-se nas poções mágicas para a consumação dos desejos, como o vinho litúrgico do catolicismo-sertanejo, que possui o poder de pôr em suas mãos as mulheres desejadas: “se o senhor o beber sozinho, pensando numa mulher, ela se entrega, na visagem, e o senhor pode gozá-la como quiser. A coisa não passa disso e, quando o senhor acorda, está livre e desimpedido – a mulher não sofreu nada e nem soube de nada também.”³⁰² Outro tema são as relações proibidas como o incesto, ato que pode ser verificado no folheto LXVI d’*A pedra do reino*, – A filha noiva do pai, ou amor, culpa e perdão³⁰³, relatando a paixão de Antonio Moraes pela filha Genoveva, ou ainda pelos personagens Gabriel e Luciana, e depois o mesmo Gabriel com a filha que teve com Luciana, Leonor, sendo, portanto, pai e avô ao mesmo tempo.³⁰⁴

Dessas intrincadas relações sexuais surgem graus de parentesco fantásticos, como o que envolve os personagens Quaderna e Dom Pedro Sebastião

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 422.

³⁰¹ *Ibidem*, p.423.

³⁰² *Ibidem*, p.604.

³⁰³ Vide *A pedra do reino*, página 389.

³⁰⁴ Vide *A pedra do reino*, página 262.

Garcia-Barreto que: “era, ao mesmo tempo, meu tio, meu padrinho e meu cunhado. O que não era de espantar, num homem que era tio dele mesmo!”³⁰⁵ Quaderna explica este nó de parentesco, esclarecendo que a sua mãe era irmã de Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto, seu Padrinho, que se casou com sua irmã, Joana Quaderna, sobrinha dele mesmo. A inspiração do escritor seria o próprio coronel José Pereira, que se casou com uma sobrinha. O que não chega a ser um escândalo sexual porque se casaram, mas por certo estigmatizado, mas nem tanto quanto João Dantas e Anaide Beiriz, porque livres das convenções da época, abraçam-se no “pecado da carne”, na luxúria de um amor terrível, de fazer inveja a quem via no corpo da mulher a diabolização dos pecados e da morte pela fornicção. Pecado que guarda o corpo de Maria Safira, a possessa, ao recuperar a “homênciã” de Quaderna, adormecida pelo chá de cardina. Para os inquisidores da velha moral sexual só restava a pregação da continência para a salvação da alma à espera do Paraíso. A virilidade de Quaderna é recuperada por uma porção mágica, Maria Safira é o efeito, Quaderna, como um quase clérigo medieval, relaciona a energia sexual à produção poética:

E, agora, como ia ser, eu sem homênciã? Só me restava o caminho e a consolação da Poesia [...] resolvi ser Poeta! Mas logo aí, surgiria outro problema. [...] Eu teria que ser, também e principalmente, poeta de estro [...] Fui ao Dicionário Prático Ilustrado, e, lá, encontrei que **estro** era sinônimo de “inspiração, engenho poético, fogo da inspiração, desejo sexual, cio, cavalgação e reinação”! Não havia mais dúvida: era o **Dicionário** – livro consagrado, indiscutível e oficial – que me garantia o que os verdadeiros Poetas-Reis, os poetas de reinação, eram os que possuíam, como uma coisa só, o fogo da inspiração zodiacal, a ciência do engenho poético e o cio da homênciã do sangue, no sol astrológico dos Planetas! Fiquei desesperado: porque, agora, além de não poder mais fazer cavalgação em cima de mulher nenhuma, não poderia mais reinar no meu Reino e castelo sertanejo, fazendo meu romance de cavalgação, bandeiras, reinação e cavalarias! Cheguei a pensar em dar um tiro na cabeça. Foi Lino quem me salvou, falando-me pela primeira vez do vinho que, escondido de nós, meu Pai fabricava e vendia secretamente e cuja receita deveria estar nos cadernos que ele tinha deixado. Encontrei a receita, e o vinho me restituiu a minha

³⁰⁵ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 270.

homência, fazendo de mim, ao mesmo tempo, o único Poeta completo, genial e régio, que existe no Mundo! É que modéstia à parte, Sr. Corregedor, nosso vinho da pedra do reino é a beberagem do Poder, da Fortuna do dom-profético e do Amor!³⁰⁶

Na narrativa maravilhosa sexual, para ser fiel ao cristianismo-sertanejo, ao se beber do vinho da pedra do reino, é-se transportado para receber as recompensas da vida, onde o corpo não serve ao trabalho, mas para o prazer, lugar que só pode ser o Paraíso, uma das faces do sertão, lugar que nos dá a sensação de tranquilidade e paz interior às quais desejamos retornar, mesmo sem nunca ter ido ou imaginado:

bosque, sertanejo, sagrado e deleitoso, feito de juremas, angicos, baraúnas, urtigas e favelas. Ali, o licor verde-vermelho pinga de todas as frondes, como gotas de esmeraldas e rubi incendiadas pelo topázio do Sol. É um bosque cheio de mel e abelhas cor de ouro, espanejando luz e pólen fecundante. Um bosque onde esvoaçam conchizes aurinegros e saíras que parecem jóias. Um bosque povoadas de cascavéis e cobras-corais, assim como de mulheres de longos cabelos. Em todo canto, há corolas vermelhas e odorantes, cactos e urtigas, lianas coleantes e cheias de espinhos, favelas eriçadas de folhas causticantes e espinhosas, coralinas e mulungus de flores vermelhas, canafistulas e paus-d'arco de flores amarelas. Tudo isso nos impele, rendidos e embriagados, para o seio e o ninho de mulheres viçosas, macias e enleantes, mulheres cujo corpo é, como um bosque, com colinas rijas e suaves dos peitos, e o negro conchiz negro-vermelho pregado de asas abertas na entrada da fonte, com a casa-das-abelhas e o mel e a corola - mulheres que nós possuímos na sombra verde e umbrosa das árvores e moitas, salpicados como estamos pelo orvalho, deitados na areia fina e cheia de cristais, ouvido o som da água que corre sobre os seixos e vendo em cima, nas frondes agitadas suavemente pela verde ventania, pomos e pomas que reluzem à brasa incendiada e coada entre os ramos da luz do Sol.³⁰⁷

A crítica dos gêneros longe de ser um mero exercício de literatura, como elemento de seu próprio conteúdo, o processo de produção literária corresponde a um determinado modo de produção econômico, e os gêneros narrativos ou literários são considerados partes constitutivas destes modos de produção que coexistem na

³⁰⁶ *Ibidem*, p.601-602.

³⁰⁷ *Ibidem*, p.605.

sociedade, questões que aproximam a problemática do sujeito e a formação da consciência produzida historicamente, que nos informam o compromisso do escritor com as causas da comunidade e o destino do homem na sociedade que o abriga, com suas lutas contra a opressão e conquista da liberdade.

A discussão dos gêneros literários é também a discussão de um sintoma que assume o romance como objeto de desejo, não só do narrador, mas também de seus mestres Clemente e Samuel, que querem escrever a obra fundamental para o Brasil. O romance assume a forma de mercadoria no aspecto social. Afinal será o romance que trará a história do narrador e a história do rapaz do cavalo branco, a história da guerra de Princesa juntamente com a história da pedra do reino, que trará ao narrador o reconhecimento social e a glória de ser coroado gênio da raça brasileira por ter escrito uma obra fundamental para o povo brasileiro.

Como objeto de desejo, o romance de Suassuna é marco e castelo³⁰⁸ sertanejo ontológico da cultura popular que finca raízes na cultura erudita do modernismo. A obra é produzida como desejo e vontade que funcionam como uma promessa de registrar a história e a cultura do povo, e desejo ideológico de incluir a história familiar dos Dantas e Suassuna como documento de cultura e de barbárie. Documento de cultura porque registra com realismo a grandeza e a miséria do povo brasileiro que, não podendo resolver as contradições sociais em que vive, transporta o contexto social e experimenta através da cultura a resolução imaginária conveniente, como observa Maximiano Campos, em posfácio d'*A pedra do reino*, a respeito de Suassuna e a relação que mantém com seus personagens: “Suassuna distribui nos seus cangaceiros, vaqueiros, cantadores, nos homens e mulheres do povo que, às vezes,

³⁰⁸ Os cantadores constroem seus castelos alicerçados pelas palavras, daí a substituição do nome que a obra assume poeticamente, podendo ser ainda chamada de fortaleza e marco. Vide *A pedra do reino*, p. 68.

cansados da miséria e da fome, se vestem de reis e rainhas nos espetáculos populares.”

³⁰⁹ E de barbárie porque o registro da história é a ação sombria dos homens, o lado obscuro da sociedade civilizada, como a vingança, esse sentimento hostil que muitas vezes somos tentados a cultivar:

Houvera a primeira fase, cuja crispação mais sangrenta fora o assassinato do velho e austero Rei, morto por degola. Surgia, agora, outra fase, a daquele enigmático Valete de Copas brotado do sangue dele e que abria a nova rodada do jogo. Encerrava-se a fase do crime, ia começar a da Vingança implacável.³¹⁰

A vingança não ia começar, ela já estava em processo. O romance estava concluído, mas a vingança não chegara ao fim. Sua mensagem hostil ao movimento da Aliança Liberal é sentida e seu conteúdo abafado, reprimido. Romance esquecido por autor de organização sobre a revolução, e por isso, não fora selecionado para um dos seus trabalhos historiográficos. Outro opina, dizendo que o romance *A pedra do reino* é muito enfadonho, e quando começa a lê-lo acaba adormecendo. A vingança implacável é um privilégio da memória do ressentido por algo que não foi permitido executar, mas na imaginação nada é esquecido e tudo é possível, inclusive matar, como para Quaderna, matar para ele, só na literatura, como uma resolução imaginada para eliminar um inimigo. O ressentido, não o sujeito trágico, é dramático. Mas nada disso é assumido pelo autor, tudo é de responsabilidade do narrador, como uma imposição narrativa que consagra o romance:

tentando desfazer certos equívocos a respeito do meu pretenso “realismo mágico” – que, na América Latina de fala espanhola, o “realismo mágico” era mais mágico do que realista, enquanto no Brasil ele era mais realista do que mágico. No livro *Cem anos de solidão*, a narrativa é feita pelo próprio autor que, dessa forma, assume as “mágicas” do enredo. Já no *Grande Sertão: Veredas* e no *Romance d’A pedra do reino*, a ação é narrada por um personagem –

³⁰⁹ CAMPOS, Maximiano. *A pedra do reino*. In: SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 630.

³¹⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.616.

Riobaldo ou Quaderna – o que aproxima mais o universo romanesco da realidade, pois o que existe de mágico, nele não é contado pelo autor, vem da crença, da imaginação ou delírios do narrador, conforme o caso.³¹¹

A responsabilidade sobre a realidade simbólica do romance também deve ser resolvida no conteúdo da própria trama narrativa, como uma resolução interna do próprio romance a fim de evitar o fechamento ideológico, introduzindo, em meio das várias mensagens, aquelas que não devem ser logo percebidas como elemento puramente ideológico, como necessidade do sujeito, conforme o caso, como expressão do ser.

3.3 – Realismo e desejo: Quaderna e a questão do sujeito

O desejo de Quaderna em escrever um romance tem como função na discussão dos gêneros literários a tarefa histórica de decodificar os paradigmas narrativos³¹² herdados de modos de produção arcaicos e a sobrevivência de seus costumes na nova programação da vida e do trabalho sob o capitalismo. E a

³¹¹ SUASSUNA, Ariano. Notas do autor. In: *História d'o rei degolado nas Caatingas do Sertão: romance armorial e novela romançal brasileira – Ao sol da Onça Caetana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p.132.

³¹² Compõem a fortuna crítica romanesca de Suassuna os seguintes folhetos e romances: *Abecê de Jesuíno Brilhante*; *Alonso e Marina ou a força do amor*; *A prostituta do céu*; *A afilhada de monsenhor Agnelo ou o castelo do amor*; *A donzela Teodora*; *A história de João Malasarte*; *A renegada*; *A Ilíada*; *A odisséia*; *A corte de Provença*, *O mosteiro de Nîmes* e *A guerra dos Camisardos*; *A última corrida de toiros em Salvaterra*; *Cantiga de la Condessa*; *Castelo perigoso*; *Desafio de Francisco Romano com Inácio da Catingueira*; *descrição das mulheres por seus sinais*; *Dom Quixote*; *Divina comédia*; *Fausto*; *História de Carlos Magno e os doze pares de França*; *História de Alonso e Marina*; *História de um velho que brigou 72 horas com um cabaço sem chegar no fundo e sem lascar as beiras*; *História do valente Vilela*; *Lucíola*; *Memórias de um sargento de milícias*; *O encontro de Antonio Silvino com o valente Nicácio*; *O assassino da honra, ou a louca do jardim*; *O homem da rua do fogo*; *Os campos do sertão*; *O sertanejo*; *Os cangaceiros*; *O diabinho da mão furada*; *Os lusíadas*; *O reino da pedra fina*; *Romance do valente Vilela*; *Romance da filha do imperador do Brasil*; *Roberto do Diabo*; *Romance da Onça Malhada*; *Romance de dona Silvana*; *Vida, aventura e morte de Lampião e Maria Bonita e Vida, paixão e morte, símbolos e sinais de nosso senhor Jesus Cristo*.

conseqüente crítica do novo modo de vida trazido pela burguesia como causalidade do processo de dissolução dos grupos oligárquicos, confronto que se acentua com a chegada dos representantes da nova classe, como podemos ver na crítica de Quaderna:

Antônio Moraes, rico usineiro pernambucano que, tendo resolvido botar uma indústria na Paraíba, precisara dos minérios do Cariri e começara, lá um dia, a comprar terras aqui. Depois, fora tomando gosto pelo lugar, “onde ainda se mantinha o estilo de vida patriarcal”. E fora, aos poucos, estendendo suas garras de gavião sobre tudo, entre nós; de modo tal que, ao açambarcar o algodão, o gado e os minérios de toda a nossa zona, espalhara entre nós um terror quase supersticioso, diante de seu poder, da sua fortuna, de sua capacidade de aniquilar os rivais, de espalhar o infortúnio, de esmagar os que se interpunham entre ele e o domínio total do Cariri – este Sertão onde até 1930, exercera o poder, também muito grande mas muito diferente, do nosso velho Rei, Dom Pedro Sebastião Garcia-Barreto!

³¹³

Junto a esta questão que estabelece a dominação capitalista sobre o sertão, outra questão colocada é a relação entre literatura e historicidade, que é explicitamente enunciada por Quaderna:

eu, apesar de partir “da realidade rasa e cruel do mundo”, como Clemente, dou também razão a Samuel, quando diz que, na Arte, a gente tem que ajeitar um pouco a realidade que, de outra forma, não caberia bem nas métricas da Poesia. ”³¹⁴

Esta função é percebida pelos modos de narrar a realidade histórica e social no que diz respeito à ordenação dos fatos, ações e a inteligibilidade da razão histórica na sucessão dos acontecimentos. A narrativa se apodera da experiência humana da qual o próprio romance é portador em suas formas de expressão na ruptura dos limites da realidade social e política; na pretensão de enunciar verdades na interpretação ou recriação da realidade, o romance pode fazer tudo por gozar de liberdade arbitrária e absoluta da imaginação, por isso, o romancista pode ir mais longe que o historiador em suas verdades. Mesmo que o romance seja considerado um

³¹³ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.301.

³¹⁴ Ibidem, p.22.

simulacro e a realidade inacessível, o romance exprime o desejo de mudança ao negar a realidade empírica que lhe deu origem, como acontece com Quaderna, um sujeito que vive em negar a realidade, que não aceita sua origem e manipula sua biografia, desejoso de solidificar sua posição de classe e genialidade na feitura de um romance fomentador de discórdias da história política da Revolução de 30, situação que mescla o desejo da ficção com o desejo da realidade do escritor Suassuna, condição que confere ao romance reflexo realista e a satisfação de um anseio do escritor ressentido. Nos devaneios, o suporte para a manipulação da realidade, Quaderna utiliza-se de inúmeras referências historiográficas³¹⁵:

De qualquer modo, eu já tinha os dados para fazer meu Romance-epopéico, tendo como centro e enigma de crime e sangue a degolação de meu padrinho e pai-de-criação [...] fazendo, de “folheto em romance e de romance em folheto,” uma espécie de Sertaneida, Nordestíada ou Brasileia, parecida com a do Senador Augusto Meira³¹⁶.

Os dados, como já sabemos, são referentes aos registros das famílias Garcia-Barreto e Quaderna, que, também como já sabemos trata-se, respectivamente, das famílias Dantas e Suassuna na história da Paraíba, ao modo do capítulo *Crônica dos Garcia-Barretos*³¹⁷, como se para afirmar que o registro da história também pode ser feito utilizando-se de gêneros literários, a exemplo da “crônica epopéica” intitulada *Memória sobre a Pedra Bonita, ou Reino Encantado, na Comarca de Vila-Bela*,

³¹⁵ Quaderna é um leitor voraz, além dos romances eruditos e populares do Cordel que lhe serve de base para feitura de seu romance, a literatura histórica que lhe confere provar o que viu acontecer é composta das seguintes obras: *Antologia nacional* de Carlos de Laet; *Apontamentos para a história territorial da Paraíba* de João de Lyra Tavares; *Brasileis*: epopéia nacional brasileira de Augusto Meira; *Compêndio narrativo do peregrino da América* de Nuno Marques Pereira; *Datas e notas para a história da Paraíba* de Irineu Pinto; *Dicionário corográfico da Paraíba* de Coriolano de Medeiros; *Estudos Alemães* de Tobias Barreto; *História da civilização* de Oliveira Lima; *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador; *História Geral do Brasil* de Venhagen; *Os sertões* de Euclides da Cunha e; *Subsídios para a história do município de Taperoá* de Epaminondas Câmara;

³¹⁶ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.185.

³¹⁷ Livro II, Os emparedados, folheto XXIII, p.110 do romance *A pedra do reino*.

Província de Pernambuco (1874), de Antonio Attico de Souza Leite, narrativa fundamental, na qual a genealogia sangrenta e real de Quaderna tem origem:

Ora, o ilustre Acadêmico, com toda sua aversão, não ocultou um fato fundamental para as monarquias e outras glórias quadernescas: meu bisavô foi visto, mesmo, na pedra do reino, trazendo à cabeça a sagrada coroa de cor e prata que é a verdadeira Coroa do Brasil e que é a mesma que ainda hoje eu possuo!³¹⁸

A posse de objetos da realeza simboliza alegoricamente o desejo do sujeito em busca de unidade psíquica e reconstituição do ego. A unidade psíquica de Quaderna se dará no momento em que ele, possuindo os objetos da realeza, possa ter sua identidade reconhecida pelos símbolos que ostenta. E seu ego será restaurado quando seu romance acastelado, sua Fortaleza e Marco, estiver concluído e esclarecido a história do seu Padrinho degolado e de Sinésio, seu filho desaparecido. E o sujeito, no final, surgirá completo como rei e poeta, o gênio da raça brasileira. Enquanto isso não acontece, segue Quaderna com o pescoço a prêmio, seja pela morte física ou intelectual, navegando entre dois mundos, aquele que deseja para si e o outro que renega:

Ora, o senhor já sabe que meu maior desejo, desde que nós Quadernas, perdemos a terra e a Coroa, era exatamente conseguir nova oportunidade de Trono, para, com isso, me entregar à gula, ao vinho, às mulheres e aos combates guerreiros, tornando-me um homem poderoso, desejado e temido. Eu não queria me tornar um rico vulgar e sem imaginação, como o comendador Basílio Monteiro, porque, com meu sangue fidalgo, nunca dei para ser burguês. Meu sonho sempre foi o de ser um daqueles grandes Senhores, Cangaceiros e Príncipes que apareciam nos folhetos. Era arriscado. Mas se eu me tornasse Gênio da Raça Brasileira, poderia alcançar tudo isso sem matar ninguém e também sem ter minha garganta cortada, destino de todo Guerreiro que se preza.³¹⁹

Os temas de hereditariedade e situação familiar equivalem simbolicamente à situação sócio-histórica. A falência econômica da família de

³¹⁸ *Ibidem.* p.45.

³¹⁹ *Ibidem.* p.445- 446.

Quaderna, a lembrança do padrinho como um guerreiro e sua morte ao costume do cangaço, data um período de violência característico da cultura épico-sertaneja. Morte e falência econômica que simbolizam o declínio do *Anciën Regime*, primeiro período republicano apelidado de República Velha, que Quaderna não só não rejeita como herança política, mas que, destronado de seus privilégios políticos provenientes da derrubada do regime oligárquico pela burguesia urbana que ascendeu ao poder republicano com a Revolução de 30, deseja reconquistar o trono. E isso pode ser percebido pelo investimento libidinal como metáfora de desejo em recuperar o prestígio político que, agora, passa pelo reconhecimento intelectual e na satisfação do anseio sexual que encontra no imaginário e no simbólico das narrativas arcaicas, sobreviventes do modo de produção anterior, a vida que ele gostaria de ter tido, mas que só é possível nos folhetos, como um desejo irrealizável:

Dos folhetos havia dois que me impressionavam muito: eram a História de Carlos Magno e os Doze Pares de França e O Rei Orgulhoso na Hora da Refeição. Pela leitura deles, eu via que os Heróis parece que só faziam Três coisas, na vida: porque, quando não estavam na mesa comendo e bebendo vinho, estavam, ou na estrada, brigando, montados a cavalo, armados de espadas e com bandeiras desfraldadas ao vento, ou então na cama, montados em alguma Dama, trepando senhoras e donzelas desassistidas. Vida era aquela, a vida dos Cangaceiros medievais como Roberto do Diabo, ou como dos Guerreiros sertanejos como Jesuíno Brilhante, homens vestidos de Armaduras de couro, armados de espadas compradas em Damasco ou no Pajeú, bebendo vinho de Jurema e Manacá, vencendo mil batalhas e sempre aptos a possuir mil mulheres.³²⁰

O desejo irrealizado de Quaderna é o investimento libidinal que impregna as narrativas ideológicas como representação alegórica das classes sociais ³²¹. A vida antes da dominação burguesa, com seu mundo do trabalho, pulsava com maior vigor, o mundo aparentemente desordenado era domando por uma força selvagem de

³²⁰ *Ibidem*, p.446.

³²¹ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.p.190.

satisfação dos instintos ou pulsão dos anseios, diferente do ideal de virtude e puritanismo burguês. Mas como um fantasma, reaparece como fantasia, e por isso a situação é repetida diversas vezes em resoluções diferentes da narrativa. O desejo de Quaderna, aliado da velha estrutura política, é fazer retornar o passado e viver seus dias de glória, mas isto é impossível. Esse tempo está morto, e só poderá ser vivido com o sujeito narrando a si mesmo. Por isso, Quaderna se apresenta impotente para mudar a realidade e se refugia nas representações do mundo anterior, cuja virilidade é recuperada para o pecado pela diabólica Maria Safira, a mulher de olhos verdes abissais. A impotência de Quaderna não é somente originária da “porção mágica” do chá de cardina que tomou para se tornar inteligente, mas pela falência econômica causada pela perda da terra, dividida pelo excesso sexual do pai:

meu Pai caiu na gandaia, emprenhando tudo quanto foi filha de morador que facilitasse, e esses meus irmãos bastardos nos levaram, de novo, à ruína. Meu Pai era carinhoso com todos, e dava a cada um seu pedaço de terra, de modo que o domínio ficou todo fragmentado, para indignação de Tia Filipa, que só chamava os bastardos de “os filhos das molecas”.³²²

Vigor sexual do pai, frouxidão do filho. Esta questão pode ser interpretada como uma questão de economia, cuja energia sexual não pode ser gasta, ela está sendo reinvestida para recuperar o domínio político da família, representado pela recuperação da Fazenda “As maravilhas”, e para isso Quaderna se empenha e passa a utilizar de estratégias poucos louváveis para conseguir dinheiro, mas como se fosse um segredo, mas que não despercebido:

Por que é que você vive vendendo seu sangue e sua alma, botando casa-de-recurso, inventando tudo quanto é de história, comprando e vendendo o que não presta, fazendo tudo o que é possível para arranjar dinheiro? Você pensa que não se sabe? É porque você quer recuperar a fazenda “As Maravilhas”, a terra que foi de seu Pai! Agora eu lhe pergunto: por que essa ânsia de ter terra? Essa terra só

³²² SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.116.

vai trazer a você preocupações, sofrimentos e ocasiões para fazer o mal, a você mesmo e aos outros! Você vai ter que maltratar, espezinhar, oprimir e humilhar os pobres! Agora veja: se o simples fato de você se vestir de Rei terminou humilhando e insultando os outros aqui na rua, imagine o que você não vai fazer, sendo Rei e barão de sua terra, mesmo.³²³

O problema colocado por esta questão relaciona-se ao regime anterior à Revolução de 30, a tirania e libertinagem dos coronéis: a ideologia da violência e as mudanças sociais em curso, mas a nova classe precisa que os membros valorosos do regime anterior se convertam ao novo modo de vida, que sucumbido o anterior, possa aparecer pela união das classes com todo poder e vigor de transformação:

Quanto a Arésio, é o selvagem do qual você já tem notícia, apesar de nunca tê-lo visto, não é isso? Não digo assim por antipatia a ele. Pelo contrário! Para falar a verdade, tenho admiração e orgulho por aquilo que, em Arésio, mostra a força e a violência ancestral dos Senhores e Cavaleiros que foram os troncos da nossa Aristocracia! Por mim, o casamento dele com minha irmã se fará!”³²⁴

O homem selvagem é a classificação dada na relação do burguês civilizado com esse Outro que representa a sociedade do passado, incompreensível para os novos sujeitos da história, uma época que está ficando à margem, mas ainda assim necessária, como a função que Arésio irá representar na transição para a cultura burguesa.

Arésio é o tipo de sujeito que em período de mudanças é assediado pelos representantes das classes, seja pelo burguês ou pelo comunista, se bem que com interesses diferentes. O burguês aparentemente deseja se apossar das riquezas da terra que serão herdadas por ele e do seu vigor de homem selvagem, e o comunista o deseja para que com sua violência possa esmagar o inimigo antagônico de classe e “vingar os escorraçados, fazendo justiça aos oprimidos!”³²⁵ Isso acontece porque o perfil de

³²³ *Ibidem*, p.246.

³²⁴ *Ibidem*, p.402-403.

³²⁵ *Ibidem*, p.517.

Arésio é o de soldado, guerreiro, cuja personalidade tem predisposição para “ a violência, o egoísmo, os perigos, a sensualidade e a lascívia, para as rixas violentas e para as orgias, podendo praticar os maiores excessos, e chegar até os crimes de sangue”.³²⁶ A opção de Arésio é pela classe de Antonio Moraes, o burguês inventariante e administrador da herança que está em litígio, sendo reivindicada também por seu irmão Sinésio. A tentativa de cooptação de Arésio, por Adalberto Coura para o comunismo e a Revolução termina justamente com um ato de violência e libertinagem de Arésio, que seqüestra a noiva de Adalberto, Maria Inominata, a quem já havia tentado seduzir, sendo reprimido pelo irmão da moça, também um selvagem para Arésio. O desejo, pela força, será consumado:

Arésio, puxando o revólver, deu com ele uma pancada violenta na cabeça de Adalberto, que caiu tonteado. A outra mão dele continuava fechada, como um anel de ferro, em torno do braço de Maria Inominata. [...] Quando o professorzinho acordar lembre a ele aquelas palavras de Santo Agostinho [...] Os rapazes pagãos violavam as moças e mulheres cristãs que, habituadas à morna castidade dos maridos e noivos, também cristãos, ficavam terrivelmente perturbadas diante daquela sensualidade poderosa e brutal, tão cheia de novidades e tão sem escrúpulos. Iam, então, depois de violadas e possuídas de todos os modos, procurar o Santo, com remorso por terem gozado daquela maneira nunca antes experimentada e nunca tão intensa. Santo Agostinho absolvía todas elas, dizendo que não tinham culpa de que o corpo estremece-se involuntariamente e barbaramente ao ser solicitado de modo tão violento e acariciador, no que tinha de mais íntimo. Pois você diga isso ao professorzinho. Hoje, a noiva dele talvez não chegue a sentir muito o que confessar, porque o sofrimento da primeira vez impeça o prazer, se bem que eu esteja disposto a fazer tudo para que isso não aconteça. Mas como pretendo guardá-la comigo ainda por uma semana, telegrafarei depois a ele, para que Santo Agostinho absolva Maria de seus estremeços³²⁷.

Seria este o tipo de amor entre João Dantas e Anayde Beiriz? Um amor pagão que, descrito em atos pormenorizados, causou repugnância da sociedade cristã que o considerou pecaminoso, mas que esqueceu a ignomínia com que as cartas, diários ou cadernetas foram conseguidos, por um ato ilegal do governo, além da estrondosa

³²⁶ *Ibidem*, p. 436.

³²⁷ *Ibidem*, p.544.

publicidade que o diário amoroso ganhou. A atitude de Arésio como aliado da burguesia demonstra que a pouca virilidade de Adalberto é a fragilidade comunista como força social para a insurreição. Não podemos esquecer que a Aliança Nacional Libertadora havia fracassado em 1935, e serviu como um dos motivos para instauração do Estado Novo em 1937, obrigando os comunistas ao exílio, aqueles que conseguiram escapar da prisão e da tortura do Estado Novo. A impotência de Adalberto está relacionada à sua filiação de classe, e, alegoricamente, representa a impossibilidade dos comunistas brasileiros em mudar a sociedade pelo processo revolucionário. Paradoxalmente, mesmo se aliando à burguesia e ao curador de sua herança, Arésio mantém-se fiel ao estilo de vida aristocrático sertanejo, com as filhas dos moradores facilitando ou não, ele as possui sexualmente. Entretanto, o que está em movimento é a consolidação do modo de produção capitalista na substituição das posturas diante do mundo que se apresenta, não mais de prazer, mas de trabalho e consumo, o mundo burguês, o qual estabelece novos conceitos e um sistema de valor que tende a desembocar em uma sociedade de consumo capitalista e um novo ritmo histórico:

Então, a pretexto de salvar-nos dessa vida de ignomínia e dessa morte desonrosa, vêm nos corromper e nos roubar. Vendem-nos, ao mesmo tempo, os produtos para nossa higiene e os ideais de um mundo organizado à base da poupança burguesa, da mealha do trabalho duro, desumano e organizado. Mas tudo que eles possuem e querem nos passar são os frutos apodrecidos da impotência para o prazer, para a alegria, para a felicidade animal e selvagem. Esses Povos de comerciantes, os mais tristes do mundo, nascidos e criados entre o frio, o escuro e a severa infelicidade dos ideais puritanos, querem nos impingir suas receitas de vida a nós, Povos morenos, criados ao Sol! Como é que poderão, nunca, nos entender?³²⁸

A questão a entender é a seguinte: como o modo de vida burguês estéril e impotente, ou seja, como o mais fraco conseguiu triunfar sobre um modo de vida mais

³²⁸ *Ibidem*, p. 525.

forte, potente e selvagem? De outra maneira, como a sociedade mercantilista conseguiu triunfar sobre um meio cheio de hostilidade para o seu desenvolvimento? A solução está na combinação de valores da aristocracia, como na união da energia selvagem do tipo apresentada por Arésio, com a latente força de (re)produção burguesa de Genoveva, filha do curador de sua herança. É por uma combinação dos semas sexuais, como polaridades, um positivo e potente, Arésio, com outro negativo, Genoveva, burguesa e potencialmente apta para a reprodução, que a representação da história empírica dá-nos a resposta. Outra possibilidade de respostas com relação às classes é a união entre Clemente, comunista, potencialmente apto, com uma aristocrata frígida, não conseguindo por isso combinar as energias para a reprodução, e permanece estéril. Uma combinação utópica na restauração do antigo regime é a união de Quaderna e Maria Safira, mas falta-lhes legitimidade, ela por já ser casada, e ele por ser rei de um império imaginário. E outra que não daria certo de jeito nenhum seria a união de Sinésio, o alumião, irmão de Arésio, com Clara Swedson, ele por ser ausente, e ela por ter feito um juramento proibitivo ao sexo e, portanto, à reprodução:

tanto faz que eu seja noiva ou não! Casada ou Solteira, casada com Sinésio **ou com qualquer outro**, eu só daria a ele, ou a esse outro, o amor coríntio, que é puro e casto e que, portanto, pode ser dividido sem magoar ou ferir ninguém!”(Destaque do autor)³²⁹

A repressão ao prazer do corpo, o apelo à virgindade e a continência seria para salvaguardar o corpo do pecado da carne que conduz à morte eterna. O corpo são é o corpo puro, livre do pecado do sexo, cheio de virtudes, para o amor mais sublime, aquele no qual os amantes não se tocam. O corpo é apenas uma ferramenta de admiração na produção burguesa.

³²⁹ *Ibidem*, p.410.

Para sobreviver no mundo hostil e para não ter a mesma morte que o Padrinho, Quaderna se sujeita às humilhações que seu brio julgar necessárias para cumprir com o juramento de escrever o romance contando sua história. Como estratégia de sobrevivência, escrever um livro rompe o secular código de honra sertanejo que pede a eliminação do inimigo por vingança de morte, como aconteceu com João Dantas por ter eliminado João Pessoa, que teve seu pescoço degolado. Desenvolver este programa de vingança contando a história faz de Quaderna confessadamente um covarde, mas permanecer vivo no ambiente hostil não pode ser considerado um ato de bravura? Se não, qual ou quais são as questões que este ato elege, já que ele, mesmo a contragosto, sai em defesa da honra:

Não podia eu permitir que Tia Filipa descobrisse um covarde seu sobrinho predileto, [...] Não podia consentir, também, que minha Tia terminasse amargamente sabedora de que ela própria, uma mulher, tinha mais coragem do que os homens da família, o que a teria matado de desgosto. Por isso, quando surgia uma questão qualquer em que segundo os códigos particulares dela, estava empenhada a “honra dos Quadernas”, lá ia eu. Apavorado, a contragosto, procurando me fazer o mais parecido possível com a imagem que ela guardava de mim.³³⁰

O comportamento de Quaderna quanto às questões de heroísmo, honra e coragem, é como poeta, que ele vai resolvê-las sob a forma simbólica, na literatura³³¹. A coragem para ele nunca foi uma virtude cortejada, ela só aparece quando reivindicada para satisfação da tia, Filipa, uma “mulher-macho da gota serena”. Nesses arroubos de coragem sob a supervisão da tia, ele se descobre entre “preocupado e orgulhoso como covarde que era, tinha fama de valente.”³³² A coragem de Quaderna é a obediência ao

³³⁰*Ibidem*, p. 50.

³³¹ Vide *A pedra do reino*, folheto XXXVIII, O caso da cabeçada involuntária. P.189-193.

³³² SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.192.

medo de uma pena maior do que o que possa acontecer na ação que ele por ventura venha a ser intimado a executar:

Eu, covarde como sempre fui, estava aterrorizado, julgando que se reacendera a Guerra da Coluna e que íamos emboscar alguma tropa inimiga que passaria por ali [...] Pensei em correr, em desertar, como tinha visto tanta gente fazer em 1912 e 1926. Mas, se eu tinha medo da guerra, tinha ainda mais de meu Padrinho, de modo que fiz das tripas coração e fiquei³³³.

A satisfação de Quaderna não está em falar a verdade se confessando covarde, ou por ser devoto da máxima que prega ser melhor um covarde vivo do que um herói morto, mas sim em tirar proveito das situações adversas, onde, para muitos, inclusive para ele, o motivo de vergonha passava a ser motivo de orgulho. Enfrentar o medo é como uma viagem ao Inferno, é uma provação e tanto. Algumas destas situações:

Antes eu ficava danado da vida quando alguém falava nessa filho-da-putice nossa. Mas lá um dia, numa discussão, Samuel declarou que isso de bastardia não tem a menor importância nessas coisas de fidalguia e linhagens reais, tanto assim que os Braganças, descendentes de Dom João I e Nuno Álvares Pereira, são várias vezes bastardos e filhos de padres! Depois daí, fiquei descansado e perdi a vergonha.³³⁴

Realmente, em se tratado de adultério, a monarquia sempre se comportou exemplarmente, não em evitá-lo, mas em praticá-lo. Sendo assim, Quaderna estava se saindo bem, mas nem tanto quanto seu pai que gerou mais de vinte filhos bastardos. Outra situação acontece quando o promotor descobre que logo após a morte do Padrinho, Quaderna se apropria de um anel do velho Rei. Este objeto desperta o

³³³ *Ibidem*, p.565.

³³⁴ *Ibidem*, p.309.

interesse e a cobiça porque o anel é o símbolo da realeza, e a posse deste objeto pode conferir ao portador a transmissão de direito na sucessão do trono como uma espécie de documento que expressa a vontade política do soberano antecessor. Ao ser interrogado sobre o anel e como ele o teria conseguido, Quaderna sofre um ataque epilético, e quando retorna do desmaio comenta:

De vez em quando, caio no chão, escumando pela boca e mordido de cachorro da molesta! Mas como já disse, não tenham vergonha por mim, não, porque isso é até motivo de orgulho, uma vez que é o mesmo “mal sagrado” de um Príncipe de sangue brasileiro, o Impostor Dom Pedro I, e de um Poeta genial, Dom Joaquim Maria Machado de Assis!³³⁵

Mal que também acometia outro grande escritor, o russo Dostoievski. Como se vê, Quaderna consegue mesmo na adversidade encontrar um motivo para se orgulhar, até dos bárbaros crimes cometidos pelos seus antecedentes reais da pedra do reino:

Ora, eu pensei assim: “Se esse Rei da França falsificava dinheiro, que é que tem se meus antepassados, reis do Povo Brasileiro, degolassem mulheres, meninos e cachorros? Crime por crime, os da minha família foram muito menos chinfrins, porque degolar pessoas é muito mais monárquico do que passar dinheiro falso!”³³⁶

Nessas questões Quaderna não deixa de ter razão. E ter razão é a necessidade de honra para Quaderna, que “vive apurando quem tem razão! Como se o fato de ter razão pudesse servir para alguma coisa!”³³⁷ Para o poeta, serve para não sentir vergonha ou constrangimento pelo seu processo de reordenamento psíquico e seus anseios, que não são colocados como necessidade do indivíduo, mas como algo

³³⁵ *Ibidem*, p.370-371.

³³⁶ *Ibidem*, p. 374.

³³⁷ *Ibidem*, p.248.

natural pertencente ao gênero humano. Só que ele se coloca como pertencente a um gênero particular como Rei e poeta, e esses registros imaginários vão preparando o leitor para a inquestionável sagração de Quardena, como gênio do povo brasileiro.

A Outra questão concernente, mas que não é necessariamente componente do desejo, embora importante na constituição do sujeito, é a partilha da herança que representa o pai ausente. A morte do patriarca é o momento de desagregação familiar e a divisão da sociedade, representa a convulsão social. Objetivamente, a ordem simbólica confere ao sujeito o reconhecimento de sua identidade no mundo. Um dos momentos de tensão no romance de Suassuna dá-se com a chegada de Sinésio Garcia-Barreto, escoltado pelo advogado Pedro Gouveia, Luiz do Triângulo e o cigano Praxedes para reivindicar sua parte na herança. Oportunidade na qual o povo pobre e deserdado, infeliz e desgraçado do sertão esperava por acreditar em Sinésio como o sujeito que traria a felicidade e a justiça para todos. E não é sem fundamento que os defensores de Arésio e Sinésio representam a divisão de classes na sociedade. Na defesa de Arésio ficaram a burguesia urbana e a aristocracia rural, nas pessoas de Antonio Moraes e o Comendador Basílio Monteiro. Já os partidários de Sinésio eram:

os almocreves, os cambiteiros, os ciganos, as lavadeiras, os vaqueiros, os cabras-do-eito, as mulheres-Damas, os fazedores de chapéu de palha, os Cavaleiros, os cabras-do-rifle, as Fateiras, os Cangaceiros.

– Enfim, eram recrutados entre o Povo, a ralé sertaneja, não é isso? – interrompeu o Corregedor, meio impaciente.³³⁸

³³⁸ *Ibidem*, p.301.

A chegada de Sinésio marca o tempo de agitações: neste mesmo dia o rapaz do cavalo branco sai ileso de um atentado cuja conspiração, desconfia-se, deve-se aos partidários de Arésio com o seu consentimento³³⁹; os partidários de Sinésio abrindo fogo contra seus adversários e, ainda neste momento, se tem a invasão da cidade por uma horda de ciganos, que foi tomada por uma coluna avançada que o Cavaleiro da Esperança havia mandado para mais uma vez subverter o sertão, como já havia feito com a famosa Coluna Prestes, em 1926. E, mais uma vez, as autoridades entregam a cidade à própria sorte. Medo de Sinésio e seu bando? Medo da revolução? Os partidários de Arésio, abrigados na sacristia da igreja, avaliam a situação, tentando entender o que era aquela coluna que invadiu a cidade e quais eram seus objetivos. Para o Comendador Basílio, tratava-se de uma revolta comunista, havia o boato de que Luis Carlos Prestes havia entrado no Brasil com o nome falso de Antonio Vilar com o objetivo de transformar o país em República Soviética. E esta República Comunista começaria pelo Sertão do Cariri:

os rebeldes que invadiram, hoje, a nossa Vila, sob disfarce de uma tribo de Ciganos. Ciganos armados? Ciganos que, segundo corre na rua, reagiram a bala contra uma emboscada na estrada? E está provado que o plano deles deu certo! Tanto assim que a Polícia fugiu, deixando os nossos lares e as nossas casas de comércio expostas à sanha dos salteadores! A essa altura, estamos à mercê deles! Não existe mais autoridades constituídas, não existe mais Prefeito, não existe mais Delegado, não existe mais Polícia, não existe mais Juiz de Direito, não existe mais nada! O nosso Prefeito, agora, é Luiz do Triângulo! O Delegado, é o Cigano Praxedes! O Juiz de Direito é o Doutor Pedro Gouveia! A nossa lei, é a do Trabuço dos cangaceiros! Uma República comunista está instaurada em Taperoá.³⁴⁰

A conjuntura vivida era de medo do comunismo. Luís Carlos Prestes voltara do exílio, entrando no país incógnito com o nome de Antonio Villar, e deveria

³³⁹ Vide *A pedra do reino*, folheto LXII, O atentado misterioso. P.342-358.

³⁴⁰ SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p.434.

permanecer na clandestinidade. O Partido Comunista Brasileiro dominava a frente democrática da Aliança Nacional Libertadora, e através dela planejava chegar ao poder, e optou-se então pelo levante revolucionário com um programa de cunho antiimperialista e antifundiário. A Revolução comunista poderia estourar a qualquer momento:

Todo mundo sabe que ele e seus companheiros estão conspirando na sombra, preparando uma Revolução para, talvez ainda neste nosso ano de 1935, tomar o Poder e instaurar uma República soviética em nossa pátria. O fantasma vermelho do Comunismo ameaça-nos por todos os lados. Os cidadãos pacatos não podem mais trabalhar porque os comunistas e revoltados de toda natureza inventam, a toda hora, greves, picuinhas, agressões e atentados de todos os tipos para perturbar o progresso e o trabalho produtivo e ordeiro.³⁴¹

O sonho de revolução é o desejo utópico de mudança social em Clemente, Quaderna e Adalberto Coura, cada um com programas que assumem a função do sujeito histórico. Clemente e Adalberto se completam, ambos pensam a Revolução pelo modelo clássico com um banho de sangue dado pelo povo explorado e atos terroristas: “O Brasil só será de fato independente quando derrotar o imperialismo lá fora, e a reação aqui dentro!”³⁴² O internacionalismo de Clemente chama a atenção para a situação mundial, informando que a Áustria foi anexada à Alemanha, denunciando a Guerra civil espanhola com o povo espanhol sendo massacrado pelas tropas do general Franco, a nacionalização das empresas estrangeiras de petróleo pelo presidente do México, o esquerdista Lázaro Cárdenas. E do México o pedido de revolta do povo cubano contra o imperialismo. Clemente vê nesta conjuntura o início da revolução na América Latina. Adalberto Coura também defende um banho de sangue revolucionário para o Brasil ser um país forte e poder enfrentar e derrotar o

³⁴¹ *Ibidem*, p.429.

³⁴² *Ibidem*, p.511.

imperialismo. Mas no Brasil a situação não está desfavorável para um revolução, Getúlio Vargas já havia instaurado o Estado Novo e posto na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora e o partido Integralista de Plínio Salgado. Enquanto isso, Osvaldo Aranha, o submisso lacaios do imperialismo, mandou uma mensagem ao povo e ao governo dos Estados Unidos, considerada um verdadeiro ato de vassalagem. Como Quaderna não deseja banho de sangue, nem dado pelo presidente nem tampouco por um chefe revolucionário, seu modelo de revolução é um desejo imaginário que une a experiência de Canudos, como república popular de justiça, à beleza fidalga; montaria e bandeira e a verdade de esquerda e autocrática, todos devendo obedecer a Quaderna, Príncipe e Sumo Pontífice da Igreja Católico-Sertaneja. O único que parece levar a revolução como um objetivo é Adalberto, mas lhe falta base social. Clemente, como disse Eusébio Monturo, trai o povo e a revolução quando se exhibe no palanque “feito um lacaios, ao lado dos senhores feudais do Sertão”³⁴³,

Quaderna continua sendo interrogado e narra a expedição em busca do tesouro supostamente deixado pelo pai de Sinésio e Arésio – amealhado pela exploração de pedras preciosas em associação com Edmundo Swendson – até o momento de tomada de posições das tropas de Sinésio, ocupando o tabuleiro, e Arésio, ocupando a rua. Mas, quando se pensa que o confronto entre os irmãos que representam as classes vai acontecer em desfecho guerreiro, o depoimento de Quaderna chega ao fim, já é noite, e o jogo da narrativa vingativa e implacável terá que esperar o próximo movimento dos jogadores em suas crispações guerreiras:

O senhor não vai negar que haveria certa originalidade em eu propor tudo isso que propus com minha narração, em colocar o pessoal todo naquela expectativa, com a briga iniciada, os partidários de Sinésio

³⁴³ *Ibidem*, p.318.

dum lado, os de Arésio noutro, e depois deixar tudo aí, em suspenso, como no fim dos romances de José de Alencar³⁴⁴.

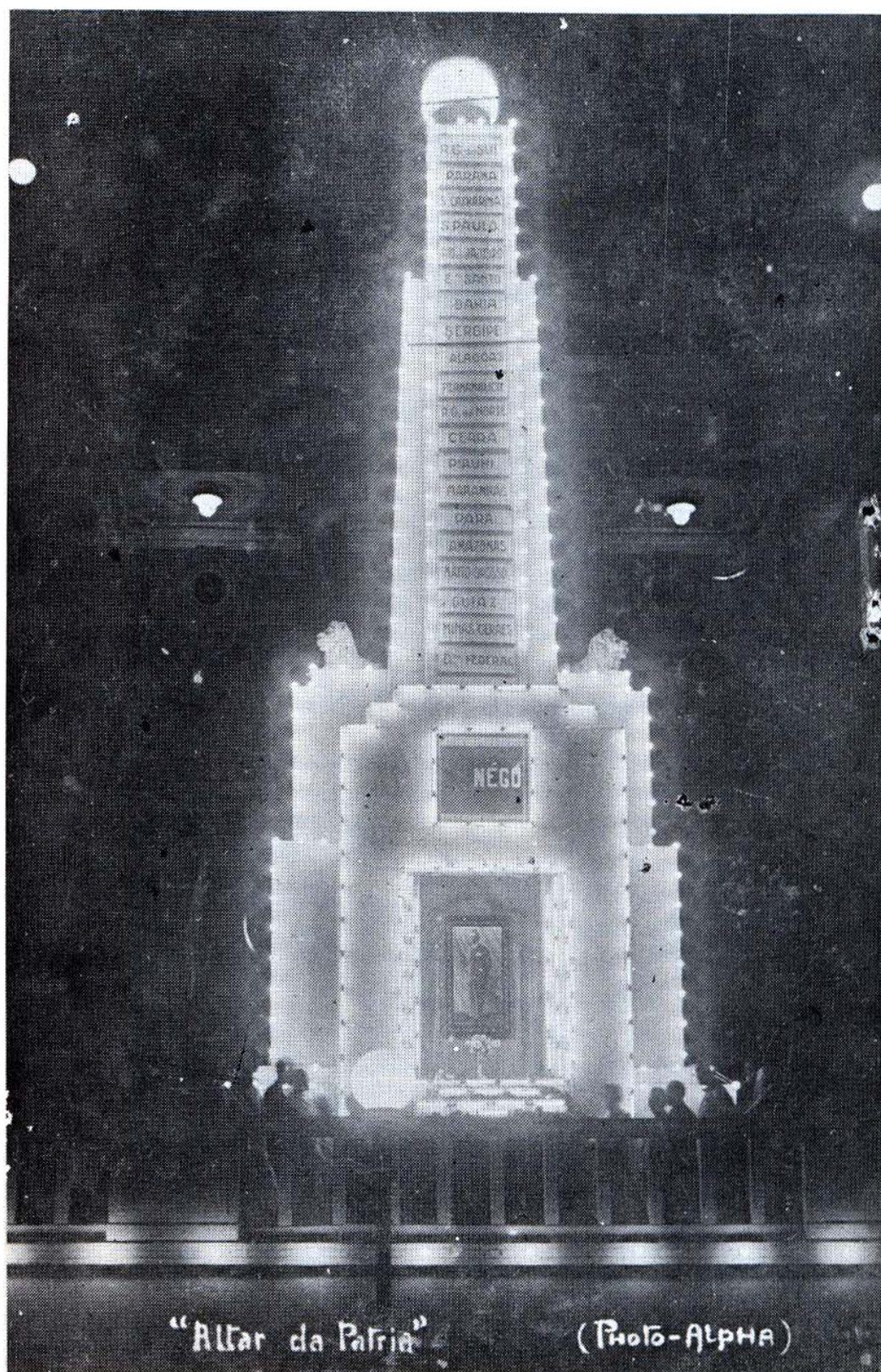
Nobres Senhores e Belas Damas, o que fica em aberto não é a obra, mas o entendimento da obra pelo leitor naquela relação social concreta, objetiva na transmissão de narrativa oral entre o (poeta ou) cantador de histórias e seu público ouvinte, que segue o foco narrativo, que imagina e também julga a história que ouve. Por isso, Quaderna conclui que: “terminara minha Epopéia, minha obra de pedra e cal, edificando, no meio do Reino, o Castelo e Marco sertanejo que tinha sido o sonho de toda a minha vida.”³⁴⁵ Vida que também reflete a vida e desejo do autor.

A obra de Quaderna está concluída, o sujeito surge triunfante como sua identidade simbólica em sua glória de artista finalmente reconhecida no mundo dos adultos, e seu sucesso social garantido com sua coroação como Rei. Agora, Quaderna já não tem mais necessidades para desejar, seus anseios estão satisfeitos, seus sonhos consolidados e a identidade recuperada. Ele é um sujeito completo.

³⁴⁴ *Ibidem*, p.619.

³⁴⁵ *Ibidem*, p.622.

Capítulo 4



Em João Pessoa, Paraíba.

O nome da cidade: Parahyba, capital João Pessoa, Paraíba, capital...?

Capítulo IV

O nome da cidade: Parahyba, capital João Pessoa, Paraíba, capital...?

Lá do alto da colina,
uma cidade e seu rio.
– Nossa senhora das Neves?
Filipéia? Frederica?
Que nome melhor lhe fica?
Que dirá dela a Coroa?
Será quando Parahyba?
Quando será João Pessoa?³⁴⁶

O poder de nomear as coisas é um exercício de poder que emana da língua, uma dominância ideológica que reflete a historicidade do objeto. O espaço, como produto social, está à mercê dos acontecimentos políticos. Aqui no Brasil, o processo de produção social do espaço, a partir da conquista portuguesa, passa a ter a referência do poder secular religioso, e a formação social que surge exprime este sentido. O povoamento nascido cidade por ordem real, em homenagem à santa do dia, recebe o nome de Nossa Senhora das Neves (05 de agosto de 1585/1588) e, a cada reestruturação política, uma nova designação do espaço retratava com pertinência expressiva o novo poder. Foi assim que, para homenagear o unificador dos tronos ibéricos, a cidade passou a se chamar Filipéia de Nossa Senhora da Neves (1588/1634). Em seguida, no período da ocupação holandesa, a cidade, para prestar outra homenagem, desta vez ao Príncipe de Orange, foi denominada Frederica (1634/1654). Reconquistada pelos brasileiros, a cidade foi novamente renomeada, desta vez com o nome de Parahyba (1654/1930), e, inaugurando a República Nova, sob os auspícios da Aliança Liberal, a cidade foi rebatizada em nome do seu último conquistador, João

³⁴⁶ SOUTO, Jomar Moraes de. *Itinerário Lírico de João Pessoa*. João Pessoa: UFPB, 1994.p. 29.

Pessoa (1930/?), “o super-homem da nacionalidade brasileira.”³⁴⁷ A cada mudança, diz Horácio de Almeida, o nome da cidade era assinalado por um banho de sangue³⁴⁸.

Esta última mudança³⁴⁹ dar-se-á sob uma articulada correlação de forças avassaladora da Aliança Liberal na Paraíba, que em poucos dias de campanha consolidou a mudança do nome da capital Parahyba para João Pessoa. Processo que desencadeou a mudança da bandeira e colocou em questão a mudança do hino do Estado. Vários artigos com o mesmo título *Parahyba, Capital João Pessoa*, arregimentavam apoio institucional e demonstravam que a iniciativa da mudança do nome da cidade encontrava apoio não apenas em todo o Estado da Paraíba, mas no país inteiro. Era uma das maneiras mais justas para se homenagear João Pessoa, dar o seu nome à capital paraibana, iniciativa que:

encontrou carinhoso acolhimento no Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba e em toda população do Estado e em diversos pontos do Paiz. É justo, pois, que a nossa Assembléa Legislativa, patrocine tão sublime causa, como sincero pleito a sagrada memória do heroi-martyr que implantou na terra brasileira o mais edificante dos exemplos³⁵⁰.

A proposição logo se transformou em projeto de lei. Aprovado, a mudança do nome da capital Parahyba para João Pessoa transformou-se em ato político contra o governo de Washington Luis que havia autorizado a intervenção federal do Território Livre de Princesa ocupação por tropas do Exército Brasileiro, logo depois do assassinato de João Pessoa. A mudança do nome da capital serviu para mandar um aviso ao governo federal do que estava por vir:

Ella chegou a ser um aviso bem definido ao sr. Washington Luis para que esse despota fique sabendo de uma vez por toda que isto aqui não é um burgo podre que se dê de presente a uma malta de bandidos. A

³⁴⁷ João Pessoa, assim chamado por Café Filho em Minha Prece, artigo publicado no *Jornal do Norte*, edição de 26 de agosto de 1930.

³⁴⁸ ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1978. p. 100.

³⁴⁹ Dizem que a idéia de homenagear João Pessoa, dando seu nome à cidade, partiu do poeta Américo Falcão.

³⁵⁰ Parahyba, capital João Pessoa. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 22 Ago. 1930.

Parahyba viverá por si, digna e altiva como a fez e deixou João Pessoa, Ou morrerá na defesa de sua liberdade. Esqueça de nós o banditismo do Cattete. Procure outra vítima para seus crimes [...] Mas não queira o sr. Washington Luis aumentar a cadeia do nosso martyrio... É um aviso. E quem avisa... ³⁵¹

Outra proposição que estreitou ainda mais a relação da Paraíba com o movimento da Aliança Liberal foi à idéia de também mudar a bandeira do Estado, dando-lhe as cores vermelha, da Aliança, e o preto, o luto pela morte de João Pessoa. Acrescida ao centro, a inscrição NEGRO, significando a atitude de rompimento do governante paraibano com candidatura defendida por Washington Luis:

A Parahyba que já deu nome aurifulgente de seu maior bemfeitor á nossa formosa Capital, precisa de uma bandeira nova. Precisa de uma bandeira que lembre a acção e a morte de João Pessoa, que corporifique o momento de magoa e de indignação intensos que vivemos [...] precisa de uma bandeira vermelha e preta, que lembre a Aliança Liberal, a revolta que lava em todos os espiritos, a dor que campeia em todos os corações. Dê-se, pós, ao povo, como o povo justamente quer, uma bandeira que mereça o seu ardor e o seu culto.

³⁵²

O Projeto de Lei instituindo a bandeira rubro-negra para o Estado, de iniciativa do deputado Generino Maciel, aprovado pelo Assembléia Legislativa, é vetado³⁵³ pelo então governador Álvaro de Carvalho. Considerado um ato anti-político, tal atitude se contrapunha às opiniões dos amigos, aos interesses revolucionários e à

³⁵¹ Parahyba, capital João Pessoa. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 02 Set. 1930.

³⁵² MENEZES. Meira de. Não há lugar para a bandeira antiga. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 07 Set. 1930.

³⁵³ Eis a argumentação para o veto: “Usando das atribuições que me confere o art.2 da Constituição do Estado e, considerando que o projeto nº.6 é, em suas linhas gerais como nas suas minúcias da sua organização, uma simples criação de partido; considerando que a bandeira de qualquer Estado é antes de tudo, um símbolo da vida normal, uma síntese ideal das aspirações coletivas ou da ambiência em que envolve a alma do povo que a elege; considerando que a frase inscrita na bandeira que ele cria não é histórica nem figura no telegrama em que o presidente João Pessoa negou à candidatura Júlio Prestes; considerando que –nego- desacompanhado de qualquer explicação é, por si só, incompreensível e encerra um grito de puro negativismo, resolvo vetar este projeto, devolvendo-o à assembléia, para que se cumpram os dispositivos constitucionais que regem o caso. João Pessoa, 23 de Setembro de 1930. (a) Álvaro Pereira de Carvalho.” Vide Álvaro de Carvalho em *Nas vésperas da revolução e memórias*. João Pessoa, Acauã: 1978. p.66.

tiranias das massas³⁵⁴. Mas um ato consciencioso que, às vésperas da revolução, serviu de argumento para seus adversários no seio do próprio governo exigirem sua renúncia ao cargo que ocupava em substituição a João Pessoa. No romance *Fretana*, de Carlos Dias Fernandes, o motivo para tais homenagens tem por objetivo conspirar a derrubada do governador Álvaro de Carvalho, que tem o sugestivo nome de Candido Cedro. Para isso, contava-se com a certeza da rigidez ética e moral do governante, que trabalharia a favor das necessidades dos conspiradores para ascender José Américo de Almeida, personagem Lazaro Lameira, ao poder do Estado:

Ou Candido sancionava a resolução Legislativa, mentindo às convicções, violando a lógica jurídica, abjurando o seu honroso passado, ou lhe opporia veto, caindo, dest'arte, nas crispadas garras dos sectarios enfuriados. Deu-se como era de se esperar, a segunda hypothese: Cedro vetou, Cedro agiu como se esperava; Cedro Salvou o nome de Microlandia; continuou a estirpe dos seus grandes homens e foi apeado do poder, mas sem conspurcar na lama de uma infima apostasia as asas do seu idealismo. Estavam, pois, retirados do caminho de Lazaro os dois maiores obices: o Presidente, seu sucessor. O intruso, adversario de ambos, por dissídio politico, com renhidos entreveros na imprensa partidária, tornara-se senhor do terreno, onde podia desdobrar, sósinho, o amarfanhado rolo das suas inominaveis tramóias.³⁵⁵

Em resposta ao veto do governador paraibano, a cidade amanheceu rubro-negra,³⁵⁶ engalanada com a bandeira que se tornou simbólica da suprema dor do povo pela morte de João Pessoa, o herói de nossa gente. O veto foi derrubado pela grande maioria dos deputados. A aprovação da bandeira rubro-negra do Nego começou a acenar o ocaso político de Álvaro de Carvalho.

³⁵⁴ “Era preciso não ter opinião. Para dominar as massas é necessário saber sofrer-lhe a tirania. E eu resisti-lhes em nome da consciência individual. Politicamente fiquei só. [...] Ali, nos cafés, na imprensa, na rua, já pregavam abertamente a revolução.” Álvaro de Carvalho em *Nas vésperas da revolução e memórias*. João Pessoa, Acauã: 1978. p. 121-122.

³⁵⁵ FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. Rio de Janeiro: Alba, 1936.p.218-219.

³⁵⁶ “E o povo para demonstrar a sua solidariedade aos deputados liberaes cobriu a cidade de bandeiras vermelhas [...] estas bandeiras que symbolisam a renovação moral e material da nossa terra, serão brevemente, o acesso dos oprimidos convocado a nacionalidade para o combate decisivo ao mercenarismo político.” A Parahyba coberta de bandeiras vermelhas. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 27 Ago. 1930.

O romance *O dia dos cachorros*, talvez seja o primeiro a tecer comentário a respeito da nova bandeira rubro-negra. A interpretação é semelhante à justificativa de Meira de Carvalho de lembrar a morte e o luto por João Pessoa, como se a Paraíba estivesse condenada a viver um luto eterno:

Bem diferente, pois, da bandeira de uma certa província de bosta do Brasil, de onde o preto e o vermelho –luto e sangue– davam-lhe um aspecto funerário, como se a bandeira do Inferno, bandeira de fogo e breu. E depois havia ainda aquele nomezinho ridículo, aquele tal de “nego” que inventaram de escrever no luto, como se tal bandeira tivesse sido pensada para ficar eternamente no banzo do meio-pau³⁵⁷.

As mudanças simbólicas continuam em andamento, para completá-las falta algo, mas não está muito difícil de realizar o objetivo de unificar a representação ideológica:

o sr. João Mauricio de Medeiros lembra com muito proposito e muita oportunidade que a Parahyba renovada, tendo nova bandeira, devia, também ter um hymno novo[...] que melhor reflectissem o sentimento da coletividade parahybana nesta hora de dôr, de luto e de heroismo. Seria, por certo, uma composição com motivos emocionaes da bandeira rubro-negra, notas agudas e imperativas, estrofes flammejantes de bravura e revolta, traços profundos da mentalidade parahybana no instante maximo de seu nobre e destemeroso sacrificio.³⁵⁸

Não foi o hino paraibano que trouxe para reflexão da comunidade a realidade paradigmática de dor, luto, heroísmo e revolta, mas o *Hino a João Pessoa*³⁵⁹, que o retrata como um fenômeno passageiro³⁶⁰ e que parece reviver o mito sebastianista

³⁵⁷ ARAÚJO, Aldo Lopes. *O dia dos cachorros*. Recife: Bagaço, 2005. p.167.

³⁵⁸ OLIVEIRA, Raphael Corrêa de. O hymno parahybano. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 14 Set. 1930.

³⁵⁹ Hino a João Pessoa, música de Eduardo Souto e versos de Oswaldo Santiago, cantado por Francisco Alves. Em 25 de setembro de 1930, o jornal *Correio da Manhã* noticiou: “Esta alcançando em todo paiz grande sucesso, o hymno a João Pessoa (...) o novo hymno foi hontem pela primeira vez ouvido nesta Capital na “Casa Odeon”, que recebeu um disco de amostra e fez immediatamente um grande pedido, para attender a innumeradas encommedas.”

³⁶⁰ Hino a João Pessoa: “Lá no Norte um herói altaneiro/ Que da Pátria o amor conquistou/ Foi um vivo farol que ligeiro/ Acedeu e depois se apagou/ João Pessoa, João Pessoa/ Bravo filho do sertão/ Toda pátria espera um dia / A tua ressurreição/ João Pessoa, João Pessoa/ O teu vulto varonil/ Vive ainda, vive ainda/ No coração do Brasil... Outros hinos embalaram a revolução como o Hino as mulheres paraibanas, hino de Princesa, Hino Juarez Távora, entre outros, registro realizado por Domingos de Azevedo Ribeiro em *João Pessoa e a música*, encontramos todo repertório da revolução.

da ressurreição³⁶¹. Fez grande sucesso. Mas com a Revolução vitoriosa e com tanta coisa de ordem prática para se fazer, algumas questões tornaram-se questiúnculas diante dos problemas da nação. No entanto, a Paraíba havia se transformado em palco de enfreteamento e principal opositor ao governo central, e as mudanças acontecidas na Paraíba serviram para rearticular os conspiradores da Aliança Liberal. Os acontecimentos paraibanos ou a eles relacionados foram o rastro de pólvora que se alastrou, convocando³⁶² os demais estados que compuseram a Aliança Liberal para a ação³⁶³. A Revolução será consolidada em outubro de 1930. E na Paraíba o programa estético da Revolução tem continuidade. A Praça João Pessoa receberá, em homenagem ao homem que empresta o nome à capital paraibana, um opulento monumento de autoria de Umberto Cozzo.

Retratos de João Pessoa adornam os lares, e fivelas com sua esfinge em cintos ilustram os umbigos dos paraibanos³⁶⁴. João Pessoa tornou-se uma mercadoria pronta para o consumo político a serviço da Revolução e manipulação das massas. A Paraíba, antes, *pequenina e boa*, era agora, *pequenina e doida*. E a Paraíba continua a ostentar em seu espaço e espírito a representação do seu passado conspiratório que

³⁶¹ Na coluna do jornalista Cláudio Humberto, João Pessoa, já ressuscitado, escuta em família e entre amigos o hino em sua homenagem póstuma em *Gramofone impertinente* – Poder sem pudor: “O refrão de um hino em todo o País, em 1930, dizia “João Pessoa, João Pessoa, bravo filho do sertão”. Orgulhoso, o homenageado comprou um gramofone e chamou os amigos e a família pra ouvir a música. O problema é que o disco estava arranhado e empacou no final da estrofe: – Bravo filho, bravo filho, bravo filho... Sem entender de disco ou de gramofone, João Pessoa ordenou a mulher: – Leve as meninas lá para dentro, esse troço está querendo dizer um palavrão...” *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 15 Nov. 2007. Brasil.. p.5. Erro histórico do qual Wellington Aguiar solicitará reparação?

³⁶² “A epopéia da libertação brasileira ha de ser escripta e realisada pelo povo do norte cançado de soffrer no abandono e na humilhação em que vive. O deputado João Neves não se enganou quando disse que a luz do nordeste illumina o Brasil. O soldado e o povo nortista seguindo a estrada que lhes abriu o heroísmo de João Pessoa cumprirão o seu dever e salvarão o Brasil na hora que todas as energias lhes faltarem.” A luz que vem do Norte. *Correio da Manhã*. João Pessoa. 01 Out. 1930.

³⁶³ “O Rio Grande tem extraordinarias responsabilidades neste momento e a maior dellas é dar o golpe seguro sobre a tyrania. Confiemos um pouco e cuidemos de nós... O Rio Grande cumprirá a sua palavra.” Café Filho em O presidente ficou como matuto entre gente grande. *Jornal do Norte*. João Pessoa, 23 set. 1930. Antes disso, o Senador Flores da Cunha, protestando contra a ação do governo central na Paraíba, havia declarado: “Basta de palavras. Nesta altura dos acontecimentos, só compreendendo uma attitude; é a ação. Precisamos agir.” Discurso divulgado no jornal *Correio da Manhã*. João Pessoa. 03 Set. 1930.

³⁶⁴ Como anunciado nos Jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Norte*: “Fivelas para cintos de homens com o retrato do presidente João Pessoa. Vende “A cearense”. Avenida Beurepaire Rohan, 100”

desembocou na Revolução de 30 e nos deu um Brasil moderno. Mas é de suas entranhas ideológicas, da exacerbada representação Liberal da Revolução de 30 no campo imagético da cidade e da experiência cotidiana da realidade que une a Paraíba ao inconsciente político da revolução lança sua rede de significantes na organização de estratégias discursivas para continuar a disputa ideológica, ação que se repete como sintoma do reprimido, cujo resultado é a liberação da ordem simbólica que se manifesta na forma de fenômenos culturais como o nome da cidade e os símbolos cívicos que lhes servem de códigos, como apregoa o historiador Wellington Aguiar: “A idéia não é nova nem original. De vez em quando, um ou outro político mergulhado no ostracismo resolve aparecer e procura a imprensa para propor a substituição do nome da cidade.

„³⁶⁵

Nestas últimas três décadas, a lista de quem argumenta em favor da mudança do nome da cidade volte ao topônimo anterior ou outro qualquer tem aumentado, justificando-se que a troca do nome aconteceu “num clima de forte carga emocional que num processo relâmpago se mudou o nome da capital para João Pessoa.³⁶⁶” Mas a história também é feita com emoção, e o pedido de mudança seria a manifestação da negatividade que o atual nome provoca, tanto é que existem proposições de nomes que não estejam relacionados à representação dos grupos oligárquicos, como Cabo Branco³⁶⁷, uma denominação que, na opinião daqueles que fazem a Organização Não-Governamental Parahyba Verdade, não está marcada por rancores ou ódios da tragédia de 1930 – além de ser um nome muito atrativo, que possui

³⁶⁵ AGUIAR, Wellington. Nome que honra. *A União*. João Pessoa, 29 Jul. 1978.

³⁶⁶ LUCENA JUNIOR, Alberto. Paraíba, capital Cabo Branco. *A UNIÃO*. João Pessoa, 26 Mai. 2001. Idéias. p.21.

³⁶⁷ ARANHA, Carlos. Paraíba. Capital: Cabo Branco? *O Norte*. João Pessoa, 30 Ago. 1995. Show. p.2. Outros jornalistas opinaram em suas colunas, como, William Costa: “Cabo Branco, eis uma boa opção.” *A UNIÃO*, em 14 de março de 1999. Ou ainda em 5 de março de 2006, em artigo Troco sangue e luto por cores matinais, no jornal *O Norte* defendendo um possível plebiscito, reafirma: “Cabo Branco é a minha opção.”

uma energia positiva³⁶⁸. Ou Sanhauá³⁶⁹. Outro nome que permanece sendo sempre lembrado é Paraíba (do Norte), topônimo que resistiu por mais de dois séculos à política paraibana. Entretanto, existe outra proposição de nome para a cidade que tenta unir o inconciliável:

Paraíba, capital São João. Com a mudança, resolveríamos vários problemas. Para os que idolatram a memória do presidente assassinado, o nome João permaneceria. E canonizado! Os familiares de João Dantas, até hoje injuriados com a homenagem feita à vítima, seriam contemplados, já que a mudança também guardaria uma referência ao nome de quem apertou o gatilho contra o coração dos Pessoa. A Capital seria beneficiada já que deixaria de ser ringue de uma disputa tão jeca quanto bisonha, e de quebra ainda ganharia o marketing anual que é feito para divulgar “o maior João do mundo” que acontece em Campina. São João para a capital. A idéia está lançada³⁷⁰.

A designação atual João Pessoa, indubitavelmente, encontra-se com maior força política. Em 1999, um deputado estadual paraibano, embasado no artigo 82, que trata das ações transitórias da Constituição do Estado da Paraíba, o qual determina que: “O Tribunal Regional Eleitoral realizará consulta plebiscitária a fim de saber do povo de João Pessoa qual o nome de sua preferência para esta cidade.” Para quem defende a mudança do nome da cidade, o plebiscito seria uma oportunidade democrática de resolver esta disputa que se arrasta aos dias atuais. Entretanto, a posição contrária a que se atenda o que recomenda a Constituição Estadual, pelos defensores de João Pessoa, justificada pela urgência de se resolver as carências do Estado, como problemas de ordem “moral e material.”³⁷¹ E o alto custo para a realização do plebiscito pelo Tribunal Regional Eleitoral sempre foi considerado proibitivo, cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), um valor muito elevado para um Estado que carece

³⁶⁸ PARAHYBA VERDADE. Quando a cidade completa 422 anos. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 05 Ago. 2007. Política. p.7.

³⁶⁹ BRONZEADO, Iremar. Sanhauá é teu nome. *O Norte*. João Pessoa, 19 Mar. 1999. Opinião. p.7.

³⁷⁰ GALVÃO, Walter. São João pra capital. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 27 Ago.2003. Caderno2. p.3.

³⁷¹ MACHADO, Jório. João X Jampa. *O Norte*. João Pessoa, 19 Mar. 1999. Opinião. p.7.

de educação, segurança pública, saúde, moradia e emprego para o povo³⁷². Mas para quem deseja ver o plebiscito realizado, o negócio é encontrar alternativas que ponham por terra a má vontade política dos “pessoistas” na contra-argumentação orçamentária. O gasto com o plebiscito para mudar o nome da cidade seria quase inexistente, colocando a pergunta plebiscitária “no programa das urnas eletrônicas de João Pessoa, quando do pleito municipal, como manda a Constituição Estadual.”³⁷³ Contudo, pergunta-se:

Será que João Pessoa ficará mais bonita com o novo nome? Os turistas começarão a fluir dadivosamente a nossa capital e ao estado pela simples nomenclatura? As indústrias terão novo atrativo e incentivo com o novo vocábulo? Com certeza as coisas continuarão do mesmo jeito (...) O debate está aberto nos jornais e rádios. Aguardemos o rumo dos acontecimentos. Mais uma vez acreditamos no esmorecimento do assunto. Um plebiscito talvez cale para sempre as vozes contestantes. Seria o selo da história³⁷⁴.

Pensar desta forma é ter que responder em que melhorou a vida dos paraibanos ao se trocar o nome da cidade de Parahyba para o nome do político de Umbuzeiro? Ou ainda culpar o atual nome João Pessoa pelo atraso econômico porque passa a Paraíba? São questões que não se sustentam, apenas se desviam das questões relativas ao resquício do poder oligárquico pela descendência que impera na tradicional ocupação de cargos públicos ou eletivos. Assim, mudar o nome da cidade acaba sendo tomado por uma questão sem importância, como apregoam os “pessoistas” que tentam passar a opinião deles como se fosse também a opinião do povo³⁷⁵. Entretanto, este tipo de argumento não cala mais o “povo”:

³⁷² TEIXEIRA, Antonio Edílio Magalhães. O verdadeiro plebiscito. *O Norte*. João Pessoa, 16 Mar. 1999. Opinião. p.7.

³⁷³ Proposição de Arael Meneses citado por Rubens Nóbrega em Custos do plebiscito. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 23 Jan. 2008. Política. p.4.

³⁷⁴ MARTINS, Joaquim P. Paraibense... *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 19 Mar. 1999. Opinião. p.2.

³⁷⁵ “A idéia é de quem quer aparecer (...) Em nossa opinião ou na opinião geral do povo, os defensores dessa mudança deveriam exercer os mandatos para os quais foram eleitos cuidando dos problemas cruciais da população. (...), o melhor para o momento é acabar com essa polêmica tola que não leva a

Ora, se realmente fosse uma questão de menor importância – como dizem alguns – volta e meia, não retornaria à boca do povo. Desde que me entendo por gente que escuto esse dilema “mudar ou não mudar o nome da cidade” – eis a questão. Então por que não solucionar isso de uma vez por todas? Vamos escutar a voz do povo e ver o que ele deseja, aí, sim, se encerrará o assunto.³⁷⁶

Não se deseja necessariamente acabar com esta situação, pois o que interessa mesmo é apenas a retomada do debate acerca do nome da cidade e a história da Revolução na Paraíba, visto que não se pode discutir a mudança do nome da cidade sem se debater a revolução e seus agentes:

Passados setenta e sete anos ainda se pretende uma mudança de nome por absoluto incômodo pessoal sem que se observe em nenhum momento ser movimento oriundo da massa, do povo, da choldra, da população [...] Por favor, deixem João Pessoa em paz, ambos o estadista e a Capital.³⁷⁷

Como esquecer o que foi tecido pela memória histórica nestes setenta e sete anos, se os seus agentes não saíram de cena e a realidade simbólica do passado se reproduz tanto no reforço daqueles que pedem a mudança do nome da cidade, quanto dos “pessoistas” que vêem no debate sobre o nome da cidade uma ofensa à memória do morto. A história vive sendo reescrita o tempo todo pela repetição de um tempo que parece circular, mas são os argumentos reprimidos que retornam quando os que defendem a mudança do nome da cidade dizem que não estão se posicionando contra a figura do homenageado como estadista, administrador extemporâneo, ou contra o valor histórico do político ou do homem João Pessoa ético e de moral elevada, mas só estão sendo contra a representação negativista da história como tragédia – como foi

nada”. ARAÚJO, José Jacinto de. Mudar o nome da capital. *O NORTE*. João Pessoa, 09 Abr. 1999. Opinião. p.7.

³⁷⁶ Liana Espínola de Carvalho, citada por Carlos Pereira em O nome da capital. *O Norte*. João Pessoa, 16 Ago. 2003. Opinião. p.6.

³⁷⁷ AQUINO, Carlos Pessoa de. João Pessoa. . *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 13 Nov. 2007. Opinião. p.6 .

construída na Paraíba de 1930 – , como se desconhecessem que a história é resultado, em sua grande maioria de acontecimentos trágicos. Todos expõem suas mágoas e dores, acrescentando seus pontos. Os “pessoistas” vêm neste debate sobre o nome da cidade o ressentimento perrepista, coisa de *quem quer aparecer*, coisa de quem não conhece a história paraibana, coisa de político querendo projeção midiática. Contudo, a defesa predileta de alguns historiadores é criticar aqueles que pedem a mudança do nome da Capital paraibana, e não a crítica que eles tecem:

Vez que outras figuras menores, querendo aparecer na mídia, propõem a mudança do nome da Capital. O texto recente do sr. Bertrand Lira³⁷⁸ sobre o assunto, publicado neste jornal, trouxe porém uma inovação: ele deu duas vergonhosas babadas no poderoso Ariano Susassuna. Na certa quis agradá-lo servilmente, tentando obter proteção e amizade do inimigo rancoroso do Presidente João Pessoa. Alguns sabem o motivo de tal ódio.³⁷⁹

Expor opinião que não sirva para a manutenção do *status quo* é sofrer uma condenação moral e intelectual, já quem pensa diferente, ou seja, igual, possui “um juízo de quem conhece a fundo a História da Paraíba (...). Possuidor de profunda cultura”³⁸⁰, ou “paraibano de alto nível intelectual³⁸¹”. E como não poderia deixar de ser, quem se manifesta contra o estabelecido, não passa de “figuras menores (...) sempre se posicionando contra João Pessoa e cometendo erros clamorosos de História da Paraíba.”³⁸² Elogiar quem defende João Pessoa não é bajulação e nem tampouco servilismo voluntário de quem enunciou tais sentenças. Trata-se da relação desse escritor com o mundo e com o conhecimento sobre o mundo que o gerou como

³⁷⁸ LIRA, Bertrand. Devolvam o nome Paraíba à cidade do Cabo Branco. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 25 Fev. 2006. Caderno2. p.6 .

³⁷⁹ AGUIAR, Wellington. João Pessoa, ontem, hoje, sempre. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 02 Mar. 2006. Caderno2. p.6 .

³⁸⁰ AGUIAR, Wellington. João Pessoa: opiniões dos grandes. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 16 Mar. 2006. Caderno2. p.6.

³⁸¹ AGUIAR, Wellington. João Pessoa e Agassiz. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 07 Fev. 2008. Caderno2. p.6.

³⁸² *Ibidem*

indivíduo. Contudo, qual o motivo para a devoção visceral? Interesses da classe dominante que o elegeu para fazer a defesa de seus valores na sociedade:

O que move Wellington Aguiar é, antes de tudo, o amor pela verdade, o seu compromisso com os seus ideais de justiça, de democracia, de ética e de respeito ao interesse público (...) Hoje é tempo de agradecer a Wellington Aguiar. Mas não apenas em nome da família Pessoa. Esse agradecimento vai em nome de todos os paraibanos a um homem que tem dedicado a sua vida a garantir a integridade da nossa história, a elevar a nossa auto-estima, a refrescar a nossa memória e a não permitir que os algozes da democracia, os detratores da verdade, os inimigos da Paraíba confundem a opinião pública, transformando vilões em heróis e heróis em vilões.³⁸³

Debater as mudanças ocorridas na história da comunidade a partir da revolução, não acaba o regime democrático. Pelo contrário, a democracia se fortalece na comunidade, trazendo-se à tona o que antes não era permitido. Querer o debate histórico sobre as causas que mudaram o nome da cidade não é detratar a verdade e nem tampouco confundir a opinião pública, mas fazê-la ir além da opinião publicada. É trazer a opinião do povo para o debate para que o herói possa derrotar o vilão, pois no debate democrático tudo deve acabar bem, até mesmo quando nossas proposições são rejeitadas. Sendo resultado da maioria, mesmo que consideremos a maioria equivocada, o resultado terá sido fruto do debate e da argumentação e, portanto, legítimo.

O debate sobre a mudança do nome da Capital nunca arrefece, dos jornais paraibanos a polêmica é transferida para a rede mundial de computadores,³⁸⁴ regressando à imprensa. Prossegue assim, o itinerário do inconsciente político, e, como no passado, depois do debate sobre o nome da cidade, o próximo passo é sobre outra mudança, desta vez a bandeira rubro-negra:

³⁸³ JUREMA, Abelardo. As razões de uma paixão. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 Jul. 2005. Caderno2.p.8.

³⁸⁴ ARANHA, Carlos. Nome e plebiscito (João Pessoa é polêmica na Internet). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 Jul. 2006. Caderno2.p.4. A mediadora desta polêmica é a revista eletrônica *SE TOQUE*, editada por Henrique Magalhães.

Primeiro foi a proposta de mudança do nome da cidade de João Pessoa para Filipéia ou outro qualquer. Não deu certo. Agora a idéia é mudar radicalmente a bandeira da Paraíba para uma mais colorida, menos ‘down’(...) Desta vez quem sabe, a idéia seja absorvida³⁸⁵.

Ironicamente, a argumentação em defesa das mudanças que marcaram a sociedade em 1930 é, agora, utilizada na contra argumentação:

A nossa bandeira é um mausoléu, um símbolo fúnebre com a marca da vingança e a palavra-chave do negativismo e da discórdia: Nego. (...) a vida dos paraibanos nestes últimos 55 anos, foi influenciada negativamente por um símbolo sombrio que traduz mágoa, tristeza e contrariedade³⁸⁶.

Convidado a opinar sobre a mudança da bandeira paraibana, Ariano Suassuna informa que na bandeira rubro-negra existem dois erros; o primeiro é a palavra *Nego*, e o segundo é a sobreposição de cores, que não é permitida pelas leis heráldicas. Contornando os problemas políticos, mas não esquecendo, o escritor recomendou as seguintes modificações, mantendo a mesma simbologia originária da tragédia de 30:

Pelo que me dizem, o preto é luto pela morte do presidente João Pessoa. O vermelho do sangue derramado ou qualquer coisa. Então, eu sugeri que continuasse o preto e o vermelho, separasse com uma linha de ouro, amarelo, para modificar esse erro heráldico. E sugeri para fazer uma homenagem ao presidente João Pessoa o símbolo da família Pessoa, que são seis crescentes de ouro, colocados em pares. (...) A sugestão que eu fiz lá, morreu lá mesmo. Ninguém levou pra frente³⁸⁷.

A proposição de Suassuna é realmente boa para completar a representação de dominação da oligarquia Pessoa na Paraíba, identificando o espaço como um

³⁸⁵ VEIGA, Gisa. Bandeira da Paraíba pode mudar. *O Norte*. João Pessoa, 23 Mar. 1997. Política. p.7.

³⁸⁶ MARINHO, Armando Nóbrega. A poesia do Nego. *O Norte*. João Pessoa, 02 Nov. 1995. Show. p.2. E ainda sobre esse debate relacionado à bandeira rubro-negra da Paraíba, temos: Do Nego aos arranha-céus, no jornal *O Norte*, em 16 de abril de 1997 do mesmo autor da Poesia do Nego; de Irene Dias Cavalcanti, Nego. *Correio da Paraíba*, em 12 de abril de 1992.

³⁸⁷ Ariano Suassuna em entrevista a Helder Moura. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 30 Nov. 1997. Domingo. p.11-12.

domínio privado e não público, como reconhece a epígrafe logo aos pés do monumento ao governante paraibano: “A João Pessoa a Paraíba”. A João Pessoa não só a capital, mas todo o Estado, uma doação pelo merecimento em transformar uma Paraíba pequenina em um grande exemplo de luta em defesa da autonomia e da democracia federativa.

Então, assim como em relação à cidade, que permanece recebendo proposições de nomes, também se levanta o movimento pela mudança da bandeira do Estado, como propôs o ex-presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, Inaldo Leitão, querendo mudar a bandeira rubro-negra, “down”, para uma bandeira mais alegre. Mas como ninguém levou a idéia à frente, a proposição acabou esquecida.

Como incursão do inconsciente político, o debate acerca da mudança do nome da Capital acaba sempre por encontrar uma oportunidade para vir à tona, realidade que vai e vem como uma sensação de *déjà vu*. Uma dessas possibilidades foi em entrevista concedida pelo prefeito da Cidade que, questionado sobre a mudança do nome da capital, não tergiversou:

O prefeito Ricardo Coutinho não acha nada de mais que o plebiscito sobre o nome da Capital seja submetido aos pessoenses (...) Na conversa de ontem, ele surpreendeu: disse com todas as letras que não concorda com o nome de João Pessoa como capital da Paraíba. Cuidou de deixar claro que nada tem contra a figura do homem público que sucedeu João Suassuna, mas revelou concordar com o estigma de ódio e rancor que preservam estas homenagens.³⁸⁸

Alertado pelo jornalista que o entrevistava sobre a reação que sua opinião a respeito do plebiscito poderia causar, o prefeito declara saber do problema, mas afirma que sua opinião acerca desta questão é pública e que o plebiscito é uma forma democrática para resolver se o povo da cidade muda ou não o nome da capital. Ele

³⁸⁸ ALMEIDA, Agnaldo. Vamos mudar o nome? *O Norte*. João Pessoa, 07 Ago. 2007. Política. p.5.

ressalta, no entanto, este assunto não será uma prioridade de sua gestão: “Não vou transformar isso no grande debate do município e nem polemizar.”³⁸⁹

Reafirmar o que já havia sido dito acaba sendo a tarefa para não se prolongar a questão com uma polêmica imprópria para o momento:

Secretário adjunto de articulação política da Prefeitura, o ex-vereador Fernando Milanez ficou feliz ao saber que o prefeito Ricardo Coutinho não estaria patrocinando a idéia do plebiscito para mudança do nome da Capital. Sobrinho neto de João Pessoa, Milanez reagiu com indignação às primeiras notícias sobre o assunto, “mas jamais acreditei que o prefeito pudesse estar por trás dessa iniciativa que vai contra a história da cidade que o elegeu”.³⁹⁰

A polêmica que, consubstanciada pela ordem do tempo, tornou-se cíclica e atravessa gerações de paraibanos. Aliás, no entendimento de Wellington Aguiar:

Já está por findar a temporada de mudança do nome da Capital. Pois essa história de dar outra designação à cidade é cíclica, sim. Promovida sempre por dois ou três energúmenos, que não conhecem a História da Paraíba, tal campanha vem e vai sem maior importância.³⁹¹

Talvez por conhecer e por ter a certeza de que a história em seu processo pode ser mudada, independente das posições fossilizadas do pensamento autoritário e arrogante desse ou daqueles indivíduos que não aceitam o debate acerca do político e que divergem com a indignação por essas polêmicas, é que o objeto importa ao inconsciente como uma questão desnecessária:

Os políticos paraibanos parecem não ter o que fazer. A Paraíba com tantos problemas graves para resolver, principalmente a questão do desemprego e do empobrecimento assustador da população, e nossas lideranças políticas se deixam envolver num festival de besteiras, trazendo para a discussão política o tema da mudança do nome da cidade de João Pessoa. Eles dão, assim uma prova do elevado grau de

³⁸⁹ POLÊMICA – Prefeito diz que qualquer mudança no nome de João Pessoa deverá passa pela realização de uma consulta com a população. *O Norte*. João Pessoa, 07 Ago. 2007. Política. p.4.

³⁹⁰ JUREMA, Abelardo. Reação. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 08 Ago.2007. Caderno2. p.8.

³⁹¹ AGUIAR, Wellington. João Pessoa, nome que nos honra. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 16 Ago. 2007. Caderno2. p.6.

indulgência política e tentam contra a memória de um homem, que junto com Getúlio Vargas, defendeu as idéias que estruturam o Brasil como Estado e como nação.³⁹²

É como se o passado demorasse a chegar e o presente ficasse prisioneiro desta situação psíquica, na qual mudam-se os atores mas os argumentos resistem ao tempo e se inscrevem na história como uma instituição cultural fundada na dimensão do inconsciente político. O nome da cidade e os símbolos cívicos servem de códigos ideológicos aos argumentos na representação textual da realidade que incomoda, é reprimida, esvaziada, e torna-se uma sombra que nos acompanha segredando aos ouvidos que está pronta para voltar a incomodar, fugindo ao controle, querendo ser importante como uma questão pública querendo uma solução definitiva:

A estética negativista, o parti pris, o sorumbatismo de nossas insígnias incomodam e preocupam. É ingenuamente cínica a afirmação de que há coisas mais importantes para se discutir. Tudo é importante na perspectiva orgânica da busca da perfeição. Como asseverou o poeta luso, “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. Urge a formação de um comitê de luta pela mudança dos símbolos cívicos do nosso Estado, com o objetivo de apressar o que, algum dia, de qualquer forma, terá que ser feito.³⁹³

Nesta querela dos símbolos o que incomoda é a representação do *Outro*. A temática do eterno retorno acontece porque os símbolos e o nome da cidade estão atrelados à fração vitoriosa da Revolução de 30. Quase tudo de significativo na capital paraibana leva a marca da disputa política, e a referência ao grupo oligárquico da família Pessoa e ao seu representante maior João Pessoa, esse nome que representa o poder que celebra uma época. Mas o que expressará o povo³⁹⁴ quando “intimado” para opinar em plebiscito sobre o nome da cidade? Será João Pessoa? Paraíba... Que nome

³⁹² CARVALHO, João Manoel de, A indulgência dos políticos. *Contraponto*. João Pessoa, 09 Ago.2007. Política. p.5.

³⁹³ BRONZEADO, Iremar. A querela dos símbolos. *O Norte*. João Pessoa, 26 Abr. 1997. Opinião. p.3.

³⁹⁴ Em pesquisa de opinião pública realizada pelo jornal *O Norte* /Brasmarket, em resposta à pergunta “Você é a favor da mudança do nome da Capital paraibana”? Entrevistados 500 pessoas, o *não* obteve 92,6%, o *sim*: 5,6% e *outros*: 1,8%. Conforme matéria de Gisa Veiga em *Pessoense é contra mudança*, em *O Norte*. João Pessoa, 21 Mar. 1999. Política. p.3.

melhor lhe fica? Se a cidade em que se mora possui um nome que não agrada, não mude de cidade, mude o nome dela.

O inconsciente político está sempre a espreitar o cotidiano, e, quando menos se espera, eis que tudo recomeça:

Vale lembrar que somos a única capital brasileira com o prenome e nome de um político local. Florianópolis quase disfarça a homenagem ao ilustre presidente alagoano. Por outro lado, a nossa bandeira rubro-negra não nos deixa esquecer o ocorrido há mais de sete décadas. Não há como negar que as atuais denominação e bandeira foram escolhidas em momento de não de ódio, pelo menos de paixões exacerbadas³⁹⁵.

O motivo para não se esquecer dos acontecimentos ocorridos a mais de sete décadas é que a disputa política envolvendo os grupos oligárquicos encontrou outras maneiras de continuar a disputa ideológica, o âmbito da cultura, meio pelo qual o inconsciente político se consolidou na perspectiva de ruptura ou de manutenção da materialidade das homenagens que a memória se manifesta no controle dos monumentos, símbolos, datas e rituais. Assim, o inconsciente político espreita o cotidiano visando rotas de fuga da realidade opressora para a liberdade que se deseja; para o debate político, para a mudança, para o devir histórico, tão certo como o passar dos dias:

³⁹⁵REGO FILHO, Antonio Serafim. Parahyba. *Correio da Paraíba*, 13 Set. 2007. Opinião. p.6. E como não poderia deixar de acontecer, a resposta para esse artigo chega, a 27 de setembro de 2007, por Wellington Aguiar em *Resposta a um professor – 1*, no mesmo jornal, no qual informa a todos nós que no artigo de Antonio Serafim contem erros históricos. E como o artigo de Aguiar vem enumerado, esperamos outros comentários a respeito do artigo do professor, ou comentários sobre a opinião de Cícero Caldas Neto sobre a Bandeira do artigo publicado no *Correio da Paraíba*, em 20 de setembro de 2007. A disputa pelo nome da cidade e seus símbolos continua em *Resposta a um professor – 2* e *Resposta a um professor – 3*, publicados no jornal *Correio da Paraíba* em 04 e 11 de outubro de 2007. Neste último compara as mudanças ocorridas na França de 1789 à “Revolução de 30”, as mudanças relativas ao vocabulário nas relações sociais, como a substituição da bandeira, hino, as imagens etc, mas quanto ao ideário a distância é maior do que o tempo que as separam. Mas a cantilena permanece a mesma sobre as mudanças do nome da velha cidade paraibana: “A velha França nunca pensou em trocar seus símbolos maiores, todos surgidos “no calor da emoção.” Enquanto isso, os bobos daqui continuam escrevendo besteiras, na maioria das vezes tentando aparecer...” A respeito da relação dos homens com a capital paraibana, inclusive sobre a querela que o atual nome suscita, vide o livro de Rossana Honorato, *A cidade entrevista*, UFPB, João Pessoa, 1999. 396p.

se não se muda o nome da cidade em 2008, se muda em 2010, 2015, ou mais. Mas que muda, muda! Pois essa coisa vai se tornar uma luta. Os fatos e as fotos da Paraíba de 1930 mostram que não houve “luta” que mudasse o nome da capital de nosso Estado. Houve sim, muita baderna, quebra-quebra, incêndios, humilhações, torturas, assassinatos e diáspora. E o pior, só uma versão oficial, a dos vencedores, não houve uma Anne Frank que deixasse um diário. Mas, mesmo sem ele, a Verdade está vindo à tona e todos serão conscientizados³⁹⁶.

O vaticínio do jornalista aponta para a iminência do conflito, mas recua e o arremete para o futuro, volta para o subterrâneo da sociedade para sobreviver e retornar sempre provocativo, a semear vento à espera da tempestade, a querer conscientizar a todos de uma história inconclusa que se arrasta como fogo na trilha de pólvora da verdade cujos estilhaços atingirão a todos nós um dia. Verdade que nunca demorou a chegar, ela sempre esteve a serviço da política e refugiada na arte. E a cidade atrelada à verdade política da Aliança Liberal é um texto que se decifra no debate entre membros da família Pessoa e José Plácido de Oliveira, que fez a seguinte interpretação do monumento a João Pessoa que se encontra na praça do mesmo nome:

Monumento trabalhado pelo escultor fascista italiano Umberto Cozzo. Nesta obra vê-se o ex-presidente à frente, tendo à sua retaguarda estátuas de homens extremamente corpulentos, alguns empunhando o cabo de sabres punhais, usados na Alemanha por nazistas, na Itália por fascista e no Brasil por integralistas. Esses vultos humanos ali representados pelas estátuas são membros da denominada “Raça Aariana” naquela época sonhada por Adolfo Hitler, para governar o mundo. Por que o ex-presidente João Pessoa, em estátua, encontra-se ao lado de nazistas?³⁹⁷

A resposta para este questionamento é que se encontra ali o reflexo da estética dominante da década de 30, que espalhou sua ideologia por uma grande parte do mundo. A resposta para a pergunta não deve ser dada fora da esfera política, assim como a interpretação estética da obra. Outras referências ao nazismo na Paraíba

³⁹⁶ ARANHA, Marcus. Sem Anne Frank. *Correio da Paraíba*, 16 Set. 2007. Opinião. p.9.

³⁹⁷ OLIVEIRA, José Plácido de. Defensor de João Pessoa, *O Norte*, João Pessoa, 13 de Abr. 1995. Show. p.4.

poderiam ser encontradas, caso o ex-governador Antonio Mariz não tivesse ordenado a retirada de um assoalho do Palácio da Redenção decorado por suásticas. Mas outra referência pode ser vista: trata-se da águia nazista em alto relevo que decora a parede lateral da igreja matriz na cidade de Rio Tinto.

Nesse confronto inadiável, escolha as armas que lhe convier: a espada ideológica da política ou a pena crítica da estética? Ou ambas as opções, pois este confronto continua com os defensores do *status quo* querendo, sobre os escombros do passado, determinar o certo e o errado no que é de uso ideológico.

Que as forças sociais comprometidas em revogar ou não o nome da capital paraibana e os símbolos que atrelam a Revolução de 30 à Paraíba ponham seus blocos na rua³⁹⁸ e façam a devolução dos fastos da história, e que o nome da cidade resulte da necessidade dos homens em sua nova identidade com o espaço que ocupa. O irônico é que, seja qual for o resultado desta questão, a disputa pelo nome da cidade em restituição de um nome da cidade, do passado ou outro qualquer, parte da necessidade da própria história dos homens na busca de unidade psíquica com a comunidade como algo que foi esquecido, cujas referências buscassem outros significantes. Necessidade que se inicia com o processo simbólico da Revolução de 30, construído pela maquinação política para distribuição e consumo de uma verdade, que já não legitima e nem reproduz a história política da Revolução de 30, este marco de mudança política e social que instaurou um novo modo de vida, o urbano. Aporia que, no embate político, produziu processos ideológicos que sobrevivem pela repetição inconsciente, este vai-e-vem, às vezes sério, outras vezes humorado, mas que não perde a ternura provocativa: “Se nosso burgo tivesse o nome dela, seria mais agradável. Parahyba, capital Anayde.

³⁹⁸ Automóveis circulam na cidade com adesivos, um em defesa da proposição da mudança de nome da capital: **Nossa cidade João Pessoa merece nome melhor**, e outro invoca a permanência com: **João Pessoa para sempre**.

Feminina, mulher macho...”³⁹⁹ Contudo, o fato é estritamente político na tentativa de juntar os cacos desta história com novas resoluções simbólicas, enquanto a relação entre o nome da cidade e o poder oligárquico parece se regozijar ao perceber que tudo que lhe aparece à frente é espelho. O problema é que no jogo do inconsciente político as associações se somam e tudo é recolocado freqüentemente pelo ressentimento, sem muito saber, com muita apropriação e desfaçatez:

De vez em quando, ouvem-se vozes apregoando a mudança do nome da Capital do Estado da Paraíba. Desejam que seja substituído o nome João Pessoa por outro qualquer, de acordo com a preferência do pretendente. Não sabemos a motivação dessa pretensão. Muitos atribuem a intenção da mudança pleiteada a motivos de natureza político-partidária ainda da época em que o Chefe do Governo da Paraíba, o Presidente João Pessoa era vivo: seriam mágoas acumuladas em algumas famílias, que foram transmitidas aos descendentes até a nossa época⁴⁰⁰.

Ariano Suassuna é um desses descendentes descontentes, já que dificilmente se refere à Capital paraibana pelo novo topônimo. Entretanto, o ressentido não deve demonstrar o efeito que a lembrança do nome João Pessoa lhe provoca, e o refúgio que o guarda é a tradição do nome passado: “Porque quando eu nasci o nome era Paraíba e eu não ia abandonar um nome tradicional, que tinha trezentos anos, e que tiraram para botar o nome de uma pessoa ao sabor das paixões do momento. Não, eu chamo Paraíba.”⁴⁰¹ Resolução esta que é levada para o seu romance⁴⁰².

O argumento das mágoas acumuladas continua a servir para atacar quem possui grau de parentesco com os atores sociais envolvidos no conflito de 30 e atualmente está engajado no movimento que reivindica a mudança do nome da capital. O acusado de guardar ódio a João Pessoa, por Wellington Aguiar, é o ressentido e

³⁹⁹ ARANHA, Marcus. Lau Siqueira na janela. *Correio da Paraíba*, 28 Out. 2007. Opinião. p. 9.

⁴⁰⁰ FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. O nome da Capital. *O Norte*. João Pessoa, 24 Nov.1994. Show. P.3.

⁴⁰¹ Ariano Suassuna em entrevista a Biu Ramos, jornal *O Norte*. João Pessoa, 21. Abr. 1996.p.7.

⁴⁰² “[...] diziam que, depois de raptado, Sinésio fora levado para a Cidade da Paraíba, capital do nosso Estado...”..SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino*. Rio de Janeiro. J. Olympio: 1976.p.297.

rancoroso vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro-Fuba, do Partido Socialista Brasileiro, “porque seus avós foram obrigados a pagar impostos, coisa que nunca haviam feito.”⁴⁰³ Mas isto não é só. Em outra oportunidade, Wellington Aguiar alia a idéia de mudar o nome da cidade ao retorno das antigas estruturas da velha sociedade oligarca: “O vereador fuba é também contra a Revolução de 30, que trouxe para o Brasil a legislação trabalhista, o voto secreto, o voto da mulher, a justiça eleitoral, a industrialização. Nunca vi ninguém tão moço com idéias tão velhas.”⁴⁰⁴

Ora, o fato de se querer mudar o nome da cidade⁴⁰⁵ não implica querer modificar em nada a estrutura da sociedade. A questão é que a necessidade política da relação de poder instaurada em 1930 se encontra fragilizada, gasta pelo uso ideológico. A atual denominação já cumpriu sua função histórica ao contribuir com o nascimento da República Nova e suas conquistas sociais, mas nada mais justo deixar o povo escolher o nome da cidade pelo plebiscito que poderá manter João Pessoa, inclusive ou voltar a ser o tradicional Parahyba. Possibilidade que se instaura com o lançamento do *Movimento Paraíba Capital Parahyba*, iniciativa do Coletivo Cultural Anayde Beiriz na busca da identidade que estabelece o retorno do tradicional nome: Parahyba.

Mas, talvez, toda essa campanha promovida pelo vereador não passe de uso político visando a sua reeleição. Se se quer resgatar a memória da paraibana, não podemos acreditar na pregação dos versos finais do cordel *Anayde*:

⁴⁰³ AGUIAR, Wellington. Vereadorzinho mentiroso. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 15 Jan. 2008. Caderno 2.p.6.

⁴⁰⁴ AGUIAR, Wellington. Moço de idéias velhas. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 17 Jan. 2008. Caderno 2.p.6.

⁴⁰⁵ A cidade de São José do Rio do Peixe, localizada no extremo oeste do Estado da Paraíba, pelo decreto-lei estadual nº 50, de 26 de maio de 1932, aprovado pelo decreto estadual de nº 284, datado de 03 de Junho de 1932, passou a denominar-se Antenor Navarro em homenagem ao interventor revolucionário de 30, morto em acidente. Mas pelo ato das disposições constitucionais transitórias, constituição estadual promulgado em 05 de outubro de 1989, o município de Antenor Navarro voltou a sua denominação anterior: São João do Rio do Peixe.

Pra ressaltar Anayde
E sua memória imortal
É necessário, acredite
Uma correção formal:
Mudar o nome João Pessoa
Resgatando PARAHYBA
Para nossa Capital⁴⁰⁶.

Salvaguardar a memória dos “vencidos” não passa necessariamente pela mudança do nome da cidade, mas pelo reconhecimento formal de algumas questões morais, principalmente o assalto à residência de João Dantas, a execração pública decorrente desta ação sofrida por Anayde Beiriz, que a levou cometer suicídio. Caberia um pedido formal de desculpa por parte do Estado paraibano, e, ainda, o reconhecimento de que João Dantas morreu pelas mãos dos agentes da polícia política paraibana no processo que envolve a chamada Revolução de 1930. Enquanto isso, o nome da cidade continua a mediar a relação de poder entre as elites políticas na Paraíba, que pouco interesse desperta no povo. Mas no futuro muito distante depois de resolvidas as contradições do capital, resolvidos os problemas do desemprego, educação, saúde, fome, violências, guerras, marginalidade, inclusão dos trabalhadores no lucro das empresas e etcetera, como narrado no conto *A imaginação dos antigos*, o nome da capital paraibana volta a ser questionado: “Por que o nome de um homem na cidade de João Pessoa? Quem foi João Pessoa?”⁴⁰⁷

As respostas neste futuro para estas questões do passado são escassas:

– Desde que me formei como historiador que procurava um sentido para o nome da nossa cidade. Tudo era escasso. O que aprendi ultimamente é que João Pessoa foi um líder político daqui assassinado em Recife, em 1930. Ele tinha brigas políticas e pessoais com um tal de João Dantas, que o assassinou friamente numa tal de Confeitaria Glória.
O estudante não ficou satisfeito:

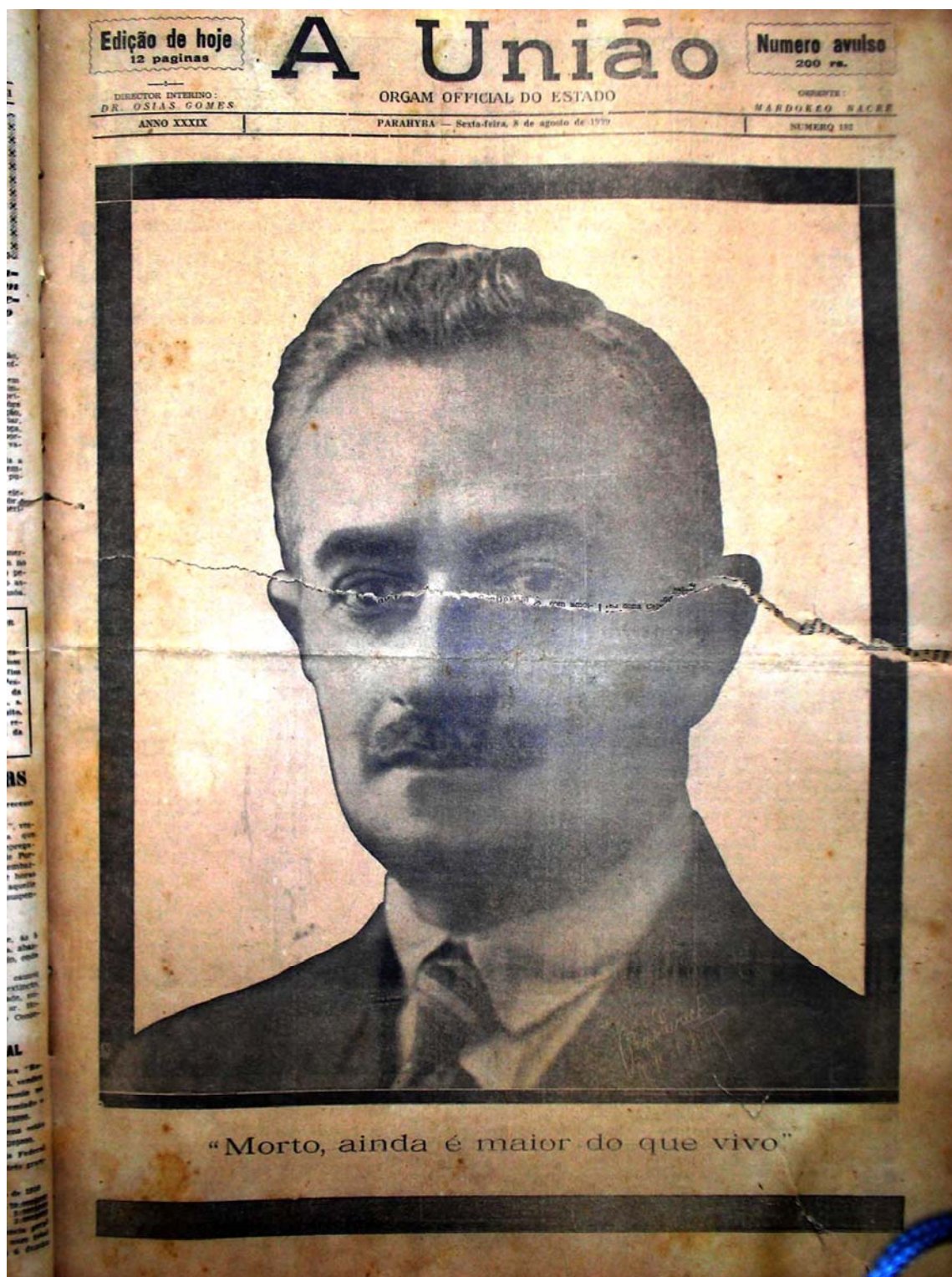
⁴⁰⁶ FARIAS, Piedade. Anayde: a história de uma mulher ultrajada. Coletivo cultural Anayde Beiriz. s.l., s.d.

⁴⁰⁷ GOUVEIA, Arturo. A imaginação dos antigos. In: *O mal absoluto*. São Paulo: Iluminuras, 1996. p.99.

– O senhor acha, professor, que existe verdade nisso? Como pode um homem matar friamente outro, confundindo questões políticas e pessoais?⁴⁰⁸

O debate sobre o nome da cidade, no futuro, é interrompido abruptamente, não porque haja o retorno dos problemas estruturais do capitalismo, como desemprego, etc, como se argumenta atualmente, mas porque as perguntas no debate são muitas, o tempo é curto e outros debates sobre o nome da cidade hão de vir. Verdade, outros debates virão. Afinal, o nome da cidade vem funcionando como um código que reabre a temporada de debates sobre a Revolução de 30 na Paraíba.

⁴⁰⁸ *Idem*, p. 99.



Considerações finais

5 – Considerações finais

Ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não vêem.

José Américo de Almeida

O processo simbólico da Revolução de 1930 que tem origem no inconsciente político representa o que está ausente enredado por significantes que tramam uma ordem imaginária que manifesta sua história e cultura. Nesta situação, nenhum outro acontecimento desperta tanto a atenção, na Paraíba, quanto a Revolução de 30, e não é somente porque a morte do homem que empresta seu nome para a capital ajudou a deflagrá-la, mas porque se vive uma espécie de mito, a crença de que acontecimentos relacionados a este pequeno Estado influenciaram positivamente no destino do país, acelerando as conquistas de direitos sociais e o desenvolvimento econômico. Contudo, a vivência deste legado de desenvolvimento econômico pouco chegou à Paraíba, que continua periférica ao capitalismo no Brasil e sofre as consequências do modelo de desenvolvimento desigual e combinado.

Atualmente, mais uma vez, vive-se a tentativa de desfazer-se da aura deste mito de origem que a conjuntura histórica construiu na Paraíba, mudando o nome da capital e a bandeira do Estado, símbolos que estão intimamente ligados à Aliança Liberal e à Revolução de 30. A reivindicação se baseia na argumentação de que o topônimo João Pessoa e a bandeira rubro-negra, interpretados como morte, luto e profundo negativismo não atraem investimento de capital de nenhuma ordem, nem tampouco para o potencial turístico do Estado. Como se a responsabilidade pelo atraso econômico da Paraíba não fosse uma questão de interesse do capital e ele não

respeitasse as leis de desenvolvimento às quais o país está subordinado, mas porque a cidade ostenta pura e simplesmente o nome de João Pessoa.

Outra argumentação dá-se pelo questionamento de que as mudanças ocorreram sob forte emoção, como se este sentimento não fosse um fator que interferisse e não causasse outro tipo de emoção na política: o ressentimento, sentimento que serve de contra argumentação para aqueles que defendem a atual denominação, utilizando-o como condenação moral para quem reivindica a mudança do nome da capital. Mas é este (res)sentimento que acaba por promover as narrativas sobre a revolução e faz germinar suas contradições. A primeira delas floresce pela parcialidade que brota da luta pela verdade que prolifera na historiografia, na imprensa, e pelas resoluções imaginárias das narrativas de ficção, por onde também florescem verdades. A contradição surge do embate destes dois sistemas de valores, com a verdade das resoluções imaginárias corroendo a verdade historiográfica, ao ponto de se admitir a existência de duas verdades: uma atrelada ao sistema de valores do bloco dos liberais de 30, e outra verdade aos perrepiistas paraibanos. Parcialidade assumida por Suassuna em sua narrativa, que objetiva, pelo exemplo, mostrar que a parcialidade é também um sentimento que é compartilhado pelo *outro lado* desta história. Exemplo que reflete o discurso do inconsciente, reativo, cujo objetivo é atingir esse *Outro* da relação do ressentimento.

Não há como negar que o ressentimento como um ato do inconsciente político, um valor negativo, acabou por dinamizar uma prática político-social que se reflete na produção da cultura com os artefatos culturais cumprindo a missão ideológica de legitimar a estrutura de poder estabelecida com a Revolução de 30, e de outros, mais especificamente as narrativas de ficção, que expressam uma afirmação simbólica que

abala o convencimento do saber histórico ao lançarem dúvidas quanto aos motivos que deflagraram a revolução, à participação dos ícones revolucionários como José Américo de Almeida, à mitificação de João Pessoa, ao suicídio de João Dantas – visto como uma ação que acoberta seu assassinato. Questões conflituosas que causam mal-estar na Paraíba como distorções ideológicas promovidas pelas resoluções imaginárias, como no romance de 1936 de Carlos Dias Fernandes, *Fretana*. Ou, ainda, os romances *Concerto para paixão e desatino* (2003), de Japiassu, *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia* (1984) e *Shake-up* (1995) de W. J. Solha podem ser interpretados não como uma escolha moral, mas como adesão a um dos grupos envolvidos no conflito que se arrasta pela solidariedade ideológica.

Como uma nostalgia que serve aos fins ideológicos no romance *A pedra do reino* (1971), Suassuna, embasado na tradição, faz de sua narrativa romanesca um dos documentos mais expressivos de cultura para resolver de forma imaginária os problemas reais da sociedade decorrentes do assassinato de João Pessoa – o suposto suicídio de João Dantas e outro assassinato, este mais sentimental por se tratar de seu pai, João Suassuna. Esses assassinatos foram ambos perpetrados como vingança pela morte de João Pessoa. Podemos considerar *A pedra do reino* uma obra marcada pelo ressentimento e pela memória; romance dedicado a João Suassuna, a José Pereira e João Dantas, entre outros, que Suassuna considera mártires, santos e guerreiros de seu mundo mítico sertanejo. E como tal, converteu-se em um gesto em defesa dos vencidos, cujas mensagens reverberam como *ideologema*, assim como os demais artefatos que trazem em suas resoluções simbólicas alternativas para a verdade dos fatos ocorridos em 1930. Desde logo, o inconsciente político da revolução anuncia, amiúde, as variações de uma verdade através da estrutura ficcional.

As resoluções imaginárias têm a função catártica para a sociedade diante da pressão exercida pelo poder oficial em reprimir interpretações divergentes para os acontecimentos relacionados à participação da Paraíba no movimento de 30. Catarse que toma de assalto as páginas da imprensa, inquirindo a participação dos liberais paraibanos, a exemplo de José Américo de Almeida. Alguns artigos refletem as resoluções imaginárias, decerto, por elas possuírem estratégias de conhecimento e subjetividade como as potencialidades da verossimilhança de seu conteúdo. Tanto é que alguns intelectuais se servem das resoluções imaginárias para consubstanciar suas idéias, outros nem sequer tomam conhecimento da existência de algumas narrativas por elas serem ostensivamente contrárias à oficialidade dos fatos. Esta relação de parcialidade mantém a Revolução de 30 em processo de renovação.

O fato é que a renovação tem como participação as personagens liberais, só que na perspectiva de revisão, justamente pelo coletivo cultural que faz campanha visando à mudança do nome da capital, João Pessoa, argumentando que houve uma ruptura histórica, uma descontinuidade no nome que a tradição consagrou: Paraíba. Entretanto, não podemos esquecer que o nome da cidade sempre esteve sob a influência da correlação das forças políticas na (re)estruturação do poder. Paradoxalmente, o nome da cidade João Pessoa está relacionado tanto às estruturas do poder oligárquico quanto as estruturas do poder republicano que surge com o movimento liberal de 1930.

Outra personagem histórica de que vem sofrendo constantes ataques é José Américo de Almeida, cuja defesa vem sendo realizada com muita competência por Lourdes Luna, ex-secretária do escritor, inclusive, ocultando o que ela julgou não ser verdadeiro nos depoimentos concedidos pelo próprio escritor.

Ironia é o fato de que a produção de novos artefatos culturais tendo João Pessoa como personagem central estão sendo prometidos pelo coletivo cultural que faz campanha pela mudança do nome da capital, fato que em anos anteriores era o inverso: a ação dos vencidos é que era analisada pelos aliados dos vencedores.

O retorno à origem seria a oportunidade que se esperava para revisar os acontecimentos que desembocaram na revolução. Revisão lenta e gradual, na qual já se reconhece a existência de duas versões para a verdade da revolução na Paraíba. E as resoluções imaginárias provavelmente desempenharam função importante neste reconhecimento, afinal, as narrativas possuem estratégias de conhecimento e subjetividade para explorar as potencialidades da verossimilhança de seu conteúdo, desestrutura a objetividade da verdade da história, cujo jogo de acusações de verdades, não verdades e o ódio redivivo do ressentimento vêm alimentando a revolução como uma contradição social insolúvel que tem nas resoluções imaginárias a escritura que necessariamente libera o inconsciente político da Revolução de 30.

REFERÊNCIAS

Romances

- ARAÚJO, Aldo Lopes. *O dia dos cachorros*. Recife: Bagaço, 2005. 245p.
- CRAVEIRO, Paulo Fernando. *Boa terra de ódios*. Recife: Nossa Livraria, 2007.332p.
- FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Editora, 1936.
- FONSECA, Homero. *Roliúde*. Rio de Janeiro, 2007.226p.
- FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. *A mansão da praça Bela Vista*. João Pessoa: A União, 1972.112p.
- GAMA E MELO, Virgínius da. *Tempo de vingança*. João Pessoa: ed. UFPB, 1980.
- GOMES, Osias Nacre. *Baruque*. João Pessoa: ed. UFPB, 1980.191p.
- LISBOA, Rosalina Coelho. *...A seara de Caim*. Romance de revolução no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.592p.
- JAPIASSU, Moacir. *Concerto para paixão e desatino: romance de uma revolução brasileira*. São Paulo: Francis, 2003.350p.
- SOLHA, W. J. *Zé Américo foi príncese no trono da monarquia*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.165p.
- SOLHA, W. J. *Shake-up*. João Pessoa: ed. UFPB, 1996.150p.
- SILVEIRA, Fernando. *O chamado da Terra*. João Pessoa: O Norte, 1975. 663p.
- SUASSUNA, Ariano. *A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta: romance armorial-popular brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.635p.
- SUASSUNA, Ariano. *História d'o rei degolado nas caatingas do sertão: ao sol da onça Caetana - Romance armorial e novela romançal brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.135p.

Dramaturgia

- FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *Cifrado 110 e ou João Pessoa e a Revolução de 30*. 1973 e 1998.
- MARINHO, Luiz. *Um sábado em 30*. 1964.
- PONTES, Paulo. *Paraibê-a-bá*. 1968.
- TAVARES, Marcos. *O dia em que deu elefante*. 1980.
- VIEIRA, Paulo. *Anayde*. 1992.

VINÍCIUS, Marcos. *Domingo Zeppelin*. 1985.

Cordel

COELHO, Leonel. *Poema épico de 30*. S/e, s/d.

DANTAS, João. *A verdade de 1930*. Campina Grande: Martins.s/d.

FARIAS, Piedade. *Anayde*. A história de uma mulher que foi na vida ultrajada. [S.l.: s.n], [2008]

NUNES, Luiz. *A morte de João Pessoa e a Revolução de 30*. João Pessoa: A União, 1978.

ANÔNIMO. *A grande guerra de Princesa: sua independência por José Pereira*. Parahyba do Norte: Livraria Popular Editora, s.d.

ANÔNIMO. *Revolução de Princesa*. [S.l.: s.n], [193-].

Memória

ALMEIDA, José Américo. *Memórias de José Américo: o ano do nego*. Rio de Janeiro: Record, 1968. 290p.

ALMEIDA, José Américo. *Eu e eles*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1970.252p.

CALDAS, Joaquim Moreira. *Porque João Dantas assassinou João Pessoa*. Rio de Janeiro: [s.n],[1933].

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Sérgio. *O nordeste e a política: dialogo com José Américo de Almeida*. São Paulo: Record, 1984. 579p.

CARVALHO, Álvaro. *Nas vésperas da revolução: 70 dias na presidência do Estado da Paraíba e memórias*. João Pessoa: Acauã, 1978.184p.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *A Revolução de 30 e a experiência do Nordeste*. In: *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. 43-64pp.

JOFFILY, José. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 437p.

INOJOSA, Joaquim. *A república de Princesa* (José Pereira x João Pessoa - 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.329p.

LEAL, José. *Imagens de 1930*. In: *Assim eram as coisas...* João Pessoa, *A União*, 1971. pp.77-81.

LELIS, João. *A Campanha de Princesa (1930)*. João Pessoa: *A União*, 1944. 390p.

MELLO FRANCO, Virgílio A. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. 476p.

MONTELO, Josué. *No limiar de um século. 1889-1977: 90º aniversário de José Américo de Almeida* João Pessoa: Editora UFPB, 1979.212p.

VIDAL, Ademar. *Do grande presidente*. João Pessoa: Governo do Estado, 1931. 120p.

VIDAL, Ademar. *O incrível João Pessoa*. Rio de Janeiro: Editorial Universo, 1931. 304p.

VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a Revolução de 30*. São Paulo: Graal, 1978.539p

Biografia

AGUIAR, Wellington. *Paraíba, nomes do século: João Pessoa*. Série histórica, V.37. João Pessoa: *A União*, 2000.152p.

BATISTA, Juarez da Gama. *José Américo: retratos e perfis*. João Pessoa: *A União*, 1965.139p.

BURITY, Glauce Maria Navarro. *Paraíba, nomes do século*: Anthenor Navarro. Série histórica, V.22. João Pessoa: *A União*, 2000.68p.

COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. *Paraíba, nomes do século*: João Suassuna. Série histórica, V.3. João Pessoa: *A União*, 2000.31p.

JOFFILY, José. *Anayde: paixão e morte na Revolução de 30*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.139p.

LIMA, José Pereira. *Paraíba, nomes do século*: José Pereira Lima. Série histórica, V.31. João Pessoa: *A União*, 2000.52p.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Rastros na areia: solidão e glória de José Américo*. 2ª ed. João Pessoa: *A União*, 1944. 185p.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *João Dantas e Anayde Beiriz: vidas diferentes destinos iguais*. João Pessoa: *A União*, 1995. 98p.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Paraíba, nomes do século*: José Américo. Série histórica, V.19. João Pessoa: *A União*, 2000.84.p.

MENEZES, José Rafael de. *José Américo: um homem do bem comum*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. 228p.

MELO, Fernando. *João Pessoa: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2000. 244p.

MELO, Fernando. *João Dantas: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2002.192p.

NUNES, José. *Paraíba, nomes do século*: Ariano Suassuna. Série histórica, V.36. João Pessoa: *A União*, 2000.76p.

PEREIRA, Joacil de Brito. *José Américo de Almeida: a saga de uma vida*. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Senado Federal, 1987. 631p.

PEREIRA, Joacil de Brito. *Paraíba, nomes do século*: Álvaro de Carvalho. Série histórica, V.34. João Pessoa: *A União*, 2000.34p.

Periódicos

AGUIAR, Wellington. Morte de João Pessoa: Aguiar detecta erro em “Chatô”. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 nov.1995. Caderno2, p.7.

AGUIAR, Wellington. É difícil desfazer uma mentira histórica. *O Norte*, João Pessoa, 28 jul.1996. Especial, p.11.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa tinha 50 anos quando presidiu a Paraíba. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul. 1997. Caderno2, p.2.

AGUIAR, Wellington. O grande João Pessoa. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 13 ago. 2002. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Cartas de Anayde Beiriz? *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 30 jul.2002. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. História da Paraíba. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 dez.2002. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 05 ago.2003. Caderno2, p.5.

AGUIAR, Wellington. Exemplo magnífico. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 jan.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. A semana da bala. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 13 jan.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Paulo Pontes e João Pessoa. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 20 jan.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Saudosista dos tempos feudais. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jan.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Por que Palácio da Redenção. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 fev.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa e os presidiários. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 fev.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa e a educação. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 fev.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. O romance da Revolução de 30(I). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 23 mar.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. O romance da Revolução de 30(II). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 30 mar.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. O romance da Revolução de 30(III). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 abr.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa teve amante? *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 13 abr.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Expondo a verdade. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 abr.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa e a velhinha. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 mai.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Belo e abandonado. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 jun.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Getúlio e João Pessoa (I). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 31 ago. 2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Getúlio e João Pessoa (II). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 07 set. 2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Getúlio e João Pessoa (III). *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 14 set. 2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. A cidade e Ricardo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 out. 2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Rebeldia da Capital. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 nov.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Celso Furtado e João Pessoa. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 07 dez.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Filipéia, nome de bajulação. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 21 dez.2004. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. O hino de 1930. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 jan.2005. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa e o turismo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 jan.2005. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Rubens e a História. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 fev.2005. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Anayde sem corpo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 01 mar.2005. Caderno2, p.3.

AGUIAR, Wellington. Carta ao Governador. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 31 mar.2005. Caderno2, p.6.

AGUIAR, Wellington. Falta de leitura. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 abr.2005. Caderno2, p.6.

AGUIAR, Wellington. Grande livro. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 mai.2005. Caderno2, p.6.

AGUIAR, Wellington. Notícia absurda, intolerável. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 jun.2005. Caderno2, p.6.

AGUIAR, Wellington. Quem era João Dantas. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 jun.2005. Caderno2, p.6.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa e Agassiz. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 07 Fev. 2008. Caderno2. p.6.

AGUIAR, Wellington. *Correio da Paraíba*. Ignorância e coronelismo. João Pessoa, 27 Mar. 2008. Caderno2. p.6.

AGUIAR, Wellington. *Correio da Paraíba*. Notas da província – 1. João Pessoa, 03 Abr. 2008. Caderno2. p.6.

ALMEIDA, Agnaldo. Quem foi o coronel. *O Norte*, João Pessoa, 19 fev.1995. Política, p.2.

ALMEIDA, Agnaldo. Museu de 30. *O Norte*, João Pessoa, 30 jul.2000.Eleições & Política, p.10.

ALMEIDA, Duarte de. Amor e morte de João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 31 mai.1992. Show, p.7.

ALMEIDA, Duarte de. Legado de Osias Gomes. *O Norte*, João Pessoa, 13 fev.1996. Show, p.4.

ALMEIDA, Duarte de. A carranca de José Américo. *O Norte*, João Pessoa, 26 mar.1996. Terceiro, p.2.

ALMEIDA, José Américo de. Elogio de João Pessoa. *A União*, João Pessoa, 26 jul.1952.p.5.

ALMEIDA, José Américo de. A morte de João Pessoa: tem a vida muitos mistérios. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul.1972. Caderno1. p.5.

ALMEIDA, Margarete. Ariano: paraibano do século XXI. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 abr. 2001. Vida & Arte. p.1.

ANÍSIO, Ricardo. No Roza: a Revolução de 30. *O Norte*, João Pessoa, 23 jan. 1998, Show, p.1.

ARANHA, Marcus. Feijão na bandeira. *O Norte*, João Pessoa, 30 mar 1997, Show, p.1.

ARANHA, Marcus. Perdendo o bonde. *O Norte*, João Pessoa, 01 nov. 1998, Show, p.5.

ARANHA, Marcus. Fogo na lenha. *O Norte*, João Pessoa, 14 fev.1999. Show, p.5.

ARANHA, Marcus. Perrepistas e jornalistas. *O Norte*, João Pessoa, 04 abr.1999.Fim de semana, p.17.

ARANHA, Marcus. Equívocos da Aliança. *O Norte*, João Pessoa, 28 abr.1999. Opinião, p.3.

ARANHA, Marcus.. De veneráveis e Anayde. *O Norte*, João Pessoa, 22 fev. 2004. Show, p.3.

ARANHA, Marcus..Chanchada histórica. *O Norte*, João Pessoa, 31 out. 2004. Show, p.3.

ARANHA, Marcus. Anayde singela. *O Norte*, João Pessoa, 13 fev. 2005. Show, p.3.

ARANHA, Carlos. Paraíba. Capital: Cabo Branco? *O Norte*, João Pessoa, 30 ago. 1995. Show. p.3.

ARANHA, Carlos. Erro “superinteressante”. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 04 mar. 2205. Caderno2. p.4.

ARAÚJO, Mudar o nome da Capital. *O Norte*, João Pessoa, 09 abr.1999. Opinião, p.3.

AUGUSTO, Antonio. João Pessoa, legalista e revolucionário. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 out.1976.p.2.

AZEVEDO, Carlos. A escrita pós-moderna de Solha. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 04 mar. 2205. Caderno2, p.4.

BANDEIRA, Nonato. Das rinhas dos coronéis. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 ago. 2003. Caderno2, p.3.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. Solha não faz história, faz poesia. *O Norte*, João Pessoa, 16 mar. 1997. Show, p.6.

BARBOSA, Jacinto. João Pessoa: 64 anos da morte da mártir da Revolução. *A União*, João Pessoa, 26 jul. 1994. Cultura, p.16.

BARBOSA, Adelson. João Pessoa: eleito em 28 e morto em 30. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 set. 2002. Política, p. 6.

BATISTA, Oduvaldo. Dois notáveis poetas. *A União*, João Pessoa, 27 set.1992. Opinião, p.2.

BATISTA, Oduvaldo. Provincianismo. *O Norte*, João Pessoa, 22 ago.1995. Show,p.4.

BELTÃO, Geraldo. A propósito de mestre Osias Gomes(II). *A União*, João Pessoa, 24 dez. 1995. Opinião, p.2.

BOTELHO, Hélia. Ariano. *A União*, João Pessoa, 25 mar. 2001. Socialp.20.

BRONZEADO, Iremar . A querela dos símbolos. *O Norte*, João Pessoa, 16 abr.1997. Opinião, p.3.

BRONZEADO, Iremar. Sanhauá é teu nome. *O Norte*, João Pessoa, 19 mar.1999. Opinião, p.7.

CABRAL, Guilherme. João Pessoa, um cidadão atemporal: a Paraíba lembra hoje70 anos da morte do presidente. *A União*, João Pessoa, 26 jul.2000. Dois, p.1.

CANTALICE, Hitler Siqueira Campos. João Pessoa, o estadista. *O Norte*, João Pessoa, 18 abr.1999. Opinião, p.4.

CARNEIRO, Glauco. A morte vista de perto. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul.1980. Gerais. p3.

CARONE, Edgar. João Pessoa: objetividade histórica em torno de um fenômeno apologético. *Horizonte*. João Pessoa, ano 3, nº8, p.296-301.

CARVALHO, José F. João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 03 ago.1997. Opinião. p2.

CARVALHO, Duda Teixeira de. Fale com Abelardo. João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 26 mai.2005. Sociedade. P8.

CASTOR, Eliabe. Milanez ataca Boff e rejeita plebiscito. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 07 ago.2003. Política, p.5.

CAVALCANTI, Irene Dias. Nego. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 abr. 1992. Cidade, p.4.

COSTA, João. Fernando resgata heroína Anayde, exorciza fantasma da Revolução de 30 num mês de maus presságios - *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 ago.1992. Caderno3, p.3.

COSTA, William. Um gesto de grandeza em nome do poeta maior. *A União*. João Pessoa, 27 mar. 2001. Social. Dois, p. 15.

CRISPIM, Luiz Augusto. Paraíba renegada. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 14 abr. 1999. Opinião, p.5

DECCA, Edgar Salvatori de. A revolução acabou... *Análise & conjuntura*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. V.6, n.2, p.22-32. Mai./ago. 1991.

DIJCK, Sônia van. Panthera ferida de morte. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 amar. 2005. Opinião, p.7.

ELANE, Eloise. Frei Leonardo Boff: “JP deveria se chamar Parahyba” . *O Norte*, João Pessoa, 05 ago.2003. Dia-a-dia. p.1.

ELIHIMAS, Aziz. Pesquisador pernambucano faz revelações sobre a morte do presidente João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 03 out.1980. Primeiro Caderno. Especial. p.6.

ELIHIMAS, Aziz. Um perfil de João Dantas, assassino de João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 05 out.1980. Primeiro Caderno. Geral. p.6.

EUFLÁVIO, José. Novo nome para a capital: deputado pede plebiscito. João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 07 mar.1999. Política, p.2.

FARIAS, Arion. Um monumento a João Dantas, a trasladação dos restos mortais de Anayde Beiriz e a transformação da rua Santo Elias em rua Anayde Beiriz. *O Norte*, João Pessoa, 29 mai.2005. Show, p.2.

GAIÃO, Clóvis. Morte de João Pessoa: há 72 anos Paraíba perdia seu presidente. *A União*, João Pessoa, 25 jul.2002. Cultura, p.1.

GURJÃO, Eliete Queiroz. João Pessoa: uma cidade? *O Norte*, João Pessoa, 13 jun.1999. Especial, p.12.

HENRIQUES, Carmem Coelho de Miranda. João Pessoa, o nome da Capital. João Pessoa, *O Norte*. 24 nov.1994. Show, p.5.

HENRIQUES, Carmem Coelho de Miranda. João Pessoa, sua vida política, sua morte e a revolução de 30. João Pessoa, *O Norte* 26 jul.1996. Show, p.6.

HENRIQUES, Carmem Coelho de Miranda. “É preciso memória” *O Norte*, João Pessoa, 18 abr.1999. Fim de semana, p.14.

IVO, Antonio. Outra face de Anayde Beiriz. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 13 fev.2005. Vida e arte, p5.

JOFFILY, José. Dois Notáveis Poetas *A União*, João Pessoa, 27 set.1992. Opinião. p2.

JUNIOR, Franto.Pararaíba, capital Paraíba. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1995. Show, p4.

JUREMA. Abelardo. Trinta. *O Norte*, João Pessoa, 03 out.1980. Primeiro Caderno, p2.

JUREMA. Abelardo. Biografia. *Correio da Paraíba*, 25 jul.2002, Sociedade, p.6.

JUREMA. Abelardo. Inversão de valores. *Correio da Paraíba*, 25 mai.2005, Sociedade, p.8.

JUREMA, Oswaldo. Um poeta menor. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 29 jul. 2002. Opinião, p.6.

JUREMA.Oswaldo. Balaio de jias. *O Norte*, João Pessoa, 16 mar. 1997. Opinião, p2.

JUREMA.Oswaldo. Falta do que fazer. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 08 mar. 1999. Opinião, p2

LACERDA, Daniela. Cavalgadas de Ariano ao Sol da Literatura. *Jornal do Commercio*, Recife, 15. Jun.1997. Especial. p.5, c.9.

LIRA, Bertrand. Devolvam o nome Paraíba à cidade do Cabo Branco. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 25 Fev. 2006. Caderno2. p.6 .

LOPES, Aldo. Um dia na República de Princesa. *A União*, João Pessoa, 26 mar.1986. Geral, p.13.

LUCENA, Cristiano. O amor Maior de Anayde. *O Norte*, João Pessoa, 13 fev.2005. Show, p.1.

LUCENA, Sebastião. Azulejos, Barrosão e Zé Pereira. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 16 fev. 1995. Opinião, p.4.

LUCENA JUNIOR, Alberto, Paraíba, capital Cabo Branco. *A União*, João Pessoa, 26 mai.2001. Idéias, p.21.

LUNA, Lourdinha .João Dantas, Anayde Beiriz, vidas diferentes, destinos iguais . *O Norte*, João Pessoa, 01 ago.1993. Caderno2, p.4.

LUNA, Lourdinha .João Dantas, Anayde Beiriz, vidas diferentes, destinos iguais . *O Norte*, João Pessoa, 22 ago.1993. Caderno2, p.4.

LUNA, Lourdinha . As cartas de João Dantas nunca existiram. *O Norte*, João Pessoa, 07 jan.1997. Especial, p.7.

LUNA, Lourdinha. A história real. *O Norte*, João Pessoa, 13 jan. 1998. Show, p.6.

LUNA, Lourdinha. Mentiras Históricas. *O Norte*, João Pessoa, 21 abr.1999. Opinião, p.3.

LUNA, Lourdinha. 10 de março de 2004. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 jun. 2004. Opinião, p.6.

LUNA, Lourdinha. equiem para a praça. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 21 nov. 2004. Opinião, p.7.

LUNA, Lourdinha. Anayde Beiriz. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 fev. 2005. Opinião, p.6.

LUNA, Lourdinha. Ainda Anayde Beiriz. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 mar.2005. Opinião, p.6.

MACHADO, Jório. João Pessoa, nobre exemplar. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul. 1997. Opinião, p.3.

MADRUGA, Newton. 26 de julho de 1930. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1996. Show, p.4.

MADRUGA, Newton. Assalto à casa de João Dantas. *O Norte*, João Pessoa, 18 jul.1997. Opinião, p.2.

MADRUGA, Newton. Revolução de 1930: epopéia traída. *O Norte*, João Pessoa, 28 out.1995. Show, p. 4.

MAGALHÃES, Augusto. Remexendo na história, O “assanhamento de Anayde”. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 jan. 1996. Caderno2, p.1.

MAGALHÃES, Augusto. Casa de João Pessoa abrigará artesãos. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 abr. 2004. Caderno2, p.1.

MAGALHÃES, Augusto. Patrimônio revitalizado: casa de João Pessoa vira museu histórico. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jun. 2004. Caderno2, p.1.

MALAQUIAS, Josinaldo. Orfandade revolucionária. João Pessoa, 18 Mar. 2006. Caderno2. p6.

MARINHO. Armando Nogueira. A poesia do nego. *O Norte*, João Pessoa, 02.nov. 1995. Show, p.6.

MARINHO. Armando Nogueira. Do nego aos arranha-céus. *O Norte*, João Pessoa, 16 abr. 1997. Show, p.4.

MARTINS, Eduardo. João Pessoa: o homem e sua política. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul.1980. Geral. p3.

MARTINS, Joaquim P. Paraibense... *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 mar. 1999. Opinião, p.2.

MEIRELES, Giovanni. Qual destes hinos é verdadeiro. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 07 ago.2003. Cidades, p.2.

MEIRELES, Giovanni. Perrepistas. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 mai. 2005. Política, p.4.

MELO Fernando. Como a Capital mudou de nome. *O Norte*, João Pessoa, 05 ago.1998. Especial, p.7

MELO José Octávio de Arruda. Em torno da Revolução de 30. *O Norte*, João Pessoa, 24 nov.1980. Segundo Caderno. Reportagem, p.8.

MELO José Octávio de Arruda. *A União*, órgão oficial da Revolução de 30. *A União*, João Pessoa, 02 fev.1993. Especial, p.57-58.

MELO José Octávio de Arruda. Não se escreve a história sem paixão. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 nov. 1994. Caderno2, p.1.

MELO José Octávio de Arruda. O grande herói é o povo. *O Norte*, João Pessoa , 04 ago. 1996.Especial, p.9.

MELO José Octávio de Arruda. Um homem em trinta: morte de João desencadeia revolução. *A UNIÃO*, João Pessoa, 02 jan.2003. Edição Especial, p.7.

MENEZES, José Rafael. A Aventura da plenitude humana. *O Norte*, João Pessoa, 29 nov.1997. Opinião, p.3.

MOURA, Fernando. Anayde Beiriz: confissões de amor além do tempo. *A UNIÃO*, João Pessoa, 24 e 25 jan.2004. Correio das artes, p.4-6.

NÓBREGA, Xico. Os dois coronéis de Princesa. *A União*, João Pessoa, 27 set.1992. Especial, p.20.

NÓBREGA, Evandro. Revolução de 30. *O Norte*, João Pessoa, 04 nov.2000. Show, p.3.

NÓBREGA, Rubens. Parahyba, Paraíba. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 dez.2004. Política, p.4.

NÓBREGA, Rubens. Perguntem ao povo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 dez.2004. Política, p.4.

NORONHA, chico. Anayde: há 62 anos ela morria. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 out.1992. Cultura e lazer, p.8.

Especial, p.57-58.

OLIVEIRA, José Plácido. Vapor João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 28 mar.1995. Show, p.2

OLIVEIRA, José Plácido. Defensor de João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 20 abr.1995. Show, p.2

PESSOA FILHO, Carlos. Em defesa de João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 15 abr.1995. Show, p.2

PESSOA FILHO, Carlos. Nome da cidade: ainda sobre João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 25 abr.1999. Fim de semana, p.20.

PESSOA FILHO, Carlos. Assassinato de João Pessoa: ainda sobre a revolução. *O Norte*, João Pessoa, 07 mai.1999. Geral, p.10.

PEREIRA, José Bonifácio. Morte de João Pessoa: o fatídico 26 de julho. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1992. Segundo, p.1.

PEREIRA, Carlos. O nome da capital. *O Norte*, João Pessoa, 24 ago. 2003. Opinião, p.6.

PEREIRA, Hermance Gomes. Bulindo em caixa de marimbondo. *O Norte*, João Pessoa, 06 mar.2005. Show, p.6.

Paraíba lembra 65 anos da morte de João Pessoa. *A União*, João Pessoa, 26 jul.1995. Política, p.3.

PORTO, Waldice Mendonça. “Ao ocaso de 26 de julho de 1930.” *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1970. p.3.

PORTO, Waldice Mendonça. Assassinato de João Pessoa cria tempo de vingança e revolução. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1970. p.3.

PORTO, Mário Moacyr. Minhas lembranças de José Américo. *O Norte*, João Pessoa, 12 mar.1996. Show, p.4.

RABELLO, Adylla Rocha. Um título que se impôs . *O Norte*, João Pessoa, 10 mar.1996. Show, p.4.

RABELLO, Adylla Rocha. José Américo de Almeida, o memorialista. *O Norte*, João Pessoa, 11 jan.1997. Show, p.6.

RODRIGUES, Gonzaga. Transcrevo hoje carta do médico e amigo Marcus Aranha. *O Norte*, João Pessoa, 15 abr. 1999, Opinião, p.7.

RODRIGUES, Elinaldo. Mito em xeque. *O Norte*, João Pessoa, 15 ago.2000, Show, p.1.

RODRIGUES, Elinaldo. Romance de uma revolução. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 05 set.2003, Vida e arte, p.1.

ROMERO, Carlos. João Pessoa e o amor à terra. *A União*, João Pessoa, 01 jun.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. Nego à mudança do nome da capital. *A União*, João Pessoa, 06 jun.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. Quem foi João Dantas. *A União*, João Pessoa, 08 jun.1999, Cultura, p.18, c.1-4.

ROMERO, Carlos. A revolução de 30: 69 anos depois. *A União*, João Pessoa, 22 jun.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. Mudar ou não o nome da capital: eis a questão. *A União*, João Pessoa, 29 jun.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. Sim à mudança do nome da capital. *A União*, João Pessoa, 13 jul.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. Mudança do nome da capital: plebiscito ou silêncio. *A União*, João Pessoa, 20 jul.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. O que você sabe sobre a revolução de 30? *A União*, João Pessoa, 03 ago.1999, Cultura, p.18.

ROMERO, Carlos. O homem que matou João Pessoa. *A União*, João Pessoa, 25 jul.2002, Cultura, p.5.

ROMERO, Carlos. A revolução de 30 segundo Virgínius. *A União*, João Pessoa, 01 jul.2003, Cultura, p.3.

ROMERO, Germano. João Pessoa, o homem. *A União*, João Pessoa, 05 ago.2003. Opinião, p.2.

SALVIANO, Violeta de Brito Lyra. Verdade histórica. *O Norte*, João Pessoa, 10 ago.1995.Show, p4.

SANTA CRUZ. Cacá. A cidade da Paraíba. *O Norte*, João Pessoa, 05 set.1995. Opinião, p.6.

SANTOS, Paulo. Parentes de João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.1997. Política, p.7.

SILVA, Dionísio. Paraíba do Norte. *O Norte*, João Pessoa, 07 mar.1999. Opinião, p.6.

SOLHA, W. J. Solha mistura José Américo e Brutus em romance. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 abr.1992. Caderno2, p.3.

SOLHA, W. J. “Zé Américo foi príncese no trono da monarquia” . *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 ago.1992. Caderno3, p.6.

SOLHA, W. J. O discurso de Marcantônio na Parahyba, em 1930. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 25 out.1992. Caderno2, p.7.

SUASSUNA, Ariano. O socialismo continua sendo a utopia neste final de século. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 mar.1992. Caderno3, p.4-5.

SUASSUNA, Ariano. A arte popular no Brasil. *Jornal do Commercio*. Recife, 16 Jul. 1995. Caderno C. p.10-11.

SOUTO, José. Perrepista ou vascaíno? *O Norte*, João Pessoa, 30 mar.1997. Opinião, p.3.

SOUZA, Fátima. Homenagem a João Pessoa. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.2001. Cidades, p.6.

SOUZA, José. Translado: familiares de Anayde Beiriz querem trazer restos mortais para JP. *O Norte*, João Pessoa, 18 fev.2005. Geral, p.7.

TAVARES, Marcos. Um homem em trinta. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.2000. Opinião, p.6.

TAVARES, Marcos. Réquiem para Anhayde. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul.2001. Opinião, p.6.

TAVARES, Marcos. O pequeno ditador. *O Norte*, João Pessoa, 27 jul.2002. Opinião, p.6.

TAVARES, Marcos. Falta alguém em trinta . *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 26 jul.2003. Cidades, p.3.

TEIXEIRA, Antonio Edílio Magalhães. O verdadeiro plebiscito. *O Norte*, João Pessoa, 16 mar.1999. Opinião, p.7.

TERCEIRO NETO. Dorgival. Um teco-teco iria bombardear Princesa. *O Norte*, João Pessoa, 20 set.1992. Terceiro, p.4-5.

TERCEIRO NETO. Dorgival. Uma retificação para a história de 30. *A UNIÃO*, João Pessoa, 09 fev.1995. Variedades, p.6.

VEIGA, Gisa. Bandeira da Paraíba pode mudar. *O Norte*, João Pessoa, 23 mar.1997. Política, p.11.

VEIGA, Gisa. Novo nome para a capital, pessoense é contra mudança. *O Norte*, João Pessoa, 21 mar.1999. Política, p.11.

VIANA, Chico. Veneráveis lembranças. *O Norte*, João Pessoa, 08 abr.1999. Show, p.3.

VIDAL, Ademar. Semana trágica. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul. 1978.

VICENTE FILHO, Antonio. Polêmica em torno da biografia de João Dantas eleva vendas nas livrarias. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jul.2002. Caderno2, p.3.

VILAR, Lúcio. Os “donos” da História. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 jul.2000. Caderno2, p.3.

VINAGRE, Jarbas Maribondo. Plebiscito. *O Norte*, João Pessoa, 23 abr. 1999. Opinião, p.3.

As homenagens que a Paraíba vai prestar a memória de João Pessoa na passagem do 10º aniversário de sua morte – João Pessoa. *A União*, João Pessoa, 26 jul. 1940.

Paraibanos reverenciam a memória de João Pessoa – Mensagem – A força do não, do Nego... – A palavra da família. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jul. 1971.

Paraíba reverencia hoje a memória de João Pessoa – Um homem de forte caráter. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jul. 1973.

Memória de João Pessoa foi reverenciada. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jul. 1974.

Morte de João Pessoa vai ser lembrada hoje – Depoimento de Zé Américo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 jul. 1975.

Editorial. João Pessoa e a hora presente. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 26 jul. 1977.

Discursos, flores e missa relembram a morte de João Pessoa. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jul. 1977.

Historiador fala sobre fatos da Revolução de 30. *O Norte*, João Pessoa, 24 out. 1980, Geral.

Editorial. Homenagem a José Américo. *A União*, João Pessoa, 15 jan.1989. Opinião, p.2.

Editorial. 65 anos depois. *A União*, João Pessoa, 26 jul.1995. Opinião, p.2.

João Pessoa volta à Paraíba. *O Norte*, João Pessoa, 13 jul. 1997. Fim de semana, p.25.

Cinzas de João Pessoa chegam hoje à Capital. *O Norte*, João Pessoa, 26 jul. 1997. Política, p.7.

A Revolução de 30 no teatro. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 jan. 1998. Caderno2, p.3.

Editorial. 26 de julho. *A União*, João Pessoa, 26 jul.2000. Opinião, p.2.

Editorial. O nego e a candidatura. *A União*, João Pessoa, 27 jul. 2001. Opinião, p.4.

Teórica e historiográfica

- AGUIAR, Wellington. Reformismo, radicalismo e revolução em João Pessoa. In: *A velha Paraíba páginas de jornal*. João Pessoa: A UNIÃO, 1999. 419-538p.
- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.165p.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992.348p.
- BASTOS, Abgvar et al. *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, A UNIÃO, 1979.307p.
- CAMPOS, Maria José Rago. *Arte e verdade*. São Paulo: Loyola, 1992.134p.
- COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *Poder, alegria dos homens*. Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) : A Imprensa, 1965. 199p.
- DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 209p.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.327p.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Tradução de Iumna Maria Simon. São paulo, Hucite, 1985. 331p.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.317p.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.431p.
- JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo, Ática: 1997. 215p.
- DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, a verdade sobre os fatos de 1930*. João Pessoa: A União Editora, 1978. 279p.
- FRANCO JUNIOR, hilário. *Coconha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.313p.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.242p.
- JOFFILY, José. *Fatos e versões*. Londrina: Gráfica Londrina, 1976.56p.
- HONORATO, Rossana. *A cidade entrevista*. João Pessoa: ed.UFPB, 1999.394.
- GADELHA, Marcondes (Org.) *Revolução de 30: discussão final. Anais da semana comemorativa da Revolução de 30*. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1984. 456p.
- GOLZIO, Derval Gomes. *Utilização político-ideológica da fotografia: estudo das imagens publicadas no jornal A UNIÃO durante a disputa política no Estado da Paraíba/1930*.1996.128 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- GREIMAS, A. J. O jogo das restrições semióticas. In: *Sobre o sentido: ensaios de semiótica*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar | e outros | . Petrópolis: Vozes, 1975. pp.126-143.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba 1889-1945*. João Pessoa, ed. UFPB, 1994. 222p.
- LEAL, Wills. *O discurso cinematográfico dos paraibanos: a história do cinema na/da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1989.257p.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432p.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de outubro-1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983. 209p.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000. 236p.

MARTINS, Eduardo. João Pessoa através de suas mensagens presidenciais. João Pessoa: A União Editora, 1978. 186p.

MARTINS, Eduardo. *A UNIÃO, jornal e história da Paraíba: sua evolução gráfica e editorial*. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1978. 18338p.

MEIRELES, Domingos. *1930: os órfãos da revolução*. Rio de Janeiro. Record, 2006. 764p.

MELO, José Octávio de Arruda (Org.). *José Américo e a cultura regional*. João Pessoa: A União Editora, 1983. 151p.

MELO, José Octávio de Arruda. *João Pessoa perante a história: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa: A União Editora, 1988. 365p.

MELO, José Octávio de Arruda. *A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. 2ª ed. João Pessoa: ed. UFPB, 1992. 436p.

MELO, José Octávio de Arruda. *O problema do estado na Paraíba: da formação à crise (1930-1996)*. Campina Grande: EDUEP, 2000. 193 p.

NÓBREGA, Apolônio. *História republicana da Paraíba (15 de novembro de 1889 a 4 de outubro de 1930)*. João Pessoa, Departamento de Publicidade da Divisão de Imprensa Oficial, 1950. 220p.

PEREIRA, Joacil de Britto. *Mulheres símbolos*. João Pessoa: ed. UFPB, 2007. 182p.

PIMENTA, Olímpio. *A invenção da verdade*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999. 155p.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *A ideologia do Cordel*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: INL, 1976.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *João Pessoa e a música*. João Pessoa: A União, 1978. 149p.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Gangorra do poder: Paraíba, 1889-1930*. João Pessoa: ed. UFPB, 1989. 291p.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Tradução de Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Editorial Presença, 1992. 253p.

SPINELLI José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/1935*. Natal: ed. UFRN, 1996. 221p.

SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1993. 402p.

TERCEIRO NETO, Dorgival. *Gente de ontem, histórias de sempre*. João Pessoa: Itacoatiara, 1991. 246p.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na primeira república*. João Pessoa: A União, 1982. 244p.